

PMAS

**PLANO MUNICIPAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

2014 - 2017

SECRETARIA
DE AÇÃO SOCIAL

PREFEITURA DA
Serra
Muito mais pra você 

Audifax Charles Pimentel Barcelos

PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA

Lourência Riani

VICE – PREFEITA MUNICIPAL DE SERRA

Rosalie de Resende Có

SECRETÁRIA DE AÇÃO SOCIAL

Sheila Cristina de Souza Cruz

SUBSECRETÁRIA DE AÇÃO SOCIAL

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO.....	12
2.	ÓRGÃO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	15
3.	CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	16
4.	DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL.....	22
5.	DIAGNOSTICO SOCIAL	28
6.	OBJETIVOS	118
7.	DIRETRIZES E PRIORIDADES:.....	123
8.	AÇÕES E METAS.....	129
9.	ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS	144
10.	FINANCIAMENTO.....	184
11.	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	187
12.	AVALIAÇÃO	245
13.	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	250
14.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	269

TABELAS

Tabela 1 – População residente, segundo localização do domicílio – 2000/2010	29
Tabela 2 – Razão de dependência e Índice de envelhecimento do Município da Serra 2000 e 2010	31
Tabela 3 – População residente 2000 e 2010, crescimento populacional e taxa de crescimento geométrico – 2000/2010	32
Tabela 4 – População Residente segundo sexo 2000/2010	32
Tabela 5 – Média de moradores dos domicílios permanentes ocupados – 2010	33
Tabela 6 – Total de domicílios coletivos da Serra	33
Tabela 7 – Rendimento nominal mensal de pessoas com 10 anos ou mais de idade no Espírito Santo e Municípios da RMGV – 2010	38
Tabela 8 – Rendimento nominal mensal domiciliar per capita de domicílios particulares permanentes no Espírito Santo e municípios da RMGV – 2010	40
Tabela 9 – Coeficiente de mortalidade proporcional por grupos de causa na Serra, 2010	41
Tabela 10 – Causas e Números de óbitos de 2006 a 2010	43
Tabela 11 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução, Serra e ES – 2010	44
Tabela 12 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os municípios – 2010	45
Tabela 13 – Indicadores de alfabetização e analfabetismo, Brasil, ES e Serra, 2000 e 2010	45
Tabela 14 – Indicadores de escolaridade da população residente no município da Serra – 2010	46
Tabela 15 – Pessoas que frequentavam escola ou creche por curso no ES e Serra, 2010	46
Tabela 16 – Evolução da matrícula inicial na educação para Espírito Santo e o município da Serra - 2005 e 2010	47
Tabela 17 – Evolução da Prova Brasil: resultados obtidos pela rede municipal de ensino fundamental – Serra	49
Tabela 18 – Taxas de aprovação, abandono, evasão, promoção, repetência, reprovação e distorção idade-série, 2000 e 2010	50
Tabela 19 – Números absolutos de homicídios no Espírito Santo, RMGV e Serra - 1999-2012	53
Tabela 20 – Principais Incidências de Denúncias	55
Tabela 21 – Ranking dos Bairros do Município da Serra com Maior Índice de Homicídios	56
Tabela 22 – Índice de homicídios entre adolescentes e jovens (12 a 29 anos)	57
Tabela 23 – Índice de vulnerabilidade juvenil à violência (IVJ-V)	57
Tabela 24 – Homicídios femininos 2008/2010 e taxa de homicídio feminino (em 100 mil mulheres) em municípios com mais de 26 mil mulheres. Destaque 10 municípios brasileiros e posição dos municípios capixabas – 2012	60
Tabela 25 – Bairros onde está concentrado o maior número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, em 2007	66
Tabela 26 – Ranking dos homicídios nos 20 primeiros bairros da Serra – ano de 2006 e primeiro semestre 2007	68
Tabela 27 – Divisão Socioterritorial da Assistência Social na Serra	70
Tabela 28 – Territórios de abrangência de CRAS e total de domicílios particulares permanentes ocupados, por bairro	73
Tabela 29 – Ano de instalação dos CRAS e número de famílias cadastradas	89
Tabela 30 – Demonstrativo dos 40 bairros do município da Serra com maior número de domicílios com pessoas que vivem sem rendimento mensal e com rendimento mensal de até ¼ do SM	91
Tabela 31 – População em Situação de Extrema Pobreza no Município por faixa etária	95
Tabela 32 – Bairros onde está concentrado o maior número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família - 2007, 2011 e 03/2013	101
Tabela 33 – Total de famílias inscritas no CAD Único, período 2009 a 2013	102

Tabela 34 – Total de famílias incluídas no Programa Bolsa Família e recursos financeiros pagos as famílias	103
Tabela 35 – Tipo de Benefícios	103
Tabela 36 – Público Acompanhado	103
Tabela 37 – Estimativas	103
Tabela 38 – Repercussões por descumprimento de condicionalidades	104
Tabela 39 – Total de repercussões por descumprimento de condicionalidades (BVJ)	104
Tabela 40 – Acompanhamento familiar	104
Tabela 41 – Grupos populacionais tradicionais e específicos	

GRÁFICOS

Gráfico 1 – % População residente, segundo situação de domicílio - 2000/2010	29
Gráfico 2 – Pirâmides etárias para a Serra nos anos censitários: 2000 a 2010	30
Gráfico 3 – Pirâmides etárias para a Serra nos anos censitários (%): 2000 a 2010	30
Gráfico 4 – Evolução dos empregos formais, Serra, Região Metropolitana e Espírito Santo, 2003-2010	35
Gráfico 5 – Participação do emprego formal da Serra (%), por setor de atividade, na Região Metropolitana, 2010	36
Gráfico 6 – Distribuição dos postos de trabalho	37
Gráfico 7 – Proporção de domicílios com acesso a rede de água, coleta de lixo e escoamento adequado	40
Gráfico 8 – População em idade escolar e matrículas – 2010	48
Gráfico 9 – Demonstrativo Geral de registros de homicídios ocorridos nos 10 anos de funcionamento do CIODES (19/10/2001 a 31/12/2011)	54
Gráfico 10 – Óbitos de residentes por idade e sexo – Serra – Média dos anos 2008, 2009 e 2010	59
Gráfico 11 – Óbitos por ocorrência por grande grupo de Causas Externas - Serra – 2010	59
Gráfico 12 – Distribuição percentual da população extremamente pobre por faixa etária	95
Gráfico 13 – Proporção da população em extrema pobreza frequentando a escola ou creche por faixa etária	96

MAPAS

Mapa 1 – Riqueza e pobreza no território da Serra	67
Mapa 2 - Concentração dos crimes letais contra a pessoa – Serra 2007	69
Mapa 3 – Divisão Sócio Territorial da Assistência Social no Município da Serra	71
Mapa 4 - População residente em domicílios particulares permanentes, com rendimento nominal mensal per capita de até 70 reais	93
Mapa 5 – População residente em domicílios particulares permanentes, com rendimento nominal mensal per capita de até 70 reais	94

SIGLAS E ABREVIATURAS

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

ACESSUAS Trabalho – Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

APA – Áreas de Proteções Ambientais

BA – Bahia

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CADÚNICO – Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

CAI – Centro de Atividades Integradas

CAPS AD – Centro de Apoio Psicossocial para Álcool e outras Drogas

CEAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

CECELA – Centro Brasileiro de Estudos Latino Americano

CDP – Centro de Detenção Provisória

CDDH – Centro de Defesa de Direitos Humanos

CEDOC – Centro de Documentação

CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil

CIVIT – Centro Industrial da Grande Vitória

CIODES – Centro Integrado Operacional de Defesa Social

COMASSE – Conselho Municipal de Assistência Social

COMSEA- Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CONCASE – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONSEA- Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional

COPS – Comitê de Políticas Sociais

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centros de Referência Especializados de Assistência Social

CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão

DEAM – Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher

DST – Doença Sexualmente Transmissível

ECRIAD – Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EFVM – Estrada de Ferro Vitória Minas

ES – Espírito Santo

FAMS – Federação de Associações de Moradores da Serra

FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

GEPES – Gestão Estratégica de Programas Sociais

GT – Grupo de Trabalho

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

JES – Jogos Escolares da Serra

LA – Liberdade Assistida Comunitária

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária

LOA – Lei Orçamentária Anual

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

MEC – Ministério da Educação

MGC – Manual de Gestão das Condicionalidades

MG – Minas Gerais

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

MT – Mato Grosso

NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

NOB/RH – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos

NUPED – Núcleo de Articulação e Inclusão da Pessoa com Deficiência

ONG – Organização Não-Governamental

PAC – Plano de Aceleração de Crescimento

PAC – Programa Adolescente Cidadão

PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAF – Plano de Acompanhamento Familiar

PAIF – Serviço de Proteção e atendimento Integral à Família

PAS – Programa Aluguel Social

PBF – Programa Bolsa Família

PCD - Pessoa Com Deficiência

PDU – Plano de Desenvolvimento do Usuário

PEA – População Economicamente Ativa

PEC – Praça de Esportes e da Cultura

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIA – Plano Individual de Atendimento

PIB – Produto Interno Bruto

PM – Polícia Militar

PMAS – Plano Municipal de Assistência Social

PMS – Prefeitura Municipal da Serra

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PPA – Plano Plurianual de Aplicação

PROCAP – Programa de Capacitação Profissional Socioeducativo

PSB – Proteção Social Básica

PSC – Prestação de Serviços Comunitários

PSE – Proteção Social Especial

PSH – Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

RJ – Rio de Janeiro

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SEAD – Secretaria de Administração e Recursos Humanos

SEDEC – Secretaria de Desenvolvimento Econômico

SEDES – Secretaria de Defesa Social

SEDIR – Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania

SEDU – Secretaria de Educação

SEFI – Secretaria de Finanças

SM – Salário Mínimo

SEMAS – Secretaria Municipal de Ação Social

SEPLAE – Secretaria de Planejamento Estratégico

SEPROM – Secretaria Municipal de Promoção Social

SESA – Secretaria de Saúde

SESE – Secretaria de Serviços

SESP – Secretária Estadual de Segurança Pública

SETUR – Secretaria de Turismo Esporte e Lazer

SIAS – Sistema Integrado de Atendimento Social

SINAN – Sistema de informações de Doenças de Notificação

SINE – Sistema Nacional de Empregos

SUAS – Sistema único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

TRANSCOL – Sistema Metropolitano de Transporte Coletivo

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

RMGV – Região Metropolitana da Grande Vitória

1. APRESENTAÇÃO.

O presente texto constitui o Plano de Assistência Social do Município da Serra, ES para o período de 2014-2017. Contempla um conjunto de ações em andamento ou a serem realizadas, enunciando prioridades e metas para os programas, projetos, serviços e benefícios integrantes do SUAS – Sistema Único de Assistência Social.

O Plano de Assistência Social apresenta-se como um instrumento de planejamento estratégico para a consolidação e condução das políticas públicas voltadas à assistência social. É uma ferramenta de Gestão que organiza, regula e norteia a execução da Política de Assistência Social, contemplando as prioridades de ações, serviços, programas, projetos e benefícios a serem prestados no Município da Serra. Elaborado a partir de um diagnóstico social e das demandas sociais locais, ele aponta as áreas em que os programas e os projetos sociais devem ser desenvolvidos, define prioridades, prevê recursos orçamentários e contribui para que os serviços municipais sejam mais eficazes e eficientes.

A elaboração do PMAS e sua apreciação e aprovação pelo Conselho Municipal de Assistência Social (COMASSE), estão em consonância com a LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social e as resoluções do CNAS, especialmente a Res. Nº 145 de 15/10/04 que estabelece a Política Nacional de Assistência Social e a Res. Nº 33 de 12/12/12 que dispõe sobre a Norma Operacional Básica/SUAS, fundamenta-se nos Princípios e Diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, na concepção da Assistência Social como política pública de seguridade social e condição para o desenvolvimento social.

Busca a concretização do Sistema Único da Assistência Social – SUAS a partir da precedência da gestão pública na Política de Assistência Social e do direito à proteção social. Tem como objetivo garantir a proteção social às famílias, grupos e indivíduos em situação de vulnerabilidade social nos diferentes ciclos da vida.

No Plano estão registradas as ações a serem desenvolvidas no período 2014-2017, nos Níveis de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Aprimoramento da Gestão e da Rede Socioassistencial.

As ações do Plano Municipal de Assistência Social serão implementadas dentro de uma metodologia de rede com propósito de intensificar o diálogo e o trabalho coletivo, transformando todos os envolvidos em sujeitos de fato, num projeto coletivo, através do desenvolvimento integrado de políticas públicas de forma a garantir a cidadania.

Este Plano foi elaborado e encaminhado ao Conselho Municipal de Assistência Social para avaliação e aprovação em Agosto de 2013.

1.1. Processo de Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social.

Plano Municipal de Assistência Social foi elaborado pela Secretaria Municipal de Ação Social, com a participação da sociedade civil e dos Conselhos Municipais.

Fundamentado nas concepções teóricas, diretrizes e objetivos desta política pública e, na realidade, vivenciada pelas famílias usuárias, elaboramos inicialmente um diagnóstico social das vulnerabilidades e riscos que atingem tanto as famílias serranas quanto os territórios onde estas residem.

Baseados no conceito participativo, um dos elementos em consecução foi a X Conferência Municipal de Assistência Social realizada no ano de 2013. A X Conferência Municipal de Assistência Social, contou com a participação de 121 participantes, que tiveram a oportunidade de conhecer, participar e sugerir propostas para a concretização da política municipal.

A partir da X Conferência, foi realizada uma análise das propostas, a fim de transformá-las em ações dentro do Plano Municipal de Assistência Social.

Durante o processo, trabalhamos no sentido do Plano Municipal de Assistência Social se tornar efetivamente um dos instrumentos de gestão da Política de Assistência Social, e se caracterizar por ser um instrumento de planejamento estratégico para a consolidação e condução das políticas públicas voltadas à assistência social.

1.2. *Aprovação do Plano pelo Conselho Municipal de Assistência Social.*

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA SERRA/ COMASSE.

Criado pela Lei 1868/95 e Alterado pelas Leis 2514/2002 e 3779/2011.

RESOLUÇÃO DO COMASSE nº 023 /2013.

Dispõe sobre aprovação do Plano municipal de Assistência Social da Serra 2014/2017.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA SERRA – (COMASSE), instituído pela da Lei nº 1868 de Dezembro de 1995 e alterada pela Lei 3779 de 29 de setembro de 2011, em sua reunião Ordinária, realizada em 02 de outubro de 2013.

CONSIDERANDO o art. 2º inciso III da Lei municipal nº 3.779 de 29 de setembro de 2011 que revogam as disposições em contrário das Leis nº 2.514/02 e nº 1868/95.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano Municipal de Assistência Social da Serra para o período de 2014 a 2017, o qual contempla um conjunto de ações em andamento ou a serem realizadas, enunciando prioridades e metas para os programas, projetos, serviços e benefícios integrantes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Serra (ES), 02 de outubro de 2013.

LEANDRA FERREIRA DE OLIVEIRA

Presidente do COMASSE

2. ÓRGÃO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

2.1. Identificação:

Nome do Órgão Gestor	Secretaria de Ação Social
Município	Serra – ES
Telefone / fax	3291-2424 / 3291-2435
e-mail	semas@serra.es.gov.br
Responsável	Rosalie de Resende Có
Nível de Gestão	Plena
Porte do Município	Grande Porte

2.2. Composição da equipe completa do Órgão Gestor:

2.2.1. Composição da Equipe do Órgão Gestor.

SERVIDOR	FUNÇÃO	ESCOLARIDADE	Tipo de vínculo
1 Rosalie de Resende Có	Secretária	Superior	Comissionado
2 Sheila Cristina de Souza Cruz	Secretária Adjunta	Superior	Comissionado
3 Regilene Mazzariol Tononi	Gerente de Gestão do SUAS	Superior	Estatutário/Comissionado
4 Luçara Gomes dos Santos Souza	Gerente da Proteção Básica	Superior	Comissionado
5 Raphaela Schimidt Ferreira	Gerente da Proteção Especial	Superior	Comissionado
6 Rafael Muzzi Maia da Flores	Apoio administrativo	Médio	Comissionado
7 Soraya Melo de Souza Nascimento	Gerente do Fundo Municipal de Assistência Social	Superior	Estatutário/ Comissionado
8 Elcimara Rangel Loureiro Alicia	Gerente do Fundo Municipal da Infância e Adolescência	Superior	Comissionado
9 Dinah Siqueira Brilhante	Assistente Social	Superior	Estatutário
10 Denise Carla Coelho Goldner	Psicólogo	Superior	Estatutário
11 Maria Helenise Buffon	Assistente Social	Superior	Estatutário
12 Glaucinéia Penha dos Santos	Assistente Social	Superior	Estatutário
13 Ronei Amin Telles	Contador	Superior	Estatutário
14 Laís Miranda Moro	Auxiliar Administrativo	Superior	Estatutário
15 Patrícia Gomes de Souza	Educador Social	Superior	Estatutário
16 Bruna Lorenço de Moraes Amaral	Supervisor de Projetos	Médio	Comissionado

17	Fernanda Vescovi	Assistente Social	Superior	Comissionado
18	Fernanda Dias Silva	Psicólogo/Gestor CAD Único	Superior	Comissionado
19	Zuleide Damasio Ferreira	Coordenador de serviços de convivência para Idosos	Médio	Comissionado
20	Nayara Gonçalves Fausto	Assistente Técnico	Superior	Comissionado
21	Lídia Almeida	Pedagogo	Superior	Comissionado
22	Lúcio Ferreira	Assessor Técnico	Superior	Estatutário/comissionado
23	Simone dos Santos Nascimento	Assistente Técnico	Superior	Comissionado
24	Regina Lúcia Borges Miranda	Apoio Administrativo	Médio	Comissionado
25	Geozete Silva de Oliveira	Chefe de Gabinete	Superior	Comissionado
26	Marcos Fernandes Selemann	Assistente Técnico	Médio	Comissionado
27	Ivanilda Teixeira	Servente	Fundamental	Estatutário
28	Marilene Bermudes Duarte Siqueira	Servente	Fundamental	Celetista
29	Rosângela Galdino dos Santos	Professor	Superior	Estatutário
30	Marcela Romanin Sguassabia	Assistente Social	Superior	Estatutário
31	Patrícia de Araújo Tetzlaff	Assistente Técnico	Médio	Comissionado

3. CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

3.1. Identificação:

Presidente	Leandra Ferreira de Oliveira (Sociedade Civil)
Número de Conselheiros	32 (titulares e suplentes)
Endereço	Rua Dom Pedro II, nº 136, Centro, Serra, ES
Telefax	(27)3251-4795
E-mail	comasse.es.serra@hotmail.com
Secretária Executiva Escolaridade	Luciana Barros Moreira Souza
	Superior – Serviço Social

3.2. Representação Governamental e da Sociedade Civil:

3.2.1. Representação Governamental:

Secretaria Municipal de Ação Social (SEMAS)

Titular: Silvana Pereira Fadel:

Regilene Mazzariol Tononi

Suplente: Maria Helenise Buffon
Maria Glaucia de Queiroz França

Secretaria Municipal de Saúde (SESA)

Titular: Sonely Pereira Paula

Suplente: Andressa Ribeiro Fogos

Secretaria Municipal de Educação (SEDU)

Titular: Daniele Loureiro Zanoni

Suplente: Juliana Firme Ferreira

Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico (SEPLAE)

Titular: Sinedria Braz Sales

Suplente: Luciane Aparecida Bolda

Secretaria Municipal de Finanças (SEFI)

Titular: Rui Pereira Rocha

Suplente: Graciane Moreira dos Santos

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SEDIR)

Titular: Rosane Afonso Rangel

Suplente: Nivia Giselle Chagas Souza da Silva

Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda (SETER)**Titular:** Renato Alexandre Rangel de Jesus**Suplente:** Fernanda Maria Souza**3.2.2. Representantes da Sociedade Civil de acordo com os Níveis de Complexidade do SUAS.**

Representante da Sociedade Civil do segmento dos usuários:

Proteção Social Básica:

Titular: Valdirene Martins Ferreira da Rocha

Leida Gomes Carvalho dos Santos

Suplente: Jady Maria Souza Paz

Maria das Graças Santos Chagas

Eugenia Passos Paulino:

Proteção Social Especial:**Titular:** Fabíola Jesus Vieira de Sá:

Representante da Sociedade Civil do Segmento das Entidades e Organizações de Assistência Social

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA:**Titulares:****1ª - Sociedade Brasileira de Cultura Popular / CIDADE DO GAROTO****Representante:** Ariane Sibely Delboni Nunes

2ª - Sociedade Civil Casas de Educação/Projeto VIDA PADRE GAILHAC.

Representante: Leandra Ferreira de Oliveira:

3ª - Centro de Defesa dos Direitos Humanos/CDDH

Representante: Maria Jose Rodrigues

Suplentes:

1ª - Caritas Arquidiocesana de Vitória

Representante: Camila Hombre Mulinare

2ª - Associação Lar Semente do Amor

Representante: Cleonice Viana dos Santos Angeli

3ª - Associação de Mulheres Unidas da Serra

Representante: Maria José Nunes

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE:

TITULAR: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Serra/ APAE

Representante: Luiz Paulo Bertoni

SUPLENTE: Associação Pestalozzi da Serra

Representante: Sandra Regina Duarte de Melo

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

TITULAR: Lar Batista Albertine Meador

Representante: Karla Mendes Ramos

SUPLENTE: Instituto Franciscano

Representante: Rejeane Ventura da Silva

3.3. Ações desenvolvidas pelo Conselho Municipal de Assistência Social:

O Conselho Municipal de Assistência Social – COMASSE nos termos da lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social, alterada pela lei nº 12.435 de 2011, é órgão colegiado, de caráter deliberativo, permanente e de composição paritária, vinculado ao órgão municipal responsável pela coordenação da política de assistência social.

3.3.1. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

- . Deliberar e definir as prioridades na formulação de estratégias e no controle da execução da Política de Assistência Social no âmbito municipal em consonância com a Política Nacional e Estadual de Assistência Social;
- . Estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Assistência Social;
- . Aprovar o Plano Municipal e Plurianual de Assistência Social;
- . Acompanhar e controlar a execução da Política Municipal de Assistência Social;
- . Propor e acompanhar critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social, e fiscalizar a movimentação e aplicação dos recursos;
- . Aprovar e acompanhar critérios para a programação financeira e orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social;
- . Apreçar e aprovar a proposta orçamentária da Assistência Social a ser encaminhada pela secretaria responsável;
- . Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos orçamentários da assistência social por meio do Fundo Municipal de Assistência Social;
- . Estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do Fundo Municipal de Assistência Social;
- . Fixar normas para efetuar a inscrição de entidades e organizações de Assistência Social e registrar ações, serviços, programas e projetos de entidades correlatas no âmbito municipal;
- . Manter atualizado o cadastro das entidades e organizações devidamente inscritas no Conselho Municipal;
- . Efetuar a inscrição e aprovar as ações, serviços, programas e projetos de assistência social das entidades da sociedade civil e dos órgãos governamentais para fins de funcionamento;

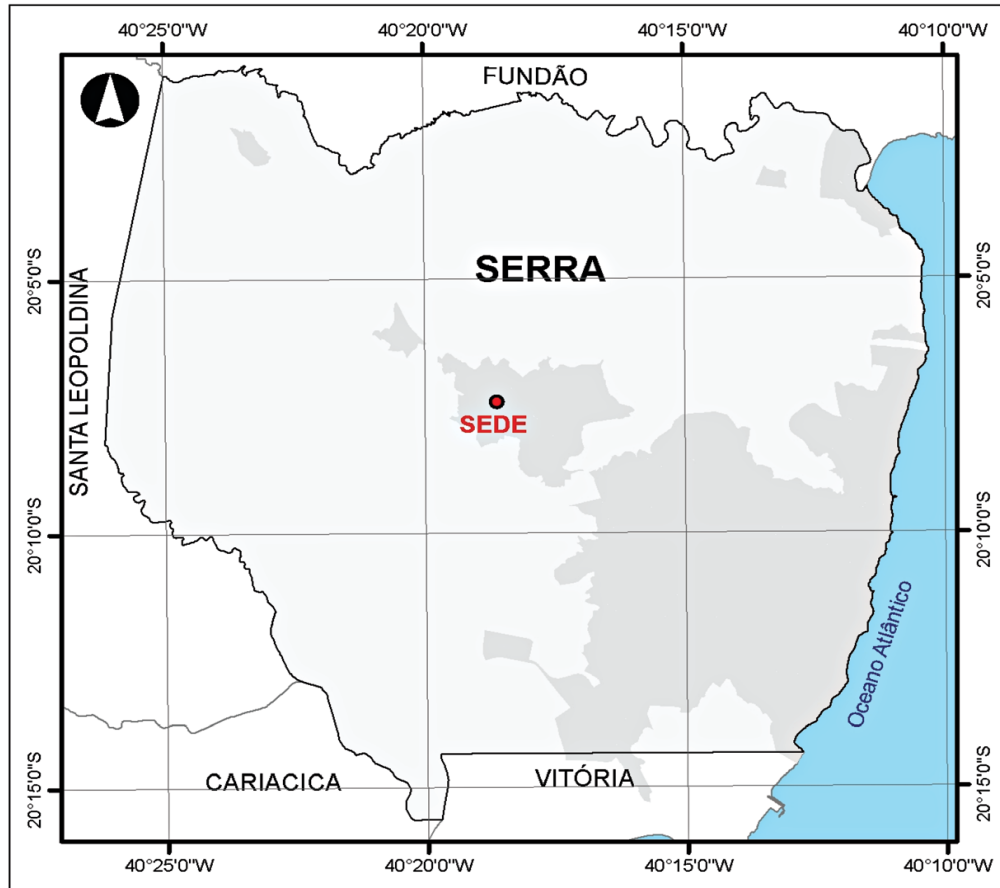
- . Avaliar, acompanhar e fiscalizar os serviços de assistência social prestados à população por entidades da sociedade civil e por órgãos governamentais no município da Serra;
- . Aprovar critérios de qualidade para o funcionamento dos programas, projetos, serviços e benefícios de Assistência Social;
- . Apreçar e aprovar critérios para a celebração de contratos, convênios e similares entre o órgão gestor e entidades públicas e privadas que prestam serviços de assistência social;
- . Aprovar previamente os planos de trabalho e projetos políticos pedagógicos objetivando a celebração de contratos, convênios e similares mencionados no inciso anterior;
- . Acompanhar e fiscalizar a gestão dos recursos destinados à Assistência Social, avaliando os ganhos sociais e o desempenho dos serviços, programas, projetos e benefícios implementados de acordo com os critérios de avaliação fixados pelo COMASSE;
- . Propor formulação de estudos e pesquisas que subsidiem as ações do COMASSE no controle social da Política de Assistência Social;
- . Propor modificações nas estruturas do sistema municipal que visem a promoção, a proteção e a defesa dos direitos dos usuários da Assistência Social;
- . Estimular e incentivar o treinamento permanente dos servidores dos órgãos governamentais e das entidades da sociedade civil, envolvidas na prestação de serviços de Assistência Social;
- . Zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social;
- . Elaborar, aprovar e alterar quando se fizer necessário seu Regimento Interno;
- . Manter articulação com o Conselho Estadual de Assistência Social – CONEAS, e com o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS;
- . Divulgar, no órgão de imprensa oficial do Município e em jornal de circulação local e estadual, as deliberações consubstanciadas em Resoluções e outros instrumentos congêneres do COMASSE;
- . Convocar ordinariamente, a cada 02 anos, ou extraordinariamente, a Conferência Municipal de Assistência Social e as Pré conferências, com a atribuição de avaliar a situação da Assistência Social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do Sistema;
- . Apreçar, aprovar e estabelecer critérios de concessão e valor dos benefícios eventuais previstos no Art. 22 da Lei nº 8.742, de 1993;
- . Exercer outras atribuições que lhe forem delegadas por lei ou pelos órgãos responsáveis pela Coordenação da Política Nacional de Assistência Social;

- . Analisar e aprovar as prestações de contas dos recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social;
- . Apreciar e aprovar anualmente o relatório de gestão da Assistência Social;
- . Estabelecer critérios para destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral.

4. DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL.

O município da Serra, localizado no Estado do Espírito Santo, na Região Sudeste do Brasil, possui 553,5 km² de extensão territorial, o que corresponde a 1,2% do território do Estado do Espírito Santo. O município limita-se ao norte com o município de Fundão, ao sul com a capital Vitória e com o município de Cariacica, a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com o município de Santa Leopoldina. Está inserido na Região Metropolitana da Grande Vitória, distante 28 km de Vitória, a capital do Estado. O município é composto por 5 distritos: Serra (Sede), Calogi, Carapina, Nova Almeida e Queimado.

Delimitação territorial.

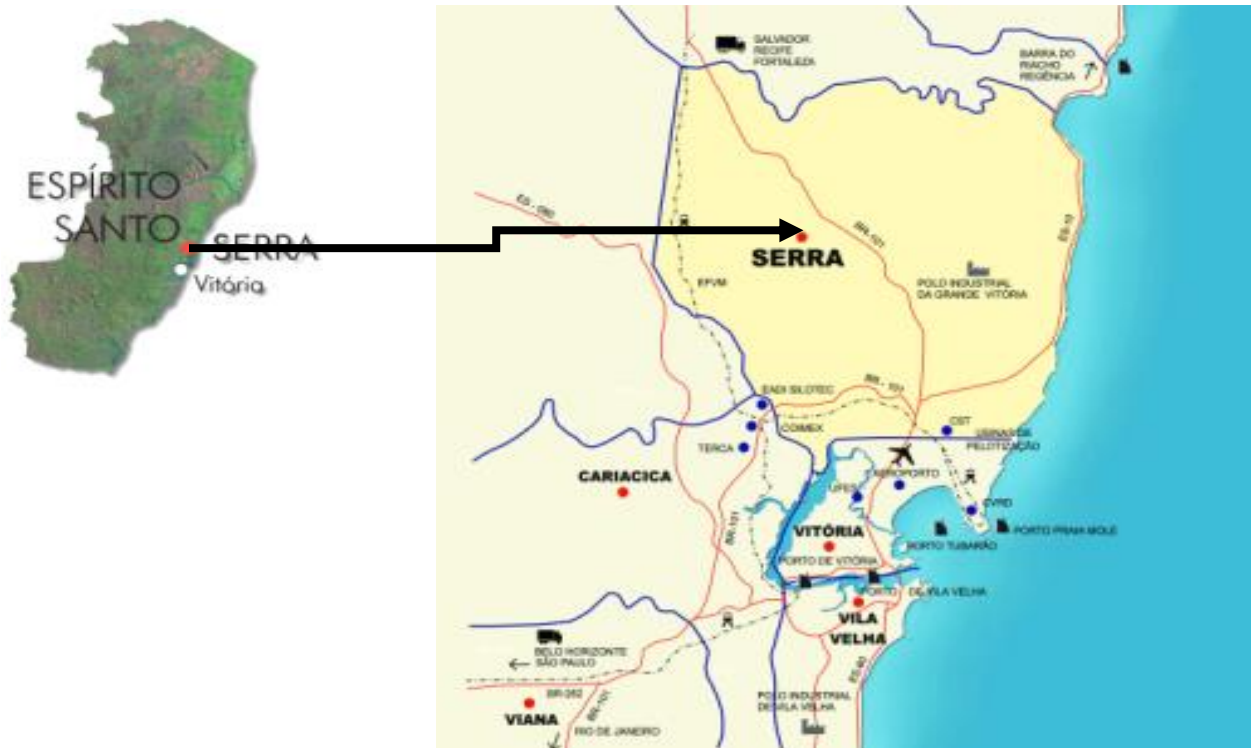


Fonte: Serra em Números

O Município localiza-se em um raio de 1.000 km de distância dos principais centros consumidores do país – São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. Sua posição geográfica privilegiada facilita o abastecimento de matérias primas e o acesso a mercados emergentes colocando-o como principal município industrial do Estado.

O Município é cortado pela BR 101 que liga o norte e o sul do país estando também muito próximo do início da BR 262 que liga o Espírito Santo - ES ao centro do país, gerando um intenso fluxo de caminhão de carga, uma vez que se constitui rota de escoamento de outros Estados (MG, MT, SP, RJ, BA, etc.).

Localização do município da Serra no Estado do Espírito Santo e na Região Metropolitana da Grande Vitória.



A faixa litorânea, com 23 km de extensão, abriga os balneários de Nova Almeida, Jacaraípe, Manguinhos, Bicanga e Carapebus. Seu potencial turístico é inegável, sendo no verão local de veraneio de turistas de outros Estados e municípios do Espírito Santo.

O Município possui áreas de floresta atlântica de planície e encosta, floresta de tabuleiro e mata de restinga. Atualmente a cobertura original do município encontra-se alterada em função do acelerado crescimento urbano e industrial das últimas décadas. O litoral do município ainda é caracterizado pela ocorrência de vegetação de dunas, praias e manguezais.

O Município da Serra é dividido em 7 (sete) regiões administrativas, a saber:

Região	Bairros
Região 1 Serra Sede	Belvedere, Caçaroca, Campinho da Serra I, Campinho da Serra 2, Centro da Serra, Cidade Nova da Serra, Colina da Serra, Divinópolis, Fazenda Cascata, Jardim Bela Vista, Jardim da Serra, Jardim Guanabara, Jardim Primavera, Nossa Senhora da Conceição, Santo Antonio, São Domingos, São Judas Tadeu, São Lourenço, São Marcos, Serra Centro, Maria Niobe, Vista da Serra I, Vista da Serra II.
Região 2 CIVIT	Barcelona, Barro Branco, Civit I, Eldorado, Maringá, Mata da Serra, Nova Carapina I, Nova Carapina II, Novo Porto Canoa, Serra Dourada I, Serra Dourada II, Serra Dourada III.
Região 3 Laranjeiras	Alterosas, Camará, Cantinho do Céu, Central Carapina, Chácara Parreiral, Civit II, Diamantina, Guaraciaba, Jardim Limoeiro, Jardim Tropical, José de Anchieta, José de Anchieta II, José de Anchieta II, Laranjeiras Velha, Morada de Laranjeiras, Nova Zelândia, Parque Residencial Laranjeiras, Planalto Carapina, Santa Luzia, São Diogo I, São Diogo II, São Geraldo, Solar de Anchieta, Taquara I, Taquara II, Valparaíso,
Região 4 Carapina	André Carloni, Bairro de Fátima, Boa Vista Carapina, Carapina Grande, Conjunto Carapina I, Eurico Salles, Hélio Ferraz, Jardim Carapina, Manoel Plaza, Rosário de Fátima, TIMS.
Região 5 Novo Horizonte	Balneário de Carapebus, Bicanga, Cidade Continental, Manguinhos, Manguinhos, Novo Horizonte e Praia de Carapebus.
Região 6 Castelândia	Castelândia, Centro Industrial do Município, Condomínio Ecológico Parque da Lagoa, Conjunto Jacaraípe, Feu Rosa, Ourimar, Portal de Jacaraípe, São Pedro, Sítio Irema, Vila Nova de Colares
Região 7 Jacaraípe	Bairro das Laranjeiras, Costa Dourada, Costabela, Enseada de Jacaraípe, Estância Monazítica, Jardim Atlântico, Lagoa de Jacaraípe, Praia de Capuaba, Residencial Jacaraípe, São Francisco, São Patrício, Bairro Novo, Boa Vista Nova Almeida, Nova Almeida Centro, Marbela, Parque das Gaivotas, Parque Nova Fé, Parque Residencial Nova Almeida, Praiamar, Reis Magos, São João, Serramar.

Fonte: PMS/SEPLAE/SERRA21

O Município é composto por 124 bairros de acordo com a Lei Nº 3421, de 24 de julho de 2009 que regulamenta a organização do Município em bairros, a saber: Alterozas, André Carloni, Bairro das Laranjeiras, Bairro de Fátima, Bairro Novo, Balneário de Carapebus, Barcelona, Barro Branco, Belvedere, Bicanga, Boa Vista (Carapina), Boa Vista (Nova Almeida), Boulevard Lagoa, Caçaroca, Camará, Campinho da Serra I, Campinho da Serra II, Cantinho do Céu, Carapina Grande, Cascata, Castelândia, Central Carapina, Centro da Serra, Chácara Parreiral, Cidade Continental, Cidade Nova da Serra, Cidade Pomar, Civit I, Civit II, Colina da Serra, Colina de Laranjeiras, Conjunto Carapina I, Conjunto Jacaraípe, Continental, Costa Dourada, Costa Bela, Diamantina, Divinópolis, Eldorado, Enseada de Jacaraípe, Estância Monazítica, Eurico Salles, Feu Rosa, Guaraciaba, Hélio Ferraz, Jardim Atlântico, Jardim Bela Vista, Jardim Carapina, Jardim da Serra, Jardim Guanabara, Jardim Limoeiro, Jardim Primavera, Jardim Tropical, José de Anchieta, José de Anchieta II, José de Anchieta III, Lagoa de Carapebus, Lagoa Jacaraípe, Laranjeiras Velha, Manguinhos, Manoel Plaza, Marbela, Maria Niobe, Maringá, Mata da Serra, Morada de Laranjeiras, Nossa Senhora da Conceição, Nova Almeida Centro, Nova Carapina I, Nova Carapina II, Nova Zelândia, Novo Horizonte, Novo

Porto Canoa, Ourimar, Palmeiras, Parque das Gaivotas, Parque Jacaraípe, , Parque Residencial Laranjeiras, Parque Residencial Mestre Álvaro, Parque Residencial Nova Almeida, Parque Residencial Tubarão, Parque Santa Fé, Pitanga, Planalto Carapina, Planalto Serrano, Planície da Serra, Portal de Jacaraípe, Porto Canoa, Praia de Capuaba, Praia de Carapebus, Praiamar, Reis Magos, Residencial Jacaraípe, Residencial Vista do Mestre, Rosário de Fátima, Santa Luzia, Santa Rita de Cássia, Santo Antônio, São Diogo I, São Diogo II, São Domingos, São Francisco, São Geraldo, São João, São Judas Tadeu, São Lourenço, São Marcos I, São Marco II, São Patrício, São Pedro, Serra Centro, Serra Dourada I, Serra Dourada II, Serra Dourada III, Serramar, Solar de Anchieta, Taquara I, Taquara II, Terminal Intermodal da Serra (TIMS), Valparaíso, Vila Nova de Colares, Vista da Serra I, Vista da Serra II.

Aspectos Geográficos:

Altitude 833 metros (Mestre Álvaro, altitude máxima)	Ventos Predominantes Norte e Nordeste
Clima Tropical quente e úmido	Área 553,5 km ²
Temperatura do Ar Média anual 24°C	Latitude 20° 07' 43" Latitude Sul
Varição Pluviométrica Média anual 900 a 1.200mm 3	Longitude 40° 18' 28" Longitude Oeste
Solo Latossolo vermelho-amarelado distrófico	Vegetação Original Mata Atlântica

Fonte: Serra em Números

*Incluídas as áreas dos bairros Carapina I, Hélio Ferraz e Bairro de Fátima, contabilizadas pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), para o Município de Vitória.

4.1. Aspecto Histórico Cultural.

O município da Serra teve início com a fundação de uma aldeia próxima ao morro Mestre Álvaro - montanha com 833,00m de altitude; na várzea, onde foi construída uma pequena igreja e em volta se estabeleceram os fundadores.

O município foi criado em 1833, como território desmembra-se do município de Vitória, através da resolução do Conselho de Governo de 02 de abril de 1833, e instalado em 19 de agosto daquele ano.

Em 1875 a sede do município da Serra deixa de ser vila e é elevada a categoria de cidade. A instalação foi solene, com festa organizada pelo Deputado provincial, Major Joaquim Pereira Franco Pissarra, e políticos locais no dia 02 do mês de dezembro de 1875. O Major Pissarra foi o autor da Lei que transformou a vila da Serra em cidade.¹

Da pacata aldeia de Conceição da Serra, o Município cresceu com sua economia baseada na agricultura. Na década de 50, iniciou-se uma grande produção de abacaxi. Nos primórdios da década de 50 foi iniciada a construção da BR 101, o que promoveu, embora, no início, timidamente, o progresso da Serra. O município voltou a experimentar novo desenvolvimento, de uma forma acentuada, a partir da década de 60 (século XX).²

Na sua primeira fase, rural, a população era quase constante. Houve uma redução após o ano de 1872. Neste ano possuía 11.032 habitantes, fato ocasionado, dentre outros, pela abertura da ferrovia EFVM, quando da inauguração do primeiro trecho: Porto Velho - Cariacica (Km 17,26) - Alfredo Maia (Km28,873) se deu em 13 de maio de 1904, o que levou os moradores da região a comerciarem diretamente com Vitória. A redução da população da Serra, também se deu pelo êxodo rural, um fenômeno acontecido em todo o Brasil.

Em 1960, é dado início à segunda fase, a fase industrial. A Serra possuía uma população de 9.192 habitantes, a partir desta data, começam os investimentos na região e, muda a configuração urbana do município; o distrito de Carapina passa por um processo de grande desenvolvimento. Em 1963 é iniciado o Porto de Tubarão e, em 1969 é iniciado o CIVIT I, o que levou a população do município da Serra, em 1970 para 17.286 habitantes. Na década de 70, outro investimento de grande porte é iniciado em solo serrano. Em 1976 inicia-se a construção da Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST, que alavancou novo crescimento populacional, pois em 1980, o município já possuía uma população de 82.450 habitantes.³

¹ Disponível em <http://camaraserra.web344.kinghost.net/>

² Idem

³ Idem.

Atualmente, a Serra conserva sua história e se apresenta como um Município moderno e com grande capacidade de desenvolvimento. Segundo dados do IBGE, Censo 2010 o Município com aproximadamente 421 mil habitantes, a cidade possui infraestrutura, com grandes vias pavimentadas, áreas de lazer, rede hospitalar, polos industriais, diversificadas áreas de comércio. O município possui o maior parque industrial do Espírito Santo e um dos maiores do Brasil.

A importância do município da Serra no Estado do Espírito Santo e na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) é incontestável. Rico na sua história desde os primórdios do Estado, nas suas tradições que ainda se conservam, na variedade de sua natureza, na localização mais do que privilegiada.

5. DIAGNOSTICO SOCIAL.

Para reforçar a análise de contexto social do território de intervenção da Assistência Social no Município da Serra faz-se necessário dispor da leitura integrada dos aspectos demográficos, sócio econômico, habitacional, saúde, educação, segurança pública, além de outros, considerando-os como condicionantes de vulnerabilidade social da população serrana.

5.1. *Dinâmica Populacional da Serra:*

Na última década a população da Serra cresceu 27,43%. Em 2000, a Serra possuía 321.181 habitantes, em 2010 são 409.267⁴, sendo 406.450 habitantes (99,3%) localizados na área urbana e 2.817 habitantes (0,7%) localizados em área rural, conforme tabela nº 1 e gráfico 1. Este crescimento é menos acelerado em relação às décadas anteriores.

⁴ Observação: O IBGE, nos censos, com base na lei estadual Nº 1919, de 31/12/1963, considera os bairros "Carapina I, Hélio Ferraz e Bairro de Fátima" como sendo pertencentes ao município de Vitória. Assim, no censo de 2010, a população oficial do município da Serra é de 409.267 habitantes. Se considerássemos os referidos bairros, existe uma diferença de 8.626 pessoas, sendo 4.109 homens e 4.517 mulheres a mais, passando a população total do censo 2010 para 417.893 habitantes. Lei que regulamenta e organiza os bairros do município da Serra: Lei Nº 3421, de 24 de julho de 2009.

O perfil da pirâmide etária indica queda na taxa de fecundidade, ou seja, redução na base da pirâmide, passando de 10,3% (0 a 4 anos) em 2000 para 7,9% em 2010. Observa-se também, maior envelhecimento da população, ou seja, maior número de adultos e idosos, conforme gráficos 2 e 3.

Tabela 1 – População residente, segundo localização do domicílio – 2000/2010.

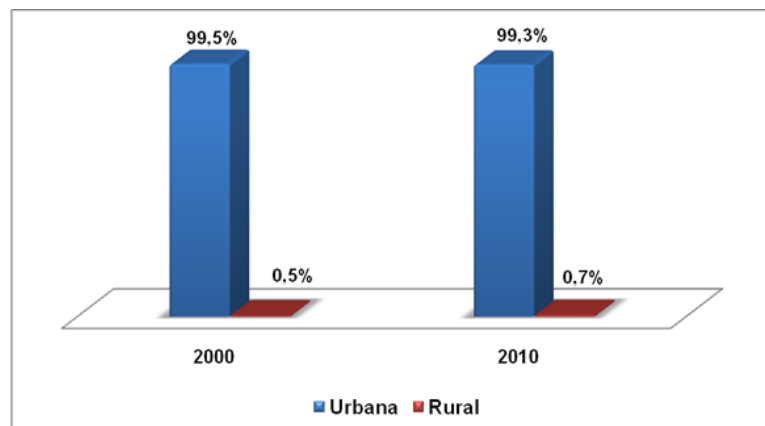
Localização do Domicílio	2000		2010	
	Nº	%	Nº	%
Urbana	319.621	99,5%	406.450	99,3%
Rural	1.560	0,5%	2.817	0,7%
Total*	321.181	100,00%	409.267	100,00%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Elaboração: PMS/SEPLAE/DAE

* Não estão incluídos os bairros Hélio Ferraz, Conjunto Carapina I e Bairro de Fátima.

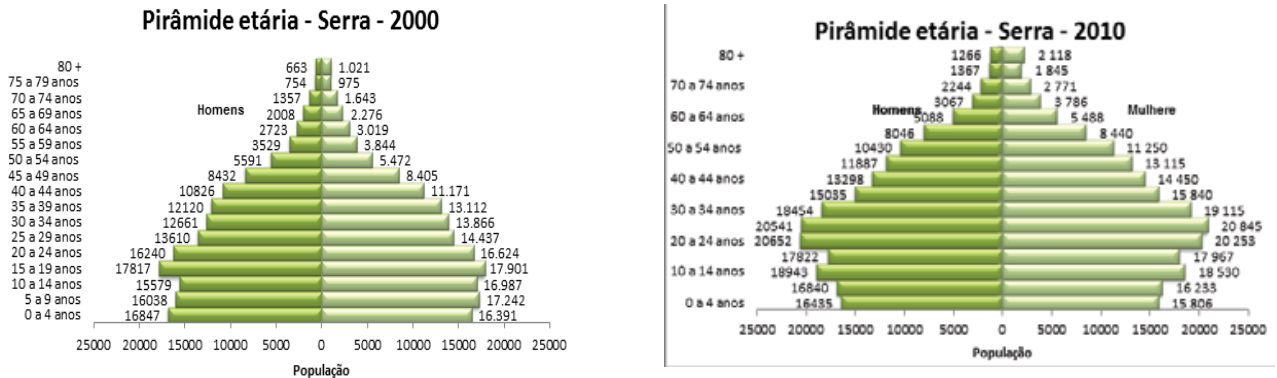
Gráfico 1 - % População¹ residente, segundo situação de domicílio - 2000/2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010

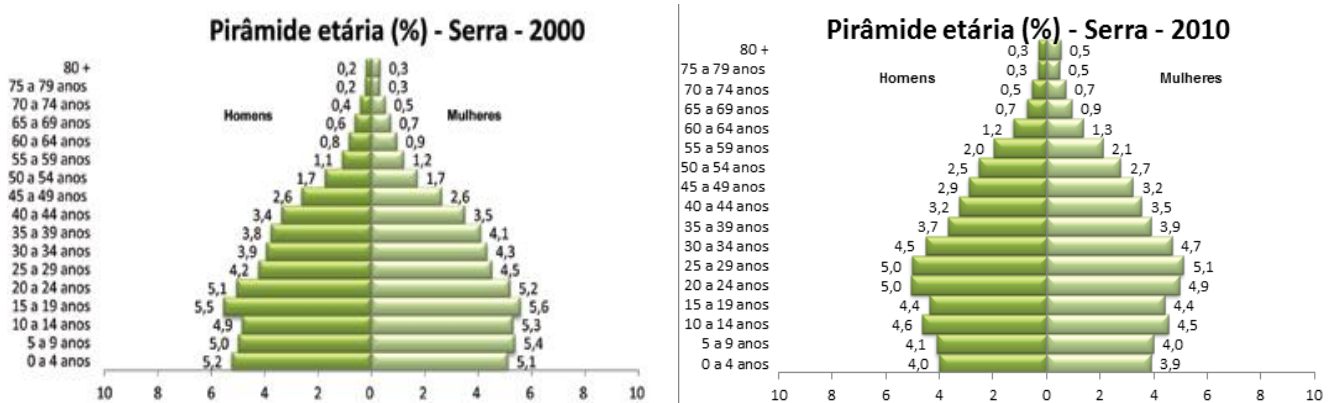
Elaboração: PMS/SEPLAE/DAE

Gráfico 2 - Pirâmides etárias para a Serra nos anos censitários: 2000 a 2010.



Fonte: Elaborado pela equipe dinâmica populacional a partir de dados do IBGE.
¹ Não incluindo a população dos bairros Hélio Ferraz, Conjunto Carapina I e Bairro de Fátima.

Gráfico 3 - Pirâmides etárias para a Serra nos anos censitários (%): 2000 a 2010.



Fonte: Elaborado pela equipe dinâmica populacional a partir de dados do IBGE.
¹ Não incluindo a população dos bairros Hélio Ferraz, Conjunto Carapina I e Bairro de Fátima.

De 2000 a 2010, a chamada população em idade ativa (PIA), ou em idade produtiva representava 65,8% da população em 2000 e passa, em 2010 para 70,4%.

É considerável a diferença entre as pirâmides etárias de 2000 e 2010. Observa-se uma redução na população com faixa etária de 0 a 19 anos. Há também um aumento expressivo na população com faixa etária de 60 a 64 anos.

A população idosa, faixas de 65 anos ou mais também aumentou. Em 2000 a população idosa era de 10.697 e em 2010 18.464, sendo a masculina 7.944 e a feminina 10.520, bem superiores ao ano 2000, que contava com 4.782 homens e 5.915 mulheres.

A razão de dependência, indicador para medir a participação da população inativa (0 a 14 anos e 65 anos ou mais de idade) que deveria ser sustentada pela população ativa (15 a 64 anos), comprova que a população serrana está envelhecendo. Em 2000, a razão de dependência era 51,93% e passou para 42,10% em 2010, tabela 2.

Em 2000, o envelhecimento da população apresentou um índice de 10,80% e em 2010 17,96%, mais uma vez comprovando que a população do município está vivendo mais.

Tabela 2 - Razão de dependência e Índice de envelhecimento do Município da Serra 2000 e 2010.

Razão de Dependência em 2000 ¹	Razão de Dependência em 2010 ¹	Índice de Envelhecimento em 2000 ¹	Índice de Envelhecimento em 2010 ¹
51,93%	42,10%	10,80%	17,96%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010

¹ Indicadores calculados a partir dos dados do Censo 2000 e 2010

Elaboração: PMS/SEPLAE/DAE

Nas décadas de setenta, oitenta e primeira metade da década de noventa as taxas anuais de crescimento da população serrana foram elevadas, tendo atingido 16,09%, 9,05% e 3,93%, respectivamente. O município tem apresentado taxas de crescimento populacional superiores às dos outros municípios da RMGV, o que continuará a ocorrer nos próximos vinte anos.⁵

A explosão de crescimento ocorreu em função da implantação de grandes projetos industriais que atraíram grande número de trabalhadores sem qualificação procedente de Estados vizinhos e do interior do Estado em busca de trabalho na etapa das obras de construção civil e que depois de concluídas não foram absorvidos permanecendo na periferia do Município ocupando o espaço urbano, de maneira irregular e

⁵ Agenda Serra 21

precária, conforme tabela 3. Esse processo acelerado e desordenado provocou dilacerações profundas no tecido urbano e social.

Tabela 3 – População residente 2000 e 2010, crescimento populacional e taxa de crescimento geométrico – 2000/2010.

Censo 2000 (*) 01/08/2000	Censo 2010 01/08/2010	Diferença Populacional	Crescimento 2010/2000	Taxa de crescimento geométrico 2010/2000
321.181	409.267	88.086	27,43%	2,45%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010

Elaboração: PMS/SEPLAE/DAE

(*) Censo demográfico 2000 – com divisão territorial de 2001

O número total de homens (201.415) em 2010, ainda, é menor que o de mulheres (207.852), apresentando uma razão de sexo de 96,9, o que significa a existência de 1,03 mulheres para cada homem. Esta relação se manteve, pois de acordo com o Censo 2000, nesta época também existiam 1,03 mulheres para cada homem, conforme tabela 4.

Tabela 4 – População Residente segundo sexo 2000/2010.

Sexo	2000		2010	
	Nº	%	Nº	%
Homens	163.038	49,27	201.415	49,21
Mulheres	167.836	50,73	207.852	50,80
Total ¹	330.874	100,0%	409.267	100,0%
Razão de Sexo	97,14		96,87	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010

Elaboração: PMS/SEPLAE/DAE

¹ Não incluindo a população dos bairros Hélio Ferraz, Conjunto Carapina I e Bairro de Fátima.

De acordo com os dados do Censo 2010, a Serra apresentou uma média de 3,3 habitantes por domicílio particular permanente ocupado na área urbana e 3,5 na área rural, conforme tabela 5, e 259 domicílios coletivos, tabela 6.

Tabela 5 - Média de moradores dos domicílios permanentes ocupados – 2010.

Localização do domicílio	População residente	Número de domicílios permanentes ocupados	Média de moradores dos domicílios	Taxa de Urbanização ⁶
Urbana	406.450	124.502	3,3	99,3%
Rural ¹	2.223	643	3,5	0,7 %
Total	409.267	125.145	3,27	100 %

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Elaboração: PMS/SEPLAE/DAE

¹ Cálculo feito desconsiderando o número de pessoas do CPD de Queimados

Tabela 6 - Total de domicílios coletivos da Serra.

Total de domicílios coletivos
259

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Elaboração: PMS/SEPLAE/DAE

Para chegar à média de 3,5 habitantes por domicílios particulares ocupados na zona rural, devem-se considerar alguns pontos que não eram esperados pelo IBGE durante o levantamento territorial. O IBGE, antes de formatar o Censo, realiza um levantamento de território, a fim de delimitar os setores que serão posteriormente visitados pelos recenseadores. No caso da Serra em particular, aconteceu de um presídio (o Centro de Detenção Provisória - CDP) ser inaugurado no distrito de Queimados, no dia 13 de agosto de 2009, justamente na zona rural.

Normalmente um presídio é considerado como um setor especial em separado, mas nesse caso em particular ele foi incorporado ao setor da zona rural de Queimados por inexistir antes do levantamento territorial. Entretanto, guardou-se a informação de que ele era um "domicílio coletivo". Durante o Censo 2010 havia cerca de 594 pessoas morando no presídio e portanto, para a Sinopse 2010, quando se fala em população rural do município da Serra, a população do CDP de Queimados entra nos cálculos, mas ao se

⁶ Taxa de urbanização - porcentagem da população da área urbana em relação à população total.

calcular a média de moradores em domicílios particulares, deve-se excluir a população do CPD pois a população de um presídio não faz parte de domicílios particulares.

5.2. *Aspecto Socioeconômico.*

Na última década, a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) indicou que a participação do município no PIB estadual saltou de 12,4%, em 1999, para 17,3%, em 2009. Dos sete municípios que compõem a Região Metropolitana, a Serra representa mais de $\frac{1}{4}$ do PIB dessa região, passando de 20,6% para 26,7%, no mesmo período.

O PIB per capita da Serra é o quarto maior do estado e o segundo dentre os municípios da Região Metropolitana. Dentre os municípios dessa região e do próprio estado, sua evolução foi mais rápida na última década, passando de R\$ 7,8 mil, em 1999, para R\$ 28,5 mil, em 2009, com um crescimento equivalente a 3,7 vezes. Assim, em 1999 era superior ao PIB estadual em 20,6% e, em 2009, superior em 48,8%.

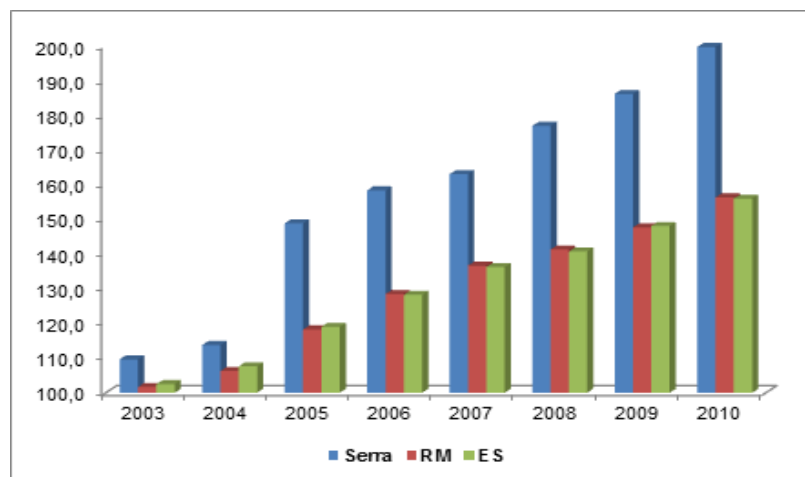
Em relação ao PIB por setor de atividade da economia, percebe-se que na última década ocorreu uma reversão na participação de cada setor no total do PIB da Serra, se dividindo entre os setores secundário (indústrias) e terciário (comércio e serviços).

O município se caracteriza pelo crescente desenvolvimento industrial. Os polos de Civit I e II ocupam uma área de 6 milhões de metros quadrados. Mais de 400 empresas estão instaladas no local. Juntos, os dois centros e o Terminal Intermodal da Serra geram diretamente 2 mil postos de trabalho. A Serra ocupa a primeira posição na área industrial, com mais de um terço do PIB capixaba neste segmento. Além disso, o setor imobiliário se destaca na cidade.

O comércio apresenta forte crescimento, principalmente na Avenida Central em Laranjeiras onde estão situados nove bancos, diversas lojas nos mais variados ramos (construção, confecção, móveis e eletrodomésticos, supermercados, videolocadoras, lanchonetes, etc).

Em relação aos empregos formais, o crescimento foi ainda maior que o crescimento das empresas, equivalente a 99,7%, entre 2002 e 2010, e muito mais expressivo do que o crescimento na Região Metropolitana, de 56,3%, e no Espírito Santo, de 56,0%, conforme gráfico 4.

Gráfico 4 - Evolução dos empregos formais, Serra, Região Metropolitana e Espírito Santo, 2003-2010.



Fonte: MTE, Rais, 2012

Elaboração: Equipe Agenda Serra

A representatividade da Serra na geração do emprego formal na Região Metropolitana é ainda mais significativa, conforme gráfico 5. Dentre os setores que tiveram participação acima da média de 21,9%, destaca-se eletricidade e gás, que gerou 85,3% de todos os empregos da Região Metropolitana no município da Serra, seguido das indústrias de transformação, com 45,0%, e da indústria da construção, com 34,9%.

Gráfico 5 – Participação do emprego formal da Serra (%), por setor de atividade, na Região Metropolitana, 2010.

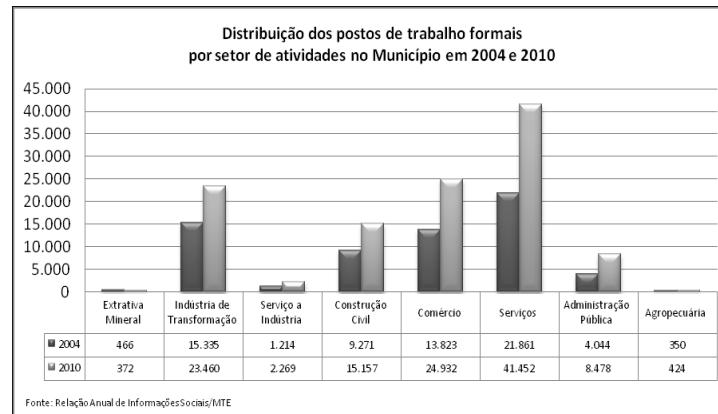


Fonte: MTE, Rais, 2012

Elaboração: Equipe Agenda Serra

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, os serviços foi o setor com maior volume de empregos formais, com 41.452 postos de trabalho, seguido pelo setor de Comércio com 24.932 postos em 2010, representado no gráfico 6. Somados, estes dois setores representavam 57,0% do total dos empregos formais do município.

Gráfico 6 – Distribuição dos postos de trabalho.



Fonte: MTE, Rais,2012
Elaboração: Equipe Agenda Serra

Em síntese, 3,0% dos trabalhadores formais da Serra perceberam até um salário mínimo, 80,1% tiveram remuneração entre um e cinco salários mínimos e 13,0% acima de cinco salários mínimos, sendo que os demais 3,9% não tiveram classificação salarial. Essa proporcionalidade para os da Região Metropolitana foi de 3,7%, 75,7% e 16,6%; enquanto para os do estado foi de 5,3%, 78,0% e 12,8%, respectivamente.

A tabela 7 apresenta que na Serra 112.121 pessoas com 10 anos ou mais vivem sem rendimentos ou apenas com benefícios de programas de transferência de renda. Aproximadamente 157.000 vivem com rendimentos de até 2 salários mínimos. Cerca de 14.000 ou 4% da população possuem rendimentos entre 5 e 10 salários mínimos e menos de mil pessoas com mais de 20 salários mínimos.

Tabela 7 – Rendimento nominal mensal de pessoas com 10 anos ou mais de idade no Espírito Santo e Municípios da RMGV – 2010.

Municípios	Pessoas de 10 anos ou mais de idade								
	Total	Classes de rendimento nominal mensal (salário mínimo) (1)							
		Ate 1	De 1 a 2	De 2 a 3	De 3 a 5	De 5 a 10	De 10 a 20	Mais de 20	Sem rendimento (2)
Espírito Santo	3 005 851	827 049	666 493	220 558	179 236	134 725	47 950	21 043	908 797
Serra	343 632	71 083	85 937	32 325	23 085	14 839	3 303	939	112 121
Vila Velha	360 188	62 635	82 400	33 624	31 757	27 584	11 063	5 304	105 821
Vitória	288 346	42 453	55 634	24 682	27 233	31 902	17 899	8 710	79 833

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

(1) Salário mínimo utilizado: R\$ 510,00.

(2) Inclusive as pessoas que recebiam somente em benefícios.

Neste mesmo sentido, a distribuição de renda familiar acompanha a assimetria apresentada e com indicativos de intensificação das diferenças. A tabela 8 indica que, considerando cada núcleo familiar com média de 4,0 pessoas por domicílio, em 2010 na Serra havia 124.991 famílias das quais aproximadamente 63.000 encontram-se com rendimentos per capita inferiores a 1 salário mínimo, e dessas, cerca de 27.000 famílias sobrevivem com menos de meio salário mínimo.

Tabela 8 – Rendimento nominal mensal domiciliar per capita de domicílios particulares permanentes no Espírito Santo e municípios da RMGV – 2010.

Municípios	Domicílios particulares permanentes								
	Total	Classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita (salário mínimo) (1)							
		Ate ¼	De ¼ a ½	De ½ a 1	De 1 a 2	De 2 a 3	De 3 a 5	Mais de 5	Sem rendimento (2)
Espírito Santo	1 101 094	58 790	165 084	323 339	279 180	93 175	71 858	68 949	40 719
Cariacica	107 826	4 413	15 834	33 707	31 318	8 551	5 596	2 338	6 069
Guarapari	33 395	1 492	4 920	9 860	8 102	2 934	2 187	2 091	1 810
Serra	124 991	4 394	17 000	36 386	36 484	12 487	8 206	4 484	5 550
Vila Velha	134 417	2 947	12 469	29 891	37 177	16 386	15 343	16 248	3 956

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

(1) Salário mínimo utilizado: R\$ 510,00.

(2) Inclusive as pessoas que recebiam somente em benefícios

O município da Serra apesar de ser o segundo município em arrecadação do Espírito Santo, apresenta um quadro de grande demanda pelos serviços públicos em função da explosão demográfica ocorrida em meados dos anos 70 até o final dos anos 80.

A estruturação da cidade e a proximidade com polos de desenvolvimento industrial fez com que a Serra se destacasse também no segmento da construção civil, impulsionando ainda mais os investimentos em infraestrutura tanto do poder público quanto da iniciativa privada.

5.3. Habitação e Saneamento.

A partir do crescimento populacional da cidade, segundo dados da Secretaria Municipal de Habitação a Serra possui um déficit habitacional de 30.484 unidades habitacionais (sem moradia) e um total de 19.135 imóveis em situação inadequada de moradia, para as famílias com renda mensal de até 5 (cinco) salários mínimos.

Os dados gerais do Município, considerando todas as classes de rendimento, o déficit habitacional sobe para 32.690 unidades e para 23.249 para os domicílios inadequados.

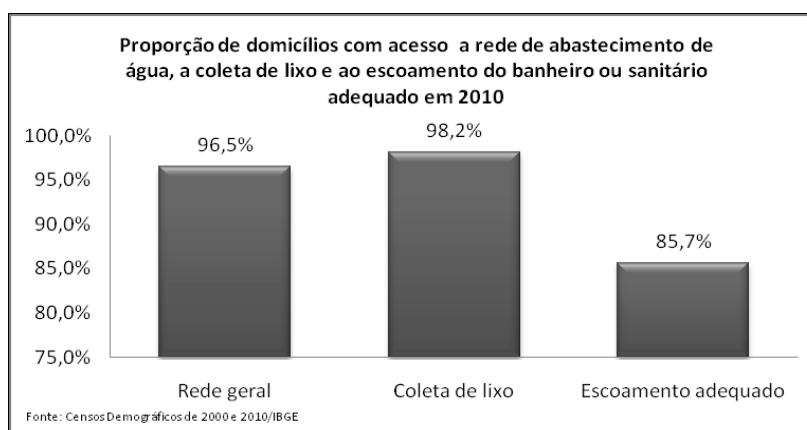
Aliado a esses dados a SEHAB registra que no ano de 2012 foi realizado um cadastro para o Programa Minha Casa Minha Vida que inscreveu 30.000 habitantes da Serra. Um dos critérios para inclusão no programa foi o cadastramento da pessoa ou família no Cadastro Único do Governo Federal para Programas Sociais. Nesse sentido observou-se que das 30.000 pessoas inscritas no programa Minha Casa Minha Vida, apenas 3.000 pessoas declararam estar inscritas no CAD Único.

A SEHAB destaca o Projeto Aluguel Social (PAS) desenvolvido no Município desde o ano de 2003. No ano de 2013, o PAS registra um total de 489 famílias incluídas no Projeto.

Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que o fornecimento de energia elétrica estava presente praticamente em todos os domicílios. A coleta de lixo atendia 98,2% dos domicílios. Quanto à cobertura da

rede de abastecimento de água o acesso estava em 96,5% dos domicílios particulares permanentes e 85,7% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado, conforme gráfico 7.

Gráfico 7 – Proporção de domicílios com acesso a rede de água, coleta de lixo e escoamento adequado.



5.4. Saúde.

Quanto à questão da saúde o atual quadro demográfico brasileiro e, particularmente, do município da Serra, resulta de vários fatores, como a queda da fecundidade, a redução da mortalidade infantil, o aumento da esperança de vida e o progressivo envelhecimento da população, que geram impactos e novas demandas para o sistema de saúde.

Quanto à esperança de vida ao nascer, a Serra vem melhorando lentamente seus indicadores. De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano em 2010 a expectativa de vida alcança 73 anos, aproximando-se da situação do estado que é de aproximadamente 75 anos. Em relação ao perfil de mortalidade, observa-se que a situação da população na Serra vem se modificando, com destaque para a queda dos óbitos infantis, a redução relativa das mortes por doenças infecciosas e o aumento daquelas decorrentes de doenças crônico-degenerativas.

Na Serra houve um crescimento da taxa bruta de mortalidade para cada 1000 habitantes. Em 2010, foram registrados 21.205 óbitos no Espírito Santo e 2.130 óbitos na Serra, correspondendo a uma taxa bruta de 6,03 óbitos por mil habitantes no Espírito Santo e 5,2 na Serra (Ministério da Saúde/DATASUS). Com tendência de queda, a mortalidade infantil, que em 2000 era de 16,92 óbitos por mil nascidos vivos, atingiu 11,45 em 2010, sendo menor que a taxa estadual de 11,92.

Em termos dos componentes da mortalidade infantil, observa-se que a mortalidade neonatal (de 0 a 27 dias) foi a que apresentou maior queda no período (40,85%), chegando a 6,98 óbitos por mil nascidos vivos em 2010. Nesse mesmo período, a mortalidade pós-neonatal (de 28 a 364 dias) teve uma queda menor, de 8,06%.

Evidencia-se através da análise da tabela 10 o aumento dos óbitos por doenças do aparelho circulatório (aumento de 80% desde 2000) e a redução no número de óbitos por causa mal definida, expressando melhoria na informação sobre o diagnóstico. Entre as doenças do aparelho circulatório perfazem maior número o infarto agudo do miocárdio e aquelas de doenças cerebrovasculares; e, por último, entre as neoplasias destacam-se as que acometem os brônquios e pulmões, próstata, esôfago e estômago. No caso das neoplasias, quando estuda-se apenas o sexo feminino, é expressiva a presença de câncer de mama e de colo de útero, perfeitamente evitáveis ou detectáveis precocemente.

Tabela 9 – Coeficiente de mortalidade proporcional por grupos de causa na Serra, 2010.

Causa (Capítulo CID 10)	Óbito	%
Causa externa de morbidade e mortalidade	589	27,65
Doenças do aparelho circulatório	559	26,24
Neoplasias (tumores)	344	16,15
Doenças do aparelho respiratório	132	6,20
Doenças do aparelho digestivo	102	4,79
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	85	3,99
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	72	3,38
Doenças do aparelho geniturinário	48	2,25
Doenças do sistema nervoso	45	2,11
Transtornos mentais e comportamentais	37	1,74
Malformação congênita, deformidade e anomalias cromossômicas	37	1,74
Algumas afecções originadas no período perinatal	32	1,50

Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratórios	19	0,89
Doenças sistema osteomuscular e tecido conjuntivo	11	0,52
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	7	0,33
Doenças do sangue e dos órgãos hematopoiéticos e transtornos imunitários	6	0,28
Gravidez, parto e puerpério	5	0,23
Total	2.130	100,00

Fonte: Agenda SERRA

Com relação aos indicadores de morbidade e fatores de risco, destaca-se que, entre as doenças de notificação compulsória, as que apresentaram maior incidência na Serra, em 2010, foram a dengue, as hepatites virais, a hanseníase e a tuberculose. A incidência de dengue tem se mantido alta nos últimos anos, após o recrudescimento da epidemia a partir de 1994.

De acordo com dados do Sistema de Informação de Doenças de Notificação – SINAN foram registrados 1.367 casos em 2007, coeficiente de incidência de 337,17 por 100 mil habitantes. Em 2011, confirmaram-se 6.291 casos, correspondendo a um coeficiente de incidência de 1.537 por 100 mil habitantes. Em relação às hepatites virais, em 2011 foram notificados 316 eventos, mas somente 52 casos foram confirmados até a 19ª semana epidemiológica. A hanseníase, por sua vez, apresentou 121 casos novos, representando uma taxa de detecção de 29,56 por 100 mil habitantes. A tuberculose registrou 228 casos novos, um coeficiente de incidência de 55,70 por 100 mil habitantes.

Por fim, as três principais causas de internação no SUS na Serra, em 2010, deveram-se a gravidez, parto e puerpério, com 31,52%, as doenças do aparelho circulatório, com 10,12% e causas externas com 8,37%.

Analisando a mortalidade geral e suas causas no município da Serra a mortalidade proporcional por grupo de causa apresenta as causas externas como principal causa de morte desde 2000, correspondendo em 2010 a 27,5% dos óbitos. Em análise sobre as três principais causas de morte na Serra em 2010, assinala-se que entre as causas externas prevalecem os homicídios e acidentes de transporte, com uma sobremortalidade masculina mais acentuada entre os jovens, tabela11.

Tabela 10 – Causas e Números de óbitos de 2006 a 2010.

Causas	2006	2007	2008	2009	2010
Causas Externas	538	545	642	610	576
Doenças do Aparelho Circulatório	585	573	552	522	554
Causas Indeterminadas	20	14	28	16	17
Neoplasias	273	286	333	330	343
Doenças do Aparelho Circulatório	116	105	120	152	139
Mortalidade Geral	1.957	1.958	2.143	2.109	2119
População	394.370	405.426	397.226	404.689	409.267

Fonte: PMS/SESA – Sistema de Informação de Mortalidade

Elaboração: PMS / SESA

Quanto aos dados de causas externas, verifica-se que Serra, Cariacica, Viana e Fundão lideram a mortalidade por causas externas, porém com características diferentes. Em Viana e Fundão predominam as mortes por acidentes viários e em Cariacica e Serra as mortes por agressões. Tanto que neste último município os coeficientes de mortalidade por agressões e acidentes de transporte foram de 88,69 e 49,84 respectivamente, por 100 mil habitantes no ano de 2010. No estado do Espírito Santo esses coeficientes atingiram em 2010 os valores de 53,11 e 50,98 respectivamente.

Essas informações dimensionam a população-alvo para as ações e serviços de saúde e orientam os processos de planejamento, gestão e avaliação de suas políticas para a população e para grupos específicos, como crianças, adolescentes, idosos e mulheres. Assim, com o aumento da participação da população idosa e diminuição da população infantil, vamos encontrar repercussões no comportamento dos agravos e doenças prevalentes, trazendo com isso elementos importantes que devem ser considerados para a contextualização do território.

No Município, a rede própria ambulatorial conta com 33 (trinta e três) unidades básicas de saúde, 01 (uma) unidade itinerante, 06 (seis) unidades regionais de saúde, 01 (um centro de referência ambulatorial, 02 (duas) unidades de pronto atendimento adulto, infantil e odontológico, 01 (uma) maternidade, 01 (um) centro de testagem e aconselhamento em DST/AIDS, 01 (um) centro de atenção psicossocial – CAPS/transtorno, 01 (um) centro de especialidades odontológicas e 01 (um) centro de controle de

zoonoses, 01 (um) laboratório municipal, conta com programas de saúde (saúde da mulher, saúde da criança, saúde do idoso, saúde do homem, saúde de hipertensos e diabéticos).

5.5. Educação.

Quanto ao sistema educacional na Serra existe um contingente de 154.954 pessoas com 10 anos ou mais de idade sem instrução ou com ensino fundamental incompleto e aproximadamente 50.000 adultos que não concluíram o ensino fundamental, conforme tabela 12 e 13.

Em relação ao ensino médio são 66.215 pessoas que não concluíram essa etapa educacional, ou seja, 19,3% da população serrana não possuem o ensino médio, um percentual maior do que o apurado no âmbito estadual, que foi de 17,2%. Porém, entre as pessoas que possuem ensino médio completo e superior incompleto, o percentual na Serra é maior do que o apurado para o Espírito Santo. Isso se constata nas tabelas 9 e 10. Observa-se ainda que 5,6% da população possuíam nível superior em 2010, taxa inferior à do Estado.

Tabela 11 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução, Serra e ES – 2010.

Nível de Instrução	ES	(%)	Serra	(%)
Sem instrução e fundamental incompleto	1.488.062	49,5	154.957	45,1
Fundamental completo e médio incompleto	516.537	17,2	66.215	19,3
Médio completa e superior incompleto	734.310	24,4	101.040	29,4
Superior Completo	250.877	8,3	19.080	5,6
Não determinado	16.029	0,5	2.340	0,7
Total	3.005.851	100,0	343.632	100,0

Fonte: Censo Demográfico 2010 - IBGE

Elaboração: Equipe Agenda Serra

Tabela 12 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os municípios – 2010.

Municípios	Pessoas de 10 anos ou mais de idade					
	Total	Sem instrução de fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Não determinado
Serra	343.632	154.957	66.215	101.040	19.080	2.340
Vila Velha	360.188	124.404	63.383	119.482	50.737	2.182
Vitoria	288.346	78.758	43.976	94.160	70.152	1.301
Total ES	3.005.551	1.488.062	516.573	734.310	250.877	16.029

Fonte: Censo Demográfico 2010 - IBGE

Elaboração: Equipe Agenda Serra

Ainda quanto à educação no Município e considerando analfabeta a pessoa incapaz de ler e escrever, a taxa de analfabetismo apurada no Censo Demográfico 2010 - IBGE foi de 5,6% entre a população com 15 anos ou mais de idade, conforme tabela 14. Esse resultado seguiu a tendência de redução alcançada tanto no âmbito nacional como estadual quando comparado com o resultado do censo 2000. Porém, cabe ressaltar que ainda existem crianças e adolescentes na faixa de idade de 10 a 15 anos que não sabem ler e escrever.

Tabela 13 – Indicadores de alfabetização e analfabetismo, Brasil, ES e Serra, 2000 e 2010.

Ano	Taxa de alfabetização das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)		Taxa de analfabetismo Pessoas de 10 anos que não sabem ler e escrever (%)		Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade (%)	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Brasil	93,9	89,1	11,4	6,5	13,6	9,6
Espírito Santo	90,2	90,8	-	3,3	11,7	8,1
Serra	93,1	94,8	-	3,7	8,6	5,6

Fonte: Censo Demográfico 2010 – IBGE

Elaboração: Equipe Agenda Serra

Em 2010 aproximadamente um terço da população residente na Serra frequentava um estabelecimento de ensino. Desta população atendida pela rede educacional, 78,8% estava matriculada em escolas públicas, tabela 15.

Tabela 14 – Indicadores de escolaridade da população residente no município da Serra – 2010.

Rede de Ensino	População residente que frequenta escola	Indicador	Taxa
Rede pública	98.777	% na rede pública	78,8 %
Rede particular	26.625	% na rede particular	21,2 %
Total	125.402	% população da Serra na escola (409.267)	30,6 %

Fonte: Censo Demográfico 2010 - IBGE

Elaboração: Equipe Agenda Serra

Das 125.402 pessoas residentes na Serra, que frequentavam algum estabelecimento de ensino em 2010, 11,8% frequentavam o nível de graduação, especialização, mestrado ou doutorado. Mais de 12% desta população estava em creche ou pré-escola, 4,5% em classes de alfabetização e 0,9% em escola de alfabetização de jovens e adultos. Esses percentuais mostraram avanços importantes em relação ao apurado em 2000, especialmente no que diz respeito à frequência a cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado. No geral, a tabela 12 indica que a distribuição da frequência a cursos na Serra é similar à média do Estado⁷.

Tabela 15 – Pessoas que frequentavam escola ou creche por curso no ES e Serra, 2010.

Curso	Espírito Santo		Serra			
	2010	(%)	2000	(%)	2010	(%)
Creche	55.073	5,4	3.2306	3,0	7.976	6,4
Pré-escola	85.806	8,4	8.371	7,8	8.499	6,8
Classe de alfabetização	51.771	5,1	-	-	5.630	4,5
Alfabetização de jovens e adultos	10.437	1,0	744	0,7	1.126	0,9
Fundamental	511.463	50,3	67.618	63,1	65.766	52,4
Médio	170.093	16,7	23.219	21,7	21.643	17,3
Superior de graduação	114.072	11,2	3.877	3,6	12.866	10,3
Especialização de nível superior, mestrado ou doutorado	17.332	1,7	151	0,1	1.895	1,5
Total	1.016.047	100,0	107.216	100,0	125.402	100,0

Fonte: Censo Demográfico 2010 - IBGE

Elaboração: Equipe Agenda Serra

⁷ Idem

Observa-se que, em 2010, o número de matrículas no ensino fundamental, 66.360, é superior ao número de matrículas no ensino médio, 13.740, dados que podem indicar defasagem na estrutura disponível para o ensino médio no município, conforme demonstrado na tabela 17.

Tabela 16 – Evolução da matrícula inicial na educação para Espírito Santo e o município da Serra - 2005 e 2010.

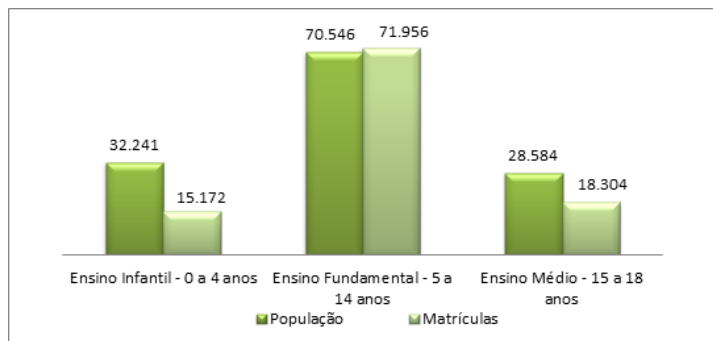
Matricula Inicial									
Ano	Abrangência Dependência Administrativa	Educação Infantil	Ensino fundamental		Ensino Médio		Educ. Especial	Educação professor	Total
			Regular	EJA	Regular	EJA			
2005	Espírito Santo	142.415	561	43.007	158.427	36.547	9.670	8.835	959.9973
	Serra	13.484	63.669	4.520	16.590	5.673	704	596	105.236
	Serra (rede municipal)	10.458	33.531	1.166	-	-	-	-	45.155
2010	Espírito Santo	144.207	540.503	41.814	131.816	28.348	3.673	22.288	914.181
	Serra	15.172	66.360	.596	13.740	4.564	331	2.177	108.148
	Serra (rede municipal)	13.789	42.736	3.295	-	-	-	-	59.820

Fonte: Censo Demográfico 2010 - IBGE

Elaboração: Equipe Agenda Serra

Ao confrontar a população em idade escolar com o número de matrículas do ano de 2010 é possível indicar uma lacuna entre a demanda pelo ensino infantil e ensino médio e a oferta de ensino. No ensino infantil as matrículas realizadas em 2010 corresponderam a apenas a 47% da população na faixa etária de 0 a 4 anos. No ensino médio o percentual de matrículas em relação à população de 15 a 18 anos foi de 64%. No ensino fundamental não existe lacuna, a população nesta faixa de idade escolar é atendida, gráfico 8.

Gráfico 8 – População em idade escolar e matrículas – 2010.



Fonte: Censo IBGE 2010. Censo Escolar – 2002-2011 – SEDU/GEIA/SEE
 Elaboração: Equipe Agenda Serra

Cabe ressaltar que a cada ano tem crescido a demanda para o atendimento da educação no município. Dados da Secretaria de Educação apontam um aumento anual do volume de matrículas. Dessa forma pode-se apontar que é preciso que haja mais investimentos na educação básica tanto por parte da esfera municipal como estadual e federal com o objetivo de garantir uma educação de qualidade a todos os cidadãos.

Considerando os resultados da Prova Brasil para o município da Serra verifica-se que a 4ª e 8ª séries, tanto em Português como em Matemática, não alcançaram a pontuação mínima estabelecida pelo “Todos pela Educação” em nenhum dos anos da avaliação conforme demonstrado na tabela 18. Esse resultado evidencia necessidade de avanços na qualidade da educação no município.

Tabela 17 - Evolução da Prova Brasil: resultados obtidos pela rede municipal de ensino fundamental – Serra.

PROVA BRASIL (Desempenho Médio)	4ª/5ª EF PORT.	4ª/5ª EF MAT.	8ª/9ª EF PORT	8ª/9ª EF MAT.
Serra (2005)	170,4	176,0	229,4	244,5
Serra (2009)	184,6	201,4	234,9	238,6
Todos pela Educação (pontuação adequada)	200	225	275	300

Fonte: MEC/INEP. 2005 e 2009. Todos pela Educação, 2012

Elaboração: Equipe Agenda do futuro

Analisando a educação a partir das taxas de aprovação, abandono, evasão, promoção, repetência, reprovação e distorção idade-série, no período de 2000 a 2010, é possível verificar uma melhoria na qualidade da educação do ensino fundamental, nos anos iniciais e finais. Porém, cabe ressaltar o aumento da taxa de reprovação nos anos finais do ensino fundamental. Também merece destaque a redução da taxa de distorção idade-série tanto no ensino fundamental, anos iniciais e finais, como no ensino médio. No ensino médio todas as taxas apresentaram desempenho inferior aos alcançados no âmbito estadual e regional, sendo que a taxa de reprovação foi maior também que a apurada em âmbito nacional, tabela 19.

Tabela 18 – Taxas de aprovação, abandono, evasão, promoção, repetência, reprovação e distorção idade-série, 2000 e 2010.

	Ens. Fundamental Anos Iniciais		Ens. Fundamental Anos Finais		Ensino Médio	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Taxa de Distorção Idade- série						
Serra	27,20 %	14,90 %	41,70 %	27,70 %	48,70 %	31,90 %
Espírito Santo	25,90 %	15,70 %	38,60 %	26,50 %	48,50 %	25,10 %
Região Sudeste	26,00 %	10,60 %	38,80 %	21,00 %	45,90 %	26,20 %
Brasil	42,50 %	18,50 %	48,60 %	29,60 %	51,50 %	34,50 %
Taxa de abandono						
Serra	4,10 %	0,60 %	7,10 %	2,00 %	9,60 %	8,40 %
Espírito Santo	4,80 %	0,90 %	8,60 %	2,90 %	8,20 %	7,00 %
Região Sudeste	4,60 %	0,60 %	0,60 %	5,50 %	9,30 %	7,10 %
Brasil	9,00 %	1,80 %	11,50 %	4,70 %	10,30 %	10,30 %
Taxa de abandono						
Serra	90,10 %	92,80 %	86,60 %	81,70 %	86,70 %	70,00 %
Espírito Santo	90,30 %	92,40 %	87,50 %	82,50 %	89,10 %	79,30 %
Região Sudeste	88,30 %	93,90 %	84,70 %	87,00 %	86,30%	79,00 %
Brasil	82,70 %	89,90 %	81,60 %	82,70 %	85,30 %	77,20 %
Taxa de abandono						
Serra	5,80 %	6,60 %	6,30 %	16,30 %	3,70 %	21,60 %
Espírito Santo	4,90 %	6,70 %	3,90 %	14,60 %	2,70 %	13,70 %
Região Sudeste	7,10 %	5,50 %	6,80 %	10,50 %	4,40 %	13,90 %
Brasil	8,30 %	8,30 %	6,90 %	12,60 %	4,40 %	12,50 %

Fonte: MEC/INEP/DTDIE (<http://www.todospelaeducacao.org.br/> / Anos 2000 e 2010).

Elaboração: Equipe Agenda Serra.

A exclusão da escola, de crianças na idade própria, seja por negligência do Poder Público, seja por omissão da família e da sociedade, é a forma mais perversa e irremediável de exclusão social por negar o direito elementar de cidadania, reproduzindo o círculo da pobreza e da marginalidade e alienando milhões de brasileiros de qualquer perspectiva de futuro.

A consciência desse fato e a mobilização social que dela decorrente, tem promovido esforços coordenados das diferentes instâncias do Poder Público que resultaram numa evolução positiva do sistema de ensino fundamental como um todo, em termos tanto de cobertura quanto de eficiência. Os níveis de aprendizagem estão aumentando gradativamente, embora ainda existam muitas dificuldades, principalmente relacionadas às competências de leitura e escrita que exigem um maior direcionamento de ações que possibilitem uma qualidade ainda maior.

Atualmente, a realidade da oferta da educação em todos os níveis, etapas e modalidades apresentam desafios para a ampliação do atendimento à demanda com qualidade. A situação se agrava quando se leva em consideração a defasagem idade / série e os adultos que não completarão o ensino médio na faixa etária correspondente.

Na área educacional questões cruciais são fatores diretamente relacionados à elevação da vulnerabilidade social que ainda encontram-se distantes de serem equacionadas:

. A insuficiência de vagas na Educação Infantil que atende apenas parte da demanda. Esta situação expõe crianças à situação de risco quando ficam sob os cuidados de outras crianças maiores; contribui para o empobrecimento das famílias, uma vez que não tendo opção da creche a mãe fica impossibilitada de trabalhar ou utiliza parte de sua remuneração para que vizinhos cuidem de suas crianças.

. Os índices de evasão e reprovação escolar além da defasagem idade série têm se construído num outro elevado fator de risco. A defasagem idade-série é significativa no Ensino Fundamental, o número de matrículas ultrapassa o número da população de 7 a 14 anos, apontando a distorção. Vários fatores determinam esses resultados, sendo um deles a carência econômica das famílias que utilizam a mão-de-obra das crianças e jovens na idade escolar obrigatória. Estes têm sido responsáveis pelo abandono da escola quando chega à adolescência, onde é grande a dificuldade das famílias em conseguir que os filhos permaneçam frequentando a escola, pois apresentam grande dificuldade na aprendizagem e perdem o interesse pela escola.

. A ausência de escolas de tempo integral e ou a insuficiência de programas que complementam a jornada escolar, constitui-se também num fator de risco para muitas crianças e adolescentes que ficam ociosos no horário contrário ao horário da escola, ficam soltos na comunidade expostos as situações de trabalho infantil, uso e tráfico de drogas, prostituição, violência.

- . A insuficiência de vagas no Ensino Médio, como também causas externas ao sistema educacional contribuem para que adolescentes e jovens se percam pelos caminhos da escolarização.
- . A necessidade da melhoria da qualidade do ensino, no que se refere aos conhecimentos básicos de português, matemática e etc.
- . Existência de analfabetismo na faixa etária acima de 15 anos.
- . O ensino noturno não atende às expectativas e necessidades dos alunos trabalhadores.
- . Identificação do trabalho infantil que leva à reprovação e evasão escolar.

Essa fragilidade na área da educação tem efeito recursivo sobre a vulnerabilidade referente à situação da pobreza, pois cria as condições de reprodução do ciclo intergeracional da reprodução da pobreza.

(...) a baixa escolaridade impede que muitos saiam da pobreza. E, o que é pior, faz que a pobreza seja transmitida de pai para filho, criando um ciclo intergeracional de reprodução da pobreza. Ou seja, na infância, uma criança com deficiência alimentar e nutricional poderá ter sua capacidade de aprendizado comprometida por toda a vida. Se essa mesma criança conviver em um ambiente que não garanta as condições adequadas de higiene e não a estimule para o desenvolvimento dos seus potenciais, provavelmente enfrentará problemas sérios de saúde e limitações em suas ações. O baixo aproveitamento escolar e ausência de estímulos, somados, entre outras coisas, à inserção precoce no mercado de trabalho, desencadeiam desinteresse pelos estudos, o que pode provocar evasão e defasagem escolar. Na fase adulta, a antecipação ao trabalho, associada à baixa escolaridade representa uma renda menor que, atrelada à falta de informações, induz a poucos investimentos em mínimos sociais que garantam disposição e qualidade de vida. A tendência dessa situação é se repetir entre gerações. Famílias que se constituem sobre tais estruturas potencialmente reproduzem essa prática aos filhos, constituindo o que chamamos de ciclo intergeracional de reprodução da pobreza.⁸

Os projetos e Programas da Secretaria de Educação da Serra estão assim constituídos: Relação Escola e Comunidade (Novo nome do Programa Escola Aberta); Programa Mais Educação; Jogos Escolares da Serra (JES); Projeto Escola Sustentável; Projeto Geração Saudável; Programa Agrinho; Projeto de Educação Ambiental no Parque Botânico da VALE; Projeto Educação Tempo Integral; Programa Integração ABB Comunidade; Projeto: A Representação Iconográfica do Negro na Visão do Adolescente Serrano; Projeto Fonodialogia Educacional com Ênfase na Audição; Projeto Saúde Vocal de Educadores; Projetos EJA; Projeto de Correção de Fluxo Escolar; Projeto Escola Sustentável / MACC; EDP Escelsa – Projeto Boas Energias; Programa Brasil Alfabetizado; Pró-Jovem Urbano; Pró-Jovem Trabalho; Campanha Escolar de

⁸ MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL / Bolsa Família – O Manual de Gestão das Condicionais. Brasília, 2006, P.8.

Hanseníase e Verminose; Projeto Trânsito; Projeto Trilhas; Projeto Escola Reciclada; Programa Adolescente Cidadão (PAC); e Programa REDE ESCOLAÍ.

5.6. *Segurança Pública.*

Quanto à questão da segurança pública o Espírito Santo é o segundo estado brasileiro em número de homicídios com 50,1 por 100 mil habitantes, com manutenção da alta taxa ao longo da década e atrás de Alagoas com 66,8⁹.

Quanto às regiões metropolitanas, RMGV acompanha este padrão de taxas elevadas, figurando como a quarta região metropolitana em número de homicídios no Brasil com uma taxa de 68,6 por 100 mil habitantes, apesar de ter experimentado queda na última década¹⁰.

Dentre os 200 municípios mais violentos do Brasil, considerando-se aqueles com população superior a 10 mil habitantes, 19 municípios são do Espírito Santo. A Serra aparece como o município mais violento do Estado e em 16º no ranking nacional¹¹

Com base nos dados da Polícia Civil, CIODES, GEAC/SESP e Mapa da Violência 2012, a RMGV e o município da Serra acompanham e ajudam a manter o padrão alto de homicídios no Estado na década, como apresentado na tabela 20.

⁹ Instituto Jones dos Santos Neves, 2012

¹⁰ Idem

¹¹ Idem

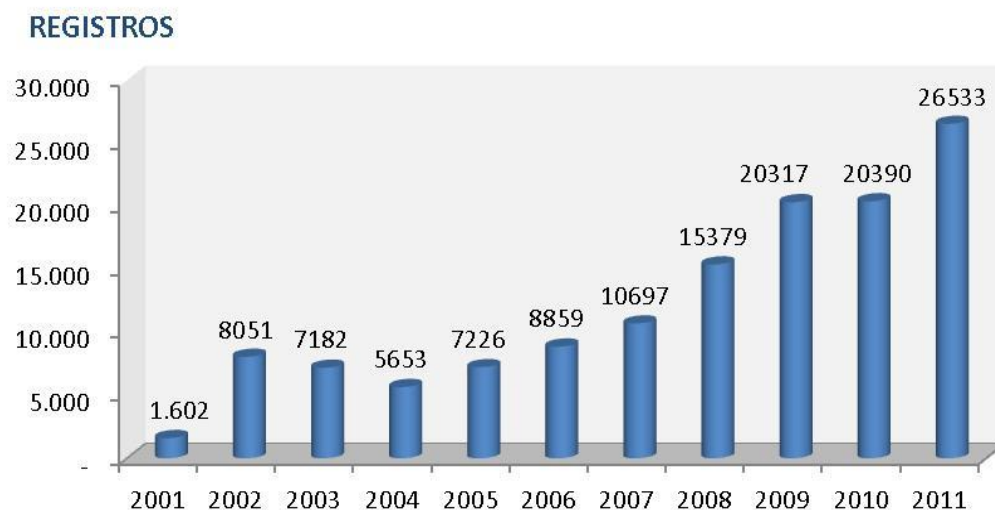
Tabela 19 – Números absolutos de homicídios no Espírito Santo, RMGV e Serra - 1999-2012.

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
ES	1.524	1.432	1.452	1.644	1.629	1.619	1.704	1.957	1.9003	1.958	2.034	1.145	1.709	-
RMGV	1.149	1.024	1.039	1.201	1.171	1.220	1.202	1.288	1.330	1.358	1.315	1.175	1.098	-
Serra	-	-	-	433	395	410	329	349	368	432	401	375	379	171 (até 9/06)

Fonte: Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias da UFES, 2012

Elaboração: Equipe Agenda Serra

Os dados apontam que os municípios com altas taxas de homicídios são, na maioria das vezes, de grande porte, concentrando 44,1% da população do País. É o caso do município da Serra, um dos mais populosos da Região Metropolitana. Afetado por uma ocupação desordenada desde a década de 70, por conta da instalação de grandes plantas industriais, o município sofre até hoje os efeitos da desigualdade social.

Gráfico 9 – Demonstrativo Geral de registros de homicídios ocorridos nos 10 anos de funcionamento do CIODES (19/10/2001 a 31/12/2011).


Número total de registros realizados no período: 131.889 Registros (denúncias e complementos).

Média de Registros por mês: 1.255 Registros.

Fonte: SESP/ - ES - 2013

Tabela 20 – Principais Incidências de Denúncias.

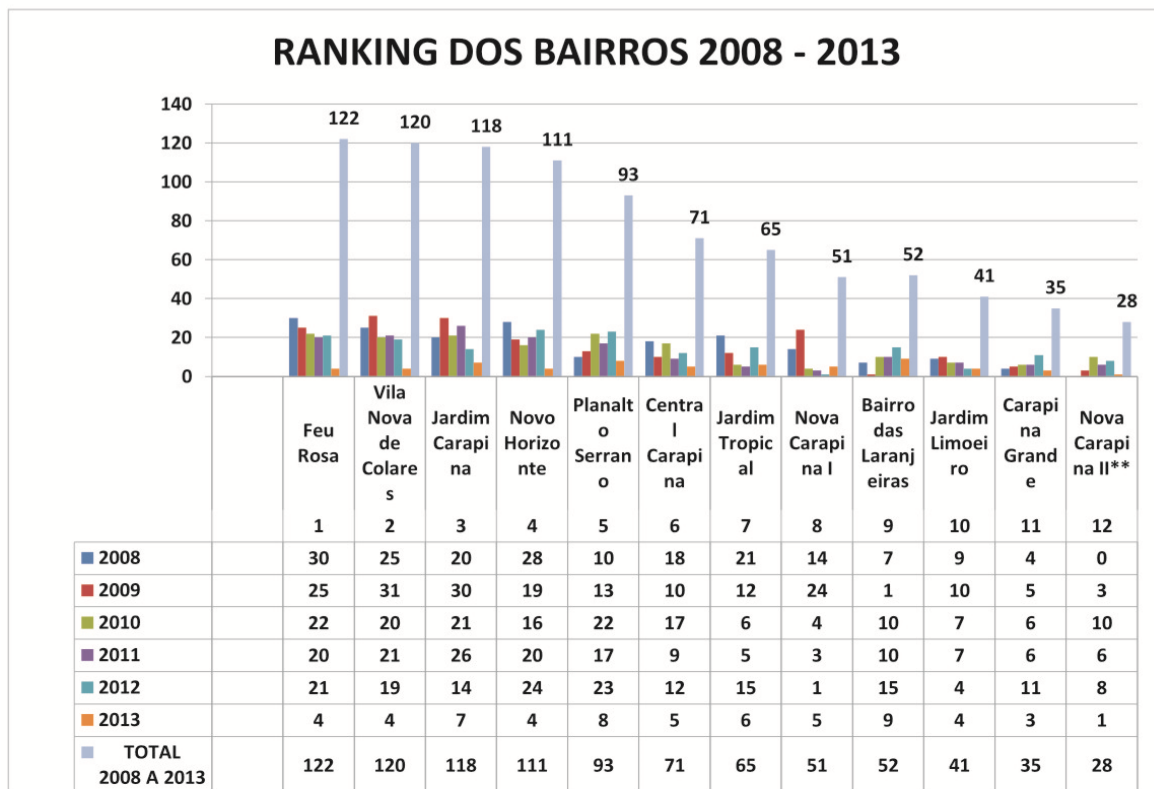
2001 - 2011	Trafico de Drogas	Homicídios	Roubo Furto	Estelionato	Foragido	Outros	Total
Vitória	9.105	1.265	694	680	626	5.458	17.828
Vila Velha	12.100	1.514	1.042	881	808	7.325	23.670
Serra	12.621	2.163	937	667	853	6.585	23.826
Cariacica	10.422	2.094	1.029	665	764	6.749	21.723
Outros	12.554	1.328	738	931	815	16.125	32.491
Total	56.802	8.364	4.440	3.824	3.866	42.242	119.538
Representa:	47,52%	7,00%	3,71%	3,20%	3,23%	35,34%	100,00%

Fonte: SESP/ES - 2013

De acordo com os dados da tabela 21 e gráfico 9 percebe-se que em grande parte dos assassinatos, chacinas e atentados, é apontado o envolvimento com o tráfico e/ou uso de drogas. A tabela abaixo sinaliza os bairros mais violentos do Município no período de 2008 a 2013.

Tabela 21 - Ranking dos Bairros do Município da Serra com Maior Índice de Homicídios¹².

REGIÕES	BAIRRO	2008	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL 2008 A 2013
Região 6 - Castelândia	1 Feu Rosa	30	25	22	20	21	4	122
Região 6 - Castelândia	2 Vila Nova de Colares	25	31	20	21	19	4	120
Região 4 - Carapina	3 Jardim Carapina	20	30	21	26	14	7	118
Região 5 - Novo Horizonte	4 Novo Horizonte	28	19	16	20	24	4	111
Região 1 - Serra Sede	5 Planalto Serrano	10	13	22	17	23	8	93
Região 4 - Carapina	6 Central Carapina	18	10	17	9	12	5	71
Região 3 - Laranjeiras	7 Jardim Tropical	21	12	6	5	15	6	65
Região 2 - CIVIT	8 Nova Carapina I	14	24	4	3	1	5	51
Região 7 - Jacaraípe	9 Bairro das Laranjeiras	7	1	10	10	15	9	52
Região 3 - Laranjeiras	10 Jardim Limoeiro	9	10	7	7	4	4	41
Região 4 - Carapina	11 Carapina Grande	4	5	6	6	11	3	35
Região 2 - CIVIT	12 Nova Carapina II**	0	3	10	6	8	1	28



Fonte: PMS/SEDES

Elaboração: PMS/SEDES

¹² - Dados até: 31/05/2013, não havendo mais nenhuma ocorrência após 29/05/2013 e Ranking classificado pelo total de homicídios no período de 2008 a 2013 (JAN e FEV)

O Espírito Santo possuía em 2010 uma taxa de homicídios juvenil 3,2 vezes maior que a taxa da região Sudeste, e ainda, 2,2 vezes maior do que a taxa nacional. Ou seja, a vitimização juvenil além de importante problema nacional, torna-se problema ainda mais grave quando recortamos a análise para o estado capixaba. Os índices de homicídios e vulnerabilidade juvenil à violência, divulgados pelo Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, destacaram diversas cidade capixabas,¹³ conforme tabelas 23 e 24.

Tabela 22 – Índice de homicídios entre adolescentes e jovens (12 a 29 anos).

Município	IH
Linhares	0,938
Cariacica	0,879
Serra	0,814
Vila Velha	0,66
Vitoria	0,618
Guarapari	0,556
São Matheus	0,52
Colatina	0,198
Cachoeiro de Itapemirim	0,169

Fonte: Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2010

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - IJSN, 2010

Tabela 23 - Índice de vulnerabilidade juvenil à violência (IVJ-V).

Município	Posição no ranking nacional ¹⁴	PRONASCI	Grupo de Vulnerabilidade ¹⁵	IVJ-V
Linhares	3	Sim	Muito Alta	0,625
Cariacica	21	Sim	Muito Alta	0,509
Serra	27	Sim	Muito Alta	0,5
São Matheus	44	Sim	Alta	0,467
Vila Velha	46	Sim	Alta	0,461
Guarapari	70	Não	Média	0,437
Colatina	110	Não	Média	0,396
Cachoeiro de Itapemirim	111	Não	Média	0,396
Vitória	119	Sim	Média	0,388

Fonte: Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2010

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.- IJSN, 2010

¹³ Instituto Jones dos Santos Neves, 2012

¹⁴ Ranking Nacional da Vulnerabilidade Juvenil para as cidades acima de 100 mil habitantes

¹⁵ Classificação Fórum Brasileiro de Segurança Pública

O município de Linhares aparece como a terceira cidade no ranking nacional de vulnerabilidade juvenil, Serra e Cariacica, respectivamente, ocupam as posições 21 e 27. Essas mesmas cidades também lideram quanto aos maiores valores no índice de homicídios que também compõe o índice de vulnerabilidade juvenil á violência (IVJ-V) ¹⁶.

As tabelas 22 e 23 revelam que esse problema extrapola os grandes centros urbanos, pois além da presença esperada das cidades da região metropolitana de Vitória, Linhares e São Matheus se posicionam em condições de vulnerabilidade muito alta e alta em relação à violência juvenil.

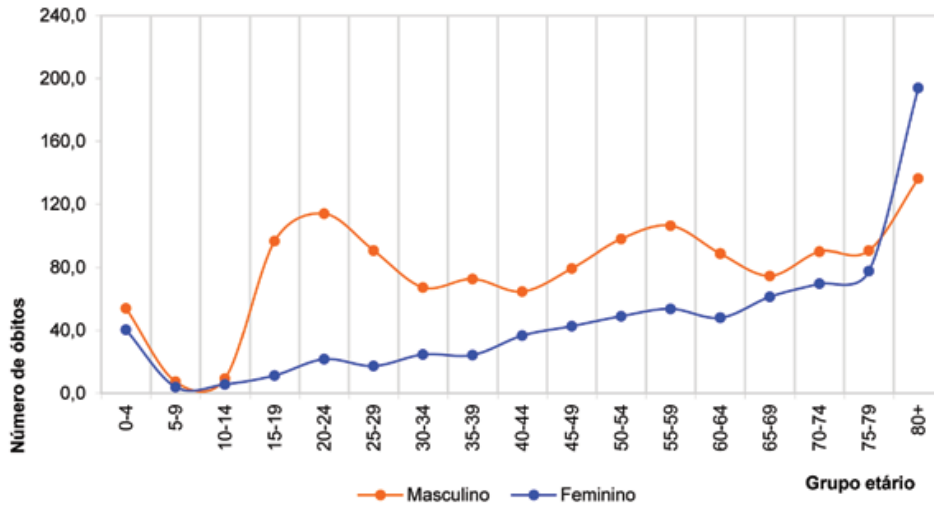
No município da Serra, as mortes por causas externas entre os jovens são significativas em relação às demais causas. É importante ressaltar que a causa de morte externa concentra, em 2010, mais de 80% dos óbitos que ocorreram para jovens com idades de 15 a 29 anos: as percentagens de ocorrência de óbitos desta natureza são de 86,7% no grupo de 15 a 19 anos, 86,9% no grupo de 20 a 24 anos e 83,5% no grupo de 25 a 29 anos¹⁷.

Observou-se que a participação de jovens do sexo masculino é expressivamente superior ao sexo feminino, especialmente na faixa de 15 a 19 anos, chegando a ser 8,5 vezes maior, conforme gráfico 10.

¹⁶ Instituto Jones dos Santos Neves, 2012

¹⁷ Instituto Jones dos Santos Neves, 2012

Gráfico 10 – Óbitos de residentes por idade e sexo – Serra – Média dos anos 2008, 2009 e 2010.



Além disso, o perfil da mortalidade na Serra indica que as mortes por causas externas são caracterizadas, na maioria, por agressões, 60%, seguidas de acidentes no trânsito, 20%, gráfico 11, o que pode indicar concentração de mortes violentas em jovens do sexo masculino com idade entre 15 a 29 anos.

Gráfico 11 – Óbitos por ocorrência por grande grupo de Causas Externas - Serra – 2010.



Fonte: Elaboração Equipe Agenda Serra: Dinâmica Populacional, com dados do MS/SIM.

Quanto ao gênero dados do Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americano – CECELA, no Mapa da Violência contra a Mulher 2012, o município da Serra ocupa o 7º lugar entre os municípios brasileiros com mais de 26 mil habitantes, onde expressa uma taxa de homicídio de 19,7% mulheres, em 2010 (em 10 mil Mulheres), conforme tabela 21.

Tabela 24 - Homicídios femininos 2008/2010 e taxa de homicídio feminino (em 100 mil mulheres) em municípios com mais de 26 mil mulheres. Destaque 10 municípios brasileiros e posição dos municípios capixabas – 2012.

Município	UF	Pop. Feminina	Homicídios			Taxa 2010	Posição Nacional
			2008	2009	2010		
Paragominas	PA	48.552	2	3	12	24,7	1º
Piraquara	PR	45.013	2	5	11	24,4	2º
Porto Seguro	BA	63.440	6	10	14	22,1	3º
Simões Filho	BA	60.034	5	5	13	21,7	4º
Arapiraca	AL	112.122	7	13	24	21,4	5º
Lauro de Freitas	BA	84.173	8	5	17	20,2	6º
Serra	ES	207.850	35	40	41	19,7	7º
Patrocínio	MG	40.532	0	2	8	19,7	8º
Anindeua	PA	245.345	19	29	48	19,6	9º
Teixeira de Freitas	BA	70.260	7	10	13	18,5	10º
Aracruz	ES	41.037	5	4	7	17,1	14º
Cariacica	ES	178.780	31	30	25	14,0	19º
Vitoria	ES	173.853	21	15	23	13,2	25º
Vila velha	ES	215.440	21	29	27	12,5	29º
São Mateus	ES	55.098	6	9	5	9,1	84º
Colatina	ES	57.497	4	7	5	8,7	90º
Arcoverde	PE	36.424	1	2	3	8,2	100º

Fonte: Mapa da Violência no Brasil, 2012. Dados do SIM/SVS/MS. Adaptado pela Equipe Serra

Elaboração: Equipe Agenda Serra.

Atualmente a Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres da Serra atende com serviço as munícipes por meio do Programa de Atendimento à Mulheres em Situação de Violência PRÓ-VIDA do Departamento de Enfrentamento à Violência. A Secretaria também possui o Departamento de Políticas Públicas para Mulheres que busca a promoção, valorização e autonomia da mulher, como formas de prevenção à violência contra a Mulher.

Segundo dados dos Boletins de Ocorrência de Violência Contra a Mulher no Município a Polícia Militar (PM) registrou 1220 casos e a Delegacia Especializada no atendimento à Mulher (DEAM) registrou 2424 casos no ano de 2012.

5.7. *Assistência Social.*

A Política Nacional de Assistência Social/2004 (PNAS) caracterizou os grupos territoriais de acordo com seu porte demográfico associado a indicadores socioterritoriais, definindo assim, os municípios como de pequeno, médio e grande porte e, metrópole. Segundo a Rede SUAS/WEB, o município da Serra encontra-se classificado como de grande porte, gerando um aumento de aporte de recursos federais e, conseqüentemente em oferta dos serviços socioassistenciais em todos os níveis de proteção. Nessa perspectiva, a Assistência Social no Município da Serra, se habilitou na Gestão Plena em 2005 assumindo as competências e responsabilidades do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no âmbito Municipal.

Para tanto, em face da nova dinâmica institucional instituída pela Política Nacional de Assistência Social de 2004, a antiga Secretaria Municipal de Promoção Social (SEPROM), atualmente denominada de Secretaria Municipal de Ação Social (SEMAS) iniciou o redesenho da estrutura organizacional da Secretaria a partir de 2005, visando atender as exigências preconizada pela LOAS quanto ao comando único da Política de Assistência Social em cada esfera de governo.

Segundo a PNAS, constitui-se usuário da Assistência Social:

“cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, como famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos familiares, de pertencimento e sociabilidade; estigmatizadas em termos étnicos, culturais e sexuais; pessoas com deficiência; excluídos pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; usuários de substâncias psicoativas; vítimas de violência; com inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social”¹⁸

¹⁸ Política Nacional de Assistência Social, 2004, p. 27.

Conforme a PNAS, a Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais objetivando: prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitar; contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em área urbana e rural; e assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária.

A execução da Política deve ocorrer de forma interdisciplinar e intersetorial, pois exige a formação de importantes parcerias com as Secretarias Municipais, destacando a Educação, Saúde, Direitos Humanos, Desenvolvimento Econômico, Turismo, Serviços, Habitação, Meio Ambiente, dentre outras Secretarias, além das Instituições que compõem a Rede de Serviços ou movimentos da Sociedade Civil Organizada, bem como das Secretarias de Estado/Governo do Estado.

5.7.1. Proteção Social as Famílias em Situação de Vulnerabilidade no Município da Serra.

De acordo com a PNAS/2004 é função da assistência social, a proteção social hierarquizada entre proteção básica e proteção especial, considerando a diversidade e a complexidade de situações que configuram vulnerabilidades e riscos sociais. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) propicia o acesso das famílias e, ou, indivíduos à rede de proteção social básica de assistência social, se caracterizando como a principal “porta de entrada” do SUAS. Desta forma, a Cidade da Serra desde que se habilitou na Gestão Plena de Assistência Social, 2005, subdividiu o Município em 13 territórios de abrangência de CRAS e atualmente conta com 9 (nove) unidades de CRAS implantadas em áreas consideradas de maior vulnerabilidade social do Município. O Centro de Referência de Assistência Social, além de ofertar o Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF), principal Serviço do CRAS implementa a gestão territorial e desenvolve ações direcionadas a inclusão de famílias de baixa renda a Programas de Transferência Direta de Renda no âmbito Federal, Estadual e Municipal, visando a superação da fome e da pobreza.

A Serra conta os serviços de ação continuada e complementar ao PAIF instalados nos territórios onde radicam as famílias em situações de vulnerabilidade social, como os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos de idade; para adolescentes entre 15 e 17 anos e pessoas idosas.

As vulnerabilidades sociais apresentadas pelos usuários muitas vezes são de caráter multifacetado, abrangem várias dimensões, a partir das quais é possível identificar situações de vulnerabilidade das famílias e/ou indivíduos ou comunidades.

Tais dimensões dizem respeito a elementos ligados tanto às características próprias dos indivíduos ou famílias, como seus bens e características sócio-demográficas, quanto àquelas relativas ao meio social onde esses estão inseridos. Existe um caráter essencial da vulnerabilidade, que é a capacidade de resposta frente a situações de risco ou constrangimentos.

“A vulnerabilidade à pobreza não se limita em considerar a privação de renda, central nas medições baseadas em linhas de pobreza, mas também a composição familiar, as condições de saúde e o acesso a serviços de saúde, o acesso e a qualidade do sistema educacional, a possibilidade de obter trabalho com qualidade e remuneração adequadas, a existência de garantias legais e política. Por exemplo, a mera condição de família monoparental, com crianças pequenas e chefiadas por uma mulher, não a torna necessariamente vulnerável, mas a combinação dessa situação com a baixa escolaridade da chefe configura uma situação de vulnerabilidade social, uma vez que os recursos cognitivos acumulados por essa família podem ser insuficientes para lhe garantir níveis adequados de bem-estar, expondo-a a riscos variados como agravos à saúde, violência e pobreza”¹⁹.

Grifos nosso

Nos territórios de abrangência de CRAS as equipes técnicas do PAIF, a partir dos atendimentos realizados as famílias e ou indivíduos efetiva a referência do usuário na rede de serviços socioassistenciais do SUAS e na rede intersetorial. O encaminhamento ao CREAS ocorre quando por uma série de fatores, as famílias e, ou, indivíduos encontram-se com os vínculos familiares e comunitários fragilizados ou rompidos. São

¹⁹ São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 1, p. 7, jan./mar. 2006

crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência que tiveram seus direitos violados e, ou, ameaçados.

Os Serviços de Media Complexidade estão postos para as famílias e, ou, indivíduos que tiveram seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. São os Serviços ofertados pelos CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), através do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduo (PAEFI), plantão social emergencial, abordagem social de rua, medidas socioeducativas em meio aberto, entre outros.

Os Serviços de Alta Complexidade atende indivíduos cuja convivência com a família seja prejudicial à sua proteção e ao seu desenvolvimento. Consiste na proteção integral em serviços de casas lares, casas de passagem, famílias substitutas, medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade, instituições de longa permanência, entre outras.

Dessa forma, a integração das ações das diversas políticas públicas deve ocorrer nos territórios onde estão localizadas as famílias em situação de vulnerabilidade social, tendo em vista que o público alvo atendido nas Escolas, nas Unidades de Saúde, nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), em Programas Habitacionais, e outros, pertencem às mesmas famílias e apresentam múltiplas carências sistemicamente interligadas.

Nessa perspectiva, assume particular importância a localização, no perímetro do município, das áreas que concentram os contingentes populacionais mais sensíveis aos efeitos negativos da segregação residencial²⁰. A caracterização da população residente nessas áreas torna-se elemento central para a formulação de políticas e a definição de prioridades, pois contribui para a maior efetividade da ação pública no combate à pobreza e à segregação.

5.7.2. Divisão Sócio Territorial e a Implantação dos CRAS no Município da Serra.

Conforme descrito anteriormente a Serra entre o período de 2005 a 2008, subdividiu o Município em 13 territórios de abrangência de CRAS. Para tanto, ratificou a partir de estudos quanto à dinâmica social,

²⁰ São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 1, p. 9, jan./mar. 2006

econômica, política e cultural do Município o conhecimento quanto as principais áreas sinalizadas como de vulnerabilidade social da Cidade, baseando-se:

- No Censo Demográfico/2000, IBGE;
- Sistema de Informações do MDS - CadÚnico/PBF, conforme tabela 25 e mapa 1;
- Em pesquisa realizada pela UNESCO/2007 Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura, onde apontava a RMGV dentre as quatro regiões com maior índice de violência no País e indicava o município da Serra em primeiro lugar no ranking das cidades com maior índice de homicídios; e
- Leitura do Mapa intitulado “Concentração dos Crimes Letais Contra a Pessoa” (2007) – tabela 26 e mapa 2 onde aparece os 20 (vinte) bairros da Cidade com maior índice de crimes contra a pessoa no ano de 2006 e 2007,

Além destes parâmetros foram consideradas ainda as demandas e potencialidades dos bairros e a rota de acesso da população aos equipamentos públicos a serem implantados.

Tabela 25 – Bairros onde está concentrado o maior número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, em 2007.

Bairro	Número de Famílias	(%)	Bairro	Número de famílias	(%)
Planalto Serrano	1253	7,37	São Marcos	525	1,48
Vila Nova de Colares	1105	6,50	Serra Dourada II	219	1,29
Jardim Carapina	1101	6,48	Taquara	219	1,29
Nova Carapina	1039	6,11	Cidade Pomar	218	1,28
Feu Rosa	955	5,62	Cascata	207	1,22
Jacaraípe	952	5,60	Eldorado	205	1,21
Novo Horizonte	642	3,78	Jardim Bela Vista	193	1,14
Jardim Tropical	594	3,49	Divinópolis	192	1,13
Nova Almeida	530	3,12	Praia de Carapebus	187	1,10
Central Carapina	509	2,99	Novo Porto Canoa	183	1,08
Parque R. Tubarão	481	2,83	Cidade Continental	179	1,05
José de Anchieta	438	2,58	Serra Dourada III	171	1,01
Vista da Serra	383	2,25	Parque das Gaivotas	166	0,98
Conjunto Carapina	305	1,79	Jardim Limoeiro	160	0,94
Centro da Serra	258	1,52	Carapina Grande	157	0,92
Serra Dourada I	257	1,51	Outros	3293	19,37
Total				17.003	100,00

Fonte: MDS

Mapa 1 – Riqueza e pobreza no território da Serra.

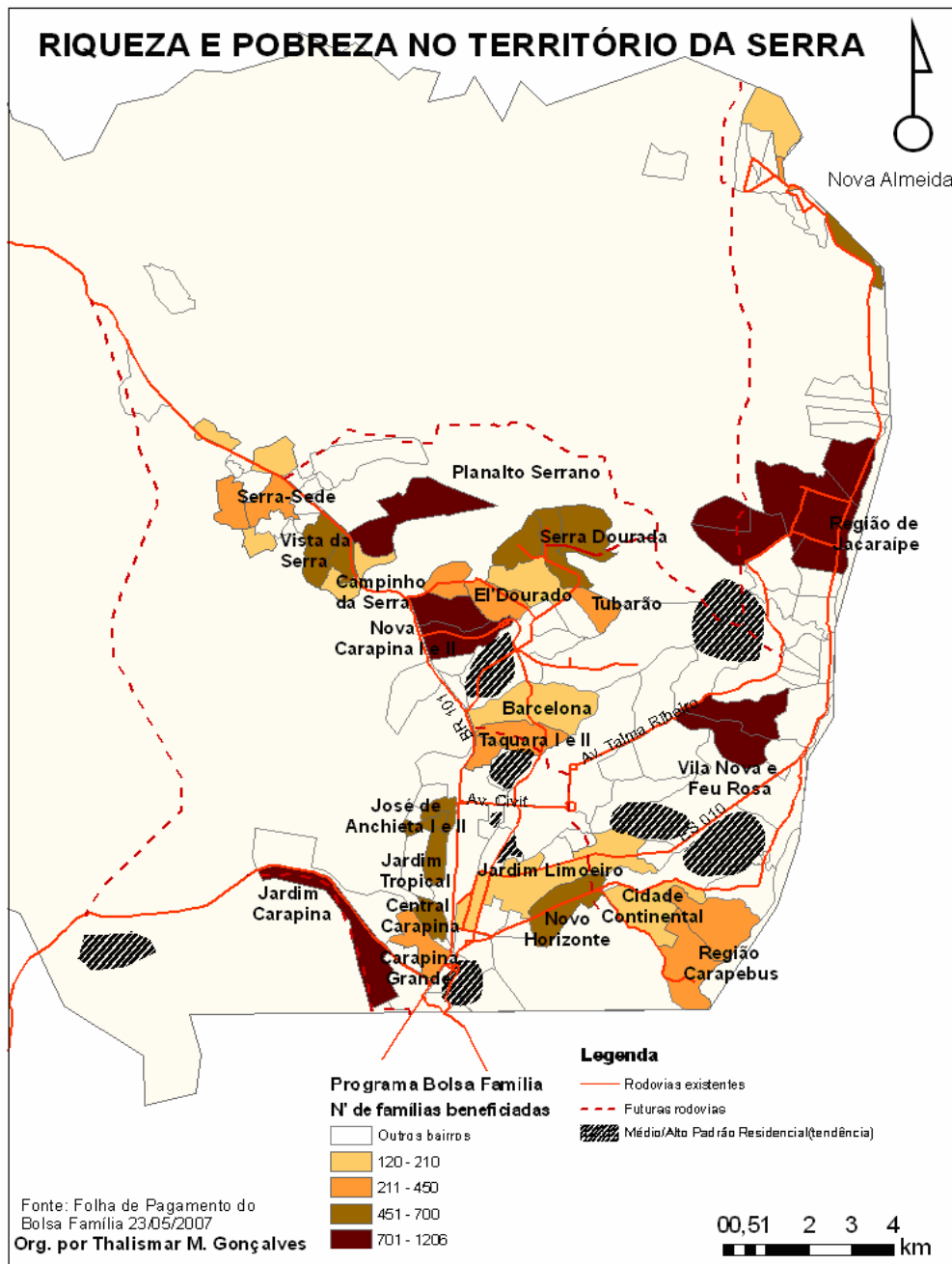


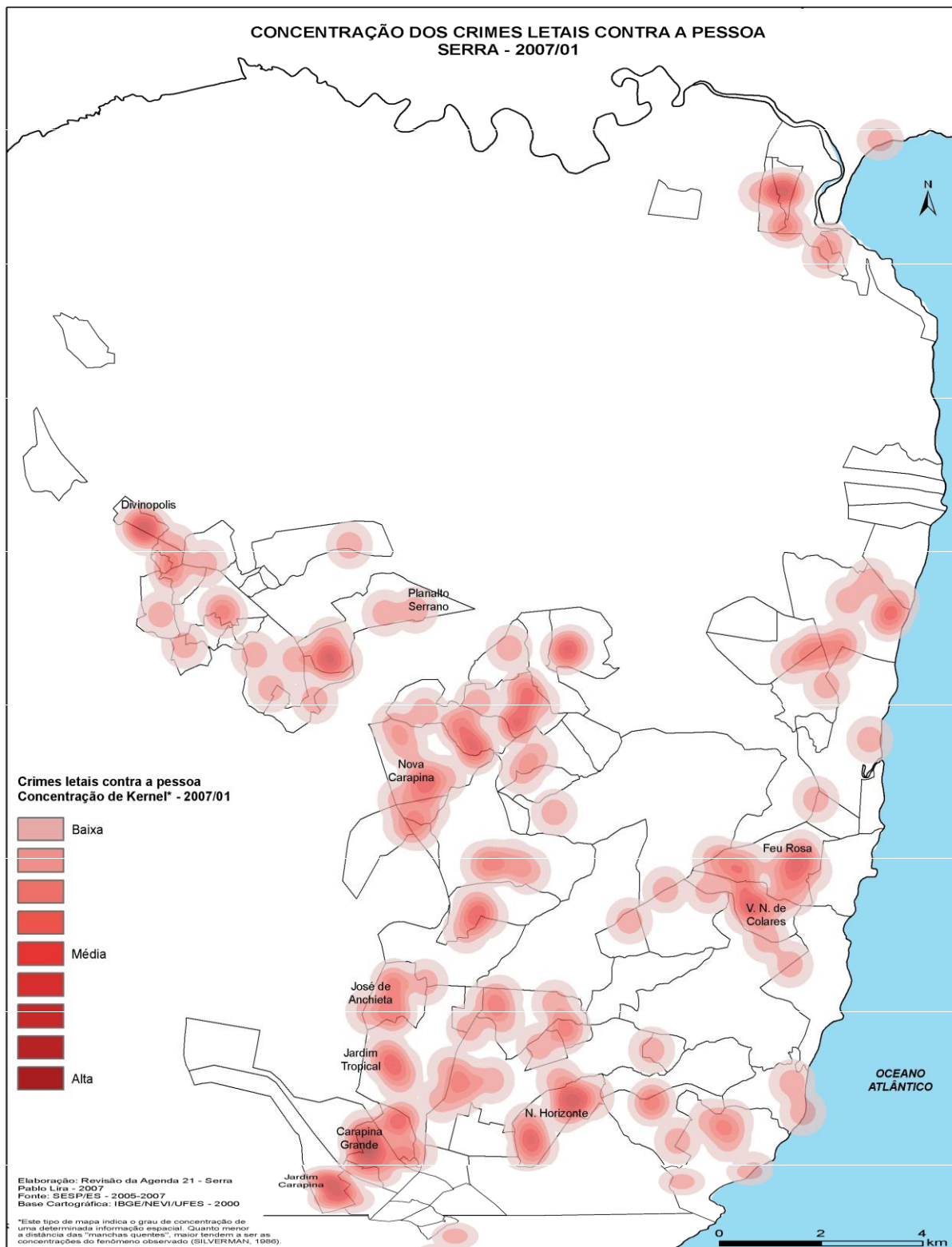
Tabela 26 – Ranking dos homicídios nos 20 primeiros bairros da Serra – ano de 2006 e primeiro semestre 2007 ²¹.

BAIRROS	2007 (1º sem)	2006	Total
Vila Nova de Colares	9	30	39
Feu Rosa	11	26	37
Jardim Carapina	12	22	34
Planalto Serrano	7	25	32
Jacaraípe	6	24	30
Nova Carapina	7	17	24
Novo Horizonte	11	8	19
Central Carapina	8	10	18
José de Anchieta	5	12	17
Jardim Tropical	4	13	17
Serra Dourada	6	10	16
Nova Almeida	7	7	14
Jardim Limoeiro	6	6	12
Eldorado	5	7	12
Carapina Grande	5	6	11
Barcelona	4	4	8
Taquara	4	4	8
Novo Porto Canoa	5	2	7
Costa Dourada	3	3	6
Cidade Continental	3	1	4
Total 20 bairros	128	237	365
Percentual 20 bairros sobre todos os bairros	71,9	65,5	67,6
Percentual 09 primeiros bairros sobre todos os bairros	40	45	43

FONTE:SESP/ES

²¹. **Traços da Agenda 21:** plano estratégico 2007- 2027. Serra: PMS, 2008.

Mapa 2 - Concentração dos crimes letais contra a pessoa – Serra 2007.



Na análise dos dados apresentados acima os bairros onde havia uma maior incidência de famílias beneficiárias do PBF eram os mesmos bairros onde se concentravam a maior incidência de crimes letais contra a vida da pessoa.

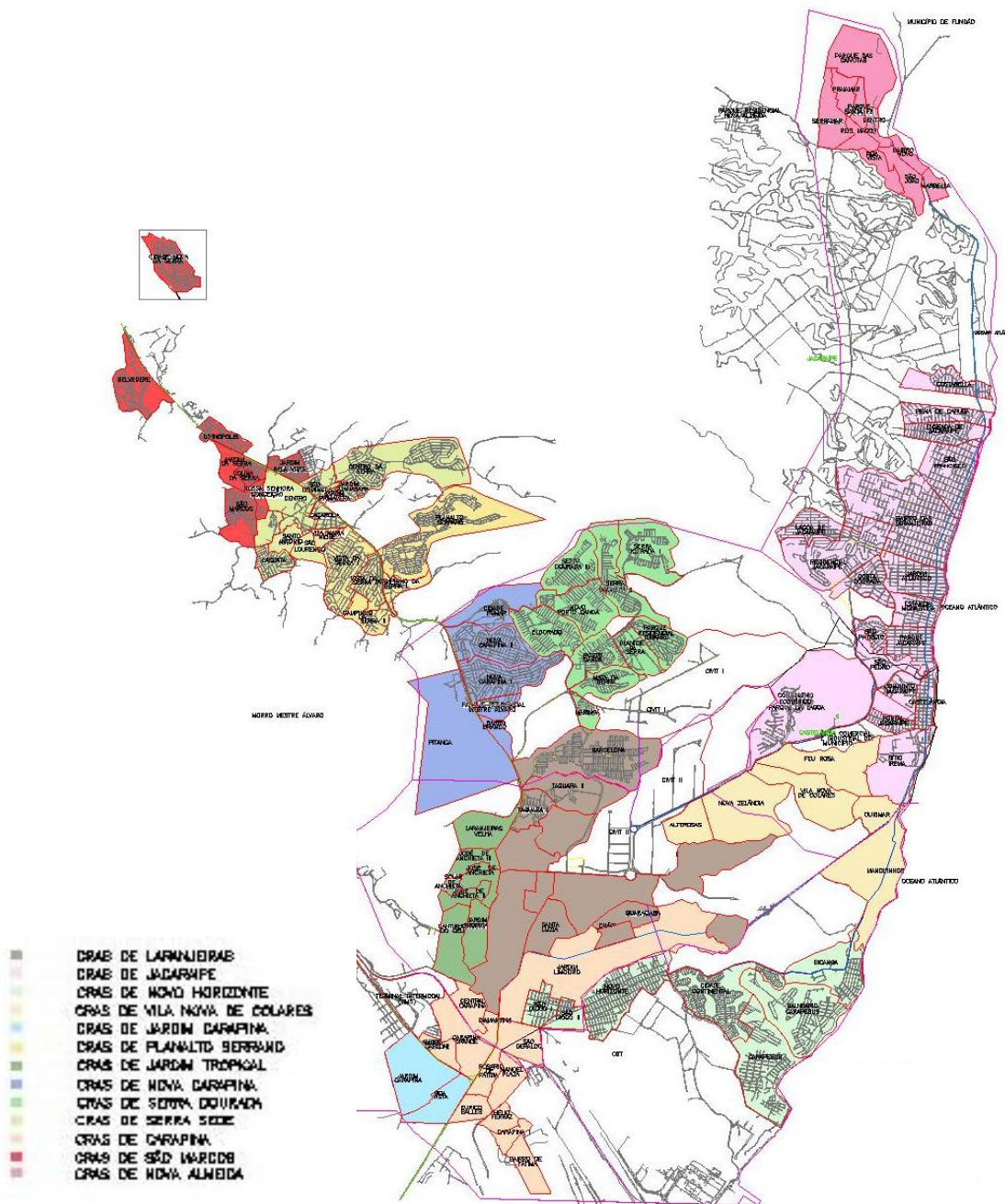
Nesse sentido, os territórios da Assistência Social estão constituídos com as regiões de Vila Nova de Colares, Jacaraípe, Novo Horizonte, Planalto Serrano, Jardim Carapina, Carapina, Jardim Tropical, Nova Carapina, Serra Dourada, São Marcos, Serra Sede, Nova Almeida e Laranjeiras, conforme tabela 27 e mapa 3 não contemplando a área rural do município.

Tabela 27 – Divisão Socioterritorial da Assistência Social na Serra.

TERRITÓRIO	BAIRROS
VILA NOVA DE COLARES	Vila Nova de Colares, Feu Rosa, Alterosas Manguinhos, Nova Zelândia, Ourimar
JACARAÍPE	Castelândia, Portal de Jacaraípe, São Patrício Jardim Atlântico, Bairro das Laranjeiras, Costa Dourada, Ensesda de Jacaraípe, Capuba, Costa Bela, São Francisco, Residencial Jacaraípe Parque Residencial Jacaraípe, Curva da Baleia Estância Monazítica, São Pedro Conjunto Jacaraípe, Lagoa de Jacaraípe
NOVO HORIZONTE	Novo Horizonte, São Diogo I, São Diogo II Lagoa de Carapebus, Cidade Continental Balneario de Carapebus, Bicanga
PLANALTO SERRANO	Planalto Serrano Bloco A, B e C; Vista da Serra I e II, Campinho I e II
JARDIM CARAPINA	Jardim Carapina, Boa vista
CARAPINA	Carapina, Andre Carlone I e II, Carapina Grande Central Carapina, Diamantina, Jardim Limoeiro, Rosario de Fatima, Manoel Plaza, Eurico Salles, São Geraldo, Helio Ferraz
JARDIM TROPICAL	Jardim Tropical, José de Anchieta I, II e III, Cantinho do Céu, Solar de Anchieta, Laranjeiras Velha, Planalto de Carapina
NOVA CARAPINA	Monte Verde, Cidade Pomar, Nova Carapina I e II, Pitanga, Mestre Alvaro, Barro Branco
SERRA DOURADA	Serra Dourada I, II e III, Tubarão, Porto Canoa Mata da Serra, Planície da Serra, Maringa, Eldourado
SÃO MARCOS	São Marcos I, II e III, Areinha, Divinópolis Belvedere, Serra Verde, Cidade Nova da Serra
SERRA SEDE	Serra Sede, Cascata I, II e III, Santo Antônio São Domingos, Palmeiras, Macafé, Jardim da Serra, Caçaroca, Jardim Guanabara, Jardim Primavera
NOVA ALMEIDA	Nova Almeida, Parque das Gaivótas, Serra Mar, Praia Mar, Parque Santa Fé, Reis Magos, Boa Vista, Bairro Novo, Parque Residencial Nova Almeida, São João, Marbella
LARANJEIRAS	Pq. Res. Laranjeiras, Barcelona, Taquara I e II, Chico City, Valparaíso, Colina de Laranjeiras

Fonte: PMS/ SEMAS/PMAS 2009 - 2011

Mapa 3 – Divisão Sócio Territorial da Assistência Social no Município da Serra.



5.7.2.1. Territórios Estendidos de CRAS.

A partir da implantação do Programa Incluir - Programa de Redução da Extrema Pobreza, realizado pelo Governo do Estado, em 2011, no perímetro do Município, a Secretaria Municipal adotou a estratégia de trabalhar com o conceito de território estendido de CRAS, ampliando as equipes mínimas e a cada território agregando-se novos bairros a serem cobertos pelos CRAS implantados no Município.

Em 2012, a fim de alcançar as áreas mais distantes e de mais difícil acesso o Município também implanta as equipes volantes com vistas a alcançar o atendimento de proteção social às famílias através de busca ativa. Desta forma, os territórios de abrangência de CRAS ficam assim estabelecidos:

Territórios de CRAS		Bairros
Jardim Carapina	Original	Jardim Carapina e Boa Vista (Carapina)
	Estendido	Bairro de Fátima; Conjunto Carapina I; Eurico Salles; Hélio Ferraz; Manoel Plaza e Rosário de Fátima
Jacaraípe	Original	Bairro das Laranjeiras; Conjunto Jacaraípe; Praia de Capuaba; Castelândia; Costa Dourada; Costabela; Estância Monazítica; Jardim Atlântico; Lagoa Jacaraípe; Parque Jacaraípe; Portal de Jacaraípe; Residencial Jacaraípe; São Francisco e São Patrício.
	Estendido	Boa Vista (Nova Almeida); Enseada de Jacaraípe; Marbela Nova Almeida Centro; Parque das Gaivotas; Parque Nova Fé; Parque Residencial Mestre Álvaro; Parque Residencial Nova Almeida; Praia de Capuaba; Praiamar; Reis Magos São João e Serramar
Jardim Tropical	Original	Cantinho do Céu; Jardim Tropical; José de Anchieta I, II e III; Laranjeiras Velha; Planalto Carapina e Solar de Anchieta
	Estendido	André Carlone; Carapina Grande; Central Carapina; Diamantina e Santa Luzia.
Laranjeiras	Original	Barcelona; Parque Residencial Laranjeiras; Taquara I e II e Valparaíso
	Estendido	Barro Branco; Camará; Chácara Parreiral; Guaraciaba; Jardim Limoeiro; Laranjeiras Velha; Parque Residencial Mestre Álvaro; Morada de Laranjeiras; Nova Carapina I e II e Pitanga
Novo Horizonte	Original	Balneário de Carapebus; Bicanga; Cidade Continental; Novo Horizonte e São Diogo I e II
	Estendido	Praia de Carapebus e São Geraldo
Serra Dourada	Original	Eldorado; Maringá; Mata da Serra; Planície da Serra; Porto Canoa e Serra Dourada I, II e III;

	Estendido	Bairro Novo; Cidade Pomar; Civit I e II; Novo Porto Canoa; Parque Residencial Tubarão
Serra Sede	Original	Caçaroca; Jardim da Serra; Jardim Guanabara; Jardim Primavera; Santo Antônio; São Domingos e Serra Centro
	Estendido	Belvedere; Centro da Serra; Cidade Nova da Serra; Colina da Serra; Divinópolis; Fazenda Cascata; Jardim Bela Vista; Nossa Senhora da Conceição; São Judas Tadeu; São Lourenço; São Marcos e Vila Maria Niobe;
Vila Nova de Colares	Original	Alterozas; Feu Rosa; Manguinhos; Nova Zelândia; Vila Nova de Colares; Ourimar;
	Estendido	Centro Industrial do Município e Condomínio Ecológico Parque da Lagoa
Planalto Serrano	Original	Campinho da Serra I e II; Planalto Serrano A, B e C e Vista da Serra I e II

Fonte: PMS/SEMAS

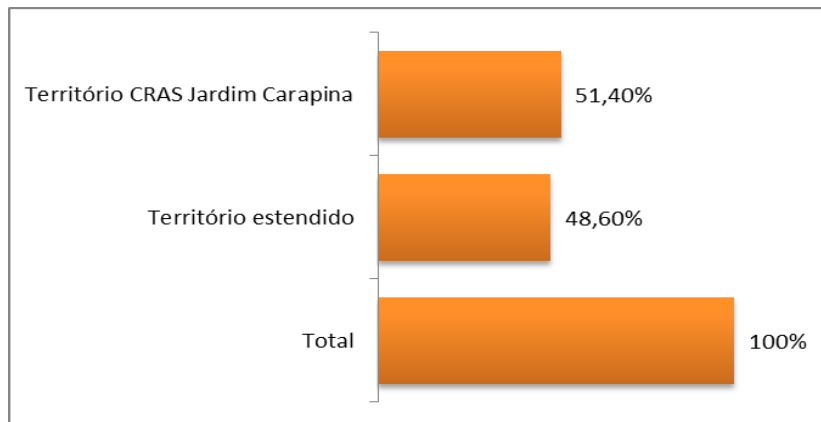
Como sinalizado anteriormente o Censo Demográfico/2010 - IBGE revelou que o Município possui 124.991 domicílios permanentes ocupados. Destes, 7.7 %, encontram-se no território estendido do CRAS de Jardim Carapina, 14.4 % Jacaraípe, 15.4 %, Jardim Tropical, 16.48 %, Laranjeiras, 10.3 % Novo Horizonte, 11.17 % Serra Dourada, 8.3 % Serra Sede, 9.7 % no território de Vila Nova de Colares e 6.4 % em Planalto Serrano, conforme tabela 28.

Tabela 28 – Territórios de abrangência de CRAS e total de domicílios particulares permanentes ocupados, por bairro.

. Território de Jardim Carapina:

Território	Bairros de Abrangência de CRAS	Domicílios	Subtotal	%
Jardim Carapina	Boa Vista (Carapina)	845	4.950	51,4%
	Jardim Carapina	4.105		
Território estendido	Bairro de Fátima	1.222	4.679	48,6%
	Conjunto Carapina I	688		
	Eurico Salles	410		
	Hélio Ferraz	907		
	Manoel Plaza	928		
	Rosário de Fátima	524		
TOTAL		9.629	100%	

Fonte: PMS/SEMAS - IBGE 2010



Fonte: PMS/SEMAS - IBGE 2010

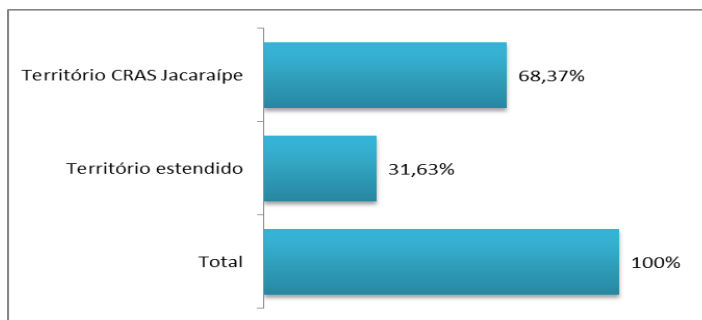
O território original de Jardim Carapina compreende um total de 4950 domicílios com aproximadamente 16.335 habitantes. Porém, quando seu território é estendido agregando mais 6 (seis) bairros do Município o número de domicílios passa para 9.629, compreendendo um total de 31.775 moradores, ou seja, 7,66 % dos habitantes do Município. O território estendido de Jardim Carapina apresenta um fluxo de acesso que não favorece a população dos bairros que compõe a região devido ser cortado por duas rodovias e em uma região não centralizada. O CRAS está localizado no ponto final do bairro de Jardim Carapina, bairro mais populoso do território, compreendendo 42.6 % dos domicílios da região. O local onde está edificado o CRAS apresenta um alto índice de violência e insegurança para quem circunda a localidade. Esta região é considerada pela população local e população do entorno como “região ameaçadora”.

Quanto à questão habitacional dois bairros do território merecem destaques: Jardim Carapina e Hélio Ferraz. Jardim Carapina apresenta um percentual considerável de moradias precárias, ou seja, insalubres, sem reboco e algumas sem unidade sanitária. Uma parcela dos imóveis está situada próxima a áreas de encostas. O bairro origina-se de área de manguezal e o processo de terraplanagem ocorrido na região favorece as situações de calamidades em épocas de chuva. O bairro Hélio Ferraz foi constituído de invasões e suas condições habitacionais são semelhantes ao do bairro Jardim Carapina. Como o bairro de Jardim Carapina, o bairro de Hélio Ferraz vivencia constantes situações de alagamentos e enchentes, devido à existência de uma lagoa que transborda em períodos de chuvas intensas. Em algumas situações há a necessidade da inclusão de famílias no programa Aluguel Social da Secretaria Municipal de Habitação, visto que algumas moradias tornam-se condenadas pela Defesa Civil do Município.

Território de Jacaraípe:

Território	Bairros de Abrangência de CRAS	Domicílios	Subtotal	%
Jacaraípe	Bairro das Laranjeiras	4.080	12.349	68,37%
	Conjunto Jacaraípe	1.115		
	Praia de Capuaba	207		
	Castelândia	391		
	Costa Dourada	369		
	Costabela	295		
	Estância Monazítica	618		
	Jardim Atlântico	937		
	Lagoa Jacaraípe	498		
	Parque Jacaraípe	1.035		
	Portal de Jacaraípe	298		
	Resid. Jacaraípe	1.251		
	São Francisco	648		
	São Patrício	384		
São Pedro	223			
Território estendido	Boa Vista (Nova Almeida)	448	5.714	31,63%
	Enseada de Jacaraípe	327		
	Marbela	85		
	Nova Almeida Centro	112		
	Parque das Gaivotas	1.094		
	Parque Nova Fé	219		
	Parque Resid. Mestre Álvaro	528		
	Parque Resid. Nova Almeida	89		
	Praia de Capuaba	207		
	Praiamar	577		
	Reis Magos	233		
	São João	716		
	São Pedro	223		
Serramar	856			
TOTAL			18.063	100%

Fonte: PMS/SEMAS - IBGE 2010



FONTE: PMS/SEMAS - IBGE 2010

O território estendido de Jacaraípe configura-se como um dos maiores territórios do município, com 18.063 domicílios e com uma população de 59.607 habitantes. Inicialmente o território foi constituído pelos bairros que compunham a Grande Jacaraípe compreendendo uma população de 40.751 habitantes. O território original é composto por 15 bairros situados numa região com larga extensão territorial entremeado de regiões com boa infraestrutura e população com elevado poder econômico. Em contrapartida há no perímetro do território regiões onde a população vivencia situações de vulnerabilidades socioeconômica. Desta forma, a configuração do território não facilita o acesso da população prioritária aos equipamentos a rede socioassistencial, principalmente o CRAS que está situado no Bairro das Laranjeiras.

Uma característica comum do território de Jacaraípe ao território de Jardim Carapina e Jardim Tropical refere-se aos constantes alagamentos e enchentes ocasionados em períodos de chuvas, uma vez que parte da população reside próximo ao Rio Jacaraípe e Lagoa Jacaraípe. Destacamos que a localização geografia da região de Nova Almeida, divisa com o município de Fundão, sinaliza ao Município a necessidade de se direcionar o Serviço de Proteção Social, através de equipes volantes, a população da região, uma vez que o distanciamento do território dificulta o acesso da população alvo da assistência social a rede de serviços local.

Quanto ao bairro de Nova Almeida cogitam-se que a comunidade tenha sido fundada pelos padres Diogo Jaques e Diogo Gonçalves. Porém, os registros históricos dão conta de que o padre evangelista, Brás Lourenço, juntamente com os índios locais, os tupuniquins, erigiu uma pequena capela de palhas, e inaugurou-a no dia 06 de Janeiro de 1557, daí o nome de “Aldeia dos Reis Magos”.

Em 1960 a Aldeia dos Reis Magos, passa a se chamar Aldeia Nova e Yapara, com a adoção de uma sesmaria para os índios locais. Em 1758, com o alvará da criação de Vila de Almeida, recebe o nome de Nova Almeida, para diferenciar de Almeida em Portugal.

Nova Almeida foi sede da Comarca, de 1760 à 1921, quando foi transferida para Fundão pela Câmara Municipal de Serra e em 11 de novembro de 1938, Nova Almeida, desmembrou-se do município de Fundão, passando a ser Distrito do Município da Serra. Atualmente, Nova Almeida possui 91 Km² de área e em se tratando de turismo, é o distrito mais desenvolvido.

O Balneário de Nova Almeida abriga, em todo verão, artistas de várias partes do Brasil, que participam do “Festival de Verão”. Possui águas rasas quentes com concentração de águas arribadas. Quando a corrente marinha é sudeste, as águas ficam turvas; quando a corrente é nordeste, ficam límpidas. No verão, as águas são claras e calmas, no inverno ocorrem as grandes ressacas.

Na Praia das Barreiras (início da praia Nova Almeida), encontra-se áreas de falésias e recifes de lateritas (rochas vermelhas). Como os demais balneários, possui sua colônia de pescadores.

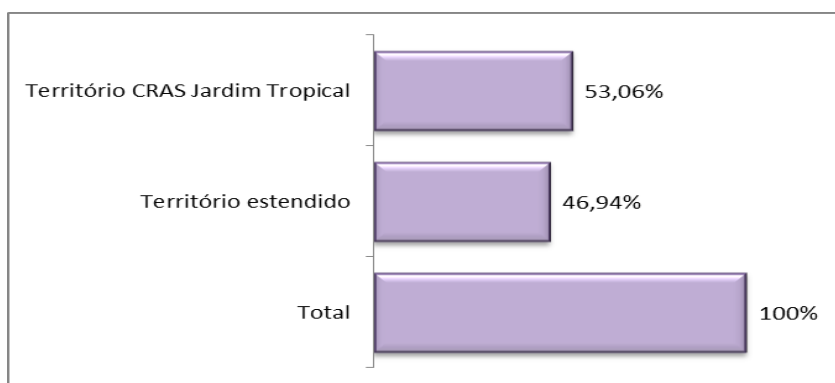
Os bairros Lagoa de Jacaraípe, Bairro das Laranjeiras, São Patricio, Costa Dourada, Residencial Jacaraípe localizam-se na região de Jacaraípe. Segundo site da Prefeitura Municipal as Serra, Jacaraípe é o principal Balneário da Serra, com todas as comodidades de um bairro residencial. Palco de manifestações culturais e artísticas, é excelente para a prática de esportes náuticos e um concorrido carnaval. Possui hotéis e restaurantes, o que faz atrair ainda mais a população visitante da região.

A explicação extra livresca da origem do nome Jacaraípe é a de que os índios Tupiniquins, quando precisavam ir de Manguinhos a Nova Almeida, enfrentavam grandes jacarés, de um lado e de outro, para atravessar as matas. De tanto por ali passarem, formou-se um caminho, que eles denominaram de “caminho dos jacarés”, ou Jacaraípe.

Território de Jardim Tropical:

Território	Bairros de Abrangência de CRAS	Domicílios	Subtotal	%
Jardim Tropical	Cantinho do Céu	1.284	10.226	53,06%
	Jardim Tropical	2.423		
	José de Anchieta I	2.004		
	José de Anchieta II	1.106		
	José de Anchieta III	582		
	Laranjeiras Velha	1.583		
	Planalto Carapina	900		
	Solar de Anchieta	344		
Território estendido	André Carlone	2185	9.046	46,94%
	Carapina Grande	3.513		
	Central Carapina	1.891		
	Diamantina	459		
	Santa Luzia	998		
TOTAL		19.272		100%

FONTE: PMS/SEMAS - IBGE 2010



FONTE: PMS/SEMAS - IBGE 2010

A tabela C mostra que os bairros de Jardim Tropical e Jose de Anchieta I, II e III, são os bairros onde há uma maior concentração de domicílios no território original. O CRAS da região está edificado em Jardim Tropical por ser o bairro de maior acessibilidade para a população local. Considerando o território estendido, a população residente alcança um total de 19.272 domicílios, perfazendo um total de 63.597 habitantes e compreendendo 15.4 % dos domicílios do Município.

O território original de Jardim Tropical possui uma população de 33.745 habitantes e apresenta uma configuração definida quanto à concentração da vulnerabilidade social no Território. Os bairros que compõem a região plana do território Conjunto José de Anchieta, Conj. Laranjeiras Velha e o Bairro Jardim Tropical são formados por uma população que apresenta condições socioeconômicas melhores que a população que radica a área oposta que vivenciam situações de vulnerabilidade social, como os bairros de José de Anchieta I, II, III; Solar de Anchieta e Cantinho do Céu. Estes bairros surgiram de ocupações irregulares como encostas e vales.

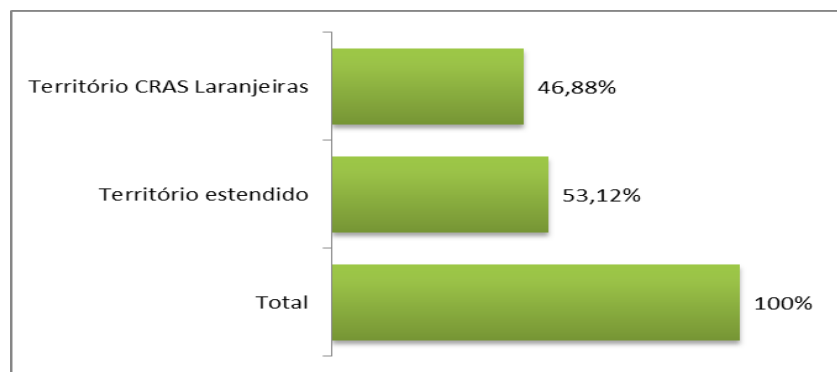
Os bairros são compostos em sua maioria por famílias de baixa renda, com habitações precárias, onde em épocas de chuva um percentual de famílias ficam desabrigadas integrando-se ao público do programa Aluguel Social do Município. Os bairros que agregaram o território estendido de Jardim Tropical são bairros do território de Carapina, conforme a divisão sócio territorial do Município ocorrida em 2008. A população que compõe o território estendido é composta por 29.851 habitantes. Dois bairros que compreendem há extensão territorial, Central Carapina e Carapina Grande, apresentam alto nível de vulnerabilidade sócio econômica. A conexão dos territórios como alternativa para cobertura do principal serviço da proteção social básica – CRAS/PAIF, acaba por não apresentar efetividade, pois o munícipe que demanda por esses serviços necessitam utilizar-se de condução para acessar os equipamentos públicos instalados no território.

Território de Laranjeiras:

Território	Bairros de Abrangência de CRAS	Domicílios	Subtotal	%
Laranjeiras	Barcelona	3.739	10.489	46,88%
	Parque Resid. Laranjeiras	2.630		
	Taquara I	1.422		
	Taquara II	745		
	Valparaíso	1.953		
Território estendido	Barro Branco	273	11.883	53,12%
	Camará	163		
	Chácara Parreiral	341		
	Guaraciaba	728		
	Jardim Limoeiro	2.361		
	Parque Resid. Mestre	528		
	Morada de Laranjeiras	1.942		

	Nova Carapina I	2.892		
	Nova Carapina II	2.173		
	Pitanga	482		
TOTAL		22.372		100%

Fonte: PMS/SEMAS - IBGE 2010



Fonte: PMS/SEMAS - IBGE 2010

O território de Laranjeiras, constituído em 2005, sofreu alteração em 2010 por incluir os bairros de Camará, Chácara Parreiral, Guaraciaba, Jardim das Laranjeiras, Jardim Limoeiro e Morada de Laranjeiras. Este território tem uma larga extensão geográfica intermediando bairros de classe media e media alta.

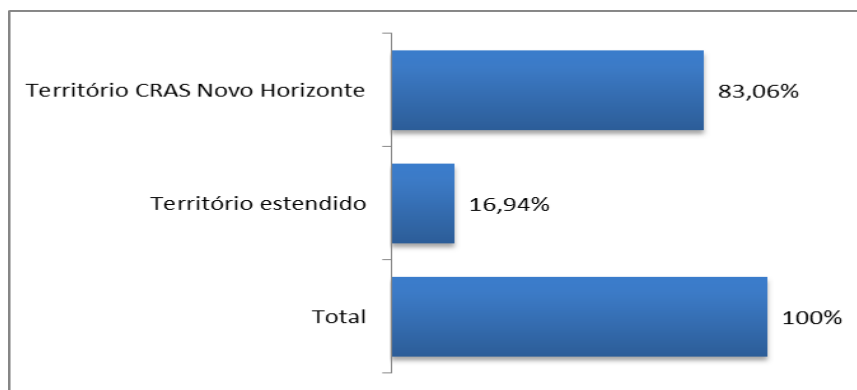
O território original possui atualmente 10.489 domicílios, ou seja, 34.613 habitantes. Os bairros que apresentam maior situação de vulnerabilidade são Taquara I e II, Camará, Guaraciaba e localidades de Jardim Limoeiro. O território estendido agrega parte do Território de Nova Carapina, como os bairros de Barro Branco e Nova Carapina I e II.

O CRAS de Laranjeiras desde a sua implantação configura-se como um Centro Regional para o Município, pois além de ter sido a referencia para as famílias em situação de vulnerabilidade social para os territórios sem cobertura de CRAS tornou-se referencia, até o primeiro semestre do ano de 2012, para inscrição e atualização do CADÚNICO para Programas Sociais, com vistas à inclusão das famílias em situação de vulnerabilidade social em programas como Bolsa Família e outros. O CRAS de Laranjeiras oferta também o Programa de Capacitação Profissional Sócio Educativo (PROCAP) e o Núcleo de Articulação e Inclusão da Pessoa Com Deficiência (NUPED).

Território de Novo Horizonte:

Território	Bairros de Abrangência de CRAS	Domicílios	Subtotal	%
Novo Horizonte	Balneário de Carapebus	1.324	10.725	83,06%
	Bicanga	516		
	Cidade Continental	3.134		
	Novo Horizonte	4.460		
	São Diogo I	1.039		
	São Diogo II	252		
Território estendido	Praia de Carapebus	1.661	2.187	16,94%
	São Geraldo	526		
TOTAL		12.912		100%

Fonte: PMS/SEMAS - IBGE 2010



Fonte: PMS/SEMAS - IBGE 2010

Analisando a tabela E observa-se que 3,45 % dos domicílios do Município estão no território de Novo Horizonte. O bairro de Novo Horizonte, onde está instalado o CRAS da região, concentra o maior número de domicílios, seguidos dos bairros de Cidade Continental e Balneário de Carapebus. Desta forma, o número de famílias do território original - 35.392 habitantes, é superior ao da extensão territorial da região com 7.217 habitantes.

Novo horizonte surgiu no final da década de 50 como dois loteamentos para atender a classe média que desejasse adquirir chácaras próximas à praia de Carapebus.

Em 1968 o então Governador Christiano Dias Lopes Filho transferiu os prostíbulos que funcionavam no Centro de Vitória para o Bairro que na época se chamava vila São Sebastião. Tratava-se na época na segunda zona de meretrício dos pais, só perdendo para a zona do Porto de Santos – SP. Sua fama era internacional e possuía uma per capita duas vezes maior que a renda per capita estadual.

Com o advento da CST, que atraiu cerca de 15.000 trabalhadores diretos, o bairro cresceu e atraiu inúmeras famílias, que sofriam grande discriminação. Várias mulheres andavam até 1,5 km para apanhar ônibus fora do bairro para não serem confundidas com as prostitutas que ali trabalhavam.

O período de fartura começou a se esgotar no final da década de 70, sendo sepultado em 1982, com o fechamento dos últimos prostíbulo. O final da construção da CST, ao invés do esperado, não direcionou os trabalhadores para outras regiões. Muitos destes, sem qualificação, enfrentaram o desemprego, invadindo regiões no bairro, aumentando o nível de marginalização e segregação social.

No final da década de 80, a implementação do sistema metropolitano de transporte coletivo – TRANSCOL, e a implementação de grande conjunto habitacional no entorno começaram a mudar o panorama de ocupação de Novo Horizonte, que teve seu nome mudado através de plebiscito em 1984 como alternativa para reverter a discriminação/segregação a que estavam submetidos os seus moradores.

Sobretudo no Bairro de Novo Horizonte existe um bom comércio e é crescente a valorização imobiliária, sobretudo pela proximidade com a CST. Esta proximidade traz, no entanto um agravante, uma vez que o bairro é altamente impactado pela expansão da empresa. Embora a administração municipal busque meios para viabilizar a absorção da mão de obra local é grande o número de empreiteiras que trazem trabalhadores de outros locais que acabam se instalando na região. Este novo ciclo de novos trabalhadores acabam por estimular o funcionamento da atividade de prostituição.

Território de Planalto Serrano:

Território	Bairros de Abrangência de CRAS	Domicílios
Planalto Serrano	Campinho da Serra I	336
	Campinho da Serra II	341
	Planalto Serrano	4.273
	Vista da Serra I	1.973
	Vista da Serra II	1.109
TOTAL		8.032

Fonte: PMS/SEMAS - IBGE 2010

O território de Planalto Serrano abarca 1.9 % dos domicílios do Município. Com a expansão territorial ocorrida no Município a partir de 2011 o território de Planalto Serrano foi o único a manter o território original, compreendendo os bairros de Planalto Serrano – blocos A, B e C, Vista da Serra I e II, e Campinho da Serra I e II. Destacamos que o CRAS do território está instalado no bairro de Planalto Serrano, com 14.100 habitantes.

Do território, o bairro Planalto Serrano, apresenta maior densidade populacional e risco social mais elevado. A área pertencia a COHAB e a construtora responsável abriu falência, abandonando as casas, permitindo assim a depredação de muitas residências por parte de moradores de bairros vizinhos antes da ocupação. Desta forma, o bairro a princípio seria um conjunto habitacional para população de baixa renda, porém alguns funcionários da Construtora Marajá, revoltados com a paralisação das obras e a falta de pagamento, invadiram algumas casas. Logo a seguir, famílias dos bairros vizinhos ocuparam de três a quatro casas que depois eram comercializadas por valores irrisórios, formando um grande bolsão de pobreza. Foi intensa a vinda de pessoas de outros estados e municípios, atraídos pelo “baixo preço” dos imóveis, que a princípio não possuíam telhados. O bairro só foi servido com rede de esgoto e energia elétrica após intenso movimento de reivindicação. O transporte coletivo chegou após manifestação com interrupção da BR 101.

Inicialmente conhecido como Marajá, o bairro ficou extremamente estigmatizado pelos altos índices de violência e pelo intenso movimento de quadrilhas compostas por traficantes e assaltantes, muitas vezes

adultos, e crianças / adolescentes. Buscando modificar este estigma, o bairro foi mudado para Planalto Serrano. Apesar do processo de migração ter diminuído sensivelmente, esta é ainda uma das características do bairro.

A facilidade de acesso, devido à proximidade com a BR 101, permitindo a disponibilidade de ônibus, e o estado de abandono da área, forma os principais determinantes da ocupação, que se iniciou na parte baixa (bloco A) e aos poucos foi se expandindo para as áreas mais elevadas (blocos B e C).

Durante o período de sua ocupação, a área recebeu o nome de Marajá, devido ao nome da construtora responsável pelas casas. Depois, houve uma tentativa de utilizar o nome de Serra III. Na Prefeitura, o bloco B recebeu o nome de Boa Esperança e o bloco C, de Bairro das Acácias, que anteriormente eram conhecidos como Serra Pelada o que acabou por ficar foi Planalto Serrano utilizado no transporte coletivo.

O conjunto habitacional teve também como concepção urbanística a ocupação nos topos dos morros, nas áreas mais propícias à habitação, o que resultou na constituição de 3 assentamentos denominados Bloco a, próximo a BR 101, e Blocos B e C.

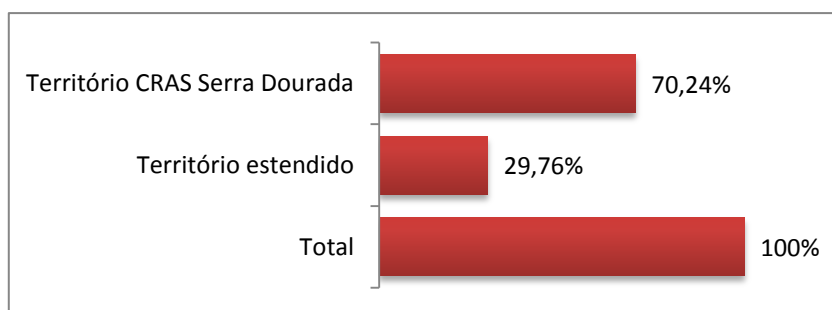
Com o processo de consolidação, algumas casas e comércios ocuparam algumas poucas áreas não loteadas, especialmente às margens da BR 101, faixas não edificantes e áreas de interesse ambiental.

A maior parte do bairro já está consolidada, com as edificações residenciais de 1 a 2 pavimentos, restando poucos terrenos vagos. Não se verifica um processo de adensamento dos espaços construídos e de expansão para áreas de preservação, mas, ao contrario, os espaços abertos estão presentes configurando a passagem do bairro.

Território de Serra Dourada:

Território	Bairros de Abrangência de CRAS	Domicílios	Subtotal	%
Serra Dourada	Eldorado	2.408	9.813	70,24%
	Maringá	664		
	Mata da Serra	701		
	Planície da Serra	226		
	Porto Canoa	989		
	Serra Dourada II	2.039		
	Serra Dourada III	1.545		
Território estendido	Bairro Novo	124	4.158	29,76%
	Cidade Pomar	1.583		
	Civit I	05		
	Civit II	34		
	Novo Porto Canoa	1.371		
	Parque Resid. Tubarão	1.041		
TOTAL			13.971	100%

Fonte: PMS/SEMAS - IBGE 2010



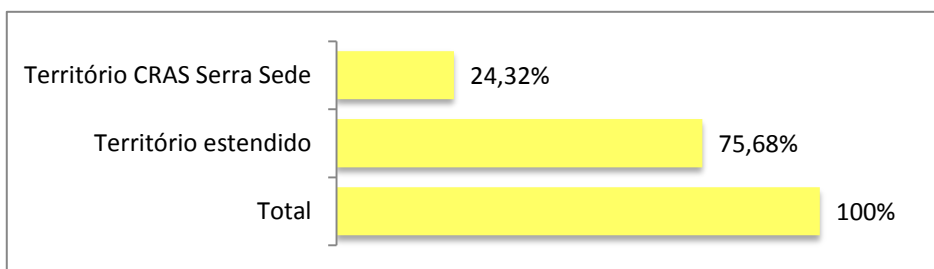
Fonte: PMS/SEMAS - IBGE 2010

Como podemos observar o território estendido de Serra Dourada compreende um total de quinze bairros, sendo oito do território original. O CRAS da região está instalado no bairro de Serra Dourada onde concentra o maior percentual da população do território. No perímetro do território existem cerca de 11,16% dos domicílios do Município.

Território Serra Sede:

Território	Bairros de Abrangência de CRAS	Domicílios	Subtotal	%
Serra Sede	Caçaroca	381	2.529	24,32%
	Jardim da Serra	230		
	Jardim Guanabara	281		
	Jardim Primavera	112		
	Santo Antônio	612		
	São Domingos	381		
	Serra Centro	532		
Território estendido	Belvedere	256	7.868	75,68%
	Centro da Serra	741		
	Cidade Nova da Serra	145		
	Colina da Serra	401		
	Divinópolis	643		
	Fazenda Cascata	900		
	Jardim Bela Vista	1.190		
	Nossa Srª da Conceição	435		
	São Judas Tadeu	585		
	São Lourenço	213		
	São Marcos	1.718		
	Sítio Irema	132		
	Maria Niobe	509		
TOTAL			10.397	100%

Fonte: PMS/SEMAS - IBGE 2010



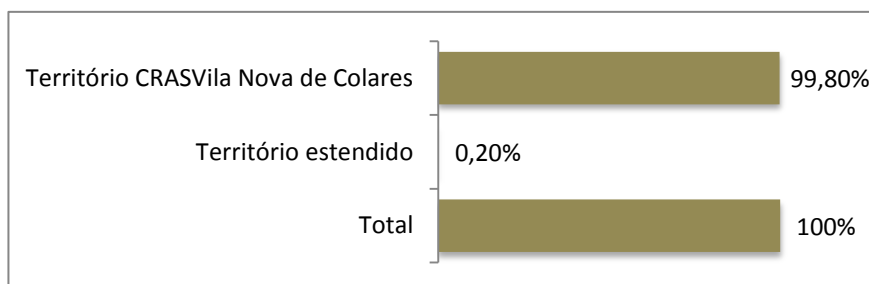
Fonte: PMS/SEMAS - IBGE 2010

O território de Serra Sede é o segundo maior território do Município, considerando o número total de bairros, depois de Jacaraípe. Apesar do referido território ser constituído por 20 bairros observa-se que a quantidade de habitantes existente na região, compreende 8.3 % habitantes do Município.

Território de Vila Nova de Colares:

Território	Bairros de Abrangência de CRAS	Domicílios	Subtotal	%
Vila Nova de Colares	Alterozas	511	12.143	99,8%
	Feu Rosa	5.912		
	Manguinhos	425		
	Nova Zelândia	276		
	Vila Nova de Colares	4.960		
	Ourimar	59		
Território estendido	Centro Industrial do Município	17	25	0,2%
	Condomínio Ecológico Parque da Lagoa	08		
TOTAL			12.168	100%

FONTE: PMS/SEMAS - IBGE 2010



FONTE: PMS/SEMAS - IBGE 2010

O território de Vila Nova de Colares foi o primeiro a ser constituído enquanto território de Assistência Social por instalar o primeiro CRAS do Município. Os bairros de Vila Nova de Colares e Feu Rosa são os que concentram um maior percentual de domicílios da região. Ambos os bairros compreendem um total de 35.877 habitantes, ou seja, 8.76 % da população do Município.

O bairro Vila Nova de Colares originou-se no final dos anos 80. É oriundo de loteamento aprovado, porém quase toda a ocupação se deu de forma irregular. O bairro não apresenta uma tipologia única, onde observa-se que nas franjas do loteamento a maioria das casas são de um pavimento sem reboco; nas vias de acesso e na avenida principal observava-se as casas de melhor padrão construtivo., destinadas as famílias de melhor renda. Pelo fato da ocupação irregular o bairro conviveu por longo período com ausência de água, luz esgoto. Atualmente o bairro conta com uma infraestrutura que atende 90% da população residente.

Vila Nova de Colares está localizado ao lado do Conjunto Residencial Bairro das Flores, atualmente Feu Rosa. De acordo com o Censo Demográfico 2010/IBGE, o bairro de Feu Rosa conta com 5.912 domicílios e o bairro Vila Nova de Colares dispõe de 4.960 domicílios particulares permanentes ocupados, tendo uma área de 1,34596 Km².

O bairro Feu Rosa é um conjunto habitacional popular que teve algumas áreas de preservação ambiental invadidas com a construção de moradias precárias. A tipologia do bairro é predominantemente residencial, apresentando comércio e serviços de bairro mais especializados. As residências são destinadas às classes baixa e média baixa, com ocorrência de imóveis precários a população de baixa renda. Os domicílios em sua maioria são barracos de alvenaria, com cobertura de telhas de amianto. Muitas estão situadas em área de risco, próximas a valões e área sujeitas a deslizamentos de terra e, sobretudo alagamentos. A extensão territorial ocorrida não trouxe alteração significativa comparando-se ao território original de Vila Nova de Colares.

5.7.2.1.1. Centro de Referência de Assistência Social: famílias cadastradas.

De acordo com os bairros/territórios mais vulneráveis da Cidade, o Município planejou implantar até o ano de 2012, 13 (treze) CRAS conforme estabelecido na divisão socioterritorial do Município e no Plano Municipal de Assistência Social, porém alcançou a instalação de 9 (nove) unidades em áreas onde se concentra o maior número de famílias em situação de vulnerabilidade social.

Desta forma, a partir da instalação das unidades estatais, foram cadastradas 30.377 famílias até o mês de dezembro de 2012, ou seja, 7.4 % dos habitantes da Serra foram atendidos pelos CRAS do Município, conforme demonstrado na tabela 29.

Observa-se que o CRAS com maior número de famílias cadastradas, é o de Planalto Serrano. Dentre as quatro primeiras unidades instaladas a de Laranjeiras, considerada como CRAS regional, é a que apresenta o menor número de famílias cadastradas. Novo Horizonte e Vila Nova de Colares ocupam o segundo e terceiro lugar respectivamente. Destacamos que o CRAS de Laranjeiras por ter sido a referencia para a população sem cobertura de CRAS no território onde radica, como também a referencia para a realização da inscrição do CadÚnico, até o ano de 2012, é a unidade que deveria apresentar o maior número de famílias cadastradas. Porém, nesta tabela foi contabilizado o percentual de famílias atendidas e cadastradas apenas pelo PAIF.

Segundo dados registrados em relatórios de atividades da Secretaria Municipal o acesso da população aos CRAS se deu em aproximadamente 85% de forma espontânea, 7.5 % por busca ativa e os outros 7.5 % através de encaminhamentos efetivados pela rede de serviços socioassistencial e intersetorial.

Tabela 29 - Ano de instalação dos CRAS e número de famílias cadastradas.

Territórios de CRAS	Ano de implantação	Famílias Cadastradas nos CRAS
Vila Nova de Colares	2005	4.116
Novo Horizonte	2005	4.479
Planalto Serrano	2005	5.312
Laranjeiras	2005	3.137
Jacaraípe	2007	3.251
Jardim Carapina	2008	3.060
Serra Dourada	2010	2.918
Jardim Tropical	2010	2.036
Serra Sede	2011	2.068
Total		30.377

Fonte: PMS/SEMAS

Desta forma, a divisão sócio territorial ocorrida entre o período de 2005 a 2008 no Município, requer novos estudos com a finalidade de redefinir uma nova territorialização do município, conforme princípios da PNAS, NOB/SUAS e NOB/RH. Entende-se que redefinir os territórios de abrangência de CRAS é condição para que se dê efetividade ao SUAS no Município. Por meio dos CRAS é assegurado atenção territorializada as famílias; proximidade entre demanda e capacidade de atendimento; possibilidade de um diagnóstico socioterritorial mais próximo da realidade local; maior acessibilidade da população aos serviços; articulação da rede socioassistencial e intersetorial, além de cobertura dos serviços de proteção social a área rural.

Destacando, também, a subdivisão territorial do Município frente a outras políticas públicas. Registra-se que há uma incongruência entre as dimensões territoriais estabelecidas para o campo de atuação da saúde, educação, habitação dentre outros, dificultando a ação intersetorial e interdisciplinar junto às famílias demandantes dos serviços de atenção social básica em seus territórios de moradia. A intersetorialidade e interdisciplinariedade das ações direcionadas as famílias aparecem como possibilidade de superação de práticas fragmentárias ou sobrepostas na relação com usuários, uma vez que são os mesmos usuários que demandam por esses serviços.

5.7.3. Perfil das famílias em situação de vulnerabilidade social do Município da Serra

Os dados demográficos do município associado a leitura de renda apresentados no Censo 2010 apresenta um panorama que reflete a situação de vulnerabilidade social das famílias no Município.

O Censo/2010 - IBGE revelou que a população da Serra é de 409.267 habitantes. Desta forma, de acordo com a tabela 8, pode-se dimensionar o tamanho da população economicamente vulnerável do Município:

- A cidade da Serra apresenta 5.550 domicílios particulares permanentes sem rendimento o que somados aos 4.394 com rendimento até $\frac{1}{4}$ SM totaliza 9.894 domicílios vivendo em situação de extrema pobreza, conforme mostra a tabela 30 e mapa nº3. Considerando que a média por domicílio é de 3,3 pessoas encontra-se nesta condição 36.576 habitantes no Município;

- Quanto à classe de rendimentos com crianças de 10 anos ou mais sem rendimento o Município apresenta um total de 112.121 habitantes, conforme tabela 7.
- Os domicílios com rendimento nominal per capita de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ SM totalizam 56.100 habitantes quando consideramos 3.3 hab. por domicilio;
- Quanto a classe de rendimento nominal mensal de $\frac{1}{2}$ a 1 SM a Serra possui 9.860 domicílios e neste perfil 32.538 habitantes.

Desta forma, pode-se dizer que atualmente aproximadamente 125.214 habitantes da Serra estão em situação de vulnerabilidade pelo indicador renda. Além dos 112.121 habitantes sem rendimento mensal vivendo de benefícios sociais, conforme tabela 30.

Tabela 30 - Demonstrativo dos 40 bairros do município da Serra com maior número de domicílios com pessoas que vivem sem rendimento mensal e com rendimento mensal de até $\frac{1}{4}$ do SM.

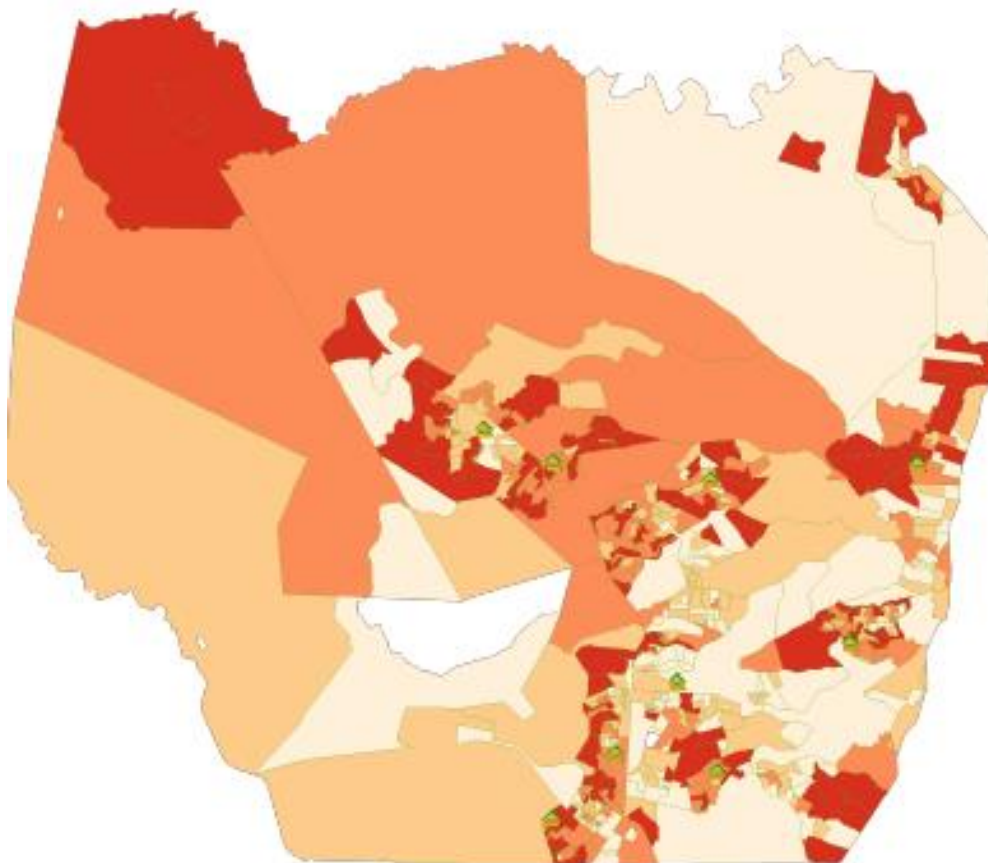
Bairros	Domicílios sem rendimento	Domicílios com renda até $\frac{1}{4}$ SM
Feu Rosa	251	296
Planalto Serrano	315	494
Vila Nova de Colares	204	430
Jardim Carapina	172	330
Novo Horizonte	183	276
Bairro das Laranjeiras	129	231
Central Carapina	172	330
Carapina Grande	161	132
Nova Carapina I	122	170
Nova Carapina II	98	128
Porto Canoa	129	20
Cantinho do Céu	75	139
Residencial Jacaraípe	52	130
São Marcos	93	131
Cidade Pomar	93	118
Serra Dourada II	99	101
Vista da Serra I	79	109
Taquara I	79	109
Jardim Tropical	56	97
Eldorado	67	95
Balneário de Carapebus	88	88

Taquara I	52	83
Valparaíso	9	80
Parque Residencial Laranjeiras	67	37
José de Anchieta	45	52
José de Anchieta II	82	19
José de Anchieta III	61	38
Jardim Limoeiro	69	40
Serra Dourada I	65	59
Jardim Bela Vista	81	38
Serra Dourada III	45	64
Praia de Carapebus	32	66
São João	40	67
Andre Carlone	65	33
Vista da Serra II	41	63
Barcelona	61	59
Lagoa Jacaraípe	18	42
Laranjeiras Velha	51	46
Taquara II	41	63
Taquara II	33	37

Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE

Dentre a população que vive abaixo da linha da pobreza, renda mensal de até R\$ 140,00 destacamos no mapa 3 e 4 o número de famílias que se encontram em situação de extrema pobreza, ou seja, famílias com rendimento mensal de até R\$ 70,00 excluindo os domicílios ou habitantes que vivem sem rendimento mensal ou apenas com benefícios de transferência de renda.

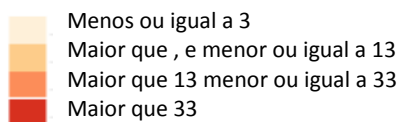
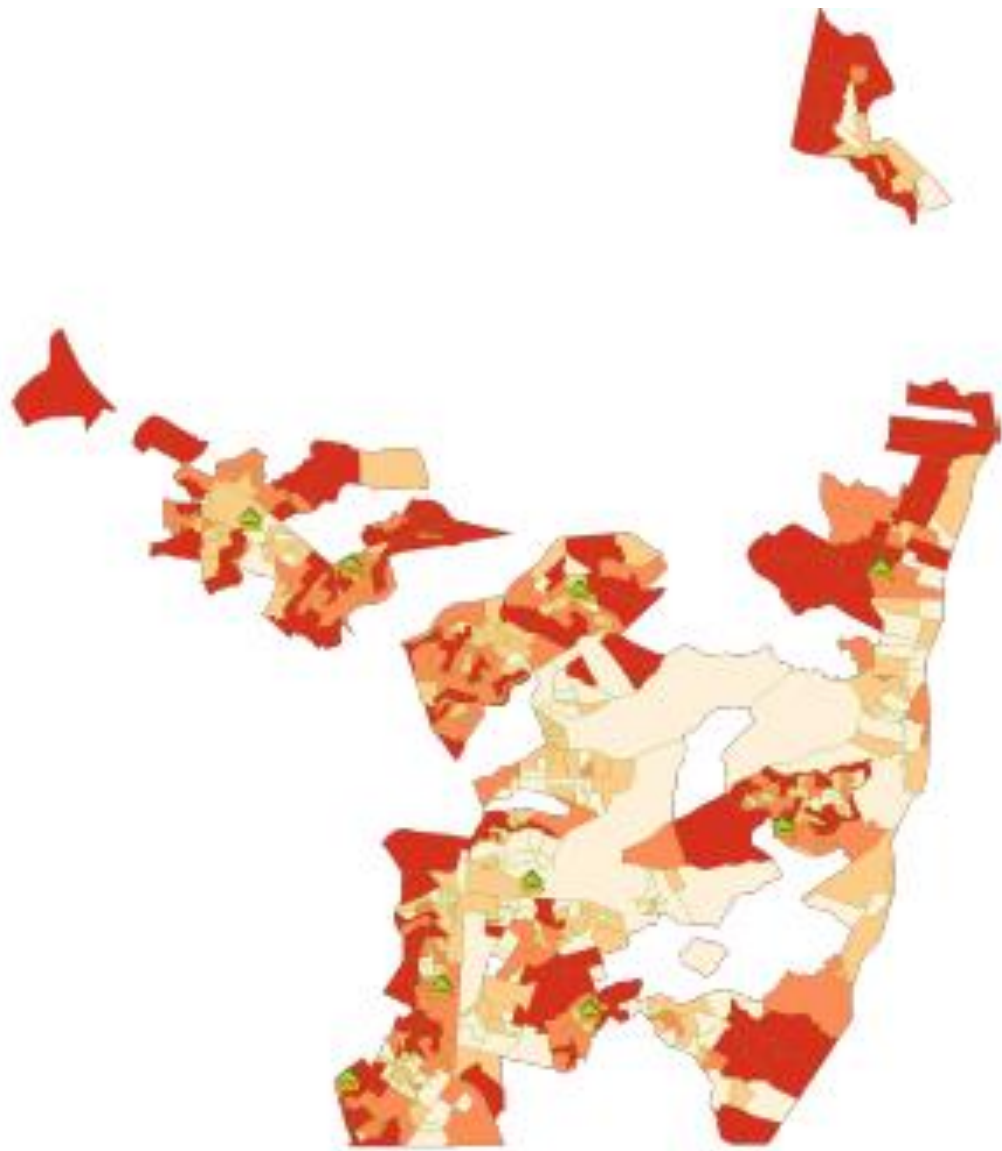
Mapa 4 - População residente em domicílios particulares permanentes, com rendimento nominal mensal per capita de até 70 reais²².



- Menos ou igual a 2
- Maior que 2 e menor ou igual a 12
- Maior que 12 e menor ou igual a 33
- Maior que 33

²² - MDS/Mapas Temáticos de Vulnerabilidade Social – Áreas Urbana e Rural do Município da Serra, 2010

Mapa 5 – População residente em domicílios particulares permanentes, com rendimento nominal mensal per capita de até 70 reais²³.



²³ MDS/Mapas Temáticos de Vulnerabilidade Social – Área Urbana do Município da Serra, 2010

O Censo também revelou que no município havia 1.233 crianças em situação de extrema pobreza na faixa de 0 a 3 anos e 735 na faixa entre 4 e 5 anos. O grupo de 6 a 14 anos, por sua vez, totalizou 3.342 indivíduos na situação de extrema pobreza, enquanto no grupo de 15 a 17 anos havia 633 jovens nessa situação. Foram registradas 697 pessoas com mais de 65 anos na extrema pobreza. 48,4% dos extremamente pobres do município têm de zero a 17 anos, conforme tabela 31 e gráfico 12.

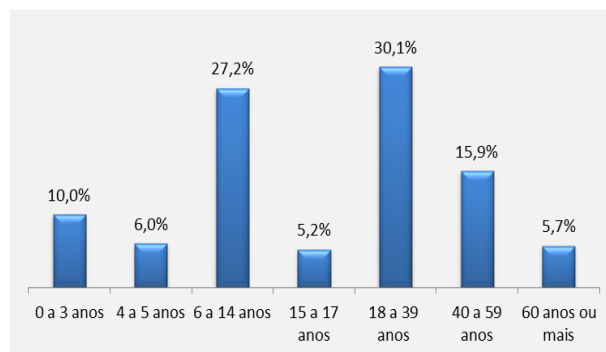
Tabela 31 – População em Situação de Extrema Pobreza no Município por faixa etária.

População em situação de extrema pobreza por faixa etária

Idade	Quantidade
0 a 3	1.233
4 a 5	735
6 a 14	3.342
15 a 17	633
18 a 39	3.693
40 a 59	1.953
65 ou mais	697
Total	12.286

FONTE: IBGE 2010

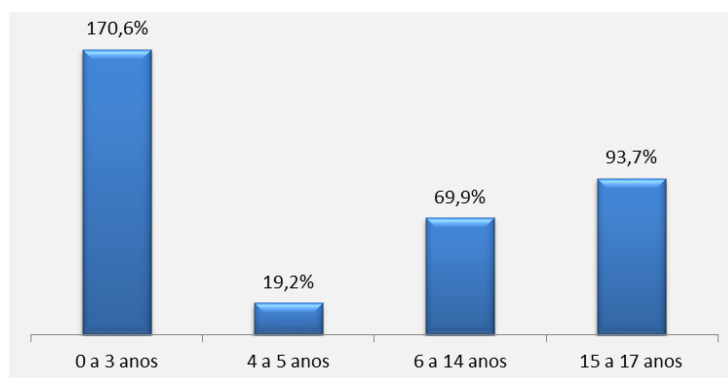
Gráfico 12 - Distribuição percentual da população extremamente pobre por faixa etária.



FONTE: IBGE 2010

O Censo de 2010 também revelou que no município havia 996 crianças de 0 a 3 anos em situação de extrema pobreza não freqüentando creche, o que representa 80,8% das crianças extremamente pobres nessa faixa etária. Entre aquelas de 4 a 5 anos, havia 221 crianças fora da escola (30,1% das crianças extremamente pobres nessa faixa etária) e, no grupo de 6 a 14 anos, eram 211 (6,3%). Por fim, entre os jovens de 15 a 17 anos na extrema pobreza, 236 estavam fora da escola (37,2% dos jovens extremamente pobres nessa faixa etária).

Gráfico 13 - Proporção da população em extrema pobreza frequentando a escola ou creche por faixa etária.



FONTE: IBGE 2010

5.7.3.1. Perfil da População em Situação de Extrema Pobreza no Município²⁴

Gênero:

Do total de extremamente pobres no município, 6.583 são mulheres (53,6%) e 5.703 são homens (46,4%).

Cor ou Raça :

Do total da população em extrema pobreza do município, 2.445 (19,9%) se classificaram como brancos e 9.771 (79,5%) como negros. Dentre estes últimos, 1.163 (9,5%) se declararam pretos e 8.608 (70,1%) pardos. Outras 70 pessoas (0,6%) se declararam amarelos ou indígenas.

²⁴ Dados extraídos do censo demográfico IBGE 2010

Pessoas com deficiência:

De acordo com o censo 2010, havia 210 indivíduos extremamente pobres com alguma deficiência mental; 2.492 tinham alguma dificuldade visual; 678 auditiva e 1.011 locomoção.

Educação:

Das pessoas com mais de 15 anos em extrema pobreza, 1.315 não sabiam ler ou escrever, o que representa 19,7% dos extremamente pobres nessa faixa etária. Dentre eles, 845 eram chefes de domicílio.

Eletricidade, água, esgotamento sanitário e coleta de lixo:

As 63 pessoas extremamente pobres (0,5% do total) viviam sem luz, 90 (0,7%) não contavam com captação de água adequada em suas casas, 3.802 (30,9%) não tinham acesso à rede de esgoto ou fossa séptica e 859 (7,0%) não tinham o lixo coletado.

Banheiro no domicílio e paredes externas de alvenaria:

645 pessoas extremamente pobres (5,2% do total) não tinham banheiro em seus domicílios. 340 (2,8%) não tinham em suas casas paredes externas construídas em alvenaria.

5.7.3.1.1. Inclusão de famílias em Programas de Transferência Direta de Renda no Município

O Censo Demográfico 2010/IBGE demonstrou que 5.550 domicílios encontravam-se sem rendimento mensal, vivendo com Benefícios de Programas de Transferência de Direta de Renda. Dentre estes destacamos o total de famílias e, ou indivíduos incluídos nos programas de transferência de renda no município.

- Programa Bolsa Família: 20.770 famílias (julho/2013)
- Programa Pró Família: 2.239 famílias (fev/2013)
- Programa Incluir: 265 famílias (dez/2012)

- PETI: 1000 Crianças e adolescentes (abril/2013)
- ProJovem Adolescente: 300 adolescentes (julho/2013)
- BPC Idoso: 3.608 pessoas idosas (dez/2012)
- BPC Pessoa com Deficiência: 4.179 pessoas com deficiência (dez/2012)

Destacamos que os bairros onde se concentra o maior número de domicílios e, ou, habitantes sem rendimento mensal e/ou com rendimento mensal de até $\frac{1}{4}$ do SM, são os mesmos bairros com maior número de famílias incluídas no PBF, tabela 31, e como maior índice de homicídios, tabela 22, como: Feu Rosa, Vila Nova de Colares, Jardim Carapina, Novo Horizonte, Planalto Serrano, Central Carapina, Jardim Tropical, Nova Carapina I, Bairro das Laranjeiras, Jardim Limoeiro e Carapina Grande, dentre outros.

Destacamos, ainda, que ao compararmos os bairros relacionados como os mais vulneráveis do Município nestes três últimos anos, com dados registrados no período de 2006 a 2007, tabela 25 e mapa 1 identificamos os mesmos bairros relacionados acima.

5.7.4. Cadastro Único para Programas Sociais no Município da Serra.

No acompanhamento do Plano Brasil Sem Miséria, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) utiliza informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Este tem como objetivo integrar todos os programas sociais voltados à população com renda familiar de até meio salário mínimo per capita, ou até três salários mínimos de renda total, o que ocorre principalmente para a implementação de políticas públicas habitacionais.

A legislação do Cadastro Único também permite o cadastramento de famílias com renda superior às definidas anteriormente, desde que a inserção esteja vinculada à sua inclusão e à permanência em programas sociais que objetivam atender famílias ou pessoas cuja situação de vulnerabilidade não esteja necessariamente vinculada à renda.

O Cadastro Único é utilizado por diversos programas, além do Programa Bolsa Família: Tarifa Social de Energia Elétrica; Brasil Alfabetizado; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); Carteira do Idoso. ProJovem Adolescente; Programas habitacionais; Isenção de taxas para concursos públicos, dentre outros.

O referido Sistema de Informação é uma ferramenta importante para o trabalho desenvolvido na Assistência Social, pois aborda as múltiplas vulnerabilidades das famílias, além da pobreza. Assim, uma família que possui rendimento maior que aquele definido para o cadastramento, mas que possui uma situação específica de vulnerabilidade que a torna prioritária para a área da Assistência Social, a referida família pode e deve ser inscrita no CadÚnico, permitindo seu melhor acompanhamento técnico.

Segundo o Guia do Gestor Municipal, o cadastramento das famílias deve ser realizado, preferencialmente, por meio de visita domiciliar, como também em alguns municípios com equipes itinerantes com vistas a alcançar os bairros mais afastados, a área rural e os grupos específicos. Esta ação objetiva garantir que as informações coletadas reflitam a realidade das famílias e de que as famílias mais vulneráveis, que têm mais dificuldade de acesso à informação ou de locomoção, seja inscrita no Cadastro Único e mantenham seus dados atualizados.

No município da Serra, o CadÚnico ainda não é utilizado como ferramenta de uso imprescindível nos programas sociais, principalmente nos CRAS “porta de entrada” das famílias no SUAS Municipal. Os serviços da rede socioassistencial possuem formulários próprios e não digitalizados para o cadastramento dos usuários atendidos. Para tanto, o atual sistema de registro das famílias atendidas não permite que o município trace o perfil da população atendida pela assistência social, além de dificultar o planejamento de busca ativa das famílias com perfil para acompanhamento social por apresentar algum tipo vulnerabilidade social.

Nessa perspectiva, partindo das diferentes informações do contexto dos condicionantes de vulnerabilidade social do município da Serra sinalizados no transcorrer deste documento é possível estabelecer um recorte específico da população em situação de vulnerabilidade social a partir do quantitativo de famílias ou indivíduos inscritos no Cadastro Único no município da Serra.

Durante a coleta de dados das diversas variáveis estabelecidas pelo Cadastro foi identificado algumas inconsistências cadastrais, como:

- Aproximadamente 25% dos cadastros revelam o campo de endereço da família, em especial o bairro de moradia, como Não Identificado, impossibilitando o levantamento por bairro do número preciso de famílias inscritas no CadÚnico e, ou, beneficiárias do PBF;
- Grafia incorreta de alguns bairros, ou seja, o nome de um único bairro é escrito de múltiplas formas, trazendo para o coletor de dados um alto investimento de tempo no que diz respeito a seleção de famílias por bairros de moradia;
- Registro de bairros não relacionados na Lei Municipal nº 3421, de 24 de julho de 2009 que define os bairros oficiais da Serra. Desta forma, quando comparamos dados do CadÚnico com dados do Censo Demográfico – IBGE, ou de outra fonte de pesquisa, àqueles que não constam na Lei Municipal ficam descobertos de dados oficiais, impossibilitando uma apreciação comparativa quanto as informações analisadas. Sabe-se que a população cadastrada no CadÚnico está contemplada na contagem IBGE, uma vez que os “novos” bairros situam-se no perímetro do território da Serra.
- Número de cadastros com o campo Sem Resposta preenchido com números significativos com relação aos itens referentes às respostas específicas;

Ressalta-se que na listagem nominal das famílias inscritas no CADÚNICO e ou beneficiárias do PBF, no campo Bairro Padrão aparecem 69.060 bairros no CadÚnico e 9.131 bairros na listagem PBF, como Dado Não Disponível, ou seja, bairros grafados de forma que o Sistema não reconhece como vocábulo.

Até o mês de julho de 2013, o total de famílias inscritas do Cadastro Único no município é de 40.189, compreendendo um total de 132.451 pessoas o que equivale a 32.59 % da população Serrana. Deste total 20.770 famílias estão incluídas no Programa Bolsa Família, representando um total de 18.19 % das famílias do município, perfazendo um total de 73.951 pessoas beneficiárias do Programa. Dentre os bairros identificados pelo Sistema de Informação – GEPS, o maior número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família nos anos de 2007, 2011 e 2013 estão descritos na tabela 33.

Tabela 32 - Bairros onde está concentrado o maior número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família - 2007, 2011 e 03/2013.

Bairro	Ano 2007	Ano 2011	Ano 2013
Planalto Serrano	1253	1341	811
Taquara II	NI	127	703
Vila Nova de Colares	1105	1581	703
Novo Horizonte	642	905	607
Jardim Carapina	1101	1033	563
Feu Rosa	955	897	539
Jardim Tropical	594	NI	385
Central Carapina	509	582	372
Bairro da Laranjeiras	NI*	133	305
Carapina Grande	157	392	241
Nova Carapina I	NI	422	235
Jose de Anchieta	438	NI	228
Cidade Pomar	218	353	226
Jacaraípe	952	515	212
Taquara I	219	228	206
Nova Carapina II	NI	331	191
Balneario de Carapebus	NI	145	168
São Marcos	525	112	152
Eldorado	205	132	149
Nova Almeida	530	333	148
Parque das Gaivotas	166	240	145
Jardim Limoeiro	160	169	142
Nova Carapina	1039	318	157
Jardim Bela Vista	193	246	147
Divinópolis	192	205	126
Novo Porto Canoa	183	221	138
Serra Dourada II	219	236	133
Barcelona	NI	201	108
Vista da Serra I	383	305	103
Cascata	207	182	99
Jose de Anchieta II	NI	173	88
Praia de Carapebus	187	101	79
Serra Dourada III	171	157	73
Cidade Continental	179	NI	73
Serra Dourada I	257	126	73
Santo Antonio		110	69
Laranjeiras Velha	NI	153	66

Parque Resid. Tubarão	481	124	64
Vista da Serra II	NI	152	56
Jardim das Laranjeiras	NI	175	49
Porto Canoa	NI	111	48
Centro de Serra	258	NI	7

Fonte: PMAS 2009 a 2011; 2012 a 2013 e GEPS março/2013

Obs: NI (não informado)

Tabela 33 – Total de famílias inscritas no CAD Único, período 2009 a 2013.

Famílias	2009	2010	2011	2012	2013 ²⁵
Famílias inscritas no CAD Único	33.113	34.587	38.939	35.059	40.189

Fonte: MDS/Cad Único

Segundo informações do MDS, O PBF beneficiou, no mês de julho de 2013, 20.770 famílias, representando uma cobertura de 97,9 % da estimativa de famílias pobres no município da Serra. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 133,58 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 2.774.494 no mês.

Em relação à condicionalidade da educação, ou seja, o acompanhamento da frequência escolar, considerando o primeiro bimestre de 2013, dos 25.264 alunos de 6 a 15 anos, 24.102 foram acompanhados, fazendo com que o município atingisse o percentual de 95,40%. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 93,55%, resultando em 3.178 jovens acompanhados de um total de 3.397.

Já o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de dez de 2012, atingiu 49,65 %, percentual equivale a 8.122 famílias de um total de 16.357 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município.

²⁵ MDS – RI, julho de 2013

Tabela 34 - Total de famílias incluídas no Programa Bolsa Família e recursos financeiros pagos as famílias.

Famílias beneficiárias do PBF	2013	Recursos financeiros (Federal) pagos em benefícios as famílias
Total de Famílias / PBF	20.770	2.774.494,00

Tabela 35 - Tipo de Benefícios.

Tipo de Benefícios	Público Beneficiadas	Mês Referencia
Benefício Básico	16.921	07/2013
Benefício Variáveis	36.776	
Benefício Variável Jovem - BVJ	3.925	
Benefício Variável Nutriz – BVN	238	
Benefício Gestante – BVG	245	
Benefício de Superação da Extrema Pobreza - BSP	3.760	

Fonte: MDS

Tabela 36 – Público Acompanhado.

Publico Acompanhado	Beneficiários Acompanhados	Mês Referencia
Beneficiários com perfil educação (6 a 15 anos)	25.264	05/2013
Beneficiários com perfil educação (16 a 17anos)	3.397	
Famílias com perfil Saúde (com crianças até 7 anos e mulheres de 14 a 44 anos)	Famílias Acompanhadas 16.357	12/2012

Fonte: MDS

Tabela 37 – Estimativas.

Estimativas	Total	Mês Referência
Estimativa de famílias de baixa renda – Perfil Cadastro Único (Censo 2010)	36.473	Maio de 2010
Estimativa de famílias pobres - Perfil Bolsa Família (CENSO 2010)	21.210	

Fonte: MDS

Tabela 38 – Repercussões por descumprimento de condicionalidades.

Repercussões por descumprimento de condicionalidades	Total	Mês Referencia
Total de repercussões por descumprimento das condicionalidades (PBF saúde e educação)	442	07/2013
Total de advertência	304	
Total de bloqueio	73	
Total de Suspensão Reiterada (Port. 251/12)	65	
Total de cancelamentos	0	

Fonte: MDS

Tabela 39 - Total de repercussões por descumprimento de condicionalidades (BVJ).

Repercussões por descumprimento de condicionalidades	Total	Mês Referencia
Total de e repercussões por descumprimento de condicionalidades	76	07/2013
Total de Advertência	52	
Total de Suspensão	7	
Total de cancelamento	0	
Total de bloqueio	17	

Fonte: MDS

Tabela 40 - Acompanhamento familiar.

Total de famílias com registro de acompanhamento familiar no Sistema de Condicionalidades	Total	Mês Referencia
	207	06/2013

Fonte: MDS

Tabela 41 - Grupos populacionais tradicionais e específicos.

Famílias beneficiárias do PBF	2013	Recursos financeiros (Federal) pagos em benefícios as famílias
Total de Famílias / PBF	20.770	2.774.494,00
Famílias beneficiárias do PBF	2013	Recursos financeiros (Federal) pagos em benefícios as famílias
Total de Famílias / PBF	20.770	2.774.494,00

Fonte : MDS/CECAD 2013

5.7.4.1. Síntese: Perfil das famílias inscritas no Cad Único no Município da Serra

Forma da coleta de dados das famílias inscritas no CAD Único.

Forma da coleta de dados	Famílias Inscritas no CadÚnico	%
Informação migrada como inexistente	10.746	26.73
Sem visita domiciliar	28.808	71.68
Com visita domiciliar	635	1.59
Total	40.189	100,0

Fonte: MDS/CECAD 2013

Quanto ao Imóvel:

Situação do Imóvel

Localização geográfica	Família Inscrita no CadÚnico	%
Urbana	39.960	99.43
Rural	228	0.56
Sem resposta	1	0.02
Total	40.189	100,0

Fonte: MDS/CECAD 2013

Paredes externas do domicílio: material predominante

Material predominante	Família Inscrita no CadÚnico	%
Alvenaria/tijolo com revestimento	35.381	88.06
Alvenaria/tijolo sem revestimento	4.143	10.30
Madeira aparelhada	307	0.76
Taipa revestida	30	0.07
Taipa não revestida	18	0.04
Madeira aproveitada	86	0.21
Palha	1	0.02
Outro Material	152	0.37
Sem Resposta	71	0.17
Total	40.189	100,0

Fonte: MDS/CECAD 2013

Piso do domicílio: material predominante

Material predominante	Família Inscrita no CadÚnico	%
Terra	14.860	37.0
Cimento	8.741	21.74
Madeira aproveitada	81	0.20
Madeira aparelhada	145	0.36
Cerâmica, lajota ou pedra	15.886	39.52
Carpete	17	0.04
Outro material	392	0.97
Sem resposta	67	0.17
Total	40.189	100,0

Fonte: MDS/CECAD 2013

Água canalizada no domicílio

Água canalizada	Família Inscrita no CadÚnico	%
Sim	39.053	97.17
Não	1.064	2.64
Sem resposta	72	0.19
Total	40.189	100,0

Fonte: MDS/CECAD 2013

Forma de abastecimento de água do domicílio

Forma de abastecimento de água	Família Inscrita no CadÚnico	%
Rede geral de distribuição	38.591	96.04
Poço ou nascente	643	1.59
Cisterna	19	0.04
Outra forma	864	2.14
Sem Resposta	72	0.19
Total	40.189	100,0

Fonte: MDS/CECAD 2013

Tipo de iluminação do domicílio

Tipo de iluminação	Família Inscrita no CadÚnico	%
Elétrica com medidor próprio	34.436	85.78
Elétrica com medidor comunitário	3.110	7.73
Elétrica sem medidor	1.865	4.69
Óleo, querosene ou gás	6	0.01
Vela	19	0.06
Outra forma	682	1.69
Sem Resposta	17	0.04
Total	40.189	100,0

Fonte: MDS/CECAD 2013

Existência de banheiro no domicílio

Existência de banheiro	Família Inscrita no CadÚnico	%
Sim	39.775	98.96
Não	343	0.85
Sem Resposta	71	0.19
Total	40.189	100,0

Fonte: MDS/CECAD 2013

Forma de escoamento sanitário dos domicílios:

Forma de Escoamento Sanitário	Família Inscrita no CadÚnico	%
Rede coletora de esgoto ou pluvial	32.841	81.71
Fossa séptica	1.555	3.89
Fossa rudimentar	4.146	10.5
Vala a céu aberto	1.226	3.05
Direto para um rio, lago ou mar	5	0.01
Outra forma	98	0.27
Sem Resposta	269	0.66
Total	40.189	100,0

Fonte: MDS/CECAD 2013

Forma de coleta do lixo nos domicílios:

Forma de coleta do lixo	Família Inscrita no CadÚnico	%
É coletado diretamente	38.893	96.77
É coletado indiretamente	463	1.15
É queimado ou enterrado na propriedade	428	1.06
É jogado em terreno baldio ou logradouro (rua, avenida, etc.)	135	0.33
É jogado em rio ou mar	2	0.04
Tem outro destino	196	0.46
Sem Resposta	72	0.19
Total	40.189	100,0

Fonte: MDS/CECAD 2013

Quanto a Renda familiar:

Faixa da renda total das famílias inscritas no CAD Único

Faixa da renda total das famílias	Família Inscrita no CadÚnico	%
Até 1 S.M.	35.002	87.09
Entre 1 e 2 S.M.	4.283	10.65
Entre 2 e 3 S.M.	683	1.69
Acima de 3 S.M.	221	0.57
Sem Resposta	0	0
Total	40.189	100

Fonte: MDS/CECAD 2013

Quanto a principal função desempenhada

Função principal da família inscrita no CadÚnico

Função principal	Família Inscrita no CadÚnico	%
Trabalhador por conta própria (bico, autônomo)	4.18	8.98
Trabalhador temporário em área rural	16	0.03
Empregado sem carteira de trabalho assinada	457	0.90
Empregado com carteira de trabalho assinada	5.054	10.04
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	516	1.02
Trabalhador não	11	0.02
Militar ou servidor público	57	0.11
Empregador	0	0
Sem Resposta	39.749	79.56
Total	50.310	100,0

Fonte: MDS/CECAD 2013

Quanto à escolaridade:

Ano e série que a pessoa frequenta a escola

Ano e série que a pessoa frequenta a escola	Família Inscrita no CadÚnico	%
Primeiro (a)	7.142	8.76
Segundo (a)	6.272	7.69
Terceiro (a)	6.405	7.85
Quarto (a)	4.698	5.78
Quinto (a)	5.384	6.60
Sexto (a)	4.695	5.76
Sétimo (a)	3.780	4.65
Oitavo (a)	3.085	3.78
Nono (a)	47	0.05
Curso não	24	0.02
Sem Resposta	39.974	49.06
Total	81.506	100,0

Fonte: MDS/CECAD 2013

Grau de instrução da pessoa inscrita no CadÚnico

Grau de instrução da pessoa	Família Inscrita no CadÚnico	%
Sem instrução	19.202	21.33
Fundamental incompleto	30.319	33.7
Fundamental completo	8.394	9.27
Médio incompleto	8.719	9.68
Médio completo	7.606	8.45
Superior incompleto ou mais	669	0.74
Sem Resposta	15.082	16.75
Total	89.991	100,0

Fonte: MDS/CECAD 2013

A pessoa conclui o curso?

A pessoa conclui o curso	Família Inscrita no CadÚnico	%
Sim	16.554	20.98
Não	26.883	34.07
Sem resposta	35.454	44.95
Total	78.891	100,0

Fonte: MDS/CECAD 2013

Curso mais elevado que a pessoa frequentou

Curso mais elevado que a pessoa frequentou	Família Inscrita no CadÚnico	%
Creche	23	0.01
Pré	3	0.03
Classe de Alfabetização	22	0.02
Ensino Fundamental 1ª a 4ª séries, Elementar (Primário), Primeira fase do 1º grau	12.662	15.28
Ensino Fundamental 5ª a 8ª séries, Médio 1º ciclo (Ginasial), Segunda fase do 1º grau	16.959	20.5
Ensino Fundamental (duração 9 anos)	330	0.39
Ensino Médio, 2º grau, Médio 2º ciclo (Científico, Clássico, Técnico, Normal)	16.345	19.76
Ensino Médio Especial	252	0.30
Ensino Fundamental EJA	106	0.12
Ensino Fundamental EJA	188	0.22

Ensino Médio EJA(Supletivo)	139	0.16
Superior, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado	559	0.67
Alfabetização para Adultos(Mobral, etc.)	12	0.01
Nenhum	36	0.04
Sem Resposta	35.198	42.49
Total	82.834	100,0

Fonte: MDS/CECAD 2013

Pessoa que sabe ler e escrever

Pessoa que sabe ler e escrever	Família Inscrita no CadÚnico	%
Sim	38.563	65.06
Não	20.614	34.78
Sem Resposta	92	0.16
Total	59.269	100,0

Fonte: MDS/CECAD 2013

Quanto ao Benefício de Prestação Continuado – BPC:

BPC – Idoso

Família beneficiárias do BPC idoso	Família Inscrita no CadÚnico	%
Sim	990	2.46
Não	25.713	63.98
Sem Resposta	13.486	33.56
Total	40.189	100,0

Fonte: MDS/CECAD 2013

BPC - Idoso Incluído no Programa Bolsa Família

Famílias beneficiárias do BPC idoso e recebe PBF	Família Inscrita no CadÚnico	%
Sim	58	0.28
Não	16.691	80.78
Sem Resposta	3.911	18.94
Total	20.660	100,0

Fonte: MDS/CECAD 2013

BPC – Pessoa com Deficiência

Família beneficiária do BPC / PcD	Família Inscrita no CadÚnico	%
Sim	2.827	6.55
Não	39.620	91.87
Sem Resposta	678	1.58
Total	43.125	100,0

Fonte: MDS/CECAD 2013

BPC – Pessoa com Deficiência Incluída no Programa Bolsa Família

Família beneficiária do BPC PcD e Beneficiária do PBF	Família Inscrita no CadÚnico	%
Sim	1.014	4.66
Não	20.547	94.50
Sem Resposta	181	0.84
Total	21.742	100,0

Fonte: MDS/CECAD 2013

Quanto ao Trabalho Infantil:

Família com marcação de trabalho infantil

Família com marcação de trabalho infantil	Família Inscrita no CadÚnico	%
Sim	374	0.54
Não	28.386	41.22
Sem Resposta	40.098	58.24
Total	68.858	100,0

Fonte: MDS/CECAD 2013

Pessoa com marcação de trabalho infantil

Pessoa com marcação de trabalho infantil	Família Inscrita no CadÚnico	%
Sim	515	0.38
Não	51.863	39.15
Sem Resposta	80.073	60.47
Total	132.451	100,0

Fonte: MDS/CECAD 2013

Quanto a Situação de Rua:

Pessoa com marcação de situação de rua

Pessoa com marcação de situação de rua	Família Inscrita no CadÚnico	%
Não	40.188	99.99
Sim	1	0.001
Sem Resposta	0	0
Total	40.189	100,0

Fonte: MDS/CECAD 2013

5.7.4.1.1. Considerações acerca do Cadastro Único no Município da Serra

Quanto a forma de coleta de dados a síntese apresentada revelou que do total de 40.189 cadastros 71.68 % do preenchimento do Cadastro Único se deu em base territorial de atendimento as famílias e 1.59 % em domicílio.

Considerando o baixo percentual de cadastros efetivados aos grupos tradicionais e específicos verifica-se a necessidade de maior empenho na realização de busca ativa destas famílias e, ou, indivíduos uma vez que a legislação do CadÚnico contempla essa parcela da população. O município da Serra possui localidades com a presença de ciganos dentre outros. Quanto a população específica, população em situação de rua a situação, no mês de referência da pesquisa, julho de 2013, consta no sistema uma única pessoa inscrita.

Dentre o percentual de outros grupos tradicionais aproximadamente 3.0 % foram incluídos no Programa Bolsa Família, demonstrando possuir renda per capita mensal inferior a ½ SM.

Destacamos a parcela de crianças e adolescentes em que as famílias declararam ter pessoas realizando trabalho infantil. Na tabela representada acima o município registra 0.54 % famílias inscritas no CadÚnico, perfazendo um total de 0.38 % de crianças e, ou, adolescentes nesta situação.

Quanto à situação dos imóveis o dado que chama a atenção é com relação ao material predominante do piso do domicílio, representado por 37 % das habitações declararem piso constituído de terra. Destacamos também que 1.59 % dos imóveis não possuem água canalizada e 97.17 % utiliza-se de poço ou nascente.

Quanto a iluminação no domicílio, 19 famílias declararam utilizar-se de vela e 6 famílias declararam usar óleo, querosene ou gás para iluminação do imóvel. Destacamos que 343 famílias não possuem unidade sanitária domiciliar.

A faixa de renda predominante dentre os cadastrados é de até 1 (um) salário mínimo mensal. Apenas 221 famílias declararam renda acima de 3 SM, representando famílias cadastradas em programas sociais por se encontrarem em situação de vulnerabilidade social não necessariamente por questões vinculadas a renda.

Quanto à escolaridade 26.883 pessoas declararam que não concluíram o curso e 35.454 o campo encontra-se sem resposta.

Dos 59.269 pessoas sinalizadas na tabela - Sabe ler e escrever, 20.614 declararam não saber ler e escrever.

Quanto à função principal da família 79.56 % encontram-se sem resposta, seguido de 10.04 trabalhador com carteira de trabalho assinada.

Com relação ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) 990 idosos declararam receber o Benefício e dentre estes 58 estão incluídos no PBF. Quanto à pessoa com deficiência 2.827 declararam receber o benefício, compreendendo um total de 1.014 pessoas estarem incluídas no PBF.

Desta forma, pode-se dizer que o CadÚnico constitui-se em uma ferramenta de pesquisa que representa a parcela mais pobre e vulnerável da população serrana, com características, necessidades e potencialidades, tornando-se uma ponte para a inclusão social, além de ser um pilar para a articulação da ampla rede de promoção e proteção social as famílias do Município.

5.7.5. Mapeamento da Rede de Serviços Socioassistenciais

Nível de Proteção	Equipamento	Serviços	Capacidade de Atendimento	Interface Parceria
Proteção Social Básica	<ul style="list-style-type: none"> Centro de Referência da Assistência Social - CRAS. 	PAIF	5.000 famílias.	CREAS, Saúde, Educação e outras.
	Serviços Referenciados ao CRAS: <ul style="list-style-type: none"> CadÚnico; Programa Bolsa Família (PBF); Pró Família -Programa Municipal de Complementação de Renda; 		5.000 famílias.	CREAS, Saúde, Educação e outras.
	<ul style="list-style-type: none"> INCLUIR - Projeto Capixaba de Transferência de Renda; BPC - Serviço de Orientação e Atendimento ao Benefício de Prestação Continuada. 			
Proteção Social Básica	CRAS	<ul style="list-style-type: none"> Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes: <ul style="list-style-type: none"> - Projeto Mãos à Terra I; - Projeto Cidadão; - Projeto Legal; - Projeto Meninos e Meninas do Mestre; - Centro Social de José de Calazans; - Projeto Semente; - Projeto Curumim; - Projeto Lar Semente do Amor; - Projeto Cidade do Garoto; -Projeto Esporte Cidadão; - Projeto Gaivota; - Projeto Vida; -Estação Conhecimento; - Pomar do Amor; - Projeto Construindo Relações e Ampliando Saberes. 	De acordo com a demanda.	Centros, Grupos e Núcleos de Convivências e Entidades.

Proteção Social Básica	CRAS	<ul style="list-style-type: none"> • ProJovem Adolescente; • Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoa idosa: <ul style="list-style-type: none"> - Centro de Convivência para Pessoa Idosa; - Grupos de Convivência para Pessoas Idosas. • Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoa com Deficiência: <ul style="list-style-type: none"> - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Serra APAE; - Associação Pestalozzi da Serra; • PROCAP - Programa de Capacitação Profissional Sócio Educativo; • NUPED - Núcleo de Articulação e Inclusão da Pessoa com Deficiência; • Casamento Comunitário 	De acordo com a demanda.	Centros, Grupos de Convivências e Entidades.
Proteção Social Especial de Média Complexidade	<ul style="list-style-type: none"> • Centro de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS; 	PAEFI; - SOS Idoso; - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI; • Liberdade Assistida Comunitária /PSC - Prestação de Serviços à Comunidade – LA; • Plantão Emergencial; • Núcleo de Convivência Familiar e Comunitária;		CRAS, MP, Conselhos de Direitos, Conselhos Tutelares, Delegacias, Juizado da Infância e Juventude e Entidades.
	<ul style="list-style-type: none"> • Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – CENTRO POP; 	Serviço Especializado para população em situação de rua; Serviço Especializado em Abordagem Social;	De acordo com a demanda do município.	CREAS, CRAS e outras Políticas Públicas (Saúde, Educação, Trabalho emprego e renda e outras)

Proteção Social Especial de Alta Complexidade	<ul style="list-style-type: none"> Serviços de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes: 	<ul style="list-style-type: none"> - Casa de Passagem Mirim; - Casa de Acolhimento Provisório Feminina; - Casa Alessandra Zanatte Roconi; - Casa Nair Medeiros Siepierki; 	De acordo com a capacidade instalada	CREAS, CRAS, Conselhos de Direito, MP e Vigilância Sanitária.
Proteção Social Especial de Alta Complexidade	<ul style="list-style-type: none"> Serviços de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes: 	<ul style="list-style-type: none"> Casa Eliane Figueiredo Chiabi Duarte; - Casa Lar PE. Rafael Dimicolli; Abrigo Temporário Masculino - Nossa Casa; - Casa São João Batista; - Lar Batista Albertine Meador Mirim; - Lar Batista Albertine Meador Adolescente; - Associação de Amparo a Crianças 	De acordo com a capacidade instalada.	CREAS, CRAS, Conselhos de Direito, MP e Vigilância Sanitária, Judiciário.
	<ul style="list-style-type: none"> Serviços de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas: Serviços de Acolhimento Institucional para Pessoas Adultas: Serviço de Acolhimento Para População em situação de rua 	<ul style="list-style-type: none"> - Abrigo Lar Pouso da Esperança - Associação Lar da Terceira Idade Professor Coelho Sampaio; - Instituto Franciscano; - Abrigo de Velhos Abel Lino Portela. - Centro de Apoio ao Cidadão-CAC; Casas Lares (Morada I e II) - Abrigo Arco Íris; 		

6. OBJETIVOS.

6.1. *Objetivo Geral.*

Organizar a Política Municipal de Assistência Social na perspectiva do Sistema único da Assistência Social – SUAS, visando garantir e prover ações (programas, projetos, benefícios e serviços) voltados ao enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco da população e a sua inclusão social.

6.2. *Objetivos Específicos.*

- Organizar as diretrizes e ações do SUAS/Serra visando à garantia do acesso dos usuários aos serviços Sócio Assistenciais;
- Formalizar o reordenamento organizacional da SEMAS de acordo com o PNAS/NOB-SUAS, NOB-RH-SUAS, por meio da alteração da lei;
- Adaptar a geometria municipal às necessidades dos usuários da Assistência Social de forma a ampliar o acesso dos munícipes aos serviços socioassistenciais;
- Propiciar o fortalecimento da função protetiva das famílias através da implantação de equipamentos nos territórios;
- Promover a segurança alimentar e nutricional com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;
- Garantir a proteção das famílias e pessoas com direitos violados ou que já tenha ocorrido rompimento dos laços familiares e comunitários;
- Aprimorar a Gestão do Trabalho da Assistência Social através a qualificação e valorização dos trabalhadores sociais do SUAS;
- Produzir, sistematizar, analisar e disseminar informações territorializadas, possibilitando conhecimentos que contribuam para a efetivação do caráter preventivo e proativo da Política de Assistência Social / Serra;
- Armazenar, padronizar, tratar e fornecer informações objetivando subsidiar as ações da SEMAS;
- Possibilitar a unificação dos procedimentos técnicos operativos através da sistematização das ações assistenciais integradas em rede de informatização, assim como propiciar o acesso a informações auxiliando o processo decisório;
- Agregar esforços na elaboração e execução de ações que estimulem o desenvolvimento e aprimoramento da gestão dos serviços programas e projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS;

- Propiciar uma relação dialógica entre as políticas públicas no sentido de desenvolver esforços sistemáticos de compatibilização de ações e construção de sinergias e complementariedades de integração entre os serviços;
- Possibilitar condições estruturais para a realização do controle social da Assistência Social;
- Propiciar condições de participação da sociedade na gestão das Políticas Públicas;
- Prover aos conselheiros do COMASSE instrumentos legais para o exercício do controle social da fiscalização da Política de Assistência Social no município, nos âmbitos da execução dos serviços, nos aspectos econômicos e financeiros;
- Fortalecer a atuação dos conselheiros da Assistência Social como elementos catalisadores da participação da sociedade no processo de implementação do Sistema Único de Assistência Social;
- Fortalecer os mecanismos de controle social no Sistema Único de Assistência Social seus papéis e responsabilidades;
- Acompanhar participar e apoiar as ações correlacionadas as conferências, fóruns e audiência pública;
- Possibilitar maior abrangência de atuação dos conselhos de direitos;
- Adequar os termos conforme atualizações legais da Assistência Social e do jurídico financeiro;
- Possibilitar condições para o desenvolvimento das atividades do fundo municipal de Assistência Social;
- Contemplar financeiramente todos os serviços vinculados ao SUAS /Serra conforme a dimensão das atividades e os dispositivos legais;
- Possibilitar a ampliação dos espaços de comunicação no âmbito do SUAS e da Política de Assistência Social;
- Propiciar espaços para o desenvolvimento, aprimoramento e qualificação da Política de Assistência Social;
- Elaborar e avaliar Planos, Projetos e Ações da Política de Assistência Social no Município;
- Fortalecer as relações institucionais necessárias à consolidação do SUAS através da valorização do trabalhador social;
- Institucionalizar, no âmbito do SUAS, a perspectiva político-pedagógica e a cultura da Educação Permanente, estabelecendo suas diretrizes e princípios e definindo os meios, mecanismos, instrumentos e arranjos institucionais;
- Organizar sistema de Educação Permanente e Formação Profissional na SEMAS a partir de cursos formativos tomando por base as funções da gestão; a do provimento de serviços e benefícios eventuais e a função do controle social;

- Oferecer oportunidades de formação e capacitação que permitam a apreensão de conhecimentos necessária ao qualificado desempenho e realização das atividades em torno dos três diferentes percursos formativos: a gestão do SUAS/Serra; o Provimento de Serviços e Benefícios Socioassistenciais e ao Controle Social do SUAS;
- Possibilitar o conhecimento territorializado de forma a contribuir para a efetivação do caráter preventivo e proativo das pessoas e famílias residentes no município;
- Mensurar as dimensões de estrutura, processos, atividades, produtos e resultados dos Programas, Projetos, Serviços e Benefícios da SEMAS;
- Subsidiar a gestão, monitoramento, à avaliação e ao controle social da rede de serviços da SEMAS através da implementação do sistema de informação do SUAS/SERRA;
- Fortalecer a função protetiva da família e prevenir a ruptura dos seus vínculos, sejam estes familiares ou comunitários, contribuindo para melhoria da qualidade de vida nos territórios;
- Promover aquisições materiais e sociais, potencializando o protagonismo e autonomia das famílias e comunidades;
- Promover acessos à rede de proteção social de assistência social, favorecendo o usufruto dos direitos socioassistenciais;
- Promover acessos aos serviços setoriais, contribuindo para a promoção de direitos;
- Apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares;
- Garantir o atendimento/ acompanhamento ao público alvo prioritário do PAIF;
- Promover a comunicação comunitária, a mobilização social e o protagonismo da comunidade; fortalecer os vínculos entre as diversas famílias do território, desenvolver a sociabilidade, o sentimento de coletividade e a organização comunitária – por meio, principalmente, do estímulo à participação cidadã;
- Propiciar ações de atenção e apoio a pessoa com deficiência visando assegurar a proteção e defesa dos seus direitos;
- Promover a atuação preventiva, disponibilizar serviços próximo do local de moradia das famílias, racionalizar as ofertas e traduzir o encaminhamento dos serviços ao CRAS em ação concreta;
- Garantir a manutenção das necessidades humanas básicas da família;
- Instituir a adoção de critérios de elegibilidade em consonância com a PNAS;
- Garantir a manutenção das necessidades humanas básicas da família;
- Propiciar autonomia das famílias usuárias da Política de Assistência Social, por meio da articulação e da mobilização à integração ao mundo do trabalho;
- Promover a integração dos usuários da Assistência Social ao mundo do Trabalho por meio de ações articuladas e mobilização social;
- Assegurar espaço de convívio familiar e comunitário e o desenvolvimento de relações de afetividade e sociabilidade inerente a cada ciclo de vida;

- Complementar o trabalho social com famílias realizados pelo PAIF, prevenindo a ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social;
- Valorizar a cultura de famílias e comunidade locais pelo resgate de suas tradições de forma a Desenvolver o sentimento de pertença e de identidade;
- Promover a inclusão social e a cidadania das famílias em situação de vulnerabilidade social, com foco na erradicação da extrema pobreza e conseqüentemente a emancipação dos indivíduos;
- Assegurar o direito humano à alimentação adequada;
- Ampliar a oferta de refeições adequadas a preços acessíveis a população em situação de risco nutricional. Em especial, pessoas de pequeno orçamento familiar;
- Promover ações educativas a população, visando a melhoria da qualidade da alimentar e nutricional;
- Promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar;
- Instituir a adoção de critérios de elegibilidade para os benefícios eventuais em consonância com a PNAS;
- Garantir a igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual;
- Afirmar os benefícios eventuais como direito relativo à cidadania;
- Constituir provisão certa para enfrentar com agilidade e presteza eventos incertos;
- Inclusão das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do município;
- Aprimorar o processo de identificação das situações de trabalho infantil, nos espaços públicos, por meio do Serviço Especializado em Abordagem Social;
- Garantir a orientação e o acompanhamento das famílias com crianças em situação de trabalho infantil por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), por referenciamento e contrarreferenciamento dos usuários no Sistema, conforme especificidades das situações vivenciadas, dentro da perspectiva do trabalho em rede concebido pelo SUAS;
- Fortalecer o COMPETI enquanto espaço de discussão Inter setorial das ações de enfrentamento ao trabalho infantil;
- Implantar o Centro Dia para idosos;
- Ofertar atendimento especializado a famílias com pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência, que tiveram sua situação agravada por alguma violação de direitos;
- Garantir o acesso do idoso e do deficiente a benefícios, programas de transferência de renda, serviços de políticas públicas setoriais;
- Identificar as situações de violências e acionar os mecanismos necessários para resposta a tais condições;

- Estimular a autonomia, independência e inclusão social da pessoa com deficiência e pessoa idosa, com vistas à melhoria de sua qualidade de vida;
- Contribuir para o fortalecimento da função protetiva da família;
- Incluir as famílias no sistema de proteção social;
- Prevenir às violações de direitos;
- Garantir a manutenção do funcionamento dos CREAS/ PAEFI instalados;
- Garantir a constituição das equipes técnicas para funcionamento CREAS/PAEF'S;
- Garantir que o Serviço não tenha seu papel confundido com outros órgãos e/ou políticas públicas de defesa de direito em especial os órgãos de segurança pública;
- Garantir a manutenção o Centro de Referência Especializado da Assistência Social – para população em situação de rua – CENTRO POP;
- Adequar a política municipal de atendimento à população em situação de Rua à Política Nacional para Inclusão Social da Pessoa em Situação de Rua;
- Estruturar o Centro Pop – Centro Referência Especializado para população em situação de rua;
- Ofertar atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente;
- Atender adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens de 18 a 21 anos, em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, aplicada pelo juiz da Infância e da Juventude;
- Trabalhar a responsabilização dos adolescentes e jovens diante da infração cometida;
- Garantir a articulação do serviço com a rede socioassistencial;
- Promover apoio e proteção à população atingida por situações de emergências e calamidades públicas, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas;
- Garantir que os serviços de acolhimento institucional estejam trabalhando de forma articulada com o CRAS/PAIF, serviço de fortalecimento de vínculos, CREAS/ PAEFI e o sistema de garantia de direitos;
- Garantir que a oferta dos serviços de acolhimento seja realizada de acordo com suas especificidades (população adulta, famílias, idosos e crianças e adolescentes).

7. DIRETRIZES E PRIORIDADES.

7.1. *Secretaria Municipal de Ação Social.*

Diretriz: Primazia do Município na condução da Política de Assistência Social.

Prioridades:

- Regular o Sistema Único da Assistência Social no Município;
- Adequar a estrutura organizacional da SEMAS conforme diretrizes da PNAS NOB/SUAS e demais legislações da Assistência Social;
- Redefinir a divisão Sócio Territorial;
- Aprimorar a gestão do SUAS e a qualidade da oferta de serviços sócio assistenciais
- Instituir e implementar as ações relacionadas a Gerência de Gestão em específico a estruturação da Gestão da informação, Vigilância Socioassistencial, Gestão do Trabalho e Educação Permanente e de ações de Planejamento em geral
- Institucionalizar espaços para elaboração de ações de planejamento da SEMAS
- Articular e compor espaços estratégicos para desenvolvimento da prática Intersetorial na esfera municipal com interface entre Política de Assistência Social e demais políticas públicas.
- Apoio técnico e financeiro ao Conselho de Assistência Social (COMASSE)
- Realizar estudo intersetorial visando a transição dos conselhos de Direitos (CONCASE, COMIDS, COMDPD) para Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.
- Revisões anuais da formatação dos convênios entre SEMAS e Entidades Socioassistenciais.
- Fortalecer o desenvolvimento das ações do FMAS.
- Estruturar e manter o Fundo Municipal de Assistência Social em conformidade com os dispositivos legais.

7.2. *Gestão do SUAS.*

Para o desenvolvimento da gestão do SUAS faz-se necessário a existência de um setor que gerencie os “elementos” essenciais ao funcionamento dessa política pública, tais como: a gestão das informações, o planejamento, a gestão do trabalho e educação permanente e a vigilância socioassistencial.

Implantada informalmente há aproximadamente 01 (um) ano no município da Serra / SEMAS, a Gerência de Gestão tem como desafio emergencial a implantação / implementação de ações extremamente inovadoras no campo da Assistência Social, especialmente no que se refere a sua institucionalização com a

organização de estruturas relativas à gestão da informação, da vigilância socioassistencial e da gestão do trabalho.

A Informação é uma ferramenta imprescindível para a consolidação do SUAS. É uma função inerente à gestão com capacidade de gerir informações e consolidar dados disponíveis sobre a Política de Assistência Social no municipal auxiliando seu planejamento, gestão, monitoramento e avaliação de suas ações, possibilitando os ajustes necessários para a melhoria de sua operacionalização.

Assim um dos elementos fundamentais para o aprimoramento da gestão é o conhecimento e a melhoria dos processos de trabalho pertinentes à gestão informacional, seja através de relatórios e/ou documentos, seja por via do sistema informatizado. Essas ações requerem estruturação de uma equipe consolidada, planejamento com diretrizes e metodologias adequadas para o seu desenvolvimento, bem como o monitoramento e avaliação dos serviços assistenciais e o aprimoramento do Sistema de Informação da Serra – SIAS – Serra.

O Planejamento é a definição antecipada de um conjunto de ações que deverão ser implementadas pela Política de Assistência Social com base em diagnósticos e pactos de aprimoramento da gestão e dos serviços do SUAS. O planejamento, a gestão e a avaliação dos serviços, programas e projetos sociais tem merecido destaque na condução da Política de Assistência Social.

A Vigilância Sócio Assistencial consiste na organização e no investimento dos órgãos públicos no desenvolvimento da capacidade de gestão assumidos pelo órgão público gestor para conhecer a presença das formas de vulnerabilidade social da população e do território pelo qual é responsável. Essas instâncias devem produzir e sistematizar informações, construir indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social; produzir informações, identificando pessoas com redução da capacidade pessoal, com deficiência, vitimizações, ameaças, exploração, abandono etc.

Os levantamentos e a divulgação das características e dimensões das situações de precarização que vulnerabilizam e trazem riscos e danos aos cidadãos ajudam na definição de estratégias e prioridades políticas de ação devendo aparelhar-se para utilizar e alimentar o Sistema Público de Dados sobre as organizações sociais e os sujeitos e famílias atendidas nos programas governamentais.

Desde a organização da Gerência de Gestão aproximadamente há um ano, a vigilância socioassistencial vem realizando levantamento de dados e informações com a finalidade de subsidiar as ações junto as gerência de Proteção Social Básica e Especial. Essas ações estão sendo desenvolvidas de forma principiante demandando a estruturação de uma equipe mínima para análise das informações assim como a necessidade de dinamizar a gestão da informação.

A gestão do Trabalho tem como finalidade pensar na execução e aprimoramento do SUAS e pressupõe considerar aqueles que operam a Política Nacional de Assistência Social: os seus trabalhadores. Consiste em identificar e caracterizar os recursos humanos das redes de serviços de execução direta e indireta, caracterizar os recursos humanos das redes de serviços de execução direta e indireta; monitorar e acompanhar os profissionais trabalhadores sociais da Assistência Social no referente a Gestão do Trabalho; acompanhar a reconfiguração do trabalho visando a qualificações das funções socioassistenciais assim como a implementação de processo de adequação e regulamentação das competências e atribuições dos

trabalhadores sociais; mapeamento das necessidades junto à rede de serviços sócio assistenciais para definição de conteúdos na direção e educação permanente; Elaboração do Plano de Educação Permanente.

Apesar da gestão dos recursos humanos na Assistência Social apresenta avanços com aprovação da NOB_RH, com inclusão do item Gestão do Trabalho na NOB-SUAS 2012 e com aprovação da Política de Educação Permanente pelo Conselho Nacional de Assistência Social ainda existem desafios a ser enfrentados para gerir essa política especialmente no referente à gestão do trabalho com déficit de uma política específica para os trabalhadores sociais assim com a baixa institucionalidade da gestão de educação permanente no âmbito do SUAS. Com base nesses preceitos faz-se necessário refletir sobre a institucionalização de uma política direcionada aos recursos humanos no município tendo como diretrizes as normativas da Política Nacional de Assistência Social (NOB-RH; Resolução CNAS Nº 04 /2013 dentre outros dispositivos legais) que unifique uma política de recursos humanos para a Assistência Social da administração direta e indireta e articule saberes, práticas, valores e integração de todos os processos de educação permanente no município a partir de instâncias de planejamento com definição dos fluxos de educação permanente e adequação dos recursos humanos às necessidades do desenvolvimento dos processos de trabalho.

Diretriz: Contribuir com o aprimoramento da gestão do SUAS / Serra.

Prioridades:

- Estabelecer interlocução entre as GBSB, GPSE, fundos Municipais e Conselhos Municipais, visando a melhoria da gestão SUAS e dos serviços sócio assistenciais;
- Gestão do Trabalho e Valorização do Trabalhador Social do SUAS
- Gestão do conhecimento
- Operacionalização da vigilância socioassistencial na SEMAS

7.3. Gestão da Proteção Social Básica.

Diretriz:

Matricialidade sócio familiar

Prioridade:

- Ampliar e fortalecer as ações do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF: Trabalho Social com Famílias;
- Ampliar a rede de atendimento à população idosa e pessoas com deficiência no âmbito da PSB;

Diretriz:

Gestão da Proteção Social Básica no território

Prioridade:

- Referenciar a rede socioassistencial dos territórios aos CRAS, estabelecendo o vínculo SUAS;
- Promover a articulação intersetorial;
- Identificar e conhecer situações de vulnerabilidade e risco social nos territórios;

Diretriz:

Gestão de serviços e benefícios.

Prioridade:

- Implementar a provisão da proteção social básica de caráter suplementar e temporário de forma articulada aos demais serviços;
- Direcionar os benefícios e serviços vinculados a outra política setorial executados pela SEMAS;
- Promover ações de acesso ao mundo do trabalho para famílias em situação de vulnerabilidade social nos territórios;
- Reordenar os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos(SCFV), destinados as crianças, adolescentes e Idosos, conforme estabelecido nas legislações correlatas;
- Realizar a Gestão do Cadastro Único e dos Programas Sociais de Transferência de Renda (PBF, BPC, Pró Família e Programa Incluir).

Diretriz:

Segurança Alimentar

Prioridade:

Propiciar o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.

7.4. Gestão da Proteção Social Especial.

Diretriz:

Garantia das ações de proteção social de caráter eventual e suplementar, de forma articulada os demais serviços e garantias com vistas à superação das situações de vulnerabilidades;

Prioridades:

- Estabelecimento de critérios orientadores para a regulamentação e provisão dos benefícios eventuais no município

Diretriz:

Promoção de direitos, preservação e fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais bem como o fortalecimento da função de proteção das famílias;

Prioridades:

- Reconhecimento da Criança e adolescente como sujeitos de direitos e pessoas em peculiar estado de desenvolvimento que não podem em hipótese alguma, vivenciar situações de trabalho, devendo ser protegida dessa prática
- Reordenar as ações do SOS Idoso, por meio da estruturação do Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, pessoas idosas e suas famílias, de acordo com as normas estabelecidas pelo Sistema Único de Assistência Social (Suas);
- Oferta de apoio, orientação e acompanhamento especializado a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos.
- Oferta a aqueles que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência, atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva do fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida.
- Promoção de direitos, preservação e fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais bem como o fortalecimento da função de proteção das famílias.

Diretriz:

Proteção integral a indivíduos ou famílias em situação de risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados

Prioridades:

- Proteção integral a indivíduos ou famílias em situação de risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados

8. AÇÕES E METAS.

8.1. Secretaria Municipal de Ação Social.

ÁREA DE ATUAÇÃO	AÇÃO	META
SEMÁS	Instituir a Lei do SUAS no Município.	Minuta da Lei elaborada e encaminhada para aprovação.
	Estudo, formalização e adequação a estrutura da SEMÁS à Política Nacional de Assistência Social.	Alteração da Lei, nº 4.009/2013 referente à estrutura organizacional da Prefeitura Municipal da Serra / SEMÁS.
	Elaboração de Plano de reestruturação e reorganização administrativa do Mapa Territorial da Assistência Social.	Elaboração de proposta de um novo mapa territorial para Assistência Social, levando em consideração as demais políticas públicas visando racionalidade e qualidade nos atendimentos.
	Ampliar a rede de Proteção Social Básica no Município de Serra e atendimento aos munícipes demandante da Assistência Social.	<ul style="list-style-type: none"> • Subsidiar estudos das regiões vulneráveis que demandam implantações de equipamento assistenciais. • Manter a estrutura física dos CRAS existentes e construir novas unidades no Município, conforme orientações do MDS. • Manter e melhorar a estrutura física dos CRAS; • Construir 02 CRAS/CAI nos territórios : Eldourado (Praça de Esportes e Cultura – PEC) e Jardim Carapina (Recurso do BID). • Construir CRAS nos territórios de Vila Nova de Colares, Jacaraípe, Novo Horizonte e Jardim Tropical. • Realizar estudo de viabilidade para implementação de novos territórios, bem como construção de espaços de CRAS em Nova Carapina, São Marcos, Nova Almeida, Carapina, Carapebus e Costa Dourada.
	Organizar as ações relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional na SEMÁS	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar 01 (um) o Restaurante Popular. • Implantar 01 (uma) Cozinha Comunitária. • Implantar o Banco de Alimentos no município.

<p>Ampliar a rede de Proteção Social Especial e qualificar as ações de relacionadas à garantia de direitos sociais das pessoas em situação de violação de direitos.</p>	<p>Construção de 02 (dois) Centros Referência Especializado em Assistência Social. Construção 01 (um) Centro Dia para Pessoas Idosas. Reorganização da gestão dos serviços de Proteção Social Especial de Liberdade Assistida /Prestação de Serviço a Comunidade e do Núcleo de Convivência Familiar e Comunitária, visando o estabelecimento do vínculo SUAS, bem como a inserção dos serviços no CREAS. Manter a rede de acolhimento institucional. Levantamento de indicadores e análise socioterritorial das necessidades e demandas correlacionadas à cobertura do atendimento das ações de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade Construção e ou implantação de equipamentos de Proteção Social Especial (CREAS/CENTRO POP, Instituições de acolhimento institucional) conforme análise sócio territorial e demanda por cobertura. Instituir Referência Técnica na Gerência da Proteção Social Especial para coordenar o processo de transição e posterior coordenação dos serviços no CREAS.</p>
<p>Instituir Política de Gestão do Trabalho e Educação Permanente na Assistência Social conforme as diretrizes da NOB'SUAS</p>	<p>Implantação de 01 (um) Núcleo de Gestão do Trabalho e Educação Permanente Institucionalizar a política direcionada aos Recursos Humanos para a SEMAS / Serra Estruturar e ampliar rede de trabalhadores sociais existentes no município no âmbito da proteção social e da defesa dos direitos socioassistenciais. Suprir em 100% o quadro de Recursos Humanos na administração direta através de realização de concurso público para área de Assistência Social como condição necessária à efetivação dos direitos socioassistenciais</p>
<p>Instituir e implementar a Vigilância sócioassistencial</p>	<p>Identificar os agravos, os riscos e vulnerabilidades sociais em 100% dos territórios Construção de indicadores sociais / Política de Assistência Social</p>
<p>Reformular e implementar o Sistema de Informação Municipal da Assistência Social</p>	<p>Ampliação e consolidação em 100% do sistema on-line, via Internet para todos os serviços da rede assistencial (SIAS / Serra) Melhoria da qualidade dos serviços assistenciais, Unificação em 100% dos registros de atendimentos por</p>

<p>Realizar encontros e fóruns ampliados para traçar linhas gerais de ações, metodologia de trabalho, elaboração de planos de monitoramento e avaliação em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e com base nos objetivos organizacionais.</p>	<p>via de implantação do prontuário eletrônico. Agilização dos processos de trabalho e melhoria no atendimento ao munícipe /qualidade do serviço prestado. Agilização no gerenciamento dos processos sociais e nas tomadas de decisões. Integração entre órgãos que implementam políticas assistenciais coordenadamente por meio da melhoria na comunicação interna e externa. Sistema de Registro Eletrônico / prontuário eletrônico como base para formação de uma Rede Regional de Informação na Assistência Social.</p>
<p>Articular e compor espaços estratégicos para desenvolvimento da prática Intersetorial na esfera municipal com interface entre Política de Assistência Social e demais políticas públicas.</p>	<p>Realização de 02 (dois) encontros anuais ampliados com todos profissionais da rede socioassistencial. Melhoria no Sistema de Gestão do SUAS/Serra a partir do ordenamento anual das ações, do planejamento, do monitoramento e avaliação, de modo evitar os imprevistos na escolha de condutas a serem adotadas. Realização de encontros trimestrais com gestores da assistência social no âmbito municipal para acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas pela SEMAS. Melhoria da Gestão do Sistema SUAS/Serra. Instituição de indicadores sociais para avaliação da Política de Assistência Social no município da Serra</p>
<p>Prover aos Conselhos infraestrutura, recursos materiais, humanos e financeiros arcando com as despesas inerentes ao seu funcionamento, bem como arcar com as despesas de passagens, traslado, alimentação e hospedagem dos</p>	<p>Integração entre SEMAS e outras Secretarias Municipais afins para implementação de ações intersetoriais no campo Gestão Municipal e na dimensão Territorial. Priorizar o usuário como foco da atenção considerando sua totalidade e integralidade. Melhorar as condições de estrutura física do Conselho, a fim de otimizar a atuação dos Conselheiros. Fomentar a efetiva participação da sociedade civil.</p>

<p>conselheiros governamentais e não governamentais de forma equânime no exercício de suas atribuições.</p>	
<p>Subsidiar o Conselho de Assistência Social com informações para o cumprimento de suas atribuições e para deliberação sobre o cofinanciamento dos serviços programas e benefícios sócioassistenciais.</p>	<p>Constituição de espaços de diálogos entre gestores trabalhadores e usuários garantindo o desenvolvimento da capacidade de decisões compartilhadas. Acompanhar e participar sistematicamente das reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social. Encaminhar ao COMASE os planos, projetos, relatórios anuais de gestão e de realização financeira dos recursos da Assistência Social, balancetes, balanços e prestação de contas ao final de cada exercício, plano de capacitação, pactuações das comissões intergestoras para apreciação dos conselheiros.</p>
<p>Promover e incentivar a capacitação continuada dos conselheiros conforme planos de capacitação do SUAS.</p>	<p>Conhecimento dos conselheiros dos princípios e diretrizes que conformam o SUAS (Sistema Único de Assistência Social); Promoção do intercâmbio de experiências entre os conselhos Fortalecimento das instâncias de Controle Social.</p>
<p>Realizar estudo de viabilidade com a SEDIR para efetivação da transferência dos conselhos de direitos, atendendo as legislações em vigor.</p>	<p>Realizar a transferência dos 03 (três) conselhos de direitos : CONCASE, COMIDS, COMDPD até 2017</p>
<p>Revisão anual do Termo de Convênio.</p>	<p>Estabelecimento de convênios. Melhoria dos parâmetros jurídicos dos convênios.</p>
<p>Fortalecer o desenvolvimento das ações do FMAS.</p>	<p>Melhorar as condições físicas de trabalho. Garantir estrutura tecnológica adequada para o desenvolvimento das ações dos fundos. Garantir equipe multidisciplinar especializadas a fim de melhorar as atividades específicas dos Fundos Municipais.</p>
<p>Planejar o volume de recursos e gastos para cada fase/ação com especificação da fonte e/ou modalidade de financiamento.</p>	<p>Garantir que a totalidade dos recurso sejam aplicados nos serviços sócio assistenciais</p>

8.2. Gestão do SUAS.

ÁREA DE ATUAÇÃO	AÇÃO	META
Gestão do SUAS	Apoiar tecnicamente na organização e no planejamento, monitoramento e avaliação das ações da Assistência Social.	Constituição de espaços participativos no planejamento, monitoramento e avaliação da Gestão do SUAS.
	Formular implementar e acompanhar Políticas relativas a Gestão do Trabalho no âmbito do SUAS conforme diretrizes da NOB- RH e NOB SUAS - 2012	Elaborar estudos e relatórios anualmente, objetivando diagnosticar o quantitativo da força de trabalho da Assistência Social no âmbito da administração direta e indireta. Elaborar estudos formular propostas de adequação das funções dos trabalhadores sociais às necessidades, à dinâmica e ao funcionamento do SUAS. Unificação com alinhamento de uma Política de Recursos Humanos para as instâncias da administração direta e indireta em conformidade com as diretrizes da NOB _ RH – SUAS. Mudanças nas relações interpessoais nos processos de trabalho com alteração na produção dos serviços correlacionados à Política de Assistência Social
	Implementar e organizar o Núcleo Municipal de Educação Permanente do SUAS	Elaborar Plano Municipal de Educação Permanente, apresentar no COMASSE Funcionamento e manutenção do Núcleo de Educação Permanente na SEMAS / PMS Estimular a conjugação de esforços e a não fragmentação dos processos de formação profissional com base na articulação com demais políticas públicas, e com outras instituições de ensino e de Educação Permanente da Assistência Social.
	Formular a Política para qualificação sistêmica e continuada de recursos humanos no campo da	Articular a integração de todos os processos de educação permanente da esfera governamental e não governamental no município. Formular e planejar políticas relativas à formação,

Assistência Social.

ao desenvolvimento profissional e à educação permanente dos trabalhadores sociais – SUAS independente da escolaridade.

Formular e Organizar um plano global de qualificação de trabalhadores sociais SUAS com inclusão dos trabalhadores sociais em 100% nos percursos formativos articulados conforme as funções, atribuições e competências:

1- Gestão do SUAS: engloba as diferentes ações destinadas à geração, manutenção e desenvolvimento de competências aplicadas especificamente ao desenvolvimento da função de gestão do SUAS, em consonância às normativas vigentes.

2- Provimento de Serviços e Benefícios Socioassistenciais: inclui as diferentes ações de formação e capacitação destinadas especificamente à geração, manutenção e desenvolvimento de competências aplicadas especificamente ao desenvolvimento da função de provimento de serviços e benefícios.

3- Controle Social do SUAS: inclui as diferentes ações de formação e capacitação destinadas especificamente à geração, manutenção e desenvolvimento de competências aplicadas especificamente ao desenvolvimento da função de controle social do SUAS.

Operacionalizar o processo de formação e capacitação permanente/Gestão dos Processos Formativos, da informação e do conhecimento conforme diretrizes do SUAS.

Aprimorar a qualidade da gestão e do provimento dos serviços socioassistenciais no âmbito da organização, do planejamento do Controle social da Política da Assistência Social no município.

Mobilizar 100% dos profissionais e gestores da rede de Assistência Social (serviços e projetos) para participarem do processo de formação permanente.

Produzir impacto positivo dos serviços de proteção social, da garantia de direitos e do protagonismo do sujeito.

Ampliar e melhorar qualidade de atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social especialmente em áreas de risco social.

Organizar as práticas sociais e dos serviços de

<p>Produção sistematização e análise de informações regionalizadas sobre as situações de risco e vulnerabilidade que incidem sobre os territórios, famílias e pessoas</p>	<p>Proteção Social e da Garantia de Direitos através elaboração de matrizes identitárias, de protocolos da SEMAS e construção de fluxo de referência e contra referência.</p>
<p>Implementação do sistema de acompanhamento, monitoramento e avaliação dos Projetos, Programas, Serviços e Benefícios da SEMAS;</p>	<p>Conhecer 100% do perfil da população vulnerável dos territórios de CRAS e CREAS; Estimar a demanda potencial dos serviços da PSB e PSE e sua distribuição no território. Ampliar o conhecimento sobre os riscos e as vulnerabilidades que afetam as famílias e os indivíduos nos territórios de CRAS e CREAS, colaborando para o aprimoramento das intervenções realizadas.</p> <p>Garantir 100% do atendimento às famílias cadastradas no Sistema de Notificação Compulsória.</p> <p>Aferir em 100% as dimensões de estrutura, produto e resultados dos Programas, Projetos, Serviços e Benefícios da SEMAS. Aferir a qualidade dos serviços instalados nos territórios de CRAS e CREAS e a integração entre a demanda e a oferta dos serviços. Acompanhar sistematicamente o desenvolvimento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais em relação ao cumprimento de seus objetivos e metas. Garantir que 100% da rede socioassistencial do município (execução direta e conveniada) funcionem de acordo com as normativas da Assistência Social. Avaliar em 100% o cumprimento das clausulas do convênio estabelecido entre PMS/SEMAS e entidades no ano vigente. Monitorar a qualidade e o volume da oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial</p>
<p>Implementar e gerenciar o sistema de informação no município considerando as diversidades e</p>	<p>Coletar 100% dos dados referentes ao atendimento as famílias e dos territórios. Disponibilizar a sistematização das informações em 100% para os pontos da rede do sistema de –</p>

particularidades da rede de serviços da SEMAS.	informação. Unificar em 100% os instrumentos de coleta de dados da rede sócio assistencial Garantir a interconectividade entre sistemas de informações disponíveis.
--	---

8.3. Gestão da Proteção Social Básica.

ÁREA DE ATUAÇÃO	AÇÃO	META
PSB	Implementar o Atendimento e o acompanhamento as famílias em situação de vulnerabilidades social no território;	Atender e acompanhar 100% do público alvo do PAIF nos territórios;
	Elaborar junto a família em situação de acompanhamento o Plano de Acompanhamento familiar – PAF;	Garantir a elaboração do PAF de todas as famílias em situação de acompanhamento pelo CRAS/PAIF;
	Implementar ações de cunho coletivo junto as famílias atendidas no PAIF	Garantir ações coletivas com grupos de famílias em todos os CRAS do município;
	Assegurar o cadastramento das famílias no CRAS e no Cad Único;	Garantir o cadastramento no CRAS e no Cad Único de 100% das famílias; Garantir 100% do cadastramento dos beneficiários do BPC no Cad Único;
	Implementar ações na comunidade para o alcance do exercício da cidadania ativa, apreendida como um processo permanente de participação na vida social e política e de conquistas de novos direitos.	Garantir em 100% dos territórios atividades comunitária com famílias.
	Promover o acesso de PcD e pessoas idosas aos SCFV e a rede socioassistencial e aos serviços de outras políticas públicas e especial ao programa de acessibilidade.	Implantar o serviço de atendimento domiciliar para pessoas Idosas e pessoas com deficiência nos CRAS instalados no Município; Implantar o Centro de Referência para

	<p>Pessoas com Deficiência; Implantar Centro de Convivência para Pessoas Idosas;</p> <p>Prevenir em 100% o confinamento e/ou abrigo institucional de pessoas com deficiência e/ou idosas com vistas à promoção social, bem como desenvolver estratégias para a preservação da integridade e melhoria da qualidade de vida dos usuários.</p> <p>Prevenir 100% dos agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais, bem como situações de risco, exclusão e isolamento.</p> <p>Garantir a elaboração do PDU do usuário em 100% ; Garantir 100% da participação das famílias no serviço; Garantir 100% da manutenção dos vínculos familiares e comunitários dos usuários</p>
Reestruturar e potencializar as ações do NUPED enquanto gerenciador das ações intersetoriais direcionadas as pessoas com deficiência	Garantir o papel articulador do NUPED com a rede socioassistencial e outras políticas setoriais.
Articular a rede socioassistencial de PSB referenciada ao CRAS e dos serviços nele ofertados;	Garantir 100% o referenciamento das unidades da rede socioassistencial do território aos CRAS;
Coordenar ações de articulação da rede intersetorial no território;	Realizar articulação com 100% da rede intersetorial dos territórios de CRAS;
Implementar ações de busca ativa às famílias em situação de vulnerabilidade social e em situação de descumprimento de condicionalidades do PBF e pró família;	Identificar e acompanhar 100% das famílias em situação de vulnerabilidade social e em situação de descumprimento das condicionalidades do PBF e Pró família;
Identificar famílias de crianças e adolescentes beneficiárias do BPC fora	Garantir 100% o acesso à educação formal de criança e adolescente

da escola nos territórios.	beneficiárias do BPC, bem como a inclusão do Cad Único
Regulamentar, os benefícios eventuais em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária no Município.	Garantir em 100% a concessão de benefícios eventuais aos usuários, conforme critérios estabelecidos;
Reordenar os benefícios eventuais não vinculados a Assistência Social para a Política Municipal de Saúde.	Reordenar 100% dos benefícios vinculado à saúde para SESA.
Redirecionar as ações do PROCAP para a SETER, quanto à captação de vagas e capacitação profissional dos adolescentes.	Reordenar em 100% das ações quanto a captação de vagas e capacitação profissional dos adolescentes para a SETER.
Possibilitar o acesso de adolescentes no mundo do trabalho.	Garantir a mobilização, identificação e encaminhamento de 100% de adolescentes dos territórios para inserção no mundo do trabalho.
Ampliar o processo de mobilização para Inserção do público prioritário do ACESSUAS-TRABALHO em cursos de formação inicial e continuada oferecidos pelo PRONATEC.	Mobilização de 100% do público alvo nos territórios
Adequar os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV (Núcleos de convivência fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes, PETI, Projovem adolescente, pessoa idosa) proporcionando maior organização do trabalho e unificação dos recursos de pisos de cofinanciamento.	Equalizar em 100% a oferta do SCFV (uniformizar); Garantir em 100% que os Serviços sejam Planejados e ofertados de acordo com a demanda local;
Ofertar de forma continuada e ininterrupta dos SCFV nos territórios;	Garantir em 100% a execução dos serviços continuados nos territórios;

<p>Realizar o registro da participação dos usuários o SCFV, vinculado ao NIS, em sistema próprio de informação a ser disponibilizado pelo MDS.</p>	<p>Garantir o registro mensal no Sistema a ser disponibilizado pelo MDS de 100% do público alvo).</p>
<p>Assegurar que o público alvo seja inscrito no Cad Único.</p>	<p>Potencializar em 100% a inclusão /participação dos usuários identificados no Cad Único;</p>
<p>Inserir com preferência o público prioritário definido na resolução CIT nº 01/2013, sem excluir do SCFV os usuários que já participam dos grupos, mesmo que esses, não apresentem perfil definido como prioritário;</p>	<p>Garantir no mínimo a participação de 50% do público prioritários nos SCFV;</p>
<p>Promover a articulação dos SCFV na rede socioassistencial do SUAS</p>	<p>Garantir 100% da articulação da PSB com a PSE;</p> <p>Garantir 100% do atendimento das famílias dos usuários pelo PAIF;</p> <p>Garantir articulação dos SCFV com outras políticas públicas;</p>
<p>Ampliar a inscrição de famílias prioritárias no Cad Único, bem como efetivar a atualização cadastral;</p>	<p>Garantir 100% de cadastramento de famílias prioritária dos territórios de CRAS no Cad Único;</p> <p>Garantir que o Cadastro Único seja preenchido com informações de qualidade, capazes de refletir a realidade socioeconômica da parcela mais vulnerável. da população serrana.</p> <p>Manter 100% de infraestrutura adequada à gestão da base de dados e ao cadastramento das famílias em sua área de abrangência;</p>
<p>Garantir que as famílias mais vulneráveis e que tenham mais dificuldade de informação ou</p>	<p>Garantir o cadastramento de 100% das famílias com pouco acesso a informação e dificuldade de locomoção;</p>

<p>locomoção sejam inscritas no Cad único e mantenham seus dados atualizados.</p>	
<p>Inscrever no Cad Único grupos tradicionais , população de área rural e população em situação de rua.</p>	<p>Inscrever 100% dos grupos tradicionais, população de área rural, população em situação de rua existentes no Município;</p>
<p>Adotar medidas para o controle e a prevenção de fraudes ou inconsistências cadastrais, disponibilizando, ainda, canais para o recebimento de denúncias.</p>	<p>Garantir 100% de prevenção de fraudes e/ou inconsistência no cad único.</p>
<p>Garantir a Oferta de refeições e alimentos de qualidade e a baixo custo aos munícipes, com prioridade os usuários da Assistência Social.</p>	<ul style="list-style-type: none"> . Implantar 01 Restaurante Popular . Implantar o banco de alimentos
<p>Propiciar a comunidade espaço para manuseio e comercialização de alimentos saudáveis e a abaixo custo.</p>	<p>Implantar 01 cozinha comunitária.</p>
<p>Estabelecer parceria com secretarias e sociedade civil, visando ações intersecretoriais;</p>	<p>Garantir a articulação com as Secretarias de Agricultura, Saúde Educação, meio ambiente e entidades correlatas.</p>
<p>Articular as ações de segurança alimentar com os programas de transferência de renda;</p>	<p>Garantir que o público beneficiário dos programas de transferência de renda sejam incluídos nas ações de segurança alimentar</p>

8.4. Gestão da Proteção Social Especial.

ÁREA DE ATUAÇÃO	AÇÃO	META
	Fortalecer as ações do PAEFI	Acompanhar 100% as famílias com violação de direitos
	Regulamentar, os benefícios eventuais em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública no Município;	Definição clara do alcance de cada um dos benefícios eventuais dispensados; Caracterização da situação de vulnerabilidade temporária pelo advento de riscos, perdas e danos; Ampla divulgação dos critérios para a sua concessão; Desvinculação de comprovações complexas e vexatórias de pobreza.
	Realizar ações de prevenção e enfrentamento ao trabalho infantil no município por meio do fortalecimento e potencialização do PETI.	Reduzir em 100% o índice de criança e adolescente em situação de trabalho infantil; Mobilizar e sensibilizar a sociedade quanto ao enfrentamento do trabalho infantil no município.
	Estruturar o Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, pessoas idosas e suas famílias, de acordo com as normas estabelecidas pelo Sistema Único de Assistência Social (Suas);	Prevenção do abrigamento e da segregação de idosos e deficientes assegurando-lhes o direito à convivência familiar e comunitária; Potencializar a autonomia, a independência e a inclusão social da pessoa idosa, com vistas à melhoria de sua qualidade de vida.
	Fortalecer o papel do CREAS como unidade responsável pelo atendimento especializado a famílias e indivíduos em situação de risco ou com direitos violados, por meio de regulação de fluxos de articulação com a	Preservação e fortalecimento dos vínculos familiares dos usuários atendidos; Diminuição da incidência de direitos sociais violados; Aumento da articulação com a rede interinstitucional para garantia de direitos

<p>rede de serviços sócio assistenciais das demais políticas públicas e demais órgãos do sistema de garantias de direitos.</p>	
<p>Implementar a política municipal de atendimento à população em situação de rua (nos termos da Constituição Federal e da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS), bem como do decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009 que instituiu a política nacional;</p>	<p>Garantir acolhida na rede sócio assistencial; Contribuir para a construção de novos projetos de vida, respeitando às escolhas dos usuários; Promover a reinserção familiar e comunitária destes usuários</p>
<p>Manter os serviços para população em situação de rua</p>	<p>Acompanhar 100% a população em situação e rua visando sua reintegração familiar e/ou acolhimento institucional.</p>
<p>Manter as ações do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade garantindo sua articulação com os demais serviços da rede</p>	<p>Contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; Contribuir com a redução da reincidência da prática do ato infracional e redução do ciclo da violência e da prática do ato infracional</p>
<p>Organizar o Serviço de Proteção em Situações de Calamidade e Emergências</p>	<p>Caracterizar as situações de calamidade pública; Vincular a oferta dos benefícios nos casos de calamidade ao plano de contingência municipal;</p>
<p>Manter a oferta de acolhimento institucional destinados a famílias e/ou</p>	<p>Adequar em 100% os serviços de acolhimento institucional de acordo com a Legislação</p>

<p>indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral.</p>	<p>vigente.</p> <p>Fortalecer a articulação dos serviços visando à reinserção de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional às famílias;</p> <p>Manter o Projeto apadrinhamento afetivo em parceria com o judiciário;</p> <p>Estudo de viabilidade para implantação do Programa Família Acolhedora;</p> <p>Manter e acompanhar os convênios com as entidades parceiras que prestam serviço de acolhimento institucional a crianças, adolescentes, pessoas adultas, famílias e idosos;</p> <p>Manter a Casa de passagem Mirim da estrutura necessária a seu funcionamento;</p> <p>Manter a gestão das Casas Lares para população adulta sem vínculo familiar em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, realizando transferência dos acolhidos que apresentam perfil para a Residência Terapêutica;</p>
<p>Instituir o Serviço de Acolhimento em República para jovens após o desligamento dos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes ou em outra situação que demande este serviço.</p>	<p>Preparar os usuários para o alcance da autossustentação na vida adulta</p> <p>Promover o estabelecimento dos vínculos comunitários e sociais;</p> <p>Redução da presença de Jovens em situação de abandono, de vulnerabilidade, risco social e pessoal no município da Serra.</p> <p>Implantar 02 (duas) casas república (feminina e masculina) no Município em consonância com a demanda.</p>
<p>Implementar o reordenamento dos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes,</p>	<p>Regulamentar em 100% a porta de entrada dos serviços de acolhimento (crianças, adolescentes, idosos)</p> <p>Instituir equipe técnica de referência na alta</p>

idosos	complexidade para acompanhamento e regulação da rede de acolhimento institucional. Instituir protocolos para atendimentos nos serviços de acolhimento. Criar equipe técnica (equipe de matriciamento) para acompanhamento dos egressos do serviço do acolhimento institucional de reinserção familiar.
--------	--

9. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS.

Para a operacionalidade do plano observamos a necessidade de definir como as ações estratégicas podem ser desenvolvidas incluindo desde o planejamento os procedimentos com enfoque metodológicos a partir da:

- **Formação de Grupos de Trabalho:** Consiste em mini encontros com profissionais da gestão para mapeamento estudos da situação atual (diagnóstico preliminar) para posterior elaboração da estrutura organizacional e das normativas da SEMAS, do processo de trabalhos tendo como parâmetro as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, a NOB SUAS 2012 e demais legislações vigentes.
- **Oficinas integradas com participação dos gestores e trabalhadores da Assistência Social.** Tem como finalidade a validação das propostas em geral de forma participativa.
- **Articulação Político-Institucional:** Consiste de reuniões de articulação com gestores municipais e demais instâncias políticas e de controle social (Câmara de Vereadores e conselhos), com a finalidade de apresentar a proposta de reestruturação da SEMAS, articulação, ações Inter setoriais e de gestão do território.
- **Adequação da SEMAS a nova estrutura organizacional e a aplicabilidade dos dispositivos legais:** Esta fase esta diretamente relacionada a gestão de recursos necessários ao desenvolvimento de processos institucionais a serem implementados na SEMAS.
- **Enfoque operacional referente aos provimentos dos benefícios socioassistenciais.** Tem como parâmetros a ampliação de metas, a estruturação dos serviços socioassistenciais com ênfase na adequação da infraestrutura, na aquisição de equipamentos e realização de ações assistenciais organizadas prioritariamente a partir do diagnóstico social.

9.1. Institucional:

Tem por objetivo promover o rearranjo da estrutura técnica e administrativa responsável pela Política de Assistência Social no município e instituir procedimentos para aprimorar sua capacidade de gestão, além de prever a realização de ações socioassistenciais. Apresenta ênfase na adequação gradativa das ações assistenciais em conformidade com as Norma Operacional Básica do SUAS (NOB SUAS /2012). Para consolidação das propostas relativas ao eixo institucional faz-se necessário:

Aprimoramento da Estrutura organizacional e administrativa da SEMAS

Estratégias metodológicas	
Formação de grupo de trabalho, oficinas integradas, fóruns e articulações político institucional.	<p>Estudo, elaboração e formalização e adequação a estrutura organizacional da SEMAS à Política Nacional de Assistência</p> <p>Estudo e análise preliminar da atual Mapa Territorial da Assistência Social no Município e elaboração de nova proposta de reorganização.</p> <p>Estudo e elaboração de proposta de Protocolo da SEMAS</p>

9.2. *Aprimoramento legal.*

Está voltado ao aprimoramento da legislação municipal referente à política de Assistência Social de modo a referendar o Sistema Único de Assistência Social. Compreende todas as legislações pertinentes a efetivação da Assistência Social no município incluindo a elaboração e aprovação da Lei Municipal da Assistência Social, aprovação de Estrutura Organizacional da SEMAS, normatizar serviços e sanear desconformidades legais a atual Política de Assistência Social, a regulamentação da ações de transferência de renda pelo município e do provimento de benefícios eventuais de responsabilidade municipal dentre outras.

Estratégias metodológicas	
<p>Formação de grupo de trabalho, oficinas integradas, fóruns e articulações político institucional.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Estudo, elaboração e formalização da Lei Municipal de Assistência Social. 2) Validação da Lei do SUAS /Serra em instâncias do controle social / COMASSE, fórum de trabalhadores sociais e gestor municipal. 3) Encaminhamento da Minuta de Lei do SUAS Serra e da Estrutura Organizacional da SEMAS para aprovação na Câmara Municipal. 4) Estudo e elaboração de proposta de Protocolo da SEMAS. 5) Regulamentação dos benefícios eventuais e regulação do Pró-família. 6) Articulação com instâncias de aprovação legal das leis e normativa 7) Reorganização da gestão SUAS / Vínculo SUAS.

Aprimoramento da Gestão: O momento atual caracteriza-se pela existência de um esforço da gestão municipal em reordenar os serviços socioassistenciais em consonância com as diretrizes nacionais em especial a resolução nº 109/2009 que dispõe da Tipificação dos Serviços Socioassistenciais e a NOB – SUAS nº 33 /2012 que organiza e qualifica os serviços da Assistência Social. Nesse sentido a consolidação da Política Assistência Social no município conduz os gestores para:

- . Processo de implantação / implementação de estruturas públicas que compõem os Sistema Único de Assistência Social;
- . Processo de constituição de relações interorganizacionais e com ele a concretização do reordenamento dos serviços socioassistenciais através de um conjunto de princípios normas e funções que tem por fim nortear o funcionamento das ações assistenciais objetivando romper com programas, projetos descontínuos e soltos para avançar em uma construção coletiva com diretrizes únicas.

A princípio o reordenamento institucional dos serviços socioassistenciais visa garantir a identidade do serviço, a melhoria dos conteúdos e metodologias de trabalho assim como indicar a direção da política no sentido de:

- . Instalar/ampliar serviços onde não existem e são necessários²⁶.
- . Validação dos serviços em âmbito municipal estadual e federal²⁷.
- . Utilização de denominações comuns que tornem os serviços conhecidos e reconhecidos pelos municípios e gestores²⁸.
- . A construção de compromissos a serem assumidos pelos gestores em todos os níveis para que os serviços no âmbito do SUAS produzam seguranças sociais aos usuários conforme necessidades e demandas²⁹.
- . A ênfase no território enquanto lócus de práticas sociais e descentralização administrativa.

Assim a gestão da Política de Assistência Social exige dos gestores o conhecimento e compreensão das legislações e pressupõem uma iniciativa internamente organizada através do planejamento participativo como condição necessária para articular, implantar e implementar e consolidar a Política de Assistência Social no Município. Neste contexto a SEMAS vem utilizando a metodologia participativa materializada através da gestão compartilhada e fundamentada nos princípios, diretrizes macro organizativos da Política de Assistência Social. Dentre as ações estratégias do plano destacamos o reordenamento da gestão da SEMAS com base nos princípios do SUAS e referenciadas nas seguintes dimensões:

²⁶ BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social in Tipificação dos Serviços Socioassistenciais;

²⁷ Idem

²⁸ BRASIL. Ministério de Desenvolvimento social. Tipificação dos Serviços Socioassistenciais.

²⁹ Idem

*9.2.1. Planejamento e Melhoria da Gestão do Sistema SUAS.***Estratégias metodológicas****Institucionalização
de grupo de
trabalho visando a
efetivação do
planejamento na
SEMAS.**

Realizar encontros, fóruns, debates e articular grupos de trabalhos para formular Política de prioridades de ações no âmbito da Assistência Social com seus respectivos objetivos.

Ordenar as ações a partir dos tipos e magnitudes dos recursos financeiros, humanos, físicos e instrumentais.

Fazer a previsão de mudanças legais, institucionais e administrativas indispensáveis para a viabilidade dos planos anuais.

Elaborar indicadores com objetivo de orientar o processo de planejamento a partir das informações prestadas nos sistemas oficiais de informações.

Produzir diagnósticos a partir de informações indicadores de vulnerabilidades sociais provenientes do território.

Ordenar itens das mudanças a operar com suas respectivas metas ou resultados a alcançar ao término de um ano exposto em quadro cronológico.

Disponibilizar ferramentas para a realização de planejamento, monitoramento e avaliação através de metodologias participativas anualmente.

Apoiar tecnicamente na organização e no planejamento, monitoramento e avaliação das ações da Assistência Social.

Elaborar instrumentos de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Assistência Social.

Garantir equipe multidisciplinar (psicólogos, assistentes sociais) para desenvolvimento de ações relativas ao Planejamento, Monitoramento e Avaliação da Política de Assistência Social no Município.

Criar mecanismos de compartilhamento e pactuação entre o controle social, trabalhadores sociais e Gestão através da realização de fóruns, grupos de trabalhos e outros instrumentos afins;

Implementar sistema de avaliação participativa

9.2.2. Gestão do Trabalho.

Estratégias metodológicas	
Valorização do Trabalhador Social	<p>Realizar estudo para a implementação do Plano de Cargos e Salários.</p> <p>Instituir de Avaliação de desempenho.</p> <p>Estruturar cargos e funções demandados pelas novas exigências do SUAS visando a torná-los efetivos;</p> <p>Elaborar diagnósticos a partir de mapeamento e estudos do quadro de recursos humanos da administração direta e indireta / serviços conveniados</p> <p>Subsidiar o planejamento e monitoramento dos déficits de trabalhadores sociais com foco nas alterações ocorridas com a implantação da Política de Assistência Social no Município.</p> <p>Elaborar, implementar, acompanhar, e avaliar os planos de desenvolvimento profissional no âmbito da SEMAS.</p> <p>Organizar a rede de trabalhadores sociais existentes no município no âmbito da proteção social e da defesa dos direitos socioassistenciais.</p> <p>Planejar e organizar a execução de ações relativas à valorização do trabalhador.</p> <p>Organizar um banco de aptidões, identificando as habilidades e trajetórias profissionais e desenvolvimento dos processos de trabalho.</p> <p>Acompanhar e monitorar a Gestão do Trabalho dos Serviços Assistenciais da SEMAS e das Entidades Conveniados tendo como parâmetros as diretrizes da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB – RH).</p> <p>Pactuar com Entidades parceiras ajustes visando à unificação de uma Política de Recursos Humanos para as instancias da administração direta e indireta em conformidade com as diretrizes da Política de RH da Assistência Social.</p> <p>Organizar encontros ampliados para avaliação da Rede SUAS tendo como parâmetros os dispositivos legais da Política de Assistência Social.</p>

9.2.3. *Gestão do Conhecimento.*

Estratégias metodológicas	
<p>Elaboração de proposta política pedagógica para Educação Permanente. Pactuar e validar conteúdos com gestores, trabalhadores sociais, e integrantes do controle social através Fóruns, Oficinas, Pesquisas, Reuniões e Encontros.</p>	<p>Equipar o Núcleo para desenvolvimento das ações de Educação Permanente (especialmente equipamento de informática e audiovisuais). Estruturar local / infraestrutura física para o desenvolvimento das ações de Educação Permanente / auditório com salas adaptadas Articular e definir prioridades de formação continuada com as instâncias gerenciais da Secretaria Municipal de Ação Social e com instâncias não governamentais parceiras da Prefeitura de Serra. Realizar de planejamento instrucional com base nos diagnósticos das necessidades de processo de formação e capacitação permanentes centrados nas questões emergentes do processo de trabalho. Efetivar a interlocução e encontros com representantes das demais políticas públicas e com instituições de ensino e de educação permanente no sentido de conjugação de esforços na efetivação de propostas. Estabelecer Interlocução com Conselho Municipal de Assistência Social. Construir propostas de operação conjunta e de produção coletiva com outras instituições de ensino compatibilizadas com a Política Nacional de Assistência Social e de Educação Permanente tendo como sustentação as necessidades locais. Efetivar pesquisa para conhecimento das necessidades de formação e capacitação que emergem dos processos de trabalhos estruturantes da Gestão do SUAS, do provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais e do Controle Social. Realizar diagnósticos das demandas locais de Educação Permanente como requisito básico para elaboração da Política de Educação Permanente no município de Serra. Sensibilizar as gerências da Assistência Social quanto à responsabilidade do processo de formação dos trabalhadores sociais. Desenhar planos de cursos e matrizes metodológicas para processo de Formação Permanente para os trabalhadores sociais da SEMAS. Construir estratégias e processos de planejamento de ações de Educação Permanente de forma racional e organizada a partir de estudos analíticos das demandas objetivas e subjetivas dos trabalhadores sociais. Propiciar espaços de monitoramento das ações de Educação Permanente em consonância com as orientações e diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente (Resolução nº 04 de 03/2013 do CNAS). Construir ferramentas de monitoramento e avaliação que valorize os indicadores do processo de aprendizagem. Priorizar as deliberações da Conferência Municipal de Assistência Social relacionada ao tema de educação permanente. Pactuar com Entidades Parceiras ajustes visando unificação de uma política de Recursos Humanos para as instâncias da administração direta e indireta em conformidade com as diretrizes da Política de RH da Assistência Social</p>

Estratégias metodológicas

<p>Operacionalização do processo de formação e capacitação permanente/Gestão dos Processos Formativos, da informação e do conhecimento conforme diretrizes do SUAS.</p>	<p>Estimular o constante aperfeiçoamento, a qualificação e a formação profissional, no sentido de melhorar a qualidade dos serviços socioassistenciais e permitir a evolução ininterrupta dos trabalhadores do SUAS na carreira.</p> <p>Instituir processo de ensino aprendizagem investigação e construção de saberes e conhecimento calcado na valorização da interdisciplinaridade e da construção de novos saberes e práticas.</p> <p>Promover oferta sistemática e continuada de ações de Educação Permanente nos diferentes tipos de modalidades – encontros seminários, fóruns, reuniões, etc..</p> <p>Organização de infraestrutura para o desenvolvimento de ações de Educação Permanente</p> <p>Acompanhar do Processo de Educação Permanente de gestores equipe técnicas e trabalhadores sociais.</p> <p>Monitorar os projetos de Educação Permanente no domínio da Política de Assistência Social.</p> <p>Proporcionar capacitação dos recursos humanos envolvidos na nova filosofia operacional da Tecnologia da Informação de forma assegurar informações confiáveis de forma correta eficaz e ética.</p>
---	---

9.2.4. Implantação da Vigilância Socioassistencial:

Estratégias metodológicas	
Operacionalização da vigilância socioassistencial na SEMAS	<p>Elaborar e atualizar em conjunto com a PSB e PSE diagnósticos circunscritos dos territórios de CRAS e CREAS.</p> <p>Fornecer aos CRAS e CREAS listagem territorializada de 100% das famílias em descumprimento de condicionalidades do PBF.</p> <p>Fornecer aos CRAS e CREAS listagem territorializada de 100% das famílias beneficiárias do BPC e dos benefícios eventuais.</p> <p>Realizar levantamento dos dados populacionais do território, bem como da disponibilidade da rede de serviços local;</p> <p>Utilizar a base de dados disponíveis pelos Sistemas de Informações Federal, Estadual e Municipal a fim de auxiliar nas ações de busca ativa e acompanhamento das famílias nos serviços;</p> <p>Monitorar a realização da busca ativa das famílias em descumprimento de condicionalidades do PBF pelo CRAS e CREAS e o registro do acompanhamento que possibilita a interrupção dos efeitos do descumprimento sobre o benefício das famílias;</p> <p>Implementar o Sistema de Notificação Compulsória das situações de violação de direitos.</p>

Estratégias metodológicas

Implementação do sistema de acompanhamento, monitoramento e avaliação dos Projetos, Programas, Serviços e Benefícios da SEMAS;

Produzir indicadores e captar informações de vulnerabilidade social da população e do território
 Adequar gradativamente os padrões estabelecidos pela NOB/SUAS e normativas afins aos serviços implementados pelo município.
 Implementar sistema de avaliação participativa
 Organizar encontros específicos por serviços
 Organizar junto ao Núcleo de Gestão do Trabalho e Educação Permanente encontros ampliados para avaliação da Rede SUAS tendo como parâmetros os dispositivos legais da Política de Assistência Social.
 Capturar e verificar informações “in locu” dos serviços prestados pela rede socioassistencial (administração direta e conveniada), sem prejuízo da utilização de fontes de dados secundárias utilizadas pelo monitoramento.
 .Monitorar e avaliar os serviços socioassistenciais – produção de informações relativas ao tipo, volume e padrão de qualidade dos serviços ofertados pela rede SUAS.
 Sistematizar e compartilhar as informações relativas ao atendimento dos usuários nos diversos serviços.
 Articular encontros com a rede sócio assistencial com vistas a devolução dos dados sistematizados

Estratégias metodológicas

Gestão da
Informação com
integração entre
órgãos que
implementam
políticas assistenciais
coordenadamente
por meio da melhoria
na comunicação
interna e externa.

Articular com o DTI as análises sistemáticas do Sistema de Informação, objetivando aperfeiçoar o sistema para a gestão da informação e sua implantação nos serviços socioassistenciais;

Avaliar, periodicamente os pontos fortes e fracos do Sistema de Informação assim como a utilização da Tecnologia da Informação (TI) para a Gestão SUAS.

Alimentar e responsabilizar-se pela fidedignidade das informações inseridas nos Sistemas de Informação;

Analisar periodicamente os dados dos Sistemas de Informação do SUAS, utilizando-os como base a produção de estudos e indicadores;

Coletar, armazenar, processar, analisar e divulgar dados e informações relativas ao SUAS

Compartilhar as informações entre os atores do SUAS/SERRA, trabalhadores, conselheiros, usuários e entidades.

Coordenar e acompanhar a alimentação dos Sistemas de Informação que provêm dados sobre a rede socioassistencial e sobre os atendimentos por ela realizados;

Coordenar o processo de realização anual do CENSO SUAS, zelando pela qualidade das informações coletadas.

Disponibilizar ao Controle Social levantamentos estatísticos de dados e informações relevantes aos trabalhadores sociais e aos usuários da Assistência Social.

Disponibilizar informação de maneira transparente, acessível e compreensível à população.

Disponibilizar os dados provenientes de todo o Sistema de Informação da SEMAS para a criação dos indicadores.

Disseminar o conhecimento produzido pelo órgão gestor municipal para os usuários, trabalhadores sociais, conselheiros e com entidades de assistência social.

Elaborar coletivamente os instrumentos de registro e transito da informação no âmbito do SUAS.

Estabelecer interlocução com a Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial, visando à provisão dos dados necessários a alimentação do sistema de informação específico ao seu âmbito de atuação.

Garantia de equipamentos e acesso a rede de informações (internet) da execução direta da SEMAS.

Garantir a interconectividade entre os sistemas de informação utilizados pela Secretaria.

Implementar ferramentas para registro de informações nos atendimentos da rede socioassistencial – SUAS

Incluir na Política de Educação Permanente ações de Capacitações dos operadores do Sistema de Informação.

Informatizar todos os setores da Secretaria e das Instâncias de Controle Social equipando e instalando sistema online com internet.

Integrar 100% das informações geradas pelos sistemas de informação disponíveis

Pactuar a inclusão das entidades parceiras no Sistema de Informação online com internet (Rede / SUAS).

Processar sistematizar e analisar dados coletados nos territórios

Proporcionar informações aos munícipes dando transparências às ações da rede socioassistencial;

Subsidiar as atividades de planejamento e avaliação dos serviços;

Sistematizar e compartilhar as informações relativas ao atendimento dos usuários nos diversos serviços.

9.3.5 Gestão do Cadastro Único do Governo Federal para Programas Sociais (CAD ÚNICO)

Estratégias metodológicas	
<p>Coordenação da equipe e das atividades necessárias ao desenvolvimento do Cad Único em âmbito municipal. Alimentar com informações de qualidade capazes de refletir a realidade socioeconômica da parcela vulnerável residente no município da Serra</p>	<p>Identificação e caracterização socioeconômica das famílias residentes no município em situação de vulnerabilidade social</p> <p>Estabelecer rotinas de atualização cadastral por meio de comunicação com as famílias;</p> <p>Solicitar formulários para cadastramento ao MDS, a partir da definição do quantitativo de famílias que devem ser cadastradas ou ter seus dados atualizados, tendo como referência a estimativa de famílias de baixa renda.</p> <p>Realizar Visita domiciliar às famílias com dificuldade de acesso e/ou locomoção;</p> <p>Identificar famílias prioritárias a serem cadastradas nos territórios a partir de listagem fornecida pela vigilância socioassistencial;</p> <p>Digitação, no Sistema de Cadastro Único, dos dados coletados manualmente;</p> <p>Divulgação do Cadastro Único à população em geral dos territórios, informando sobre os principais conceitos e os compromissos assumidos com o cadastramento.</p> <p>Realizar mutirões montando postos de atendimento em bairros mais vulneráveis em datas pré-agendadas e comunicadas às famílias;</p> <p>Criar canais para recebimento de denúncias para recebimento de denúncias de fraudes e inconsistências cadastrais;</p> <p>Encaminhar a ICS o resultado das ações de atualização cadastral efetuado pelo Município motivado por inconsistência de informações do cadastro da família e outras informações relevantes para o acompanhamento da gestão municipal;</p> <p>Disponibilizar à Instância de Controle Social – ICS o acesso aos formulários do CADÚNICO e PBF as informações cadastrais sem prejuízo das implicações ético legais relativas ao usos das informações;</p> <p>Contra referenciar as famílias identificadas no território em situação de violação de direitos</p> <p>Viabilizar o cadastramento e acompanhamento das pessoas idosas e pessoas com deficiência no município por meio dos CRAS.</p>

Estratégias metodológicas

Gestão dos Benefícios de Transferência de Renda e acompanhamento dos beneficiários com verificação das condicionalidades.

Ministrar a articulação entre as áreas de Assistência Social, Saúde e Educação para viabilizar a gestão do Programa Bolsa Família.

Gestão integrada entre saúde assistência e educação – transversalidade (comitê Intersetorial).

Estruturar equipe de referencia para gestar os benefícios de transferência de renda no âmbito territorial.

Realização de fóruns e seminários Inter setoriais sobre programas de transferência de renda em especial do bolsa família

Confecção e distribuição de material informativo sobre o bolsa família.

Articulação com serviços do PAIF para acompanhamento de famílias beneficiárias conforme situação de risco social e de descumprimento de condicionalidades.

Interconexão entre a gestão municipal do bolsa família e o COMASSE (instância de controle social do Bolsa Família).

Integração do Pró Família à gestão dos serviços de transferência de renda.

Articulação Intersetorial em âmbito municipal e entre os três níveis da federação

Garantir a gestão integrada com as áreas de Educação e Saúde nos aspectos da transversalidade e do acompanhamento das condicionalidades com vistas a melhoria do acesso das famílias beneficiários aos serviços de saúde e educação.

Viabilizar a atualização cadastral das famílias com renda mensal até meio salário mínimo.

Realizar diagnóstico social sobre a gestão do Bolsa Família examinando os níveis de cobertura, atualização cadastral e o acompanhamento das condicionalidades.

Definir as prioridades para melhoria da gestão do Bolsa Família

Implementar ações de busca ativa às famílias em situação de vulnerabilidade social e em situação de descumprimento de condicionalidades do PBF e pró família;

Identificar e acompanhar 100% das famílias em situação de vulnerabilidade social e em situação de descumprimento de condicionalidades do PBF e Pró-família;

Identificar famílias de crianças e adolescentes beneficiárias do BPC fora da escola nos territórios.

9.2.6. *Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social e da Criança / Adolescente*

Estratégias metodológicas	
<p>Coordenação do Planejamento físico financeiro da SEMAS e das ações relacionadas a prestação de contas relacionados as entidades parceiras</p>	<p>Elaborar o PPA, LDO, LOA, Plano de Ação Anual. Articular o Fundo da Assistência Social e o Conselho Municipal de Assistência Social a fim de garantir a interlocução e o fortalecimento do controle social. Articular o Fundo da Criança adolescente e o Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente a fim de garantir a interlocução e o fortalecimento do controle social. Adquirir material permanente e redimensionar espaço físico para o desenvolvimento das atividades correlacionadas ao Fundo Municipal de Assistência Social. Realizar a contratação de profissionais de áreas técnicas e contábeis. Viabilizar a criação de instrumentos de gestão informatizados, com objetivo de otimizar o processo de trabalho e gestão dos recursos dos Fundos Municipais. Planejar o volume de recursos e gastos para cada fase/ação com especificação da fonte e/ou modalidade de financiamento. Elaborar o PPA, LDO, LOA, Plano de Ação Anual Acompanhar as prestações de conta</p>

9.2.7. Gestão dos Convênios

Estratégias metodológicas	
<p>Realização de encontros fóruns e reuniões entre as partes dos convênios</p> <p>Realização de estudos dos instrumentos de convênios.</p>	<p>Acompanhamento, orientação, supervisão técnica monitoramento e avaliação das entidades conveniadas através dos acordos e compromissos mútuos pactuados em instrumentos de convênios.</p> <p>Elaboração do Termo de convênio</p> <p>Revisão anual do Termo de Convênio</p> <p>Estudo do atual instrumento de convênio</p> <p>Estudo das normas legais para elaboração e realização do termo de convênio.</p> <p>Estruturação de equipe para acompanhamento e avaliação das prestações de conta das subvenções com as entidades socioassistenciais conveniadas.</p> <p>Desvincular o Monitoramento e avaliação dos serviços socioassistenciais da Gestão de prestações de conta.</p> <p>Coordenação do processo de reordenamento institucional com adequação das entidades executoras às normativas.</p> <p>Inclusão dos profissionais trabalhadores sociais e direção no processo de Gestão do Trabalho e Educação Permanente.</p>

9.2.8. Político Institucional: Ações Intersetoriais:

Estratégias metodológicas	
<p>Viabilização do processo de negociação permanente de forma ampla e simultânea por meio de articulação da gestão com a rede intersetorial / ênfase na produção coletiva.</p>	<p>Planejamento intersetorial a partir da formulação de prioridades políticas em contexto da gestão municipal e em conformidade com o estabelecimento de objetivos e metas consistentes entre os setores para:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Estudos e reestruturação / criação de novos territórios conforme geometria espacial, a dimensão cultural, populacional levando em consideração o grau de vulnerabilidade social a articulação com demais serviços de outras políticas públicas / realinhamento com outras políticas públicas. ▪ Garantia do trabalho integrado de Segurança alimentar com outras Políticas Públicas (agricultura, Saúde, Educação, Meio Ambiente) no referente ao desenvolvimento integrado de ações de Segurança Alimentar no âmbito municipal. ▪ Articular com o DTI objetivando aperfeiçoar o sistema para a gestão da informação e sua implantação nos serviços socioassistenciais. ▪ Estudo e análise junto a SEDIR para transição dos Conselhos de Direito ▪ Realizar discussão acerca da transição com a SEDIR e os conselhos de direitos / definir equipe de gestão para auxiliar os conselhos de direitos nas alterações das leis municipais vigentes. ▪ Implementação de ações operativas em redes intersetoriais no território com incorporação de novas e distintas contribuições de outras políticas. ▪ Instituir espaços coletivos de gestão para discussões sistemáticas de ações Inter setoriais do contexto da Política de Assistência Social para posterior ampliação e articulação com a rede municipal, ressaltando as devidas responsabilidades de cada secretaria. ▪ Operação conjunta e de produção coletiva com outras instituições de ensino compatibilizadas com a Política Nacional de Assistência Social e de Educação Permanente tendo como sustentação as necessidades locais. ▪ Realização de articulação com a rede socioassistencial e outras políticas ▪ Construção conjunta de processo de trabalho / metodologia de gestão territorial com participação de outras políticas presentes no território ▪ Realização de oficinas com participação da rede socioassistencial e Intersetorial nos territórios. ▪ Instituição de comissão para proposição da regulamentação dos benefícios de responsabilidade de outra política pública (processo de transição para a concessão dos benefícios para secretaria afim) ▪ Planejar e executar o processo de transição das ações captação de vagas e capacitação profissional dos adolescentes para a SETER; ▪ Estabelecer parcerias com outras políticas na oferta de atividades aos usuários dos SCFV nos territórios.

9.2.9. *Político Institucional: Ações de Gestão Territorial:*

Estratégias metodológicas	
Gestão Territorial: Plano de reestruturação e reorganização administrativa do Mapa Territorial da Assistência Social e condução do Processo de Trabalho em âmbito territorial	<p>Formar Grupo de Trabalho para a realização de estudo e análise preliminar do atual Mapa Territorial da Assistência Social no Município e elaborar propostas de nova reorganização.</p> <p>Definir matriz de critérios que servirá de base para estudos e reestruturação / criação de novos territórios conforme geometria espacial, a dimensão cultural, populacional levando em consideração o grau de vulnerabilidade social a articulação com demais serviços de outras políticas públicas.</p> <p>Apresentar o estudo no COPS (Comitê de Políticas Sociais) para posterior realinhamento territorial com as outras políticas sociais.</p>

9.2.10. *Controle Social.*

Estratégias metodológicas	
<p>Articulação com Conselhos Municipais para pactuações.</p> <p>Encontros e fóruns para analisar, propor alterações e referendar as deliberações.</p> <p>Apoio logístico e de infraestrutura para os conselhos afins.</p>	<p>Incluir no planejamento financeiro da SEMAS dotação orçamentária condizentes com as responsabilidades do órgão gestor da Assistência Social frente aos Conselhos.</p> <p>Acompanhar e participar sistematicamente das reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social</p> <p>Encaminhar ao COMASE os planos, projetos, relatórios anuais de gestão e de realização financeira dos recursos da Assistência Social, balancetes, balanços e prestação de contas ao final de cada exercício, plano de capacitação, pactuações das comissões intergestoras para apreciação dos conselheiros.</p> <p>Participação nas instâncias deliberativas do COMASSE e dos demais conselhos municipais localizados na SEMAS;</p> <p>Articulação entre SEMAS e Conselhos através de agendas comuns.</p> <p>Incluir proposta de capacitação de conselheiros no Plano Municipal de Educação Permanente</p> <p>Participar de Conferências correlacionadas com a Política de Assistência Social</p> <p>Proporcionar informações aos munícipes dando transparências às ações da rede socioassistencial</p> <p>Disponibilizar ao Controle Social levantamentos estatísticos de dados e informações relevantes aos trabalhadores sociais e aos usuários da Assistência Social.</p>

9.2.11. Edificações reformas e construções.

Disponibilizar espaço físico adequado e os equipamentos necessários para realização das atividades da equipe da gestão e dos dispositivos territoriais.

Estratégias metodológicas	
<p>Promover a melhoria da capacidade física instalada necessária para a gestão e implementação da Política de Assistência Social</p>	<p>Realizar levantamento junto Secretaria de Obras a reforma e construção de CRAS/ Cozinha Comunitárias Centro de Referencia para Pessoa com deficiência, CREAS e demais equipamentos com ambientação adequada para o desenvolvimento das ações.</p> <p>Participar da definição dos espaços dos equipamentos assistenciais através de orientações a arquitetos, engenheiros e profissionais afins com base nas orientações do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) /Roteiro para programação de serviços e de espaços dos CRAS.</p> <p>Construção e ou implantação de equipamentos de Segurança Alimentar Restaurantes Populares e Cozinhas Comunitárias nos territórios em situação de vulnerabilidade social conforme análise socioterritorial e demanda por cobertura.</p> <p>Construção e ou implantação de equipamentos para atendimento a pessoa deficiente / Centro de Referência para o deficiente com amplitude municipal.</p> <p>Estruturar local / infraestrutura física para o desenvolvimento das ações de Educação Permanente / auditório com salas adaptadas</p>

9.3. *Provimentos dos Serviços Socioassistenciais no SUAS.*

O SUAS (Sistema Único de Assistência Social) é um sistema constituído pelo conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios, no âmbito da Assistência Social, prestados diretamente – ou por convênios com organizações sem fins lucrativos – por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais das administrações direta e indireta.

Apresenta com eixo norteador a Proteção Social e a Garantia de Direitos Sociais a partir do provimento dos serviços socioassistenciais organizado por níveis de complexidade, ou seja, na Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

Fundamentada conforme os princípios organizacionais do SUAS a assistência social no município da Serra se encontra em processo de implementação, ampliação e reordenamentos de ações socioassistenciais, tendo suas propostas contempladas no Plano de Assistência Social 2014/2017. Assim a SEMAS vem indicando a metodologia participativa como estratégia de fortalecimento dos serviços consubstanciada nas dimensões:

Do diagnóstico territorial e Planejamento Territorial: nos eixos da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

Os temas e eixos propostos pela PNAS proporcionam novas formas de organização da assistência social com destaque para a descentralização administrativa / territorialização, rede local de serviços e planejamento das ações no território. Nesse sentido o plano municipal de Assistência social agrupa dentro da perspectiva da descentralização e da territorialização ações e atividades de diagnóstico socioterritorial, planejamento, monitoramento e avaliação das atividades executadas pelo CRAS /PAIF e CREAS/PAEFI. Envolve o mapeamento das vulnerabilidades sociais, a definição das prioridades, a disponibilização de informações e cadastros acessíveis e manipuláveis, a quantificação das famílias a serem referenciadas em cada território, o desenho das respectivas redes socioassistenciais. (BRASIL, CADERNO DE ORIENTAÇÕES DO CRAS).

Ainda com base nas orientações dos CRAS/PAIF o diagnóstico territorial qualificado e quantificado interfere tanto na definição da oferta de serviços quanto na definição de metas prioritárias de atendimento quesitos imprescindíveis no planejamento e na dinâmica da avaliação e monitoramento. Em síntese as ações de planejamento territorial realizado pelos CRAS / CREAS envolve:

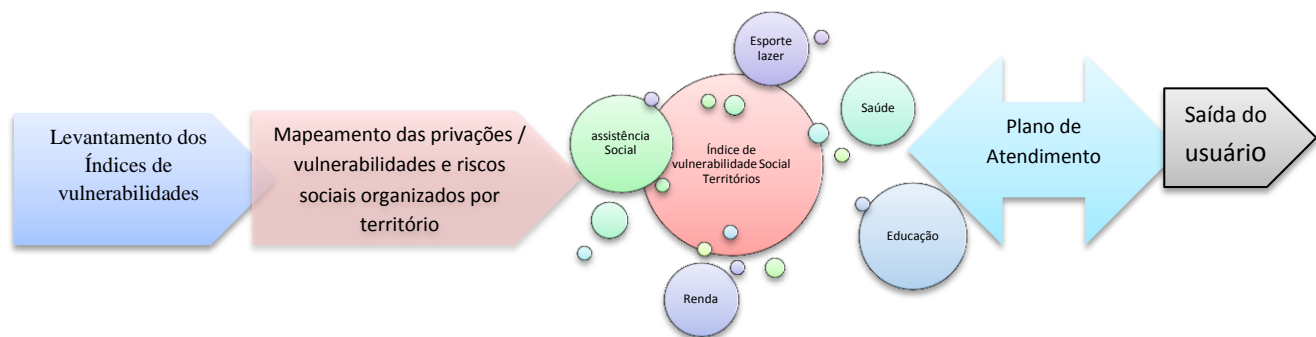
Diagnostico: conhecimento abrangente do território / avaliação quali quantitativa da demanda.
Levantamento dos índices de vulnerabilidade social nos territórios

Gestão territorial com definição da oferta dos serviços: implica no estabelecimento de diagnósticos dos índices de vulnerabilidade e risco sociais com vistas à implantação e ou implementações de ações protetivas e proativas.

Planejamento das ações com base na demanda / vigilância socioassistencial: Nessa fase acontece também a elaboração de plano de acompanhamento familiar e dos indicadores de avaliação e monitoramento a partir da análise das famílias e ou grupos assistidos.

Em síntese para realização das ações protetivas e proativas nos territórios utiliza – se de ferramentas de trabalho como:

- . O mapeamento geográfico das situações de vulnerabilidade e riscos sociais;
- . A elaboração do diagnóstico participativo;
- . O planejamento a definição das ações protetivas e proativas e das metas prioritárias de atendimento pelos serviços socioassistenciais com foco na intervenção;
- . O monitoramento e avaliação dos resultados.



Planejamento das ações em âmbito territorial:

O CRAS / CREAS como equipamentos responsáveis pela coordenação e desenvolvimento de ações socioassistenciais em âmbitos territoriais precisa garantir espaços para o planejamento no sentido de organizar as atividades considerando o movimento do território.

9.3.1. Planejamento das ações socioassistenciais:

Estratégias metodológicas	
Metodologia participativa	<p>Realizar semanalmente o planejamento das atividades do CRAS / CREAS.</p> <p>Elaborar o Protocolo de Gestão dos CRAS/PAIF e CRAS/PAEFI;</p> <p>Contribuir para elaboração de um diagnóstico participativo e o estabelecimento de ações e metas prioritárias no território</p> <p>Inserir o usuário nas ações de planejamento, monitoramento dos resultados das ações e avaliação das atividades;</p> <p>Criar instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação;</p> <p>Realizar reuniões sistemáticas com participação dos CRAS/CREAS por meio do grupo de trabalho (GT) em âmbito municipal;</p> <p>Realizar busca ativa e o mapeamento geográfico para a sistematização do ambiente de coleta, o diagnóstico participativo.</p> <p>Pactuar coletivamente os objetivos, procedimentos, responsabilidades e resultados em equipe interdisciplinar e junto à rede socioassistencial e Intersetorial.</p> <p>Planejar ações centradas no atendimento ao público prioritário da assistência social considerando a realidade territorial.</p> <p>Elaborar documentos pactuados entre as unidades de CRAS e CREAS, objetivando definir diretrizes unificadas em âmbito municipal e em conformidade com a PNAS e suas normativas.</p> <p>Elaborar plano de monitoramento e avaliação das ações socioeducativas no território.</p>

Das ações de provimento de benefícios sócio assistenciais: apresenta como foco estratégico o estabelecimento de ações de atendimento e acompanhamento das famílias usuárias do SUAS pelos profissionais / equipes dos CRAS / PAIF, CREAS/PAEFI e demais serviços assistenciais em âmbito territorial e municipal.

9.3.2. Gestão dos Serviços e Benefícios socioassistenciais da Proteção Social Básica:

Ações do PAIF

Estratégias metodológicas	
Planejar monitorar e avaliar o processo de trabalho do PAIF nos territórios.	<p>Garantir o planejamento participativo junto às famílias atendidas considerando as possibilidades e demandas.</p> <p>Estruturar espaços de reflexão / ação com finalidade de produzir coletivamente ideias e estímulos às novas vivências em grupo.</p> <p>Planejar e desenvolver ações e atividades que favoreçam a participação através de trabalhos em grupos, oficinas, encontros sistemáticos com famílias com ênfase em atividades socioeducativas, culturais, tais como teatro, música, dançam, filmes, visita a museus, mostra de artes plásticas e artesanatos, festival de comidas típicas entre outros;</p> <p>Inserir as famílias nas ações de planejamento e monitoramento e avaliação das ações.</p> <p>Avaliar sistematicamente o processo de acompanhamento das famílias com perspectivas ao fortalecimento da família</p> <p>Realizar de entrevista atendimento e acompanhamento das famílias prioritárias dos serviços do PAIF</p> <p>Estabelecer fluxos de atendimento do PAIF;</p> <p>Realizar visitas familiares e de acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades</p> <p>Acompanhamento familiar do PAIF às famílias do BPC, Bolsa Família as que se encontram em situação de vulnerabilidade de risco social.</p> <p>Elaborar o Protocolo de Gestão dos CRAS/PAIF nos territórios;</p> <p>Contrarrefenciar as famílias identificadas no território em situação de violação de direitos.</p> <p>Viabilizar o acesso para as famílias, a bens e serviços públicos e sociais.</p>

Desenvolvimento de Ações Comunitárias:

Estratégias metodológicas	
Planejamento e monitoramento das ações comunitárias CRAS/PAIF	<p>Realizar levantamento das necessidades de desenvolvimento de ações comunitárias no território / diagnóstico.</p> <p>Incluir ações comunitárias no processo de planejamento dos CRAS/PAIF</p> <p>Sensibilizar e mobilizar a comunidade para adesão às ações comunitárias.</p> <p>Realizar palestras campanhas e eventos comunitários conforme peculiaridade do território.</p> <p>Constituir espaços de informação e sensibilização sobre temáticas relacionadas aos direitos socioassistenciais na comunidade utilizando como recurso estratégico planfagem, colagem de cartazes, carro de som, jornais, reuniões, mostra de filmes, apresentações artísticas dentre outras definidas no planejamento.</p> <p>Realizar atividades socioeducativas culturais e de cidadania além de capacitações e oficinas para a vivência e fortalecimento de trabalhos coletivos, tendo as práticas associativas /cooperativas com eixo norteador de todas as propostas desenvolvidas.</p> <p>Planejar campanhas e eventos comunitários e avaliar os resultados.</p>

Gestão Territorial da Proteção Social Básica.

Estratégias metodológicas	
<p>Organização e a articulação das unidades socioassistenciais circunscritas no território. Cooperar na articulação da rede Intersetorial em âmbito territorial</p>	<p>Deslocamento da equipe de referência do CRAS para conhecimento do território; Elaborar o Protocolo de Gestão Territorial/ Fluxo de Articulação dos serviços no território; Contatos com atores sociais locais (líderes comunitários,, associações de moradores, etc) Obtenção de informações e dados provenientes de outros serviços socioassistenciais e setoriais; Mapear todos os serviços existentes nos territórios; Realizar levantamento e sistematização de dados da rede socioassistencial; Construir com outras políticas existentes no território, formas de trabalho conjunto; Realizar oficinas com a rede socioassistencial e intersetorial nos territórios; Pactuar agendas de compromissos no âmbito da intersetorialidade.</p>

Atendimento a Pessoa Idosa e pessoa com Deficiência

Estratégias metodológicas	
<p>Implantação de serviço de atendimento domiciliar</p> <p>Reestruturação de Serviços em conformidade com Tipificação de Serviços</p> <p>Ampliação da rede de atendimento sócio assistencial</p>	<p>Identificar no município as pessoas com deficiência e/ou idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social.</p> <p>Viabilizar o cadastramento e acompanhamento das pessoas idosas e pessoas com deficiência no município por meio dos CRAS;</p> <p>Realizar articulação com a rede socioassistencial e outras políticas</p> <p>Elaborar junto ao usuário o Plano de Desenvolvimento do usuário – PDU;</p> <p>Desenvolver ações extensivas aos familiares de apoio, informação, orientação e encaminhamento com foco na qualidade de vida, exercício da cidadania e inclusão social;</p> <p>Elaboração de projetos técnicos operativos e de implantação dos serviços de atendimento a pessoa idosa e com deficiência (Centro de Referência para Pessoas com Deficiência e serviço de atendimento domiciliar para pessoas Idosas e pessoas com deficiência nos CRAS)</p>

Ações de reordenamento dos Serviços de Proteção Social básica no território.

Estratégias metodológicas	
Reordenamento dos Serviços Socioassistenciais no território: ACESSUAS; benefícios eventuais e Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.	Instituição de comissão para proposição da regulamentação dos benefícios; Instituição de norma legal dentro do município com as regulamentações propostas (portaria, decreto) Divulgação do documento para a rede de serviços. Planejar e executar o processo de transição para a concessão dos benefícios para políticas afins. Planejar e executar o processo de transição das ações captação de vagas e capacitação profissional dos adolescentes para a SETER Organizar capacitações contínuas dos trabalhadores dos SCFV; Acompanhar/monitorar periodicamente os SCFV existentes no território dos CRAS Organizar espaços de diálogo com as unidades executoras dos SCFV;

Gestão dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Estratégias metodológicas

Informação,
acolhimento e
fortalecimento de
vínculos
comunitários e
familiares.

Divulgar amplamente a oferta do serviço no território
Mobilizar a população e publicizar os critérios de acesso e dar transparência ao processo de preenchimento de vagas;
Estabelecer parcerias com outras políticas na oferta de atividades aos usuários dos SCFV nos territórios;
Organizar os espaços físicos para oferta dos serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
Criar espaços de reflexão sobre o papel das famílias na proteção de seus membros pelo SCFV juntamente com o CRAS/PAIF;
Estimular e orientar os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas na família e no território;
Organizar por percursos, a metodologia de trabalho dos SCFV, conforme as especificidades dos ciclos de vida;
Incentivar a participação comunitária, a apropriação dos espaços públicos e o protagonismo no território por parte dos integrantes dos SCFV e de seus respectivos familiares.

Gestão do PROCAP e do ACESSUAS no território

Estratégias metodológicas	
Estratégias de inserção no mundo do trabalho para jovens e adultos	<p>Planejar e executar o processo de transição das ações captação de vagas e capacitação profissional dos adolescentes para a SETER</p> <p>Mobilizar as famílias com adolescentes e publicizar os critérios de acesso e dar transparência ao processo de preenchimento de vagas de estágio;</p> <p>Realizar grupos de adolescentes no território para o acompanhamento sistemático.</p> <p>Realizar oficinas, reuniões com público prioritário do ACESSUAS;</p> <p>Ampliar as ações do ACESSUAS visando a inclusão dos beneficiários do Bolsa Família ao mercado de trabalho em interface com outras políticas públicas especialmente a SETER.</p> <p>Confecção de material informativo e mobilização comunitária possibilitando o acesso dos usuários a cursos de formação inicial e continuada oferecidos pelo PRONATEC/BSM e ao mundo do trabalho.</p> <p>Acompanhar e monitorar o alcance das metas estabelecidas para o Programa ACESSUAS;</p>

Estratégias metodológicas

Gerenciamento do
Cad Único em
âmbito municipal

Identificar famílias prioritárias a serem cadastradas nos territórios (CAD ÚNICO)

Estabelecer rotinas de atualização cadastral por meio de comunicação com as famílias;

Solicitar formulários para cadastramento ao MDS, a partir da definição do quantitativo de famílias que devem ser cadastradas ou ter seus dados atualizados, tendo como referência a estimativa de famílias de baixa renda.

Realizar Visita domiciliar as famílias com dificuldade de acesso e/ou locomoção;

Digitação, no Sistema de Cadastro Único, dos dados coletados manualmente;

Divulgação do Cadastro Único à população em geral dos territórios, informando sobre os principais conceitos e os compromissos assumidos com o cadastramento.

Realizar mutirões montando postos de atendimento em bairros mais vulneráveis em datas pré-agendas e comunicadas às famílias;

Criar canais para recebimento de denúncias para recebimento de denúncias de fraudes e inconsistências cadastrais;

Capacitar em parceria com o Estado, os agentes envolvidos na gestão e operacionalização do Cad Único;

Dispor de infraestrutura e RH permanentes para a execução das atividades inerentes a operacionalização do Cad Único;

Encaminhar a ICS o resultado das ações de atualização cadastral efetuado pelo Município motivadas por inconsistência de informações do cadastro da família e outras informações relevantes para o acompanhamento da gestão municipal

Disponibilizar à Instância de Controle Social – ICS o acesso aos formulários do CADÚNICO e PBF as informações cadastrais sem prejuízo das implicações ético legais relativas ao usos das informações;

Ações de Segurança alimentar

Estratégias metodológicas	
Organização, coordenação planejamento, operacionalidade, monitoramento e supervisão de ações de segurança alimentar.	<p>Constituição de espaços de planejamento e acompanhamento de ações de Segurança Alimentar na SEMAS / Proteção Social.</p> <p>Estabelecimento de metas prioritárias para implementação de ações e segurança alimentar na SEMAS</p> <p>Elaboração de projetos de implementação e de intervenção / projeto técnico operativo das ações e seguranças alimentar</p> <p>Estruturar uma equipe multiprofissional / equipe especializada e de referencia em segurança alimentar.</p> <p>Realizar oficinas, capacitação na área de produção de alimentos, visando o fortalecimento da renda familiar.</p> <p>Sensibilizar e Mobilizar a comunidade e as famílias em situação de vulnerabilidade para participar de ações elencadas nos projetos de segurança alimentar desenvolvidos pela SEMAS através de reuniões, grupos de famílias, oficinas, cursos, palestra dentre outras estratégias.</p> <p>Aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar através do PAA,, com dispensa de licitação, e destiná-los às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e aquelas atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.</p> <p>Produção de refeições saudáveis gratuitas ou a preços acessíveis à população em situação de risco ou vulnerabilidade social alimentar e nutricional, principalmente, àquelas referenciadas ao CRAS, cadastradas no CádÚnico.</p>

9.3.3. Gestão dos Serviços e Benefícios socioassistenciais da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade

Ações do PAEFI

Estratégias metodológicas	
<p>Atendimento especializado a famílias e indivíduos em situação de risco ou com direitos violados.</p>	<p>Regulação de fluxos de articulação com a rede de serviços sócio assistenciais das demais políticas públicas e demais órgãos do sistema de garantia de direitos.</p> <p>Estruturação de equipe especializada e multidisciplinar de acompanhamento e apoio às famílias com seus membros em situação de ameaça ou de violação de direitos.</p> <p>Fortalecimento das funções protetivas da família através de atendimento familiar e ou em grupos de famílias conforme demanda.</p> <p>Articulação do PAEFI com as atividades e atenções prestadas às famílias nos demais serviços socioassistenciais nas diversas políticas públicas e com órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.</p> <p>Articulação com Vigilância Socioassistencial para elaboração de diagnósticos socioeconômicos das respectivas famílias em situações de violação de direitos em âmbito municipal.</p> <p>Elaboração de projeto ético político e operacional em consonância com as orientações técnicas do serviço PAIF contendo plano de monitoramento e avaliação.</p> <p>Inclusão dos profissionais no Processo de Educação Permanente</p>

Ações de prevenção e enfrentamento ao trabalho infantil no município
Estratégias metodológicas

Reestruturação das ações do PETI conforme resolução nº 08 de 18/04/2013 do MDS e CNAS

Estruturação da coordenação do PETI em âmbito municipal
 Elaboração de Projeto Ético Político e operacional contendo ações de participação em mobilização, sensibilização, realização de campanhas e apoio a audiências públicas, realização de busca ativa, identificação das diferentes formas do trabalho infantil, proteção social para crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e suas famílias assim como o monitorar e avaliar as atividades correlatas com acompanhamento das metas de erradicação do trabalho infantil.

Priorização de ações estratégicas:

1. De informação e mobilização de incidência do trabalho infantil nos territórios;
2. De sensibilização e mobilização dos atores e segmentos sociais no referente às ações de erradicação do trabalho infantil.
3. Realização de campanhas voltadas às temáticas do trabalho infantil;
4. Apoio e acompanhamento da realização de audiências públicas promovida pelo Ministério Público para firmar compromissos e erradicação do trabalho infantil;
5. Buscas ativas e identificação de situações de trabalho infantil realizadas pelas equipes técnicas do SUAS e de forma articulada com demais políticas públicas e inclusão no Cad Único das crianças adolescentes e suas famílias em situação de trabalho infantil
6. Ações de articulação e acompanhamento com Sistema de Garantia de Direitos e acompanhamento das famílias com aplicação de medidas protetivas.
7. Elaboração de plano de monitoramento das ações do PETI
8. Articulação com a Gestão da Vigilância Socioassistencial com vistas à realização de estudos e diagnósticos sobre trabalho infantil
9. Desenvolvimento de ações Inter setoriais para inclusão das crianças e adolescentes e de suas famílias em sistema de proteção social (Cad Único, Programas de Transferência de Renda, serviços socioassistenciais, serviços de Saúde, Educação, Cultura, Esporte, Lazer e ações de inclusão produtiva.
10. Estabelecimento de corresponsabilidade com órgãos municipais que desenvolvem ações de erradicação do trabalho infantil a partir da consolidação de protocolos e de fluxos a ser seguidos pelos serviços assistenciais e demais políticas públicas.
11. Inclusão dos profissionais sociais conselheiros tutelares e da criança e adolescente em Processo de Educação Permanente tendo como eixo temático o reordenamento do serviço e processo de trabalho no PETI.

Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, pessoas idosas e suas famílias.**Estratégias metodológicas**

Elaboração de projeto ético político e operacionalização do Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, pessoas idosas e suas famílias.

Potencializar a autonomia, a independência e a inclusão social da pessoa idosa, com vistas à melhoria de sua qualidade de vida.

Identificação das necessidades das famílias com pessoas idosas e com deficiência em situação de violação de direitos.

Viabilização do acesso aos serviços socioassistenciais, benefícios, programas de transferência de renda, políticas públicas setoriais, a atividades culturais e de lazer.

Identificar demandas do dependente e do cuidador com finalidade de atenuar da sobrecarga de ambos;

Identificar situações de violência e ou violação de direitos e acionar mecanismos necessários para respostas a tais condições.

Articulação com a rede de serviços de serviços socioassistenciais, interinstitucional e com a Garantia de Direitos.

Construção de um plano de individual e ou familiar de atendimento junto aos familiares, incluindo redes sociais de apoio e outros membros familiares.

Reordenamentos dos Serviços Socioassistenciais de Proteção Social Especial de Média Complexidade:

Estratégias metodológicas	
<p>Redirecionamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade</p>	<p>Fortalecimento das ações do CREAS como ordenador dos serviços do PAEFI, e do PAEFI.</p> <p>Realização de encontros entre os serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade sob coordenação da Gerência de Proteção Social Especial e da Coordenação do CREAS.</p> <p>Referenciar os serviços de Proteção Social a Adolescente em Cumprimento de Medida Sócio Educativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade e do Núcleo de Convivência Familiar ao CREAS.</p> <p>Promover processo de formação continuada para os trabalhadores sociais da proteção social especial com ênfase no reordenamento dos serviços.</p> <p>Elaboração e ou agrupar plano de trabalho e projetos ético político e operacional dos serviços de PSE Média Complexidade contendo ações específicas de cada serviço, referenciamento e articulações em rede, assim como plano de monitoramento e avaliação.</p> <p>Instituir espaços de discussão técnicas com o objetivo de aproximar os serviços com o processo de trabalho do CREAS.</p> <p>Fóruns e Seminários com os atores da rede socioassistencial envolvidos</p>

Política de atendimento à população em situação de rua no município / Política de Assistência Social.

Estratégias metodológicas

Plano de enfrentamento à situação de Rua
Realização de encontros e fóruns e definição de diversas ações da rede de atendimento e assistência à população adulta e de criança e adolescente em situação de rua.

Sensibilização dos gestores e da sociedade civil organizada para institucionalização da Política Municipal para População em Situação de Rua.

Elaboração de plano operativo para atendimento à população em situação de rua no âmbito da assistência social com finalidade de apresentar estratégias que orientarão a intervenção junto a população em situação de rua

Implantação e ou implementação de ações e serviços direcionados aos moradores em situação de rua.

Elaboração de projetos técnicos operacionais e de implantação de equipamentos e serviços destinados ao atendimento à população em situação de rua.

Desenvolvimento de ações de abordagem social, acolhida, escuta estudo social, elaboração de diagnóstico socioeconômico, atendimento psicossocial com referidos encaminhamentos para redes de serviços, orientação social, articulação com a rede de serviços socioassistencial e de serviços locais (outras políticas públicas).

Organização e ou participação de encontros, fóruns, reuniões deliberativas com a participação da rede socioassistencial e intersetorial e com demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

Capacitação permanente da equipe de atendimento à população em situação de rua em parceria com o Núcleo de Educação Permanente

Realizar junto à equipe do CENTRO POP capacitações e seminários para debate e temática da inclusão social.

Participar do grupo técnico intersetorial para apoio a implementação da Política.

Realizar aquisição de recursos materiais para funcionamento dos serviços.

Manter os serviços de abordagem social, do Centro PoP, e das demais instâncias de atendimento social ao morador em situação de rua (Abrigo e Casa Lar Morada I e II).

Elaboração de material informativo sobre os serviços socioassistenciais destinados ao atendimento aos moradores em situação de rua.

Fomentar pesquisas correlacionadas a Política de atendimento de atendimento a população em situação de rua no município, assim como as relacionadas com a temática.

Realizar mapeamento da população em situação de rua georreferenciando os mesmos no município através da abordagem social e de busca ativa.

Ações do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade

Estratégias metodológicas

Coordenação e acompanhamento do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade

Articular encontros, reuniões de trabalho, estabelecer ajustes entre as ações do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade e o CREAS conforme ordenamento político institucional instituído pela Política Nacional de Assistência Social.

Operacionalização conjunta entre os profissionais do CREAS/PAEFI e do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade com finalidade de elaboração do PIA (Plano Individual de Acompanhamento) contendo objetivos e metas a serem alcançadas durante o cumprimento da medida socioeducativa com participação do adolescente e de sua família.

Elaboração do plano de trabalho e do plano monitoramento e avaliação com participação do CREAS/PAEFI.

Alta complexidade:

Serviço de Proteção em Situações de Calamidade e Emergências

Estratégias metodológicas

Participação na organização do Plano Municipal de Contingências

Criar grupo de trabalho para realizar a regulamentação e divulgar normas para a prestação dos serviços de acordo com o plano de contingência.

Articulação com a rede socioassistencial e intersetorial para garantia de acolhimento imediato em casos de calamidade pública;

Provisão de materiais e gêneros alimentícios juntamente com a defesa civil, com finalidade de manter alojamentos conforme demanda e quando necessário.

Acolhimento, escuta qualificada aos usuários da Assistência Social que se encontra em situação de calamidade pública.

Elaboração de documentos necessários (estudo social, levantamento sócio econômico) das famílias em situação de calamidade pública.

Acolhimento institucional destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados

Estratégias metodológicas

Qualificação da metodologia de trabalho desenvolvida nos serviços de acolhimento institucional.

Organização de Grupo de Trabalho com vista à elaboração de plano de reordenamento dos serviços de acolhimento institucional para idosos, crianças e adolescentes e pessoas adultas conforme dispositivos institucionais, jurídicos instituídos pela Política Municipal de Assistência Social.

Elaboração de Plano de Educação Permanente para os Serviços de Acolhimento institucional formatado conforme especificidade dos serviços e de acordo com o processo de trabalho e em conformidade com a Política Nacional de Educação Permanente.

Manutenção dos serviços de acolhimento institucional da administração direta (Casa de Passagem Mirim e Casas Lares I e II) e continuação dos convênios / subvenção com entidades para desenvolvimento de serviços socioassistenciais em nível de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Elaboração de plano de trabalho contendo ações de acolhida, escuta, articulação com serviços da rede socioassistencial e intersetorial, desenvolvimento de atividades relacionadas ao fortalecimento do convívio familiar, elaboração do plano individual e ou familiar de atendimento em conjunto com CREAS/PAEFI CRAS/ PAIF encaminhamentos para a rede de serviços, realização de atividades de convívio social e comunitário.

Formação de grupo de trabalho para elaboração de protocolos e organização de banco de dados e informações correlacionadas ao atendimento dos usuários e sobre os serviços prestados.

Manutenção das informações dos serviços através de elaboração de relatórios semestrais.

Orientação /Adequação das estruturas físicas dos serviços com acessibilidade e ambiente acolhedor.

Instituir o Serviço de Acolhimento em República para jovens após o desligamento dos serviços de acolhimento institucional.

Estratégias metodológicas

Implantação do Serviço de Casa República

Elaboração de projeto de implantação do equipamento destinado ao acolhimento prioritário de jovens entre 18 a 21 anos após desligamento de serviços de acolhimento para criança / adolescente ou em outra situação que demande o serviço de Casa Republica.

Provisão de manutenção do serviço com recursos materiais, infraestrutura física e de equipamentos, e quadro de profissionais em conformidade com os recursos humanos necessários.

Elaboração de plano de trabalho contendo ações de acolhida, escuta, articulação com serviços da rede socioassistencial e intersetorial, desenvolvimento de atividades relacionadas ao fortalecimento do convívio familiar, elaboração do plano individual e ou familiar de atendimento em conjunto com CREAS/PAEFI CRAS/ PAIF encaminhamentos para a rede de serviços, realização de atividades de convívio social e comunitário.

Formação de grupo de trabalho para elaboração de protocolos e organização de banco de dados e informações correlacionadas ao atendimento dos usuários e sobre os serviços prestados.

Manutenção das informações dos serviços através de elaboração de relatórios semestrais.

Orientação /Adequação das estruturas físicas dos serviços com acessibilidade e ambiente acolhedor.

Serviço de Atendimento a Pessoa Idosa (Centro Dia)

Estratégias metodológicas

Implantação do Serviço de Atendimento para Pessoa Idosa / Centro Dia

Elaboração de projeto de implantação do equipamento destinado ao atendimento à Pessoa Idosa

Aquisição de recursos tecnológicos, materiais e humanos para implantação do projeto / Centro Dia.

Estabelecimento de parcerias para com demais políticas públicas voltadas ao atendimento da pessoa idosa.

Inclusão da Pessoa idosa no serviço conforme critérios descritos no projeto.

Elaboração de projeto técnico operativo voltado para relação do cuidado e da proteção social aos idosos em situação de vulnerabilidade social.

Serviço família acolhedora e apadrinhamento afetivo

Estratégias metodológicas	
<p>Elaboração de propostas de implantação e ou implementação de ações protetivas e de desinstitucionalização de crianças e adolescentes</p>	<p>Acompanhamento e ou gerenciamento em parceria com as instituições do Sistema de Garantia de Direitos de ações correlacionadas a:</p> <ul style="list-style-type: none">. Identificação da família extensa / ampliada para reversão do processo de institucionalização pela via da reintegração familiar.. Sistematização de acompanhamento às crianças / adolescentes e suas famílias em processo de reintegração sócio familiar, conforme PIA. <p>Articulação de fóruns e encontros, reuniões deliberativas entre os Gestores da Política da Assistência Social e instituições do Sistema de Garantia de Direito para implantação, implementação e gerenciamento de projetos:</p> <ul style="list-style-type: none">. Família acolhedora (implantação do projeto). Apadrinhamento afetivo (implementação e cogerenciamento entre gestores e instituições do Sistema de Garantia de Direitos).

10. FINANCIAMENTO.

Previsão Orçamentária.

As ações contempladas na previsão orçamentária estão em consonância com o Plano Plurianual de Aplicação (PPA) 2014-2017 e as ações descritas nesse plano encontram-se incluídos nestas previsões.

Ação Proteção Social Básica	Público	Previsão Orçamentária R\$				Total	Fontes	Ação Orçamentária
		2014	2015	2016	2017			
Desenvolver serviços continuados da Proteção Social Básica	Famílias e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social	3.078.000,00	3.088.000,00	3.240.000,00	3.306.000,00	12.716.680,00	Federal e/ou Estadual e/ou Municipal	2.135
Construir, implantar e manter CRAS	Famílias e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social	750.000,00	756.000,00	963.000,00	970.000,00	3.439.000,00	Federal e/ou Estadual e/ou Municipal	2.133
Implantar e manter os Centros de Convivência para idosos	Pessoas Idosas	220.000,00	162.000,00	175.000,00	189.000,00	726.000,00	Federal e/ou Estadual e/ou Municipal	2.126
Desenvolver ações de Segurança Alimentar e Nutricional	Famílias e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade social	1.270.000,00	1.337.000,00	1.452.000,00	1.527.000,00	5.586.000,00	Federal e/ou Estadual e/ou Municipal	2.127
Desenvolver ações de gestão e atendimento a benefícios eventuais e assistenciais	Famílias e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade social	630.000,00	666.000,00	705.000,00	746.000,00	2.747.000,00	Federal e/ou Estadual e/ou Municipal	2.128
Construir, implantar e manter o Centro de Referência para Pessoas com Deficiência	Pessoas com Deficiência	-	80.000,00	136.000,00	143.000,00	359.000,00	Municipal e/ou Estadual	2.129

Apoiar técnica e financiamento a rede socioassistencial das entidades conveniadas no município	Usuários da Assistência Social que demandam serviço de proteção social básica	7.923.000,00	8.318.120,00	8.898.000,00	9.421.000,00	34.560.120,00	Municipal e/ou Estadual e/ou doação	2.130
--	---	--------------	--------------	--------------	--------------	---------------	-------------------------------------	-------

Ação Proteção Social Especial	Público	Previsão Orçamentária R\$				Total	Fontes	Ação Orçamentária
		2014	2015	2016	2017			
Desenvolver serviços continuados da Proteção Social Especial de média complexidade	Famílias e indivíduos com direitos violados	1.934.000,00	2.061.000,00	2.162.000,00	2.336.000,00	8.493.000,00	Federal e/ou Estadual e/ou Municipal	2.131
Desenvolver serviços continuados de Proteção Social especial de alta complexidade	Famílias e indivíduos com direitos violados	726.000,00	753.000,00	792.000,00	902.000,00	3.173.000,00	Federal e/ou Estadual e/ou Municipal	2.132
Construir, implantar e manter os CREAS	Famílias e indivíduos com direitos violados	200.000,00	206.000,00	213.000,00	320.000,00	939.000,00	Federal e/ou Estadual e/ou Municipal	2.133
Construir, implantar e manter o Centro Dia para Pessoas Idosas	Famílias e indivíduos com direitos violados	140.000,00	150.000,00	206.000,00	213.000,00	709.000,00	Federal e/ou Estadual e/ou Municipal	2.134

Apoiar técnica e financeiramente a rede socioassistencial das entidades conveniadas no município	Usuários da Assistência social que demandam serviços de Proteção Social Especial	7.602.000,00	7.922.000,00	8.139.100,00	8.589.600,00	32.252.700,00	Federal e/ou Estadual e/ou Municipal	2.135
--	--	--------------	--------------	--------------	--------------	---------------	--------------------------------------	-------

Ação Gestão	Público	Previsão Orçamentária R\$				Total	Fontes	Ação Orçamentária
		2014	2015	2016	2017			
Desenvolver ações para gestão do IGDM e IGD SUAS	Usuários e trabalhadores do SUAS	1.352.000,00	R\$1.322.000,00	R\$1.500.000,00	1.600.000,00	R\$ 5.774,00	Federal e/ou Estadual	2.136
Implementar a Gestão do Trabalho no SUAS	Trabalhadores do SUAS	R\$10.000,00	R\$10.600,00	R\$11.300,00	R\$12.000,00	R\$ 43,90	Municipal	2.137
Fortalecer as atividades dos Conselhos		R\$260.000,00	R\$267.000,00	R\$285.000,00	R\$311.000,00	R\$ 1.123,00	Municipal e/ou Federal e/ou doação	2.138
Consolidar e implantar a vigilância socioassistencial		R\$10.000,00	R\$10.600,00	R\$11.300,00	R\$12.000,00	R\$ 43,90	Municipal	2.139

Estruturar e manter os Conselhos Tutelares		R\$85.000,00	R\$90.000,00	R\$96.000,00	R\$102.000,00	R\$ 37.300,00	Municipal	2.140
Realizar Casamento Comunitário	Usuários da Assistência Social	R\$10.000,00	-	R\$11.300,00	-	R\$ 21.300,00	Municipal	2.141

Custo total do Plano	
Ano	Valor
2014	R\$26.180.000,00
2015	R\$27.200.000,00
2016	R\$29.000.000,00
2017	R\$20.700.000,00
Total	R\$113.080.000,00

Fonte: PPA 2014-2017

11. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.

O sistema de monitoramento e avaliação visa o aprimoramento da gestão da Política de Assistência Social no município da Serra. Tem como enfoque a reorganização da Política de Assistência Social no município, a matricialidade sociofamiliar, a vulnerabilidade social, a violação dos direitos, o controle social, a qualificação dos serviços, a padronização das ações e estrutura da rede socioassistencial em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social. Sob esse ângulo o monitoramento e a avaliação do Plano de Assistência 2014/2017 assinalam dupla finalidade:

- . Para medir o impacto geral das ações assistenciais no período de 04 (quatro) anos subdividido em 04 (quatro) avaliações parciais realizadas anualmente no sentido de decidir o investimento das ações.
- . Para oferecer informações uteis a gestão sobre a implementação das ações do plano de assistência social com vistas melhoria dos serviços projetos e programas assistenciais.

A avaliação se caracteriza ao final como a difusão formalizada dos produtos de todas as fases do plano, entretanto, todas as interações produzem produtos trocados e compartilhados a todo o momento (monitoramento).

O intuito do monitoramento e avaliação é:

- . Conseguir identificar os produtos nas suas diversas etapas, sistematizar e compartilhar no grupo de trabalho atribuindo ao mesmo um caráter formativo e informacional.
- . Sistematizar as informações essenciais sobre a implementação do plano municipal de assistência social 2014/2017 para que gestores possam introduzir mudanças a fim de melhorá-lo durante o processo de execução.

Nesse sentido a avaliação de tem papel fundamental como ferramenta de sustentabilidade dos eixos norteadores do Plano organizados a partir de enfoque avaliativos com destaque para:

- . A reforma administrativa da SEMAS
- . A Normatização da Política de Assistência Social no município
- . O reordenamento dos serviços socioassistenciais
- . Infraestrutura arquitetônica dos CRAS, CREAS e dos serviços de abrigamentos institucionais sob-responsabilidade da administração direta.
- . A participação da sociedade civil / entidades

- . A construção do processo de trabalho coletivo e implementação da gestão do trabalho e Educação Permanente da equipe de trabalhadores sociais da Assistência Social.
- . A institucionalização da vigilância socioassistencial.
- . A ampliação da cobertura serviços socioassistenciais em conformidade com a Tipificação da Assistência Social.

Sendo um processo não linear o monitoramento e a avaliação permite um movimento de questionamentos e descobertas e concomitantemente a realização de mudanças no decorrer do processo de implementação das ações. Nesse sentido a avaliação está voltada para os objetivos e metas do plano perfazendo 04 (quatro ciclos avaliativos / avaliação anual).

Como metodologia utilizaremos a pesquisa qualitativa com base em estudo comparativo e análise dos resultados. O processo de monitoramento e avaliação do plano será acompanhado por grupo de trabalho composto pelas gerências da SEMAS, pelos representantes do fundos municipais (FMAS FMIA), pelo controle social e representação de trabalhadores sociais. Os instrumentos avaliativos serão desenvolvidos a partir do levantamento de informações por meio de observações, entrevistas, estudos comparativos e análise dos serviços programas e projetos assistenciais relatórios quantitativos e qualitativos. Após a efetivação do levantamento das informações realizar-se-á análise preliminar dos dados que deverão ser conduzidos para conhecimento dos gestores da Assistência Social e pelo Conselho Municipal de Assistência Social anualmente através de relatórios de Gestão.

11.1. PLANEJAMENTO DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO:

As principais estratégias do monitoramento e avaliação incluirão:

11.1.1. Definição do Enfoque Avaliativo

11.1.2. Metodologia

- . Identificação dos indicadores e métodos;
- . Definição das perguntas avaliativas;
- . Definição dos instrumentos e coletas de informações;
- . Interpretação e comunicação dos resultados da avaliação;
- . Recopilação das informações para avaliação;
- . Elaboração de Relatórios anuais e Documento final.

11.1.3. Formação de um grupo de trabalho para avaliação do Plano de Assistência Social composto por atores da política de assistência social - gestores, técnicos, conselheiros e usuários e organizado em comissões mistas distribuídas pelos eixos norteadores.

11.1.4. Organização dos recursos para o monitoramento e avaliação: humanos, financeiros e institucionais.

11.2. Definição do Enfoque avaliativo:

A implementação do monitoramento e avaliação demanda alguns procedimentos que permitirão caminhar com fluxo contínuo de alimentação de dados. Assim estruturação do monitoramento e avaliação das ações deverá ter como ponto de partida a correlação entre os indicadores e os resultados previstos. Sua efetiva realização se baseará em estudos comparativos (ante e depois) subdivididos em categorias / enfoques avaliativos:

- . Reordenamento institucional e jurídico dos órgãos gestores da Assistência Social e dos serviços socioassistenciais.
- . Processos/Atividades: valores relativos às etapas/relações que fazem parte da implantação do Serviço e/ou Programa
- . Produtos/Resultados relativos à operacionalização dos provimentos de benefícios assistenciais. Valores relativos ao alcance de metas do Serviço e/ou Programa, englobando: a avaliação de desempenho que se refere aos produtos daquele Serviço, tais como definidos em suas metas; a avaliação de impacto que busca conhecer as mudanças na situação dos beneficiários a partir das ações daquele Serviço e/ou Programa; além da avaliação de efeitos que visa averiguar outros resultados do plano, sociais ou institucionais, esperados ou não, que acabam se produzindo em decorrência das ações desenvolvidas pelo Serviço e/ou Programa.
- . Estrutura/Insumos: valores relativos à execução físico-financeira e à infraestrutura (recursos humanos, materiais, físicos e financeiros);

11.3. Reordenamento institucional e jurídico dos órgãos gestores da Assistência Social e dos serviços socioassistenciais.

A crise dos paradigmas e as lutas reivindicatórias dos movimentos sociais na década de 70-80 trouxeram para o campo do debate o processo da Reforma Constitucional e com ela a introdução de novas modalidades no campo da Política da Assistência Social.

Com estruturação do modelo de Gestão da Política de Assistência Social e dos serviços assistenciais, surge no cenário teórico-político nova configuração de atendimento assistencial com um importante destaque para:

- . Visão sistêmica (sistema único)
- . Para a presença da sociedade civil no processo de formulação e execução de políticas públicas voltadas à população em situação de vulnerabilidade social.

A Assistência Social como política pública passa a exercer o papel de materialização dos direitos socioassistenciais garantidos em lei permitindo o alcance da cidadania e a superação das desigualdades sociais. Assim operacionalização da política demanda novos dispositivos institucionais organizados em redes situados nos territórios como caminho indispensável à superação da fragmentação da política de assistência social. As práticas assistencialistas e estigmatizadoras que prevaleceram por décadas vêm sendo superadas por ações articuladas e intersetoriais em um contexto sistêmico que se justapõe ao modelo fragmentado da gestão social.

A Política de Assistência Social no Município de Serra apresentou sua trajetória pautada nos caminhos percorridos conforme as conjunturas nacionais. A maior parte das ações executadas na área da Assistência Social era feita pelas organizações filantrópicas com caráter pontual pautadas em atendimentos emergenciais como provimento de cestas básicas, creches municipais e outras ações assistencialistas com objetivo de enfrentar as questões emergenciais e esporádicas. Essas ações eram desenvolvidas sob gerência da primeira dama que ocupava a função na então Secretaria de Ação Social.

Na década de 1990 foi demarcada pela aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e com ela a expansão da Assistência Social demandando do poder público o ordenamento dos serviços prestados, dando destaque à municipalização da política públicas ocorridas no âmbito federal.

Neste contexto foram implementados no município da Serra novos programas e com eles a incorporação da sociedade civil enquanto parceira, o que conduziu o crescimento das chamadas parcerias público – privadas. As parcerias tinham como proposta o repasse de financiamento para as entidades no sentido das mesmas desenvolverem ações assistenciais no campo da criança e adolescente. Nota-se que o Município transferiu parte de sua responsabilidade para o chamado “terceiro setor”, porém, não se esclareceu como que a concretização da transferência do campo da filantropia se daria para o campo dos direitos, levando em consideração que os dispositivos institucionais, “terceiro setor” se pautava, em geral, nos valores de solidariedade local, da autoajuda e da ajuda mútua.

“Os avanços com relação à implantação dos programas e serviços no município ficaram mais visíveis a partir de 1997 com a implantação das Jornadas Ampliadas e Abrigos Provisórios para Criança e Adolescentes em situação de risco social e pessoal, residentes no município da Serra”. (SERRA, pg 25 escritos de patricia).

O processo de abertura do Estado para a sociedade juntamente com a instituição de Conselho Municipal da Criança e Adolescente e Conselhos Tutelares e mais especificamente a organização do Conselho Municipal de Assistência Social (COMASSE – Lei 8069/1995) trouxeram reflexos contundentes no âmbito da gestão da política de Assistência Social. Nesse cenário há alteração da estrutura organizacional na Secretaria com a criação do Departamento da Criança de Adolescente (DACA) e reordenamento das ações correlacionadas as Creches Municipais e do Trabalho que passam a incorporar as secretarias de Educação e ao SINE municipal respectivamente. Apesar da implantação do SINE as ações relacionadas à inserção do adolescente ao mercado de trabalho permaneceram na Secretaria integradas ao PROCAP.

As ações emergenciais como concessão de cestas básicas, oferta de serviços às pessoas idosas favorecendo a convivência familiar já preconizada pela Política de Assistência Social e da Pessoa Idosa eram integradas ao Departamento de Assistência Social (DAS).

Inclui também nesse período a implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, em consonância com diretrizes nacionais.

Em 2001 em um processo de reestruturação administrativa a atual Secretaria passou a denominar Secretaria de Promoção Social. Concomitantemente foram realizadas reformulações como a garantia de recursos orçamentários, acréscimo do quadro de funcionários, a ampliação de seu escopo de ação com implementação de novos programas em respostas às demandas sociais locais como ampliação de ações para criança adolescente, a instituição da abordagem de rua e de Abrigos para as pessoas em situação de rua.

Apesar dos avanços em termos da amplitude do atendimento as demandas sociais os programas e projetos refletiam a lógica da fragmentação departamentalizada em segmentos populacionais de crianças adolescentes, pessoas adultas, idosos, pessoas em situação de rua, trabalho dentre outras.

Com a formulação da Política Nacional de Assistência Social em 2004 o município de Serra dá início à condução de novas modalidades da assistência centrada na proteção social e no atendimento às famílias em bases territoriais. Passa a existir, no cenário teórico-político, outra forma de fazer política, organizada em dois níveis de proteção, a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, ambas com centradas na matricialidade sociofamiliar, na garantia dos direitos sociais organizadas a partir da dimensão territorial.

A recondução das novas modalidades da assistência vem implicar na reorganização e reordenamento dos serviços nas dimensões institucionais, jurídicas, sociais e culturais. Nesse sentido as práticas apontam para o estabelecimento de novas relações em contextos conjunturais justapostos por práticas diferenciadas por concepções e contradições entre a velha e a nova assistência, incluindo na dinâmica a participação da sociedade civil.

No plano social e em anuência com a Norma Operacional Básica da Assistência Social (2005) o município da Serra habilitou – se na Gestão Plena e com ela a exigência de implantação de Centro de Referência em Assistência Social e de Centros Referência Especializada em Assistência Social para além de outras modalidades de serviços.

Neste contexto o município foi dividido em 13 (treze) territórios com implantação de 09 (nove) CRAS no período de 2005 a 2010. Apesar da implantação dos dispositivos territoriais o reordenamento institucional jurídico e cultural ainda dava lugar ora a prevalência de práticas fragmentadas e assistencialistas ora dentro da concepção do direito social.

A polêmica acerca das definições e funções dos dispositivos institucionais da assistência social desafiou os atores sociais na superação da concepção assistencial da ajuda / fragmentação e o da relação de garantia de direito e do protagonismo do sujeito.

Frente a esse desafio e no cerne principal da contradição o Ministério de Desenvolvimento Social a partir de 2010 juntamente com os Conselhos de Assistência Social nas esferas municipais, estaduais e federais vem remodelando a Política de Assistência Social com base nas decisões de fóruns colegiados e conferências na efetivação do monitoramento e avaliação da PNAS em esfera federal. No bojo das transformações da política o CNAS e o MDS editam entre 2010 a alteração da Lei Orgânica da Assistência Social e com ela a reelaboração da NOB SUAS (resolução nº 33/2012 CNAS) a instituição da Política Nacional de Educação Permanente como prerrogativa essencial para a consolidação da PNAS (resolução Nº 04/2013) dentre varias regulações, normativas e orientações técnicas dos serviços, programas e projetos elencados pela Assistência Social. Dentre as normativas destacamos a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais com realce para organização do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) para a Matriz de identidades dos serviços e para articulações em rede socioassistencial. A NOB – SUAS de 2012, vem acrescida da inclusão dentro dos objetivos da Assistência Social a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa dos direitos e dispõe sobre CRAS e CREAS como Unidade de Referência e institui o PAIF, PAEFI, PETI e o FMAS como ações essenciais e efetivas da Política de Assistência Social (BRASIL, 2012).

A organização da política de Assistência Social prevê um sistema descentralizado, com o comando único das ações e a participação da sociedade civil. A consolidação dessa política descentralizada e participativa depende em grande parte da organização e participação da sociedade civil por um lado e por outro, exige empenho dos gestores da política de assistência especialmente nos pontos relativos à superação de programas e projetos focalistas clientelistas, sobretudo na esfera municipal.

Assim as unidades gestoras da Assistência Social devem estar adequadas ao reordenamento institucional nas três esferas de governo, executando e gerenciando essa política.

Com relação às competências da unidade gestora no nível municipal pode se afirmar que é no município que as ações socioassistenciais ganham maior visibilidade constituindo o princípio da relação de articulação entre governo e sociedade civil. Dentro da organização de um sistema único é o órgão gestor municipal que assume o papel reorganizador da assistência com base nos referenciais normativos e organizativos da política de assistência social.

Sob esta ótica, o campo de ação da política de assistência social no município se organiza em dois níveis de proteção social subdividida em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade apresentando em seu contexto funções de proteção social de vigilância socioassistencial e a defesa de direitos com vistas à proteção a vida, a redução de danos, a prevenção de incidência de risco social (BRASIL, 2012).

No momento atual em que os gestores municipais da assistência encontram – se mediante da necessidade de ajustarem as estruturas em conformidade com a PNAS destaca-se a importância **de implementar a gerência de Proteção Social Básica, de Proteção Social Especial e a de Gestão na estrutura do órgão gestor** . A Gerência de Gestão apresenta com objetivo o planejamento a vigilância e a gestão do trabalho no âmbito da assistência social no município. Frente aos desafios a Secretaria Municipal de Promoção Social reorganizou e reestruturou internamente algumas frentes de trabalho em conformidade com as exigências legais e das normativas. No contexto da Gestão a estrutura organizacional constituiu - se informalmente em:

- . Gerências de Proteção Social Básica;
- . Gerencia de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade,
- . Gerência de Gestão,
- . Gerência de Apoio Administrativo
- . Fundos Municipais da Assistência Social (FMAS) e da Criança de Adolescente FMIA).

Atualmente a Política agencia a **normatização e formalização da estrutura organizacional** / para a efetividade da gestão da Assistência Social, pois é a partir dela, da estrutura, que se definem as atividades funções, gestores e profissionais necessários ao processo de trabalho no contexto da assistência social. Para além possibilita definir os limites, transmite sentido de identidade e de pertencimento aos setores, facilita comprometimento pessoal com ações mais amplas em detrimento dos interesses pessoais como também estimula a estabilidade e a consolidação da política de Assistência Social no Município.

Outra meta elencada no Plano 2014/2017, ainda relacionada à normatização da Política traz à baila a **elaboração da Lei que institucionaliza a Política de Assistência Social no município**. A institucionalização da Assistência Social enquanto política pública mostra-se de grande importância uma vez que vem consolidar o modelo de proteção social proposto pela Constituição Federal e dispor da organização do Sistema Único de Assistência Social no Município da Serra materializando por força de lei a proposta da gestão da política na perspectiva de um Sistema Único, como forma de romper com as ações focalizadas, fragmentadas e emergenciais que marcaram esta política dentro do município.

No contexto externo os dilemas da reorganização dos serviços estão postos dentro de dois contextos:

- . Capacidade da gestão da assistência social na execução direta dos serviços territorializados. A execução dos serviços depende da capacidade instalada em âmbito municipal seja referente a recursos humanos capacitado, financeiros e institucionais.

. Capacidade do órgão gestor em interagir e gestar os serviços socioassistenciais realizados em parceria com entidades que requerem a desconstrução metodológica do processo de trabalho estruturada e fundamentada anteriormente ao sistema SUAS, ou seja, a concretização da transferência do campo da filantropia se dará para o campo dos direitos sociais e da cidadania.

A constituição do modelo de gestão baseado nos princípios e diretrizes do SUAS imprime a garantia do desenvolvimento de ações com qualidade e compromisso com população usuária e ao mesmo tempo permite agenciar avaliações cotidianamente sobre os trabalhos executados de forma compartilhada. O Ministério de Desenvolvimento Social enquanto órgão gestor da política em âmbito federal dispõem de instrumentos, normativas e orientações técnicas voltadas a organização dos serviços projetos e programas efetivados pelos agentes socioassistenciais dentre eles as entidades parceiras. É pelo monitoramento e avaliação que é possível identificar as questões organizacionais e seus impactos diretos e significativos nas ações desenvolvidas incluindo as previstas e as não previstas nas diretrizes da Política de Assistência Social.

A organização ou a capacidade auto regulação dos serviços assistenciais no contexto social, é considerada essencial na dinâmica, no fortalecimento e na concretização da Política de Assistência Social no município. No bojo das transformações que perpassa a Política de Assistência Social no município observa-se um processo de agudização das antigas expressões e práticas da assistência e o aparecimento de novas trazendo para os gestores desafios complexos conforme a plasticidade e a flexibilidade das mudanças institucionais.

O reconhecimento e o gerenciamento dessas mudanças estão desafiando gestores e profissionais a compor uma diversidade de intervenções no campo da assistência e no plano de reordenamento institucional com base nos aspectos espaciais, territoriais e contextuais e na articulação dos dispositivos sociais e comunitários.

Vale ressaltar algumas diretrizes gerais considerados prioritários no processo de reordenamento institucional no campo da Política de Assistência Social:

- . Superação de ações pontuais em detrimento a serviços, benefícios, programas, projetos contínuos e sistemáticos.
- . Romper com ações focalizadas, fragmentadas e emergenciais que marcaram a política dentro de uma perspectiva histórica.
- . Primazia da responsabilidade do município na gestão da Política Municipal de Assistência Social;
- . Adesão e organização dos serviços com base nas matrizes da Tipificação dos Serviços Socioassistenciais.
- . Organizacão, consistência, compromisso de articulação e qualidade dos serviços socioassistenciais.
- . Participação dos usuários na dinâmica dos serviços.
- . Fortalecimento do Controle Social através de fóruns ampliados.
- . Realização de diagnósticos Territoriais.
- . Localização, abrangência territorial e público definido.
- . Ser capaz de agregar um conjunto de recursos e atenções que produzem provisões e aquisições as quais guardam entre si uma relação de complementariedade face às finalidades das funções de proteção social básica e especial de defesa dos direitos e vigilância socioassistencial.
- . Serviços e provisões organizados a partir de normas técnicas, padrões, metodologias e protocolos referenciados pelo Sistema Único de Assistência Social.
- . Definições de Conteúdos conceituais que direcione as práticas profissionais e politicas.
- . Articulação e interface com outras politicas setoriais e de defesa de direitos.

- . Estabelecimento de fluxo de referência na identificação das responsabilidades na prestação de serviços que respondem a demanda
- . Estabelecimento de contra – referência relacionando os encaminhamentos necessários e estabelecendo as informações de retorno que permitirão o acompanhamento e o monitoramento do atendimento ofertado e dos resultados alcançados.
- . Interdisciplinaridade nos procedimentos técnicos e modos operativos.
- . Participação da rede socioassistencial no aprimoramento da Política Municipal de Assistência Social, visando subsidiar o órgão gestor para o planejamento e tomada de decisões no processo de melhoria da qualidade dos serviços prestados a população, contribuindo para o aumento da responsabilização, eficiência, eficácia e efetividade das Políticas Sociais, bem como para o exercício do controle social;
- . Socialização do conhecimento e informações quantitativas e qualitativas com os gestores, conselheiros, trabalhadores, entidades e usuários;
- . Padronização da qualidade dos serviços, categorias e indicadores de monitoramento e avaliação dos serviços socioassistenciais por nível de proteção básica e especial;
- . Pactuação de resultados com a rede socioassistencial governamental e não governamental, com base em indicadores sociais comuns, previamente estabelecidos, para serviços de proteção social básica e especial;
- . Avanço na unificação dos serviços socioassistenciais com articulação em rede e estruturação de processo de referenciamento e contra – referenciamento;
- . Adequação do número de profissionais as demandas por serviços socioassistenciais do município.
- . Adequação do processo de trabalho conforme as orientações técnicas e normativas em conformidade com a realidade territorial

- . Redefinição de responsabilidades, atribuições, procedimentos e fluxos por meio da construção de Protocolos.
- . Contratação por via de concurso público de trabalhadores para compor a rede SUAS, na esfera da administração direta.
- . Constituição de uma nova cultura institucional que consolide a descentralização e a democratização das esferas de gestão.

Neste sentido, o Plano de Assistência Social tem como produto o reordenamento e a auto regulação dos serviços da administração direta indireta sendo essa última representada pelas entidades parceiras apresentando como embasamento as discussões sobre a gestão do SUAS, as dificuldades e os limites encontrados pelo órgão gestor e pelos conselhos ao cumprirem seus papéis de normatizar, disciplinar, fiscalizar, gerar e acompanhar os serviços de assistência social.

O município da Serra na condição de Gestão Plena conduz todos os níveis de proteção. É importante destacar que são reconhecidos os avanços da política de assistência social no município, porém alguns elementos organizacionais ainda apontam para o processo de reordenamento do SUAS o que exige:

- . **Ampliação de recursos para cofinanciamento** dos benefícios, serviços, programas e projetos;
- . **Aprofundamento da intersectorialidade** da Assistência Social com as demais políticas;
- . **Implantação de vigilância socioassistencial**, sistemas de informação, monitoramento e avaliação da Política de Assistência Social.
- . Investimento na **capacitação dos gestores e dos trabalhadores do SUAS**, na direção da educação permanente.
- . Ajustes e **reordenamento dos serviços executados em parceria com a sociedade civil /** Entidades socioassistenciais.
- . Estudo **para reorganização dos territórios** da Assistência Social.

Ao estabelecer parcerias com Entidades a Gestão da Assistência transferiu sua responsabilidade para a chamada sociedade civil organizada cofinanciando projetos serviços e programas, porém não foi esclarecido como a concretização da transferência do campo da filantropia se daria para o campo dos direitos sociais e como seria a correlação entre a gestão da política, a articulação em rede com o poder público. Neste sentido, o **acompanhamento do Estado e da sociedade sobre as ações das instituições** representadas pela sociedade civil também deve ser ponto a ser considerado no plano de ação de 2014/2017.

Ainda no eixo operacionalização dos serviços deparamos com as chamadas proteções afiançadas na base do atendimento nas unidades públicas (CRAS CREAS) nos serviços territoriais inscritos no âmbito da Convivência e Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários, nos projetos de transferência de renda, nos serviços de atendimento as famílias e ou pessoas com direitos violados, nos serviços de acolhimento institucional e aqueles destinados ao atendimento à pessoa idosa e deficiente com ampliação para a rede da família, os quais devem ser **reordenados e ou implantados**.

Trazer um ordenamento para a Política de Assistência Social, de forma organizada e padronizada, garantindo que os serviços socioassistenciais sejam executados com seriedade e responsabilidade constitui o desafio primordial para a gestão da Assistência no município da Serra.

Trata-se de um desafio a ser enfrentado coletivamente, considerando-se o desencadeamento de processos institucionais que exigirão apropriação e incorporação das novas nomenclaturas e modos de operar o SUAS, por todos os envolvidos sejam eles gestores, profissionais, conselheiros, entidades; estruturação e implantação dos serviços de proteção social básica e especial.

11.3.1. Produtos/Resultados relativos à operacionalização dos provimentos de benefícios assistenciais.

O SUAS no município da Serra é coordenado pela Secretaria Municipal de Ação Social (SEMAS) que organiza e gesta os serviços socioassistenciais de forma territorializada, participativa contando com parcerias de entidades sociais e sob a anuência do Conselho Municipal de Assistência Social.

Nesse sentido o município empreende o desafio de reorganizar a política nos âmbitos da gestão e no campo da operacionalização dos provimentos de benefícios assistenciais.

Como política de Proteção Social a Assistência Social se fundamenta nos princípios da Equidade Social, incluindo o desenvolvimento das potencialidades com possibilidades de superação das situações de vulnerabilidade e risco social das populações usuária da Assistência Social, no sentido de garantir os recursos necessários para afiançar a segurança social. Assim a concepção da assistência social amplia as atuações para além do mero repasse de benefícios para atuar como potencializadora das capacidades individuais e coletivas, através da provisão de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Como descrevemos anteriormente, o modelo de gestão adotado pela Serra para a composição da rede socioassistencial prevê a participação direta na administração dos serviços essenciais e de referência (CRAS / CREAS) e a conjugação de esforços com as entidades de assistência social na execução das ações especialmente de alta complexidade (acolhimentos), alguns serviços de Média Complexidade e dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos situados na Proteção Social Básica. Dando continuidade às ações implementadas até o ano em curso o Plano de Assistência Social 2014 / 2017 prevê:

- . Ampliação do atendimento a famílias referenciadas
- . Manutenção e ampliação dos serviços de proteção social especial de Média complexidade conforme demanda expressa no município.
- . Manutenção dos serviços de proteção social especial de alta complexidade e ampliação conforme estudos da viabilidade e necessidade proeminente.

. Manutenção do Cad Único como instrumentos que afere as Condições de Vulnerabilidade e Risco Sociais e os Serviços de Transferência de Renda.

As ações assistenciais estão destinadas à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, entre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, entre outras).

O Cadastro Único é reconhecido como ferramenta basilar para a identificação, caracterização e seleção de públicos-alvo para políticas destinadas à população de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, seu controle, sua atualização e sua efetiva utilização é tarefa significativa sob a ótica da capacidade municipal de planejamento e de focalização de políticas na seara da assistência social. Para maior efetividade faz-se necessário ampliar e implementar a gestão do Cad Único no município de Serra.

11.3.2. Processos/Atividades: valores relativos às etapas/relações que fazem parte da implantação do Serviço e/ou Programa socioassistenciais

O Município da Serra apesar de se encontrar na condição de gestão plena precisa de avançar mais na direção da consolidação da política apresentando para tal a superação de alguns desafios:

- . Implantação de Serviços tipificados na Política de Assistência Social correlacionados ao atendimento ao idoso e deficiente e sua família no âmbito domiciliar
- . Implantação de um Centro de Referência para Deficiente
- . Ampliação do CRAS em territórios descobertos
- . Adequação da Estrutura física dos CRAS / CREAS

- . Implantação de CRAS CAI
- . Implantação de dispositivos / unidades de Segurança Alimentar
- . Construção de 02 (dois) CREAS

11.3.3. Estrutura/Insumos: valores relativos à execução físico-financeira e à infraestrutura (recursos materiais, físicos e financeiros);

11.3.3.1. Infraestrutura Física dos equipamentos:

A infraestrutura física disponibilizada para as atividades de planejamento e gestão em assistência social tem sua relevância elementar como condicionante na qualidade e escala das atividades de gestão desempenhadas reconhecida em diversas instruções normativas e cadernos de orientações técnicas, incluindo a seara específica da assistência social.

Atualmente o município da Serra dispõe de 09 (nove) Centro de Referência para atender 13 (treze) territórios socioassistenciais e 02 (dois) CREAS para atender o município. Dos 09 CRAS apenas 02 (dois) possuem infraestrutura física adequada. Os demais funcionam em estruturas alugadas com previsão para construção de mais 02 (dois) equipamentos de CRAS.

Conforme as referências em relação à tipologia e aos aspectos ambientais dos CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) “a frequente instalação dessas unidades em imóveis de origem residencial tem levado à associação desse equipamento com aquela tipologia arquitetônica. A construção de novos CRAS deve superar a tendência ambígua entre a função pública ou privada para superação de constrangimento de acesso de usuários”.

“Além do caráter público e do padrão construtivo tecnicamente compatível os novos CRAS permitem ainda reforço à associação cultural entre o edifício e a comunidade referenciada com possibilidade de emprego de sistema construtivo e tecnologia local especialmente para os casos de populações tradicionais”.

A construção de novos CRAS, com estruturas físicas inteiramente adequadas, é uma meta nem sempre possível de ser alcançada, imediatamente, pelas prefeituras municipais. Nos estágios iniciais do processo de descentralização da assistência social e implantação de equipamentos de referência territorializados, no município da Serra a experiência mostrou ser inevitável, em função da exiguidade de recursos ou de prazos para a urgente cobertura da área a ser referenciada, a adoção de soluções não ideais, mas possíveis: a utilização da locação ou da cessão de imóveis para instalação do CRAS. Ou, ainda, a aquisição de imóveis com tipologia arquitetônica imprópria, em geral residencial, para esse fim. Considerando o supracitado o município implantou 08 (oito) CRAS em imóveis alugados planejando ao longo do tempo e com progressiva alocação de recursos solução mais adequada de lidar com a forma inicial de imóveis improvisado.

O plano municipal de assistência social para o período 2013/2017 tem como meta a continuidade da **adequação da atual estrutura arquitetônica de 07 (sete) CRAS por via da edificação de novos equipamentos** onde se desenvolvem serviços públicos de qualidade, constroem-se de direitos, resgata-se autonomia pessoal e social e ampliam-se capacidades, acredita-se que se está propugnando a consolidação de Centros de Referência de Assistência Social democráticos, abertos, qualificados e dignos, conforme as orientações para edificação de CRAS abaixo discriminada.

PROGRAMA MÍNIMO PARA O CRAS					
ESPAÇO	ATIVIDADE	CAPACIDADE	QUANTIDADE POR PORTE DE CRAS		
			CRAS 500	CRAS 750	CRAS 1000
Recepção	Transição espera acolhimento e atendimento inicial a famílias e indivíduos.	12m ²	01	01	01
Sala de Atendimento	Entrevista com famílias e indivíduos.	12m ²	01	01	02
Sala multiuso	Grupos socioassistenciais, oficinas de reflexão e convivência, palestras e reuniões.	35m ²	01	01	02
Sala de Coordenação	Atividades administrativas: registro de informações, produção de dados, arquivo de documentos, alimentação de sistemas de informação e reuniões técnicas.	20m ²	01	01	01
Copa	Preparo de lanches oferecidos aos usuários e para uso da equipe de referência do CRAS.	05 m ²	01	01	01
Conjunto de instalações Sanitárias	Sanitários para uso coletivo e sanitário para uso de pessoas com deficiência.	10m ²	01	01	01
Almoxarifado	Depósito de material destinado às atividades de reflexão e convivência.	05m ²	01	01	01

Para que o CREAS possa promover uma acolhida adequada e escuta qualificada aos usuários, o ambiente físico do deve ser acolhedor e assegurar espaços para a realização de atendimentos familiar, individual e em grupo, em condições de sigilo e privacidade. Para isso, recomenda-se que seja implantado em edificação que disponha dos espaços essenciais para o desenvolvimento das suas atividades, não devendo, portanto, ser implantado em local improvisado. Deve contar com condições que assegurem:

- . Atendimento em condições de privacidade e sigilo;
- . Adequada iluminação, ventilação, conservação, salubridade e limpeza;
- . Segurança dos profissionais e público atendido;
- . Acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos, gestantes e crianças, dentre outros;
- . Espaços reservados e de acesso restrito à equipe para guarda de prontuários ou de registros eletrônicos.
- . Informações disponíveis em local visível sobre: serviços ofertados, situações atendidas e horário de funcionamento da Unidade.

Espaços essenciais

Constituem espaços essenciais que todo CREAS deve dispor:

- . Entrada ou porta de acesso;
- . Espaço para recepção;
- . Salas específicas para uso da Coordenação, equipe técnica ou administração;
- . Salas de atendimento (individual, familiar e em grupo), em quantitativo condizente com o (s) serviço (s) ofertado (s) e a capacidade de atendimento da Unidade.
- . No mínimo 02 (dois) Banheiros coletivos, com adaptação para pessoas com mobilidade reduzida como, por exemplo, pessoas com deficiência e idosos;
- . Copa e/ou cozinha.
- . Almoxarifado ou similar, desde que os materiais do CREAS sejam guardados com reserva;
- . Espaço externo;

Além dos espaços essenciais, as Unidades CREAS poderão contar com outros espaços, dependendo das possibilidades e necessidades apresentadas (almoxarifado ou similar, espaço externo para atividade de convívio etc.).

Atualmente as Unidades do CREAS funcionam em unidades alugadas. O plano municipal de assistência social para o período 2013/2017 tem como **meta a edificação de 02 (dois) novos equipamentos** como parte essencial para atendimento de qualidade e dignidade.

Destacamos também **a reforma e ou a construção de espaços para o desenvolvimento de atividades de educação permanente** com auditório equipado e salas realização de reuniões oficinas e atividades grupais além de um espaço para recepção. Acrescentamos ainda a construção **de 01 (uma) Cozinha Comunitária 01 (um) restaurante popular e 01 (um) Centro de Referência para Pessoas Deficientes.**

11.3.3.2. Equipamentos e recursos materiais essenciais.

Para além do espaço físico, o desenvolvimento das ações da Assistência Social requer a disponibilização de equipamentos e recursos materiais essenciais que toda Unidade deve dispor e, ainda, equipamentos e materiais desejáveis que possam contribuir para qualificar as ações e assegurar a sua efetividade. No quadro abaixo se apresenta exemplos de equipamentos e recursos materiais que o órgão gestor deve disponibilizar a equipe de trabalho tanto em relação à gestão como em relação às Unidades Sócioassistenciais.

- . Mobiliário, computadores, telefone (s);
- . Acesso à internet;
- . Material de expediente e material para o desenvolvimento de atividades individuais e coletivas (pedagógicos, culturais, esportivos etc.);
- . Veículo para utilização pela equipe;
- . Arquivos, armários ou outros, para guarda de prontuários físicos, em condições de segurança e sigilo;
- . Impressora;
- . Bancos de dados necessários ao desenvolvimento das atividades do(s) Serviço(s).
- . Material multimídia, tais como: TV, equipamento de som, aparelho de DVD, máquina fotográfica, máquina copiadora, filmadora, DATASHOW etc;
- . Acervo bibliográfico;

Em relação aos equipamentos e recursos materiais, **destaca-se a necessidade de condições de conectividade** para que tenha mais agilidade nos processo de trabalho e maior integração e articulação com a rede, para implementação da gestão da informação na Secretaria. Para isso, se faz necessária linha telefônica e computador com acesso a internet.

Outro item relevante para o desempenho das atividades especialmente dos equipamentos socioassistenciais é o veículo para o desenvolvimento das atividades como realização de visitas domiciliares necessárias, acompanhamento às famílias e indivíduos em áreas afastadas no território, busca ativa, participação de reuniões e encontros com a rede e deslocamentos para realização do monitoramento e avaliação dentre outras atividades que demandam deslocamentos necessários.

11.3.3.3. Os aspectos materiais financeiros

Do ponto de vista dos custos da Secretaria de Assistência Social, levando em conta a necessidade de manutenção dos serviços em cursos destacamos:

- . Manutenção dos serviços atuais
- . Manutenção dos abrigos institucionais com aquisição de materiais de consumo (alimentos, vestuários, material de limpeza) equipamentos em geral (eletrodomésticos, móveis e equipamentos de escritório), despesas com serviços de terceiros dentre outros necessário ao funcionamento do serviço.
- . Em relação aos equipamentos de informática a manutenção da rede e a contratação de serviços de terceiros para estruturação e acompanhamento da base de dados e informações.
- . Contratação de profissionais especializados e ou empresas para desenvolvimento do processo de Educação Permanente
- . Manutenção das subvenções dos serviços prestados por entidades em parceria com a Prefeitura Municipal de Serra.
- . Controle social: O controle social é exercido pelo Conselho Municipal de Assistência Social, órgão colegiado, de composição paritária entre governo e sociedade civil cabendo aos órgãos gestores da política de assistência social fornecer apoio técnico e financeiro aos conselhos e às devidas conferências municipais.

Adequação arquitetônica e de instrumentos de trabalho / insumos do órgão gestor e das unidades territoriais com estrutura exclusiva tenderão a apresentar resultados superiores àqueles obtidos por entes que têm de dividir seus respectivos instrumentos de trabalho, como salas, computadores, telefones e outros.

11.3.3.4. Do Fundo Municipal de Assistência Social.

A Norma Operacional Básica (NOB/2012) do Sistema Único de Assistência Social (Suas), caracterizou-se pela ênfase na descentralização administrativa e, por conseguinte, na estruturação da gestão local, como condição necessária para a estruturação permanente de serviços nos níveis de proteção social básica e especial, executados com o auxílio complementar de transferências fundo a fundo da esfera federal para os municípios.

O Fundo Municipal de Assistência Social é um instrumento de captação e aplicação de recursos para o financiamento de ações na área de assistência social, tendo como base o Plano Plurianual de Assistência Social.

Os fundos de assistência social são instrumentos de gestão orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos quais devem ser alocadas as receitas e executadas as despesas relativas ao conjunto de ações, serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social.

Ele é criado por uma lei específica, de iniciativa do Prefeito Municipal, e faz parte da estrutura administrativa do Poder Executivo fazendo parte de uma unidade orçamentária que elabora o financiamento dentro dos limites estabelecidos nas legislações vigentes (LDO, LOA).

O financiamento dos programas, projetos, serviços, ações e benefícios da Assistência Social é realizado pelo município através de recursos alocados na própria Secretaria e no Fundo Municipal de Assistência Social, e também através do cofinanciamento dos governos estadual e federal.

Para oferecer maior agilidade na implementação de atividades e projetos e maior visibilidade ao gerenciamento dos recursos, facilitando assim o controle social assim como melhoria da eficiência e a efetividade da alocação dos recursos orçamentários no financiamento total ou parcial de programas, projetos, benefícios e serviços de assistência social, desenvolvidos no município; no pagamento pela prestação de serviço a entidades conveniadas para execução de programas e projetos específicos da assistência social com sua devida prestação de contas; na aquisição de material permanente e de

consumo, necessários ao desenvolvimento dos programas; na Construção, reforma e ampliação, aquisição e locação de imóveis para prestação de serviços de assistência social; na alocação de recursos para o desenvolvimento de recursos humanos / processo de Educação permanente dentre outras atribuições faz-se necessário o redimensionamento da estrutura física com a ampliação do espaço, da equipe de profissionais especializado e aquisição de equipamentos necessários à execução orçamentária da Política de Assistência Social no município.

11.4. Metodologia:

Adotar-se-á, o estudo comparativo pré e pós-plano de Assistência Social, com participação dos atores envolvidos fundamentada na qualidade dos resultados com base na aplicação de conhecimentos especializados.

11.5. Identificação dos indicadores fontes e métodos:

Os indicadores de monitoramento do plano serão agrupados nas seguintes classes:

- . Reordenamento institucional e jurídico dos órgãos gestores da Assistência Social e dos serviços socioassistenciais.
- . Processos/Atividades: valores relativos às etapas/relações que fazem parte da implantação do Serviço e/ou Programa.
- . Produtos/Resultados relativos à operacionalização dos provimentos de benefícios assistenciais.
- . Estrutura/Insumos: valores relativos à execução físico-financeira e à infraestrutura (recursos humanos, materiais, físicos e financeiros).

Reordenamento institucional e jurídico dos órgãos gestores da Assistência Social e dos serviços socioassistenciais.

DESCRIÇÃO	INDICADOR	METODOS
	Implantação de novo organograma e estrutura organizacional da SEMAS em conformidade com a PNAS, com as devidas descrição de funções e competências do órgão gestor.	Estudo comparativo em relação à mensuração da qualidade da gestão pré x pós-efetivação do organograma / Consistência x inconsistência precariedade x suficiência.
Implantação e estruturação de serviços de vigilância socioassistencial. Indicador de resultado e impacto com investimento em: 1) Recursos humanos para compor equipe multidisciplinar; 2) Na estrutura tecnológica adequada com condições de conectividade para maior integração e articulação com a rede socioassistenciais; 3) No desenvolvimento do monitoramento da qualidade dos serviços prestados pela rede SUAS em relação ao tipo, volume e qualidade. 4) Na produção de indicadores a partir das informações dos riscos e eventos diretamente ligados a Política de Assistência	Composição da equipe mínima e multidisciplinar para desenvolvimento das ações da vigilância socioassistencial.	Nº de profissionais existente x nº de profissionais necessários / equipe multidisciplinar.
	Taxa de investimento na implantação da vigilância socioassistencial.	Total de recursos investidos x total de recursos previstos
	Implantação de sistema de informação. Integração dos diversos sistemas de informação com implementação de recursos tecnológicos.	Estrutura tecnológica existente x estrutura tecnológica necessária (100 % de acesso a internet).
	Cobertura no provimento de informações e produção de conhecimento no âmbito territorial	Inconsistência de banco de dados x consistência e integração de dados. Acessibilidade e confiabilidade das informações.

Amplitude: SEMAS (órgão gestor da Assistência)

Organograma da SEMAS. Atualmente a estrutura organizacional não encontra formalmente adequada gerando um descompasso entre as exigências da Política de Assistência Social e as competências do órgão gestor além do déficit de infraestrutura e de profissionais especializados para a gestão do SUAS.	Estimativa dos agravos oriundos da vulnerabilidade social e dos riscos sociais.	Territórios diagnosticados x quantidade de territórios existentes no município.
	Organização de equipe interdisciplinar de monitoramento de avaliação. Plano estratégico de monitoramento e avaliação com constituição de instrumentos avaliativos consolidados.	Cobertura dos serviços monitorados x Quantitativo de serviços socioassistenciais / SUAS. Organização a coleta de informações.
Implantação do Núcleo de Gestão do Trabalho e Educação Permanente. Indicador de impacto para com investimento em infraestrutura adequada efetivação das ações da gestão do trabalho e educação permanente: Composição de equipe especializada Aquisição de equipamentos para o desenvolvimento de capacitação continuada. Auditório equipado com salas para realização de reuniões oficinas e sala de recepção.	Taxa de investimento na infraestrutura, recursos humanos e equipamentos para desenvolvimento das ações de Educação Permanente.	Nº de profissionais existente x nº de profissionais necessários Taxa de recursos investidos em equipamentos e infraestrutura X taxa de recursos previstos.

	Percentual de cobertura de monitoramento e avaliação do quadro de recursos humanos.	Índice de profissionais monitorados e avaliados por ano de trabalho X Quadro de profissionais existentes na SEMAS.
	Número de profissionais especializados cadastrados no banco de talentos	Nº de profissionais com domínio de conteúdo referente a Política de Assistência Social X Nº de profissionais da Política Municipal de Assistência Social.
Institucionalização da Política de Educação Permanente conforme o Plano Nacional de Educação Permanente	Fração dos recursos orçamentários da instituição investidos na infraestrutura e recursos humanos em Educação Permanente dos trabalhadores sociais do sistema SUAS	Média do total de investimentos dispendidos infraestrutura e qualificação x Nº de investimentos planejados. Custo médio da capacitação continuada por pessoa no período de 01 (um) ano X recursos destinados a Capacitação.
Investimentos em processos formativos em Educação Permanente	Número de seminários, palestras, cursos, mini cursos referente ao processo de trabalho realizado no período de um ano aferido por horas de treinamento.	Eventos realizados X eventos previstos
Qualificação dos trabalhadores sociais nos percursos formativos	Nº de profissionais da rede socioassistencial que possuem domínio do conteúdo básico da Política de Assistência Social.	Nº de profissionais da rede socioassistencial que participaram de ações de treinamento no exercício X Nº total de profissionais da rede socioassistencial. Quantidade média de horas de treinamento por servidor da instituição X Quantidade de horas planejadas.
	Nº de profissionais da rede socioassistencial da PMS participantes dos cursos ofertados pelo Estado em nível de especialização, mestrado e doutorado.	Nº de vagas de qualificação ofertada pelo Estado X Nº total de profissionais da rede socioassistencial da PMS.

DESCRIÇÃO	INDICADOR	METODOS
<p>Qualidade pedagógica do processo de Educação Permanente</p> <p>Indicador de processo que afere</p> <p>.</p> <p>Interesse e participação dos servidores com oportunidades para capacitação e aprimoramento profissional.</p> <p>Aumento gradativo da participação de trabalhadores sociais na Educação Permanente</p> <p>Aumento do número de publicações realizadas</p> <p>Alcance da capacitação avaliado pelo nº de participação com frequência entre 80 a 100 %</p>	<p>Qualidade pedagógica</p> <p>Indicador de processo Mobilização em 100% dos profissionais e gestores da rede de Assistência Social para participarem do processo de Educação Permanente.</p>	<p>As mudanças culturais e do processo de trabalho dos trabalhadores do SUAS tendo como resultado melhoria qualitativa dos atendimentos socioassistenciais.</p> <p>Adesão dos servidores às novas práticas de Gestão do SUAS.</p> <p>Grau de disseminação dos conhecimentos adquiridos.</p> <p>Formação de 01 (um) grupo de talentos.</p> <p>Estudo comparativo de desempenho pré e pós processo de educação permanente</p> <p>Taxa de recursos investidos em publicações e estruturação do CEDOC X taxa de recursos previstos.</p> <p>Total de trabalhadores sociais do Sistema Único de Assistência Social entre o número de capacitados.</p> <p>Total e participantes com frequência entre 80 a 100% X Número de inscritos nas ações de Educação Permanente.</p> <p>Nº de trabalhadores sociais em processo de capacitação continuada X nº de horas de capacitação por período anual</p>

<p>Melhoria no Sistema de Gestão do SUAS a partir do ordenamento anual das ações, do planejamento, do monitoramento e avaliação do plano, de modo evitar os imprevistos na escolha de condutas a serem adotadas</p> <p>Indicador de processo de eficiência, eficácia da gestão e de resultado com:</p> <p>Investimento em recursos humanos e tecnológicos. (insumos) Formação de equipe central de caráter multidisciplinar para coordenação de ações de planejamento, de elaboração de projetos de avaliação e monitoramento definida.</p> <p>Elaboração participativa de planos, planejamentos e projetos com envolvimento da gestão do SUAS gestores, profissionais e do controle</p> <p>Organização de sistemas de informação com a função de monitorar o ambiente organizacional, qualificar a avaliação e permitir antecipação de cenários e compreensão dos problemas, consultas e tomada de decisões.</p> <p>Cobertura em 100% das ações do Plano com de relatórios avaliativos por ano trabalhado.</p>	<p>Organização uma estrutura de suporte técnico para planejar e assessorar todas as unidades internas da SEMAS assim como monitorar o plano de Assistência Social.</p>	<p>Compor 01 (uma) equipe multiprofissional e especializada em planejamento vinculada a Gerência de Gestão</p> <p>Planejamento de 90% das ações desenvolvidas na SEMAS .</p>
	<p>Participação na elaboração de planos, projetos e planejamento e do processo de avaliação da Política de Assistência Social no município e dos desdobramentos para projeção futura.</p>	<p>Número de atores participantes nos 02 (dois) encontros anuais com profissionais e órgãos do controle social</p> <p>Participação dos gestores e profissionais do órgão gestor nos 04 (quatro) encontros anuais com gerentes da SEMAS.</p> <p>Nº de profissionais participantes do processo X Nº de profissionais da SEMAS.</p>
	<p>Retroalimentação das ações. Validar planos junto aos gestores profissionais e órgãos envolvidos</p>	<p>Estudo comparativo entre as ações/atividades da Assistência Social desenvolvida pelo órgão gestor período de 01 (um) e o Nº ações planejadas</p>
	<p>Acompanhamento do processo de implementação do plano contendo atualidade regularidade especificidade x registros dos procedimentos e ações</p>	<p>Produção de documentos técnicos, relatório trimestral de acompanhamento do plano da AS, tendo como ferramenta o escopo do plano Municipal de Assistência Social e plano de aquisições (cronograma das licitações e contratos);</p>
	<p>Avaliação com base nos instrumentos de acompanhamento da gestão</p>	<p>Quantitativo de ações efetivadas X quantitativo de ações planejadas</p>

Reordenamento institucional e jurídico dos órgãos gestores da Assistência Social e dos serviços socioassistenciais.

Amplitude: SEMAS (órgão gestor da Assistência)

Implantação de ações de valorização dos trabalhadores sociais com base na: Estabilidade e motivação do trabalhador social no exercício da profissão e na progressão em relação ao nível de formação especializações. Definições de competências e atribuições exigidas pela Política de Assistência Social. Na avaliação com foco na qualidade dos serviços e na responsabilidade no exercício do cargo e na capacidade de assumir e cumprir as tarefas e atribuições. Instituição de um banco de talentos.	Suprir em 100% o déficit de trabalhadores sociais por via de concurso público.	Número de equipes mínimas definidas pela PNAS X nº de habitantes. Nº de funcionários celetistas e/ou estatutários X quadro total de recursos humanos da SEMAS. Percentual de pessoal especializado existentes na SEMAS.
	Percentual de funcionários que apresentam melhorias no Desempenho funcional na qualidade dos serviços e na responsabilidade no exercício do cargo e na capacidade de assumir e cumprir as tarefas e atribuições	Média do desempenho funcional dos trabalhadores sociais do SUAS Definição e adequação das Competências e atribuições referenciada em estudos da prática cotidiana dos trabalhadores da Assistência Social.
	Nº de ações de Valorização e motivação do trabalhador Índice de rotatividade e absenteísmos dos profissionais da SEMAS.	Porcentual de trabalhadores da Assistência Social x anos de serviço comparado ao índice de rotatividade no trabalho aferido pelo % de servidores que desligaram voluntariamente ou em licença sem vencimento em relação ao de ativos no mesmo período.

Reordenamento institucional e jurídico dos órgãos gestores da Assistência Social e dos serviços socioassistenciais.

Amplitude: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS)

DESCRIÇÃO	INDICADOR	METODOS
<p>Estruturar e manter o Fundo Municipal de Assistência Social</p> <p>O Fundo de Assistência Social são instrumentos de gestão orçamentários financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios nos quais devem ser alocadas as receitas e executados as despesas relativas ao conjunto de ações, serviços, programas e projetos e benefícios de assistência social. (NOB SUAS 2012).</p> <p>Manter o Fundo Municipal da Criança e adolescente Criar, estruturar e manter o Fundo Municipal do Idoso Criar, estruturar e manter o Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência.</p>	<p>Percentual de recursos aplicados para manutenção dos Fundos Municipais.</p>	<p>Alocação dos 100 % de recursos municipais da Assistência Social em conta específica conforme dispositivos legais.</p> <p>Inserção de equipe de profissionais para desenvolvimento das atividades do fundo e gerenciamento das prestações de conta dos convênios com entidades</p> <p>Índice de disponibilidade de infraestrutura e de equipamentos de tecnologia.</p> <p>Total de recursos investidos na infraestrutura do Fundo (recursos tecnológicos, ampliação do espaço físico e recursos humanos adequados) pelos recursos previstos.</p>

Reordenamento institucional e jurídico dos órgãos gestores da Assistência Social e dos serviços socioassistenciais.

Amplitude: Gestão Municipal e Relações Territorializadas.

DESCRIÇÃO	INDICADOR	METODOS
<p>Ação Intersetorial Composição de espaços estratégicos para o desenvolvimento da prática Intersetorial na esfera da gestão municipal e territorial em interface com demais políticas públicas com pactuações quanto:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Transferência de serviços e ações de responsabilidade de outras políticas sociais (Saúde, Trabalho e Renda, e outras afins). 2) Estudo de viabilidade para a transição dos Conselhos de Direitos (CONCASE, COMIDS, COMDPD) para a Secretaria Municipal de Direitos Humanos. 3) Instituição de Política de Segurança Alimentar para o município. 4) Instituição da Política Municipal para População em Situação de Rua. 5) Conjugação de esforços entre políticas públicas e instituições de ensino e de educação permanente para realização de ações de formação profissional. 6) Promoção da intersetorialidade nas ações de atenção ao usuário em sua totalidade e integralidade com ênfase no enfoque da descentralização territorial. 	<p>Superação da fragmentação com estabelecimento de uma agenda comum com as demais políticas sociais / corresponsabilidade pela atuação e trabalho com o público vulnerável.</p> <p>Interface com demais políticas sociais</p> <p>Lugar particular da organização de equipe matricial no território.</p>	<p>Quantitativo de ações transferidas para as políticas afins pelo quantitativo de ações e serviços não tipificados na Política de Assistência Social.</p> <p>Porcentagem de Conselhos de Direitos transferidos para a SEDIR.</p> <p>Participação na organização e formulação de Política de Segurança Alimentar no Município;</p> <p>Participação na organização e formulação de Política Municipal e no desenvolvimento das ações destinadas à População em Situação de Rua;</p> <p>Número de ações de formação profissional realizadas em conjunto com demais políticas públicas de caráter Intersetorial e com instituições de ensino e de formação profissional.</p> <p>Estudo qualitativo do resultado de ações pactuadas em instâncias Intersetoriais entre políticas públicas contemplando a melhoria da qualidade de vida da população nos territórios.</p> <p>Mudança cultural na forma de gerir ações no território</p>

Elaboração de mapa territorial para a Assistência Social levando em consideração as demais políticas públicas	Racionalidade e qualidade nos atendimentos	Organizacidez e ordenamento das ações integradas com outras políticas públicas em espaços territoriais comuns. 100% da oferta integrada de serviços Racionalidade no fluxo de encaminhamentos e pactuações entre os atores do território
	Gestão territorial	Cooperação técnica entre os diversos atores em mesma dimensão geográfica

Reordenamento institucional e jurídico dos órgãos gestores da Assistência Social e dos serviços socioassistenciais.

Amplitude: Reordenamento dos Serviços Socioassistenciais / Gestão Municipal

DESCRIÇÃO	INDICADOR	METODOS
<p>Transferência de responsabilidades das ações da SEMAS dos serviços não tipificados Ordenamento institucional da Política de Assistência Social no âmbito da intersectoralidade. Transferência dos serviços ações e benefícios da SEMAS para outras secretarias municipais (SESA SETER).</p>	<p>Número de Serviços não tipificados na Política de Assistência Social da SEMAS para responsabilidade de outras políticas afins</p>	<p>Numero de serviços projetos e ações transferidas X Nº de serviços, não tipificados de acordo com a Política de Assistência Social sob responsabilidade da SEMAS</p>
<p>Ações em Casos de Calamidade Pública Definição das responsabilidades e atribuições da SEMAS junto ao Plano de Contingência.</p>	<p>Cobertura nos casos de calamidade pública referente às ações assistenciais vinculadas ao plano de contingência</p>	<p>Atendimento a 100% das famílias desabrigadas.</p>
<p>Reorganização dos serviços de transferência de Renda Os serviços de transferência de renda de cada esfera governamental são gestados de forma desagregada e não orquestrada apesar de convergirem quanto a alguns critérios e condicionalidades. As coordenações dos referidos benefícios são exercidas por diferentes atores indicando necessidade de movimentos articulados entre o Pró Família e o Bolsa Família com descentralização administrativa dos benefícios para os CRAS E CREAS.</p>	<p>Coordenações e gestão integradas entre os programas de transferência de renda dos âmbitos municipais estaduais e federais sob coordenação de Proteção Social Básica.</p>	<p>100% dos serviços de transferência de renda para gestão descentralizada (CRAS CREAS) sob a coordenação unificada com gerenciamento da Proteção Social Básica. 100% de cobertura de famílias acompanhadas com base nas condicionalidades dos programas de transferência de renda. Estudo comparativo entre a condição atual dos programas de transferência de renda e pós integração, identificando avanços e melhorias na situação das famílias acompanhadas</p>

<p>Garantia do papel articulador do NUPED e do PROCAP / ACESSUAS com a rede sócio assistencial e outras políticas setoriais</p> <p>Os serviços relacionados atuam de forma particularizada demandando dessa forma um realinhamento institucional em nível de gestão enfocando a desconstrução metodológica do processo de trabalho estruturada e fundamentada anteriormente ao sistema SUAS</p>	Capacidade do órgão gestor em interagir com os serviços socioassistenciais e com políticas inter setoriais.	Referenciar o NUPED e o PROCAP a nível central no período de 06 (seis) meses. Pactuação de metas entre as políticas intersetoriais (% entre metas atendidas e metas pactuadas com outras políticas públicas).
	Atendimentos com qualidade para a pessoa deficiente em situação de vulnerabilidade social em interface com outras políticas públicas	100 % dos serviços de PSB e PSE com ações para pessoas com deficiência referente à Política de Assistência Sociais tipificadas.
	Interface com a SETER no referente a preparação do adolescente para o mercado de trabalho e adultos em curso de formação profissional conforme demanda do mercado de trabalho	Número de adolescentes encaminhados a curso de formação profissional X Adolescente em situação de vulnerabilidade e risco social. Condução de adultos ao mundo do trabalho ACESSUAS.

DESCRIÇÃO	INDICADOR	METODOS
<p>Protocolo dos serviços socioassistenciais e estabelecimento de fluxo de referência e contra referência do SUAS:</p> <p>Instrumentos de gestão que, sob a forma de uma documentação sistematizada normalizam o atendimento das ações assistenciais de forma que não haja diluição das responsabilidades desintegração desarticulação e pulverização das práticas sociais no sentido de:</p> <p>1) Estruturação e reestruturação dos serviços socioassistenciais;</p> <p>2) Organizar o fluxo de referência e contra referência (instituição da porta de entrada) dos serviços sócios assistenciais dentre outras diretrizes estabelecidas pela Política de Assistência Social.</p> <p>3) Normatizar e institucionalizar as atividades assistenciais exercidas aos usuários, conforme preconizados pela Política de Assistência Social</p> <p>4) Uniformizar e as ações referentes às atividades dos profissionais</p> <p>5) Organizar os serviços da rede pública estabelecendo fluxos, para agilizar e qualificar a assistência;</p>	<p>Efetividade e eficácia no atendimento e segurança na tomada de decisões após implantação do protocolo dos serviços</p> <p>Integração dos serviços, benefícios e transferências de renda.</p>	<p>Direcionalidade, atualidade e adequação às ações cotidianas, de proteção social e garantia de direitos após aprovação dos Protocolos – CRAS / CREAS / Serviços de Convivência.</p> <p>Fluxograma de operacionalização dos serviços socioassistenciais implantados.</p> <p>Instrumentos e prioridades para orientar o acompanhamento familiar realizado pelos CRAS e CREAS instituídos;</p>
	<p>Aprimoramento da gestão técnica para cumprir com a diretriz do novo modelo de política pública – política da Assistência Social – política de direito;</p>	<p>Fluxo de referência e contra referência pactuada e estabelecida.</p>
	<p>Sistemas e procedimentos de cunho gerencial efetivo que instituam revisões e avaliações de rotina sobre o desempenho organizacional como forma de reduzir os níveis de ineficácia e ineficiência</p>	<p>Serviços socioassistenciais com adesão às leis e normativas da Assistência Social pelo numero de serviços que não se encontram em conformidade com as regulamentações e ou com dificuldade em adesão ao protocolo e ao vinculo SUAS.</p> <p>Instituição de indicadores para avaliação do protocolo</p>

Reordenamento institucional e jurídico dos órgãos gestores da Assistência Social e dos serviços socioassistenciais.

Amplitude: Redirecionamento e ampliação dos serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica

DESCRIÇÃO	INDICADOR	METODOS
<p>Reordenamento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos</p> <p>Indicador de eficácia e eficiência a partir do reordenamento dos serviços e de seus aspectos do funcionamento interno, metodologia de trabalho da equipe, relação com usuário e suas famílias e comunidade, construção de projetos de interrupção da condição de violação de direitos com promoção da convivência familiar e comunitária em parceria com a família / CRAS – PAIF e articulação em rede entre outros.</p> <p>É de responsabilidade dos SCFV o registro da participação dos usuários vinculado ao NIS em sistema próprio de informação disponibilizado pelo MDS, assim como inserir pelo menos 50% do público prioritário conforme resolução nº 01/2013.</p>	<p>Número de SCFV reordenados conforme pactuação da CIT e deliberação do CNAS</p>	<p>Serviços de SCFV organizados por território e referenciados no CRAS.</p> <p>Número de usuário participantes do projeto com registro no NIS pelo número de encaminhados realizados pelo CRAS/CREAS.</p> <p>Atender o mínimo de 50 % do público prioritário dos SCFV.</p>
<p>Ampliação dos Serviços de Proteção Social Básica</p> <p>Ampliação do atendimento de serviços de Proteção Social Básica às famílias nos territórios (CRAS – PAIF e Serviços de Fortalecimento de Vínculos) com base em necessidade e viabilidade de expansão dos serviços;</p>	<p>Número de famílias atendidas e acompanhadas pelos equipamentos do CRAS</p>	<p>Número de famílias acompanhadas pelo número de profissionais referenciados por serviço.</p>

Fortalecimento dos SCFV nos territórios a fim de prevenir a institucionalização.	Número de crianças adolescentes e idosos atendidos e não institucionalizados.	Porcentagem de crianças adolescentes e idosos atendidos nos territórios x percentual de institucionalização Número de serviço no território pelo índice de vulnerabilidade social Estudo territorializado das demandas pelo SCFV Taxa de investimento por pessoa participante dos SCFV em iminência de institucionalização X taxa de investimento por pessoa nos atuais serviços de acolhimento institucional Rede de serviços ampliada reestruturada.
	Índice de ocorrência do trabalho infantil e as medidas tomadas para erradicação do trabalho infantil.	Índice de crianças erradicadas do trabalho infantil X Número de crianças em situação do trabalho infantil.

ESCRITÃO	INDICADOR	METODOS
<p>Ampliação dos Serviços de Proteção Social Básica Fortalecimento da Gestão do Cad Único Serviços de transferência de renda - Gestão do Cad Único e Bolsa Família Indicador de processo e eficiência a partir da identificação, conhecimento e, ampliação da cobertura do Cad Único a todas as famílias e ou grupos vulneráveis, beneficiários do BPC, programas de transferências de rendas, e da população rural.</p>	<p>Nº. de famílias cadastradas no Cad Único pelo número de famílias estimadas para o cadastro conforme IBGE.</p>	<p>Nº de pessoas ou grupos vulneráveis identificados e inscritos no Cad Único X Nº de grupos pessoas ou famílias com perfil de Cad Único no município Número de famílias / pessoas beneficiarias do programa transferência de renda e beneficiários do BPC inscritas no Cad Único X Número de famílias / pessoas beneficiarias do programa transferência de renda e beneficiários do BPC residentes no município. Ampliação do Cad Único para área rural do município</p>

Reordenamento institucional e jurídico dos órgãos gestores da Assistência Social e dos serviços sócioassistenciais.

Amplitude: Redirecionamento e ampliação dos serviços socioassistenciais de Proteção Social Especial.

DESCRIÇÃO	INDICADOR	METODOS
<p>Serviços de Proteção Especial de Média Complexidade</p> <p>Reordenamento dos Serviços referenciados ao CREAS com ênfase na garantia do atendimento qualificado em rede, e no processo de prevenção dos agravos que possam demandar acolhimento institucional.</p>	<p>Total de ações desenvolvidas pelos referidos projetos adequados a política e referenciados ao CREAS.</p>	<p>Ações integradas e acompanhadas pelo CREAS</p>
<p>Serviços para População em Situação de Rua</p> <p>Indicar de processo e resultado abrangendo prevenção de 100 % das pessoas que se encontram na iminência de se tornarem popular em situação de rua e redução para 0% a porcentagem de população moradora de rua no total da população. Envolve:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Redirecionamento do abrigo transcendendo o atendimento individual para o atendimento integral à família em situações de rua em um mesmo espaço. 2) Implementação do Centro POP; 3) Implementação e reordenamento das ações da Abordagem Social. 	<p>Cobertura de atendimento à população em situação de rua em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social.</p>	<p>Nº de pessoas em situação de rua X Nº de habitantes do município aferido anualmente.</p> <p>Cobertura do atendimento: número de pessoas em situação de rua atendidos nos projetos e equipamentos X número total de moradores em situação de rua.</p> <p>Realização em 100% do CAD Único para População em Situação de Rua.</p> <p>Territórios com incidência de popular em situação de rua após realização em 100 % do mapeamento da População em situação de rua.</p> <p>Serviços disponíveis para atender a população de rua X número de equipamentos necessários para o</p>

<p>4) Articulação com a rede socioassistencial e definição de fluxos no âmbito do SUAS, na referência e contra referência dos serviços nos Centro POP, Serviços de Abordagem Social, CREAS, CRAS, demais unidades de acolhimento e com os demais serviços disponíveis no território.</p>		<p>atendimento (taxa de investimentos programados x taxa de investimentos efetivados). Funcionamento do Centro POP.</p>
<p>5) Estratégias de mobilização com a rede das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos para articulação e definição de fluxos de encaminhamento, de modo a garantir o atendimento adequado do usuário e sua família.</p>	<p>Porcentagem de referência e contra referência em relação às ações com população em situação de rua.</p>	<p>Nº de atendimentos realizados pela rede socioassistencial e intersetorial x Nº de pessoas encaminhadas</p>
<p>6) Elaboração de projeto técnico-político de cada serviço, contendo aspectos do seu funcionamento interno, metodologia de trabalho da equipe, relação com os usuários e suas famílias, desenvolvimento de autonomia, construção de projeto de saída das ruas, demandas específicas de atendimento, promoção da convivência e inserção na comunidade, articulação com a rede, entre outros.</p>	<p>Redução da porcentagem da população em situação de rua (moradores de rua).</p>	<p>Numero de reintegração sócio familiar X número de pessoas em situação de rua no município.</p>
<p>7) Garantia de acolhida na rede socioassistencial em interface com outras políticas inter setoriais e reinserção familiar e comunitária das pessoas em situação de rua</p>		

Amplitude: Redirecionamento e ampliação dos serviços socioassistenciais de Proteção Social Especial

DESCRIÇÃO	INDICADOR	METODOS
Identificação de serviços cujas situações demandem apoio emergencial para o reordenamento institucional (acompanhamento das famílias de origem para a reintegração familiar; infraestrutura física; recursos humanos; articulação com a rede socioassistencial e das demais Políticas Públicas; articulação com o Sistema de Garantia de Direitos); adequação para o atendimento em pequenos grupos;	Nº de Serviços reordenados em conformidade com o SUAS.	Número de serviços de acolhimento institucional com vínculo SUAS pelo Numero de serviços adequados à Política de Assistência Social. Serviços com projetos técnicos político adequados no período de 01 (um ano). Relatórios avaliativos da readequação dos serviços monitorados anualmente (taxa de instucionalização X taxa de estabelecimento de vínculos familiares e comunitário.)

Processos/Atividades: valores relativos às etapas/relações que fazem parte da implantação do Serviço e/ou Programa

Amplitude: Proteção Social Básica

DESCRIÇÃO	INDICADOR	METODOS
Implantação de serviços Tipificados pela Política de Assistência Social na SEMAS Indicador de impacto com desdobramentos futuros quanto à cobertura dos serviços de proteção social / serviços sócio assistenciais visando ampliação do atendimento a família; mulheres, crianças adolescentes; idoso; jovens deficientes que se encontram em situações de vulnerabilidade social ordenado no nível de Proteção Social Básica com ênfase no processo de prevenção dos agravos que venham demandar acolhimento.	Cobertura de CRAS implantados no município	Implantação de 02 (dois) CRAS CAI Implantar 04 (quatro) CRAS com suas equipes de referência. Estudo territorializado do número de serviços pelo índice de vulnerabilidade social do território. Cobertura da unidade de Centro de Referência existente no município pelo número de dispositivos necessários conforme aspectos legais 01 (um) CRAS para 5.000 (cinco mil famílias referenciadas).
	Quantidades de pessoas idosas e pessoas com deficiência aos serviços da rede socioassistencial e intersectorial.	Número de Serviços de atendimento domiciliar para pessoas idosas e pessoas com deficiência nos CRAS instalados no Município pelo numero de pessoas idosas e deficientes em situação de vulnerabilidade social. Reduzir o índice de institucionalização de pessoas idosas e pessoas com deficiência. Implantação do Centro de Referência para Pessoas com Deficiência.
Ações de Segurança Alimentar Cobertura de famílias e ou pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional com viabilização da infraestrutura física e da capacidade de atendimento, para atendimento de:	Número e equipamentos disponibilizados para ações de Segurança Alimentar.	Definição de quantidade de unidades para atendimento da demanda x taxa de investimentos necessários. Adequação quantitativa e qualitativa das equipes dos serviços Previsão, contratação/disponibilização, capacitação dos profissionais necessários ao funcionamento do Serviço; Aquisição de equipamentos, mobiliário, materiais necessários ao funcionamento do Serviço.

<ul style="list-style-type: none">. 01 (um) restaurante popular com garantia de oferta de refeições e alimentos de qualidade e a baixo custo aos munícipes, com prioridade aos usuários da Assistência Social.. Oferta de espaço para manuseio e comercialização de alimentos saudáveis e a baixo custo;. Organização de 01 (um) banco de alimentos.	Número de atividades de mobilização e sensibilização da comunidade onde os serviços estarão inseridos.	Medir o impacto e o alcance dos serviços: <ul style="list-style-type: none">. número de famílias / pessoas (público prioritário) atendido por mês X Situações de vulnerabilidade social e nutricional do território;. taxa de redução da desnutrição de pessoas identificadas em situação de insegurança alimentar no território inscrito nos projetos supracitados.
--	--	---

Processos/Atividades: valores relativos às etapas/relações que fazem parte da implantação do Serviço e/ou Programa

Amplitude: implantação de Serviços de Proteção Especial no âmbito SUAS

DESCRIÇÃO	INDICADOR	MÉTODOS
Estruturação de Serviços de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, pessoas idosas e suas famílias de acordo com as normas estabelecidas pelo Sistema Único de Assistência Social.	Número de serviços implantados no município.	Composição de equipe para desenvolvimento de ações do serviço: . Implantação de Centro – Dia para pessoas idosas Redução do número de idosos e deficientes com direitos violados X acolhimento institucional; . Cessar os agravos de violação de direitos.
Implantação de Serviço de Acolhimento em República para Jovens de 18 a 21 anos.	Quantidade de serviços implantados para atendimento à demanda existente (Avaliação da relevância da implantação da(s) unidade(s)).	Identificação dos serviços existentes no município X Definição da quantidade de unidades necessárias para atender a demanda e/ ou para reordenar os serviços existentes em conformidade com a Tipificação da Assistência Social.
Gestão dos serviços de apadrinhamento afetivo e implementação de família acolhedora para criança e adolescente Redirecionamento do modelo de proteção social especial para projetos de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários a partir de estudo dos quantitativos de novos serviços necessários para atendimento à demanda existente (Avaliação da relevância da implantação do projeto família acolhedora).	Diminuição número de Crianças e adolescentes com acolhimento prolongado nas instituições por ano do projeto. Número de cadastro pelo número de criança e adolescentes institucionalizado.	Número de crianças e adolescente com apadrinhamento afetivo pelo número de crianças institucionalizadas. Inscrever e cadastrar mensalmente voluntários suficientes à demanda de crianças e adolescentes alvo do projeto. 100% das crianças e adolescentes devidamente cadastradas para participarem do apadrinhamento continuamente.

Produtos/Resultados relativos à operacionalização dos provimentos de benefícios assistenciais

Amplitude: Serviços de Proteção Social Básica

DESCRIÇÃO	INDICADOR	METODOS
Manutenção dos serviços implementados com aquisição de materiais de consumo equipamentos despesas com serviços de terceiros, recursos humanos e financeiros e condições estruturais dos serviços: . Serviços de Acompanhamento Integral a Família / PAIF 2) Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes . Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoa Idosa . Serviços de Transferência de Renda e concessões de benefícios sociais e eventuais . Ações de Gestão sócio territorial . Gestão do Cad Único	Número de famílias atendidas com superação da condição a qual originou a inserção no serviço.	% famílias que aderiram ao atendimento / acompanhamento pelo % que superaram sua condição original. % de famílias que fortaleceram os vínculos com ampliação da autonomia em 01 (um) ano pelo número de famílias acompanhadas.
	Manutenção das subvenções dos serviços prestados por entidades em parceria com a Prefeitura Municipal de Serra.	Manter e gestar os convênios para desenvolvimento das atividades de serviços programas e projetos tipificados na Política de Assistência Social como de Proteção Social Básica. Adequação em 100% dos termos de convênios a Política de Assistência Social no município. Compor equipe para controle e prestação de contas dos recursos repassados.
	Acompanhamento em 100% da Concessão dos benefícios de transferência de renda.	Relatórios de acompanhamento das condicionalidades Número de famílias em descumprimento da condicionalidade pelo numero de famílias contempladas pela transferência de renda. Previsão de recursos financeiros para regulamentação dos benefícios eventuais no

		município pelo recurso previsto aplicado.
	Número de territórios mapeados	Número de serviços no território mapeados Mobilização de atores sociais com construção de agendas em comuns. Planejamento local.

Produtos/Resultados relativos à operacionalização dos provimentos de benefícios assistenciais.

Amplitude: Serviços de Proteção Especial no âmbito SUAS.

DESCRIÇÃO	INDICADOR	METODOS
Manutenção dos serviços implementados com aquisição de materiais de consumo equipamentos despesas com serviços de terceiros, recursos humanos e financeiros e condições estruturais dos serviços: CREAS administração direta . Serviço de Proteção e Atendimento a Famílias e Indivíduos PAEFI / CREAS / Serviços com subvenções . Serviço de Liberdade Assistida (Subvenção) . Núcleo de Convivência Familiar CREAS POP . Abordagem Social. . Proteção Social Especial de Alta Complexidade: Serviços de Acolhimento institucional / subvenções . Acolhimento de Criança e Adolescente . Acolhimento para Pessoas Idosas . Acolhimento para pessoas em situação de rua/abrigo Arco Iris Serviços de Acolhimento institucional administração direta . Casa Lar	Ampliação da autonomia e protagonismo das famílias atendidas pelos serviços de Média Complexidade / CREAS / PAEFI.	% famílias que fortaleceram ou restabeleceram vínculos -atendimentos individuais, -atendimentos grupais, -depoimentos. % de melhora da rotina de cuidados diários em relação às pessoas com direitos violados filhos e outros membros. Observação da aparência; - frequência das crianças e adolescentes nas escolas e outros espaços sociais; Cuidados de saúde...
	Manutenção das subvenções dos serviços prestados por entidades em parceria com a Prefeitura Municipal de Serra.	Manter e gestar os convênios para desenvolvimento das atividades de serviços programas e projetos tipificados na Política de Assistência Social como de Proteção de Média e Alta Complexidade Adequação em 100% dos termos de convênios a Política de Assistência Social no município. Compor equipe para controle e prestação de contas dos recursos repassados.
	Ordenar a porta de entrada dos serviços de acolhimento institucional para idosos.	% de encaminhamentos do órgão gestor da Política
	Qualidade dos abrigos.	% de abrigos com Infraestrutura e dependência em conformidade com as diretrizes de acolhimento institucional. Rotina de trabalho e número de profissionais condizentes com a NOB – RH / SUAS % de abrigos com plano de ação elaborado com contendo PIA.

. Casa de Passagem Mirim	Redirecionamento das ações de acolhimento institucional para fortalecimento dos vínculos sociais e comunitários.	Custo médio por pessoas institucionalizadas pelo custo médio por pessoas em serviços de fortalecimento de vínculos comunitários e familiares Total de pessoas por segmento reinserido na família pelo total de pessoas em situação de acolhimento institucional no período de 01 (um) ano.
--------------------------	--	---

Produtos/Resultados relativos às dimensões legais e de Controle Social.

DESCRIÇÃO	INDICADOR	METODOS
Criação da lei que institui o Sistema Único de Assistência Social Municipal.	Elaboração e aprovação da Lei Municipal da Assistência Social.	100 % das propostas elaboradas aprovadas pelos órgãos deliberativos de controle social, gestor municipal e poder legislativo no âmbito do município. Sistema único de Assistência Social implementado no município. Consolidação da PMAS através da organização de seus serviços projetos e programas conforme sua complexidade. Padronização, a normatização em 100% dos serviços e programas, visando à qualidade no atendimento
Prover as instâncias de Controle Social de infraestrutura, recursos materiais, humanos e financeiros arcando com as despesas inerentes ao seu funcionamento, bem como arcar com as despesas de passagens, traslado, alimentação e hospedagem dos conselheiros governamentais e não governamentais de forma equânime no exercício de suas atribuições. Subsidiar o Conselho de Assistência Social com informações para o cumprimento de suas atribuições e para deliberação sobre o	Suficiência na infraestrutura e dos recursos humanos	Total de recursos investidos pelo total de recursos previstos.
	Participação dos conselheiros em atividades de Controle Social.	Taxa de investimentos realizados com despesas inerentes a participação dos conselheiros em eventos de instancias de controle. Apoio logístico na realização de conferências municipais. Participação nas conferências municipais dos conselhos correlatos a Política de Assistência Social.
	% de participação dos conselheiros em processo de formação	Número de conselheiros capacitados pelo número total de conselheiros

<p>cofinanciamento dos serviços programas e benefícios socioassistenciais</p>	<p>continuada conforme planos de capacitação do SUAS.</p>	
<p>Capacidade de decisões compartilhadas. Manutenção de espaços de dialogo - articulação do órgão gestor com conselhos e colegiados (isolamento x relações)</p>	<p>Número de deliberações realizadas em espaços de controle social.</p>	<p>Aprovação em 100 % de planos projetos relatórios anuais pelo conselho Aprovação dos balancetes e da prestação de contas pelo conselho no final de cada exercício. Apreciação do Plano Municipal da Gestão do Trabalho e Educação Permanente.</p>

Estrutura/Insumos: valores relativos à execução físico-financeira e à infraestrutura (recursos humanos, materiais, físicos e financeiros);

DESCRIÇÃO	INDICADOR	METODOS
<p>Infraestrutura Física dos equipamentos</p> <p>A infraestrutura física disponibilizada para as atividades dos serviços de assistência social tem sua relevância elementar como condicionante na qualidade reconhecida em diversas instruções normativas e cadernos de orientações técnicas, incluindo: Implantação de 06 (seis) Unidades de CRAS</p> <p>Implantação de 01 (um) Restaurante Popular Implantação de 01 (uma) Cozinha Comunitária Implantação de 01 (um) Centro de Referência para pessoa com deficiência. Implantação de 01 (uma) Casa República Implantação de 01 (um) Centro – dia para pessoa idosa</p>	<p>Quantidade de novos serviços necessários para atendimento à demanda existente (Avaliação da relevância da implantação da(s) unidade(s);</p>	<p>Identificação dos serviços existentes no município X Definição da quantidade de unidades necessárias para atender a demanda e/ ou para reordenar os serviços existentes em conformidade com a Tipificação da Assistência Social</p> <p>Total de recursos aplicados pelo recurso planejado</p>

<p>Capacidade da gestão da assistência social na execução direta e indireta dos serviços territorializados. A execução dos serviços depende da capacidade instalada em âmbito municipal seja referente a recursos humanos capacitado, financeiros e institucionais. Equipamentos e materiais desejáveis que possam contribuir para qualificar as ações e assegurar a sua efetividade.</p> <p>. Equipamentos e recursos materiais essenciais: mobiliário, computadores, telefone (s); Acesso à internet; Material de expediente e material para o desenvolvimento de atividades individuais e coletivas (pedagógicos, culturais, esportivos); Arquivos, armários ou outros, para guarda de prontuários físicos, em condições de segurança e sigilo; Impressora; Material multimídia, tais como: TV, equipamento de som, aparelho de DVD, máquina fotográfica, máquina copiadora, filmadora, DATASHOW; Acervo bibliográfico.</p>	<p>Porcentual de investimento em equipamentos e recursos materiais para desenvolvimento das ações socioassistenciais.</p>	<p>Taxa de investimento pelo total de recursos previstos</p>
--	---	--

DESCRIÇÃO	INDICADOR	METODOS
<p>. Manutenção dos serviços atuais: Manutenção dos abrigos institucionais com aquisição de materiais de consumo (alimentos, vestuários, material de limpeza) equipamentos em geral (eletrodomésticos, móveis e equipamentos de escritório), despesas com serviços de terceiros dentre outros necessário ao funcionamento do serviço. Equipamentos de informática, manutenção da rede e a contratação de serviços de terceiros para estruturação e acompanhamento da base de dados e informações. Contratação de profissionais ou de empresas especializados para o desenvolvimento do processo de Educação Permanente e do Sistema de Vigilância Socioassistencial. Manutenção das subvenções dos serviços prestados por entidades em parceria com a Prefeitura Municipal de Serra.</p>	Porcentual de investimento em equipamentos e recursos materiais para desenvolvimento das ações socioassistenciais.	Taxa de investimento pelo total de recursos previstos.

Investimento financeiro na área de Assistência Social dos três entes federados.	Quantitativo de investimento na Assistência Social das três esferas governamentais	Porcentual de investimento provenientes do Governo Federal. Porcentual de investimento provenientes do Governo Estadual. Porcentual de investimento provenientes do Governo Municipal.
---	--	--

12. AVALIAÇÃO.

Reúne e processa dados qualitativos e quantitativos por meio de ferramentas informacionais acompanhamento do desenvolvimento e implementação das ações estratégicas.

A avaliação será realizada por estudos específicos que analisam aspectos como relevância, eficiência, efetividade, resultados, sustentabilidade de ações e serviços. Utilizar – se a avaliação de processo, de desempenho visando à melhoria dos serviços conforme cronograma abaixo:

PERÍODO DE EXECUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							
2014		2015		2016		2017	
1º CICLO	2º CICLO	3º CICLO	4º CICLO	5º CICLO		6º CICLO	
Julho	Dezembro	Julho	Dezembro		Dezembro		Dezembro
Avaliação Interna	1ª Revisão	Avaliação Interna	2ª Revisão		3ª Revisão		4ª Revisão

O quadro acima propõe a implantação de uma rotina de monitoramento e avaliação ordenadas em ciclos semestrais com revisões anuais no sentido de acompanhar adequadamente o resultado e o cumprimento das ações proposta pelo plano subsidiando eventuais adequações de conteúdo e práticas para garantir sua eficácia.

Após encerramento de cada ciclo a SEMAS realizará a revisão do plano sendo uma interna e outra com participação ampliada de trabalhadores sociais e munícipes usuários da Assistência Social. Ao final de cada ano a SEMAS através de suas gerências deverá produzir um relatório de avaliação contendo síntese das ações e resultados, avanços e

desafios identificando conteúdos que necessitam de adequações e submetê – lo a apreciação do COMASSE.

Serão considerados, indicadores sociais, econômicos institucionais e do território e os elencados no plano para efeito de avaliação. Nesse sentido o monitoramento e avaliação estão fundamentados nas seguintes estratégias metodológicas:

12.1. Definição das perguntas avaliativas:

O plano está sendo implementado da forma mais eficiente para atingir os objetivos quando comparado às alternativas?

Qual diferença real ocorreu para os beneficiários depois da implementação das ações do plano? Quantas pessoas foram afetadas?

12.2. Definição de metodologia para coleta de dados:

12.2.1. Definição dos instrumentos e coletas de informações para suporte e análise do Plano.

Utilizar – se – á para a avaliação de instrumentos e métodos de coleta de dados a saber:

- . Dados coletados através de aparatos tecnológicos como gravações de áudio, vídeo, séries de fotografias etc...
- . Dados coletados a partir de entrevistas, grupo focal, relatórios e demais documentos produzidos.
- . Dados coletados a partir do Sistema de Informação dos âmbitos municipais estaduais e federais

12.2.2. *Metodologia para coleta de dados:*

Informações registradas no Sistema de Informação no âmbito Municipal, Estadual e Federal.

Análise de relatórios e documentos quanti qualitativos de encontros reuniões de ações dentre outras.

Grupo focal – usuários, comunidade e profissionais.

Índice de participação em projetos na rede socioassistencial, comunitária e social.

Avaliações periódicas e anuais com profissionais do SUAS: percepção deles em relação à qualidade, relevância dos serviços oferecidos pela Assistência Social no município, bem como sobre mudanças (positivas ou negativas) que tenham ocorrido com resultado das ações.

Análise dos protocolos de atenção adotados: será analisado em que medida os serviços estarão ajudando a aperfeiçoar os protocolos de atenção existentes e se esse fato estará trazendo ou não indícios de melhorias nos serviços.

Fonte de informação:

- . Documentais: relatórios qualitativos e quantitativos, projetos dentre outros.
- . Entrevistas qualitativas: com usuários da Assistência Social com a rede de serviços sócio assistenciais, com profissionais e conselheiros municipais / COMASSE.
- . Depoimentos de profissionais especializados
- . Relatos de entidades em geral localizadas no território de abrangência dos serviços socioassistenciais.

12.2.3. Interpretação e comunicação dos resultados da avaliação em cada ciclo avaliativo.

Assinala como parâmetros a análise dos processos considerando:

- . O alcance dos objetivos e metas do plano;
- . As dificuldades e obstáculos encontrados;
- . A efetividade da gestão;
- . A inter-relação das partes envolvidas;
- . O processo histórico institucional;
- . O enfoque avaliativo.

Método para análise:

Análise a partir do enfoque comparativo tendo como parâmetro os objetivos, os produtos, os indicadores e os referenciais teóricos.

- . Observação e análise de conteúdo dos relatórios de reunião de equipe de documentos com o levantamento de categorias de análise;
- . Análises quantitativa e qualitativa das ações desenvolvidas;
- . Análises dos serviços por equipe especializada quanto ao reordenamento dos serviços socioassistenciais e composição da equipe de gestores.

Estratégias para interpretação dos dados:

- . Análise descritiva e interpretativa dos dados estatísticos;
- . Análise descritiva e interpretativas dados qualitativos;
- . Interpretação e comunicação dos resultados da avaliação;
- . Recopilação das informações para avaliação;
- . Elaboração de Relatórios anuais.

Por meio de uma análise mais profunda das razões para o sucesso ou insucesso do projeto em sua totalidade e/ou de seus componentes, serão apresentadas sugestões para melhorias, assim como serão descritas as possíveis aprendizagens em relação:

- . Consolidação da Política de Assistência Social no município;
- . Adequação da estrutura organizacional às diretrizes da Política de Assistência Social;

- . Institucionalização da Gestão do Trabalho Educação Permanente e da Vigilância socioassistencial em nível de Secretaria;
- . Conquistas contratuais em espaços de negociações junto à comunidade familiares e na relação de trabalho desenvolvido pela SEMAS/PSB/PSE;
- . Índice de participação e envolvimento de usuários nas esferas comunitárias, no campo dos serviços públicos e no âmbito do controle social;
- . Análise da sustentabilidade das propostas do plano;
- . Ampliação dos espaços sócios assistenciais para os usuários da Política de Assistência Social sua inserção no território;
- . Desenvolvimento do sentido de pertencimento;
- . Incorporação pelos profissionais de atitude relacionada à proteção social e na defesa dos direitos.
- . Análise interpretativa dos resultados a partir do marco teórico da Assistência Social (PNAS).
- . Análise da implementação, ampliação e estruturação do Sistema Único de Assistência Social no município.

12.2.4. Elaboração de Relatórios anuais e Documento final.

Todo o processo deverá ser registrado em relatório conclusivo. Os objetivos do registro para além do arquivo documentado possibilitarão o exercício de refletir sobre a direção da Política de Assistência Social no Município, a atuação dos gestores na consolidação da Política supracitada.

O Grupo de Trabalho do monitoramento e avaliação deverá estar atento, para identificar:

- . Impactos positivos ou negativos não antecipados;
- . Transformações na qualidade da atenção;
- . Eficiência no uso dos recursos;
- . Aspectos que facilitaram ou dificultaram o reordenamento institucional – comparação pré e pós o reordenamento.

12.2.5. Organização dos recursos para o monitoramento e avaliação: humanos, financeiros e institucionais.

Formação de um grupo de trabalho para avaliação do Plano de Assistência Social composto por atores da política de assistência social - gestores, técnicos, conselheiros e usuários e organizado em comissões mistas distribuídas pelos eixos norteadores.

13. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

As ações do Plano Municipal de Assistência Social apresentam-se organizadas no cronograma por níveis de proteção e dispostas conforme características das ações abaixo relacionadas:



Ações contínuas: são àquelas realizadas de forma permanente e cotidianamente. Corresponde a operacionalização das ações caráter protetivo proativos, de defesa dos direitos, da gestão do CAD Único e dos programas de transferência de renda, do monitoramento e avaliação e de vigilância sócio assistência.



Ações eventuais: são caracterizadas por ações esporádicas e pontuais decorrentes em geral de situações de contingências (calamidades públicas) e ou de realização de eventos, mobilizações, audiência públicas dentre outras.



Ações periódicas e intermitentes: São àquelas desenvolvidas no período de quatro anos, porém com características ocasionais e recorrentes conforme planejamento anual. Corresponde a atividades de campanhas, de sensibilização, de processos de educação permanente e valorização do trabalhador, ações de pactuações.



Ações com etapas definidas: requerem produto final em determinado prazo. Correspondem as atividades de elaboração de estudos, e leis; implantação e ou implementação de projetos, investimento em infraestrutura e aquisições de insumos, ações de estruturação de serviços e de reordenamento institucional.

GESTÃO / SEMAS																																																
Ação	2014												2015												2016												2017											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Instituir a Lei do SUAS no Município.																																																
Estudo, formalização e adequação a estrutura da SEMAS à Política Nacional de Assistência Social																																																
Elaboração de Plano de reestruturação e reorganização administrativa do Mapa Territorial da Assistência Social.																																																
Ampliar a rede de Proteção Social Básica no Município de Serra e atendimento aos municípios demandante da Assistência Social.																																																
Organizar as ações relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional na SEMAS																																																
Ampliar a rede de Proteção Social Especial e qualificar as ações de relacionadas à garantia de direitos sociais das pessoas em situação de violação de direitos.																																																

Ação	2014												2015												2016												2017											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Instituir Política de Gestão do Trabalho e Educação Permanente na Assistência Social conforme as diretrizes da NOB'SUAS																																																
Instituir e implementar a Vigilância socioassistencial																																																
Reformular e implementar o Sistema de Informação Municipal da Assistência Social																																																
Realizar encontros e fóruns ampliados para traçar linhas gerais de ações, metodologia de trabalho, elaboração de planos de monitoramento e avaliação em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e com base nos objetivos organizacionais.																																																

Ação	2014												2015												2016												2017											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Operacionalizar o processo de formação e capacitação permanente/Gestão dos Processos Formativos, da informação e do conhecimento conforme diretrizes do SUAS.																																																
Produção sistematização e análise de informações regionalizadas sobre as situações de risco e vulnerabilidade que incidem sobre os territórios, famílias e pessoas.																																																
Implementação do sistema de acompanhamento, monitoramento e avaliação dos Projetos, Programas, Serviços e Benefícios da SEMAS;																																																

<p>Implementar e gerenciar o sistema de informação no município considerando as diversidades e particularidades da rede de serviços da SEMAS.</p>				
<p>Articular e compor espaços estratégicos para desenvolvimento da prática Intersetorial na esfera municipal com interface entre Política de Assistência Social e demais políticas públicas.</p>				
<p>Prover os Conselhos de infraestrutura, recursos materiais, humanos e financeiros arcando com as despesas inerentes ao seu funcionamento, bem como arcar com as despesas de passagens, traslado, alimentação e hospedagem dos conselheiros governamentais e não governamentais de forma equânime no exercício de suas atribuições.</p>				
<p>Subsidiar o Conselho de Assistência Social com informações para o cumprimento de suas atribuições e para deliberação sobre o cofinanciamento dos serviços</p>				

GESTÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA																																																
Ação	2014												2015												2016												2017											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Implementar o Atendimento e o acompanhamento as famílias em situação de vulnerabilidades social no território;																																																
Elaborar junto à família em situação de acompanhamento o Plano de Acompanhamento familiar – PAF;																																																
Implementar ações de cunho coletivo junto as famílias atendidas no PAIF																																																
Assegurar o cadastramento das famílias no CRAS e no CAD Único;																																																
Implementar ações na comunidade para o alcance do exercício da cidadania ativa, apreendida como um processo permanente de participação																																																

na vida social e política e de conquistas de novos direitos.				
Promover o acesso de PcD e pessoas idosas aos SCFV e a rede socioassistencial e aos serviços de outras políticas públicas e especial ao programa de acessibilidade.				
Reestruturar e potencializar as ações do NUPED enquanto gerenciador das ações intersetoriais direcionadas as pessoas com deficiência				
Articular a rede socioassistencial de PSB referenciada ao CRAS e dos serviços nele ofertados;				
Coordenar ações de articulação da rede intersetorial no território;				
Implementar ações de busca ativa às famílias em situação de vulnerabilidade social e em situação de descumprimento de condicionalidades do PBF e pró família;				

Ação	2014												2015												2016												2017											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Identificar famílias de crianças e adolescentes beneficiárias do BPC fora da escola nos territórios.																																																
Reordenar os benefícios eventuais não vinculados a Assistência Social para a Política Municipal de Saúde;																																																
Redirecionar as ações do PROCAP para a SETER, quanto a captação de vagas e capacitação profissional dos adolescentes.																																																
Possibilitar o acesso de adolescentes no mundo do trabalho																																																

Ação	2014												2015												2016												2017											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Ampliar o processo de mobilização para inserção do público prioritário do ACESSUAS-TRABALHO em cursos de formação inicial e continuada oferecidos pelo PRONATEC.																																																
Adequar os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV (Núcleos de convivência fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes, PETI, Pro jovem adolescente, pessoa idosa) proporcionando maior organização do trabalho e unificação dos recursos de pisos de cofinanciamento.																																																
Ofertar de forma continuada e ininterrupta os SCFV nos territórios;																																																

Ação	2014												2015												2016												2017											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Realizar o registro da participação dos usuários no SCFV, vinculado ao NIS, em sistema próprio de informação a ser disponibilizado pelo MDS;																																																
Assegurar que o público alvo seja inscrito no CAD Único;																																																
Inserir com preferência o público prioritário definido na resolução CIT nº 01/2013, sem excluir do SCFV os usuários que já participam dos grupos, mesmo que esses, não apresentem perfil definido como prioritário;																																																
Promover a articulação dos SCFV na rede socioassistencial do SUAS.																																																
Ampliar a inscrição de famílias prioritárias no CAD Único, bem como																																																

efetivar a atualização cadastral;				
Garantir que as famílias mais vulneráveis e que tenham mais dificuldade de informação ou locomoção sejam inscritas no Cad Único e mantenham seus dados atualizados;				
Inscrever no Cad Único grupos tradicionais; população de área rural e população em situação de rua;				
Adotar medidas para o controle e a prevenção de fraudes ou inconsistências cadastrais, disponibilizando, ainda, canais para o recebimento de denúncias;				
Garantir a Oferta de refeições e alimentos de qualidade e a baixo custo aos munícipes, com prioridade os usuários da Assistência Social;				

Ação	2014												2015												2016												2017											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Propiciar a comunidade espaço para manuseio e comercialização de alimentos saudáveis e a baixo custo.																																																
Estabelecer parceria com secretarias e sociedade civil, visando ações intersetoriais no referente às ações de segurança alimentar;																																																
Articular as ações de segurança alimentar com os programas de transferência de renda;																																																

GESTÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL																																																
Ação	2014												2015												2016												2017											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Regulamentar, os benefícios eventuais em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública no Município;																																																
Gerenciar, os benefícios eventuais em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública no Município.																																																
Realizar ações de prevenção e enfrentamento ao trabalho infantil no município por meio do fortalecimento e potencialização do PETI.																																																

<p>Estruturar o Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, pessoas idosas e suas famílias, de acordo com as normas estabelecidas pelo Sistema Único de Assistência Social (Suas);</p>																																																	
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Ação	2014												2015												2016												2017											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Fortalecer as ações do PAEFI																																																
Fortalecer o papel do CREAS como unidade responsável pelo atendimento especializado a famílias e indivíduos em situação de risco ou com direitos violados, por meio de regulação de fluxos de articulação com a rede de serviços sócio assistenciais das demais políticas públicas e demais órgãos do sistema de garantias de direitos.																																																
Implementar a política municipal de atendimento à população em situação de rua (nos termos da Constituição Federal e da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS), bem como do decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009 que instituiu a política nacional;																																																

Ação	2014												2015												2016												2017											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Manter as ações do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade garantindo sua articulação com os demais serviços da rede																																																
Manter os serviços para população em situação de rua																																																

Ação	2014												2015												2016												2017											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Organizar o Serviço de Proteção em Situações de Calamidade e Emergências																																																
Manter a oferta de acolhimento institucional destinados a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral.																																																
Instituir o Serviço de Acolhimento em República para jovens após o desligamento dos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes ou em outra situação que demande estes serviços.																																																
Implementar o reordenamento dos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, idosos																																																

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORGES, Clério José. **História da Serra**. Serra: Editora Canela Verde, 2003.
- BRASIL. Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015**. Brasília, DF: 2011. Disponível in www.mds.gov.br.
- BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social**. Resolução CNAS nº 004 de 13 de Março de 2013. Brasília: 2013.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Brasília, DF: Senado Federal: 1988.
- BRASIL. Decreto nº 7053 de 23 de Dezembro de 2009. **Política Nacional para a População em Situação de Rua**, Brasília DF:2009 disponível in www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2007-2010/2009/...
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990, disponível in www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
- BRASIL. **Estatuto do Idoso (Lei Nº. 10.741, de 01 de outubro de 2003)**, disponível in; www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm
- BRASIL. Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 alterada pela lei nº 12.435 de 06 de Julho de 2011. **Lei Orgânica da Assistência Social**, Brasília: 1993.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS nº 145. Brasília, DF: 2004.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Bolsa Família / Manual de Gestão das Condicionalidades**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, DF: 2006.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Cadastro Único para Programas Sociais – Guia do Gestor Municipal**. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. Brasília DF: 2010.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Concepção e Gestão da Proteção Social não Contributiva no Brasil**. Brasília, DF: UNESCO, 2009.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. CECAD: Gestão da Informação.** Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Brasília DF: 2013. In www.mds.gov.br/sagi. Acesso em: julho 2013.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Estruturando o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional –SISAM**, Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN. Cadernos SISAM nº 01, Brasília, DF: 2011. Disponível in www.mds.gov.br.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Norma Operacional Básica Recursos Humanos (NOB – RH –SUAS).** Secretaria Nacional de Assistência Social; Brasília: 2005.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Orientações Técnicas. Centro de Referência em Assistência Social CRAS.** Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília: 2009. Disponível in www.mds.gov.br.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – CENTRO POP (Vol. 03).** Secretaria Nacional de Assistência Social, Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. Brasília DF: Ed Brasil LTDA, 2011. Disponível in www.mds.gov.br.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Orientação acerca dos conselhos e do controle social da Política Pública de Assistência Social/SUAS.** Conselho Nacional de Assistência Social. Brasília, DF: 2006.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Política Nacional de Capacitação do SUAS.** Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: 2011.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Processo de Reordenamento dos Benefícios Eventuais.** Secretaria Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS nº 39 /2010. Brasília: 2010.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS – TRABALHO.** Secretaria Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS nº 18 de 24 de Maio de 2012. Brasília: 2012.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Reordenamento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCVF no âmbito do SUAS.** Secretaria

Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS n.º 001 de 12 de fevereiro de 2013. Brasília:2013.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Tipificação dos Serviços Socioassistenciais.** Secretaria Nacional de Assistência Social; Resolução CNAS nº 109 de 11 de Novembro de 2009.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome; **Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS: Orientações Técnicas.** Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, DF: 2010. Disponível in www.mds.gov.br.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome; **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.** Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília. Resolução conjunta CNAS/Conanda nº 01 de junho de 2009. Brasília, 2009. Brasília, DF:2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome. **Norma Operacional Básica (NOB/SUAS).** Secretaria Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS nº 33 de dezembro de 2012. Brasília, DF:2012

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos.** Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília: 2010. Disponível in: www.mds.gov.br.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre o PAIF (Vol. II).** Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, DF:2012. Disponível in: www.mds.gov.br

ESPÍRITO SANTO. Secretaria Estadual de Segurança Pública. Demonstrativo Geral dos 10 anos de funcionamento do CIODES (19/10/2001 a 31 /12 2011) – Centro. Integrado Operacional de Defesa Social; In: http://www.sesp.es.gov.br/sitesesp/index.jsp#ciodes_principal.jsp. Acesso em: julho 2013.

IBGE, 2010. Censo Demográfico de 2010. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados sócios econômicos referentes ao município de Serra, E.S.** disponível in <http://www.ibge.gov.br/bda/popul>. Acesso em: julho 2013.

SERRA. Prefeitura Municipal da Serra. **Agenda do Futuro 2012 – 2032.** Secretaria de Planejamento Estratégico. Serra: 2012. Disponível in www.serra.es.gov.br.

SERRA. Prefeitura Municipal da Serra. **Serra em Números 2012. Anuário Municipal de Dados.** 6ª ed. 2012. Secretaria de Planejamento Estratégico. Serra: 2012. Disponível in www.serra.es.gov.br.

SERRA. Secretaria Municipal de Ação Social. **Rede de Serviços Socioassistenciais do Município da Serra.** Prefeitura Municipal da Serra; Serra: 2013.

SERRA. Secretaria Municipal de Ação Social. **Relatório da X Conferência Municipal de Assistência Social/2013.** [miniog.]. Conselho Municipal de Assistência Social (COMASSE). Serra: 2013.

SERRA. Secretaria Municipal de Defesa Social. **Dados oficiais do Observatório de Segurança Pública, 2013.** [miniog.]. Serra: 2013.

SERRA. Secretaria Municipal de Educação. **Programas e Projetos Desenvolvidos pela Gerência do Ensino Fundamental / SEDU/Serra/2013.** [miniog.]. Serra: 2013.

SERRA. Secretaria Municipal de Habitação. **Ofício SEHAB nº 234/2013** (resposta ao ofício nº 0425/2013/SEMAS/GAB) 2013. [miniog.]. Serra: 2013.

SERRA. Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres. **Relatório de Serviço da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres da Serra (2012).** [miniog.]. Serra: 2013.

SERRA. Secretaria Municipal de Promoção Social. **Diretrizes da Secretaria de Promoção Social: uma construção coletiva.** [miniog.] Serra: 2008.

SERRA. Secretaria Municipal de Promoção Social. **Plano Municipal de Assistência Social 2009 – 2012.** Serra: 2011.

SERRA. Secretaria Municipal de Promoção Social. **Plano Municipal de Assistência Social 2012 – 2013.** Serra: 2013.

SERRA. Secretaria Municipal de Promoção Social. **Relatório da III Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município da Serra/ 2011.** [miniog.]. Serra: 2011.

SERRA. Secretaria Municipal de Promoção Social. **Relatório da III Conferência Municipal da Pessoa Idosa da Serra/ 2011.** [miniog.]. Serra: 2011.

SERRA. Secretaria Municipal de Promoção Social. **Relatório da VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente / 2011.** [miniog.]. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONCASE). Serra: 2011.

SERRA. Secretaria Municipal de Saúde. **Of. Nº 0276/ GAB/SESA (resposta ao ofício nº 0454/2013/SEMAS/GAB) 2013.** [miniog.]. Serra: 2013.

SOUZA, Patrícia Gomes. Secretaria Municipal de Promoção Social. **Resgate Histórico da Secretaria de Promoção Social no Município da Serra – E.S.** [miniog] Serra: 2010.